



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MÁRCIO JOSÉ MENDONÇA

A CIDADE COMO ESPAÇO DE BATALHA URBICIDA

**VITÓRIA
2019**

MÁRCIO JOSÉ MENDONÇA

A CIDADE COMO ESPAÇO DE BATALHA URBICIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli.

VITÓRIA
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

J83c José Mendonça, Márcio, 1986-
A cidade como espaço de batalha urbicida / Márcio José
Mendonça. - 2019.
309 f. : il.

Orientador: Cláudio Luiz Zanotelli.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Militarização. 2. Espaço de Batalha. 3. Urbicídio. 4. Rio de
Janeiro (RJ). 5. Vitória (ES). I. Luiz Zanotelli, Cláudio. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

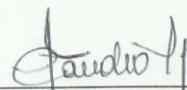
CDU: 91

“A CIDADE COMO ESPAÇO DE BATALHA URBICIDA”

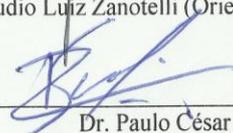
MÁRCIO JOSÉ MENDONÇA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

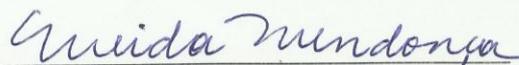
Aprovada em 30 de agosto de 2019.



Dr. Cláudio Luiz Zanotelli (Orientador)



Dr. Paulo César Scarim



Dr.^a Eneida Maria Souza Mendonça



Dr. Pablo Silva Lira (Universidade de Vila Velha - UVV)



Dr. Rogério Haesbaert (Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF)

À minha mãe, Ana Maria Lobato Mendonça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos meus pais, Ana Maria Lobato Mendonça e José Lucio Mendonça, pelo grande incentivo na minha formação. Sem eles, minha dedicação exclusiva aos estudos por anos não seria possível.

Sou grato também ao meu orientador, professor Cláudio Luiz Zanotelli pela inestimável contribuição à minha pesquisa.

Agradeço também aos professores Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza pelas críticas sensatas e produtivas ao trabalho.

Além deles, agradeço também ao meu irmão, Marcos Cândido Mendonça, com quem sempre tive a oportunidade de debater Geografia sem sair de casa.

Também não poderia deixar de mencionar todas aquelas pessoas que entrevistei, com quem conversei ou que me auxiliaram de alguma forma no andamento da pesquisa e em especial nos trabalhos de campo.

Sou grato a essas pessoas, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES e a todas as outras que de alguma forma demonstraram interesse pela minha pesquisa e contribuíram com ela.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro no desenvolvimento desta pesquisa.



Quem mandou matar Marielle Franco?

RESUMO

O presente estudo aborda a forma como a guerra moderna tem sido travada em terreno urbanizado, sobretudo nas grandes cidades, considerando a alta complexidade que o cenário urbano oferece, em virtude de todo o seu processo de urbanização, como um campo de batalha tridimensional que se dá em ruas e vielas, túneis subterrâneos, áreas verticalizadas etc. As cidades, o estudo demonstra, estão sendo configuradas como *espaços de batalha*, onde se desenvolvem práticas urbanizadas como políticas de guerra para inviabilizar a presença nas cidades daqueles que são considerados inimigos. No que diz respeito aos diferentes cenários de conflito urbano, a pesquisa utiliza-se dos casos verificados em outros países em interface com o caso brasileiro, em específico Rio de Janeiro e Vitória, que oferecem aporte de análise e evidências empíricas capazes de demonstrar que vivenciamos um processo de retomada da militarização da cidade, no qual a cidade em si se confunde e é, mesmo, pensada como espaço de batalha do ponto de vista de exércitos regulares e grupos armados com domínio de território. Estes mostram a transformação da cidade como um todo num palco de conflito complexo que envolve práticas destinadas, no fundo, além de vencer o inimigo, a destruir o seu *habitat*, negando-lhe a cidade. Assim, o que estamos vendo nos conflitos recentes, em diferentes locais, é um processo de destruição da urbanidade da cidade, com o objetivo de negá-la ao inimigo, ou seja, criar uma situação de “genocídio urbano”, o qual diferentes autores têm definido como *urbicídio*, isto é: a negação deliberada ou a simples destruição da urbanidade que propicia a vida na cidade. No caso do Rio de Janeiro e no de Vitória, embora aí não se dê uma “guerra declarada” e de alta intensidade – o *urbicídio* propriamente dito –, a pesquisa lança uma reflexão sobre uma estratégia de segurança que se transfigurou previamente numa política de combate à população moradora de favelas e bairros populares. Moradores de bairros populares são, na conjuntura política e social brasileira, associados a bandidos e assim vistos como inimigos do país. Hoje o cenário real alcança o patamar de espoliação urbana de grupos vulneráveis exercida pela atividade empresarial do ramo imobiliário e por grupos armados atuantes na cidade. Tanto os ramos imobiliários como os grupos armados, cada vez mais pulverizados, exercem controle territorial sobre os recursos e sobre a infraestrutura urbana, essenciais à vida ordinária na cidade.

Palavras-chave: 1. Militarização. 2. Espaço de Batalha. 3. Urbicídio. 4. Rio de Janeiro (RJ). 5. Vitória (ES).

ABSTRACT

The present study addresses the way modern warfare has been waged on urbanized terrains, especially in large cities, considering the high complexity that the urban scenario offers, due to its entire urbanization process, as a three-dimensional battlefield that takes place in streets and alleys, underground tunnels, vertical areas etc. Cities, as the study shows, are being configured as *battlespaces* where urbicide practices such as war policies are developed to hinder the presence of those considered enemies. As far as the different scenarios of urban conflict are concerned, the research uses cases verified in other countries that interface with the Brazilian case, specifically in Rio de Janeiro and Vitória, which provide analysis and empirical evidence capable of demonstrating that we are experiencing a process of re-militarization of the city, in which the city itself appears to be and is even thought of as a battlespace from the point of view of regular armies and armed groups with territorial dominance. These show the transformation of the city as a whole into a stage of complex conflict involving practices that essentially aim at, besides winning the enemies, destroying their habitat and denying them the city. Thus, what we are seeing in recent conflicts, in different places, is a process of destruction of the urbanity of the city, in order to deny it to the enemy, that is, to create a situation of “urban genocide”, which different authors, have defined as *urbicide*, which is: deliberate denial or the simple destruction of urbanity that makes life in the city possible. This study proposes a healthy way of thinking: in the case of Rio de Janeiro and Vitória, even though it is not a declared and high-intensity war, the urbicide is previously transformed into a public security policy to combat the population living in *favelas* and poor neighborhoods, seen as the enemy within the country. Today the real scenario reaches the level of urban dispossession of vulnerable groups due to the real estate business activity and to the spread of armed groups operating in the city, which exercise territorial control over the resources and urban infrastructure, essential to ordinary life in the city.

Keywords: 1. Militarization. 2. Battlespace. 3. Urbicide. 4. Rio de Janeiro (RJ). 5. Vitória (ES).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	29	Figura 24	186	Figura 47	219
Figura 2	66	Figura 25	187	Figura 48	220
Figura 3	70	Figura 26	190	Figura 49	221
Figura 4	70	Figura 27	191	Figura 50	225
Figura 5	72	Figura 28	191	Figura 51	237
Figura 6	72	Figura 29	192	Figura 52	240
Figura 7	72	Figura 30	192	Figura 53	243
Figura 8	73	Figura 31	192	Figura 54	243
Figura 9	74	Figura 32	195	Figura 55	247
Figura 10	74	Figura 33	195	Figura 56	252
Figura 11	75	Figura 34	196	Figura 57	253
Figura 12	75	Figura 35	196	Figura 58	254
Figura 13	78	Figura 36	198	Figura 59	255
Figura 14	79	Figura 37	200	Figura 60	257
Figura 15	82	Figura 38	202	Figura 61	260
Figura 16	97	Figura 39	205	Figura 62	268
Figura 17	98	Figura 40	206	Figura 63	279
Figura 18	121	Figura 41	207	Figura 64	281
Figura 19	137	Figura 42	208	Figura 65	282
Figura 20	144	Figura 43	209		
Figura 21	145	Figura 44	210		
Figura 22	146	Figura 45	210		
Figura 23	185	Figura 46	217		

SUMÁRIO

Introdução	13
Primeira Parte	35
Geopolítica da Cidade:	
Militarização da Questão Urbana	
Cap. I. Metamorfose do Espaço de Batalha	39
<i>1.1 A Reforma Urbana de Haussmann</i>	42
<i>1.2 O “Retorno” da Guerra à Cidade: o Espaço de Batalha em Área Urbana</i>	48
Cap. II. Políticas de Guerra no Contexto Urbano	54
<i>2.1 A “Nova” Doutrina de Militarização da Cidade</i>	56
<i>2.2 Políticas da Verticalidade na Guerra Urbana</i>	62
Cap. III. Produção de Geografias Aéreas Militarizadas	77
<i>3.1 Criando Corpos Aéreos Para a Guerra</i>	80
<i>3.2 O Terror Aéreo e a Cidade</i>	83
Cap. IV. O Urbicídio e a “Morte” da/na Cidade	91
<i>4.1 Contextualizando e Conceituando Urbicídio</i>	92
<i>4.2 Políticas Urbicidas: Alguns Exemplos de Guerras na Europa e no Oriente Médio</i>	95

Segunda Parte	106
Geopolítica e Militarização das Cidades: Uma Aproximação Com o Brasil	
Cap. V. O Retorno Geopolítico Sobre as Cidades Brasileiras: Conexões Entre as Políticas Internacionais Contra as Drogas e Intervenção do Exército Brasileiro no Haiti	111
5.1 <i>O Caso do Rio de Janeiro</i>	113
5.2 <i>Urbanização do Urbicídio</i>	124
Cap. VI. O Rio de Janeiro e o Início da Militarização Urbana das Cidades Brasileiras	130
6.1 <i>A Haussmanização do Rio de Janeiro</i>	133
6.2 <i>Origens do Comando Vermelho e a Militarização do Tráfico de Drogas</i>	148
Cap. VII. Geopolítica nas Favelas e Guerra às Drogas	158
7.1 <i>A Favela Como Território Inimigo no Rio de Janeiro</i>	160
7.2 <i>Modelos de Guerra nos Morros e Militarização das Favelas no Rio de Janeiro e em Vitória</i>	179
7.3 <i>Políticas de Segurança Urbicidas</i>	231
7.4 <i>Urbicídio na Região Metropolitana de Vitória</i>	265
Cap. VIII. Conclusão	290
Referências Bibliográficas	295
Artigos de Jornais e Relatórios	303
Filmes e Documentários Cinematográficos	308

INTRODUÇÃO

A presente Tese discorre sobre o processo de militarização do espaço urbano a partir do contexto brasileiro. Analisa a militarização levando em conta a criminalização da pobreza e a difusão da sensação de insegurança e medo na cidade como fatores de relevância na propagação de violência urbana. O enfoque analítico recupera “elementos” históricos e se debruça sobre o cenário atual de repressão da política de segurança pública orientada por medidas de “guerra às drogas”, desencadeada pelo Governo brasileiro, que são convertidas em ações de controle sócio-espacial¹ e violência política² contra as classes mais pobres. A repressão do Estado aliada a ação simultânea de grupos armados independentes que disputam territórios entre si, ao recorrer à militarização como conduta de controle sócio-espacial, ou seja, controle social e espacial, ao mesmo tempo, contra a população que vive em espaços segregados, é o principal ângulo de análise da Tese.

Problemática

A pesquisa analisa o problema da militarização da questão urbana em espaços segregados ou de exclusão mediante a constatação de que vivenciamos um momento paradigmático do fenômeno da militarização da cidade. A militarização seria, hoje, algo inerente à lógica de urbanização, que insere a vida urbana em permanente estado de conflito, manifestada em políticas públicas de segurança que metaforizam o discurso da guerra contra o tráfico de drogas, contra o crime de forma mais geral e contra toda e qualquer forma de insurgência traduzida como uma ameaça à ordem pública. A partir deste enfoque procura-se demonstrar que a urbanização e a militarização constituem formas indissociáveis de controle social e espacial nas metrópoles, produzindo efeitos sensíveis à vida urbana.

A militarização da questão urbana, ideia central deste trabalho, evoca a interferência na vida urbana ao se aplicar nela táticas militares de controle do espaço urbano. Essas táticas de repressão são responsáveis por criar espaços militarizados engendrados, desde muito, no processo de urbanização, transfigurando a experiência de vida na cidade com difusão das

¹ A palavra *socioespacial*, sem hífen, refere-se somente ao espaço social, já a palavra *sócio-espacial*, com hífen, como empregamos, diz respeito às relações sociais e ao espaço de forma simultânea. Essa última abrange a dinâmica de produção do próprio espaço de forma concreta e mais totalizante, enquanto a outra consiste mais numa materialidade que exemplifica o espaço social. Uma breve distinção conceitual dos dois termos é feita por Souza na apresentação do livro de Graham, *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar* (2016).

² O termo violência política é empregado ao longo do texto como uma modalidade de violência de cunho político. Ela envolve um contexto social de opressão e exploração expressa no âmbito da luta de classes.

sensações de medo e de práticas de violência militar ao mesmo tempo em que têm conduzido a cidade a uma era de “guerra permanente”, isto é, a uma condição de vida em permanente estado de conflito.

Nesse sentido, cabe ainda registrar que o uso da expressão “guerra” será empregado de várias formas ao longo do trabalho, podendo, assim, a corresponder a um ou mais ângulos de análise. Ela é usada para se referir a conflitos militares entre Estados, em sentido mais abrangente, quando se trata de Exércitos regulares, ou em sentido mais restrito, quando a escala se relaciona ao espectro urbano e à difusão de grupos armados na cidade. Neste último caso a palavra guerra designa o ato de fazer guerra não no sentido de uma guerra convencional entre países, mas de instigar ou atingir um grupo ou indivíduo de forma belicosa. Para corresponder a esse sentido, de forma mais restrita ao contexto urbano, empregamos o termo “guerra urbana”. Essa expressão é tipificada como característica do ambiente urbano, o que leva em conta seus atores sociais – que vão além do Estado –, suas dinâmicas espaciais e a própria morfologia da cidade e suas redes estruturais. Essa noção de violência pulverizada é ainda ampliada na Tese no contexto urbano a partir da dinâmica sócio-espacial de militarização do espaço, empregando a noção de “máquina de guerra”, usada por Mbembe (2018), que recupera o termo de Deleuze e Guatarri.

Assim, a ideia de “guerra urbana” consiste numa noção de conflito híbrido, envolvendo muitos atores e uma tipologia própria da cidade. É nesse aspecto que deteremos nossa atenção ao analisarmos algumas nuances do que se pode chamar de “guerra urbana” de baixa intensidade no Brasil. Nesse caso não se trata de um conflito regular entre Exércitos, ou mesmo de um conflito de grandes proporções, já que no Brasil não ocorre uma guerra de alta intensidade, mas operações militares e atividades difusas de conflito armado que incorrem em práticas letais e violência simbólica. Nesse aspecto a violência faz parte de uma composição social em que há mediações culturais e socioeconômicas na repressão seletiva dos agentes do Estado aos criminosos socialmente excluídos e aos grupos sociais desfavorecidos, mas também ação de grupos armados ilegais que atuam na conjuntura social.

Trata-se, assim, no Brasil de violência política contra as classes subalternas em contexto de militarismo urbano. Em outras palavras, de uma sociedade que se militariza não para a guerra voltada contra o estrangeiro, o inimigo externo, mas para o conflito contra o

intitulado inimigo interno³ da sociedade brasileira. O tráfico de drogas ilícitas, ou simplesmente o crime, de forma geral, rotulado como o inimigo da Nação, após o processo de abertura política e redemocratização abrange nesse viés populações excluídas do mercado de trabalho e desprovidas de acesso pleno às condições de cidadania. Esse grupo é tratado, de forma enfática, como inimigo potencial da Nação, uma vez que é tido como aquele que pode se rebelar contra o sistema ou que comete atentados contra a vida de outras pessoas e crimes contra o patrimônio, reprimidos, nesse caso, em distinção a outros grupos sociais de forma violenta pelos agentes do Estado. Nessa conjuntura operam ainda, além do próprio tráfico de drogas, grupos armados associados direta ou indiretamente ao Estado, como é o caso das milícias.

Extremamente vulneráveis à lógica de exploração da força de trabalho que os qualifica como trabalhadores de baixa remuneração, muitos à margem da sociedade de consumo e plena de direitos, esses segmentos empobrecidos da população são apresentados como uma ameaça para as pessoas ditas de “bem” (ou que têm “bens”) e, até mesmo, à ordem pública. Considerando as mediações sociais e econômicas da sociedade brasileira, o debate proposto terá como pano de fundo, por este viés, uma análise sociológica das relações sociais de produção e do processo de marginalização e criminalização das classes sociais excluídas, bem como a constituição de seus espaços como locais “caóticos” e “perigosos”, a partir de uma visão tendenciosa de compreensão da realidade. É nesse contexto que a violência policial extrapola os limites do combate às atividades ilegais e atinge de forma explícita todas as pessoas identificadas como parte de uma comunidade “perigosa” e “caótica”, onde residem, na verdade, pessoas de baixa renda. O efeito mais perverso dessa conjuntura alcança a máquina pública e o setor capitalista privado, que, amparado por estruturas discursivas que constroem uma justificativa inculcada no conjunto da sociedade como “verdade”, legitima políticas urbanas e militares de repressão e contenção, como veremos.

Nessa guerra de vizinhança, espaços segregados da cidade se transformam em zonas de conflito, quando áreas “abandonadas” pelo mercado, de profunda exclusão, são identificadas como locais que abrigam “arruaceiros” e “criminosos”; enquanto a cidade legal propriamente dita é habitada pelas classes dominantes e demais grupos inseridos na lógica do

³ O debate da criminalização da população pobre ou favelada, com destaque especial, para o período de redemocratização nos anos 1980, será realizado a partir dos trabalhos de Soares (2000), Caldeira (2000) Batista (2003), Misse (2011) e Alves e Evanson (2013).

consumo, portanto, bem servidas de equipamentos sociais. Os últimos, diferentemente das populações que moram em favelas e bairros populares, exercem seus direitos e são reconhecidos como cidadãos plenos.

Perante as especificidades apontadas, torna-se fundamental contextualizar o processo de militarização em curso no Brasil a partir do contexto sócio-espacial local, ao invés de reduzi-lo, em uma associação simplista, aos exemplos verificados no estrangeiro. Comparações são oportunas e serão feitas para extrair uma compreensão ampla do problema: no entanto, é importante frisar a necessidade de entender o caso brasileiro partindo da própria sociedade brasileira, ainda que em interface com os imperativos de militarização de outros lugares. É oportuno também destacar que nossa análise focaliza determinados aspectos da militarização, centrando-se no modo operante de militarização da cidade, relevando suas dinâmicas e geoestratégias⁴, que no caso brasileiro são orientadas essencialmente como políticas de “guerra às drogas” e um velado cenário de conflito social cuja repressão aos grupos sociais subalternos é o cerne da questão do problema da militarização no Brasil.

A mudança paradigmática que reformula esse pensamento militar de guerra contra os pobres origina-se de concepções do urbanismo militar⁵, que retroalimenta o conceito de guerra em espaços comuns⁶ e privados das cidades, bem como a infraestrutura que sustenta a vida na cidade. Conforme emprego de Graham, preferimos o uso do termo “comum” ao invés de “público”, pois ele fornece, a nosso ver, a possibilidade de desafiar a violência do Estado que se quer arrogar a “defesa do público”: nesse caso, muitas vezes, contra a própria sociedade. Já a doutrina do urbanismo militar que Graham cita orienta uma condição perpétua de guerra contra as drogas, contra o terrorismo, contra o crime e, em sentido mais amplo contra toda situação de insegurança. Para Graham, a violência política e militar está de volta nas cidades e se baseia numa doutrina de dominação oriunda do período colonial, que está

⁴ A noção de geoestratégia é empregada aqui em perspectiva geopolítica, em particular nas cidades, como estratégia sócio-espacial de controle do território.

⁵ A palavra, dependendo do contexto, possui diferentes significados. Podendo ter várias noções de urbanismo, por exemplo. Sobre o nexo de uso e associação entre a palavra “urbanismo” e o termo “militar”, é preciso destacar que urbanismo consiste no saber e técnica de organização e racionalização das aglomerações urbanas, que permitem criar condições adequadas às populações que vivem na cidade. Seu significado também pode remeter ao modo de vida característico das cidades. Urbanismo militar se refere à questão do ponto de vista militar do próprio urbano: por isso, vai muito além do conceito de urbanismo, puro e simples, sendo mais condizente com a ideia de urbano militar, organização e presença de equipamentos militares incorporadas ao ambiente urbano. Em contrapartida a essa expressão, empregada por Graham, adotaremos o termo *militarização da questão urbana*, mais usual na literatura brasileira e menos ambíguo.

⁶ Para uma leitura mais aprofundada sobre o “comum” nessa linha de raciocínio, pode-se consultar Dardot e Laval (2017).

ressurgindo no período pós-colonial de guerras contemporâneas travadas no hemisfério Sul, sendo estas, agora, adotadas nas cidades dos países capitalistas e hegemônicos do Norte como modelos de segurança⁷. Este desenvolvimento leva-nos ao debate da militarização do espaço urbano, a partir de suas diversas facetas, que encontram na cidade o seu palco de ação manifesta na repressão não só de grupos armados, mas civis, tão logo, da vida urbana (ver GRAHAM, 2011).

No Brasil, a problemática do “urbanismo militar”, ou, como preferimos da “questão da militarização urbana”, não compete, contudo, ao mesmo significado que Graham (2011) emprega no contexto internacional. Lembra Souza (2016), no prefácio do livro de Graham, na versão em português, que a perspectiva do “Norte global”, de países capitalistas hegemônicos como Estados Unidos, Inglaterra, França, ou do peculiar caso de Israel, traz como problema fundamental aquilo que o Estado e o capital privado protagonizam em meio à chamada “guerra ao terror”, em contraste com a realidade brasileira, em que o combate centra-se na criminalidade violenta ordinária. Assim, no primeiro caso, a expressão dimensiona fundamentalmente o contexto das fronteiras nacionais, combate a grupos terroristas e controle de minorias, por motivos étnicos e xenófobos. No Brasil, a militarização da questão urbana envolve sentimentos difusos e cada vez mais eivados de medo e insegurança, reverberados e retroalimentados pela mídia e pelo sistema político-eleitoral, cujo foco é a repressão interna contra o próprio povo, de fundo racista, em que heranças do período escravocrata são incorporadas num contexto de exploração de classe e racismo “hereditário”.

Tratando-se de realidades totalmente diferentes, não temos por pretensão dar conta do problema ou corresponder a todo um elenco de questões que ele enuncia. Formas de resistência ao complexo urbano militar, assunto também de relevância, não serão tratadas na pesquisa como questão central. A análise aprofundada desse problema demandaria novos

⁷ Graham utiliza os termos “Norte global” e “Sul global” para distinguir cidades de países capitalistas “desenvolvidos” de cidades de países capitalistas “atrasados” ou “menos avançados”. O mais correto, a nosso ver, seria diferenciar e estabelecer uma correlação com o nível de desenvolvimento capitalista e o quadro de urbanização que dê conta da mediação entre os que dominam e os que são dominados, ao mesmo tempo em que se faça menção às tipologias de urbanização. Para uma análise mais apurada dos processos de urbanização e suas tipologias recomenda-se a leitura de Souza (2006). Nessa obra, referindo-se ainda mais especificamente ao “desenvolvimento urbano”, o autor fornece uma visão suficientemente ampla do desenvolvimento urbano que julga autêntico e que abarca uma verdadeira mudança social positiva em seu sentido, não restrita ao emprego de noções simplistas de desenvolvimento econômico ou social, muitas vezes submetidos às concepções de crescimento econômico e de modernização tecnológica, que não necessariamente são equânimes com a transformação das relações sociais e do espaço para os mais pobres e subalternos. Como destaca, as perspectivas “desenvolvimentistas”, por seu modo, não são capazes de identificar as disparidades sociais: igualmente, são incapazes de fazer jus à crítica tão necessária de ausência de justiça social e muito menos capazes de dar uma resposta à complexidade que a presente questão invoca nas cidades brasileiras.

elementos de interpretação do espaço: por isso remeto a apreciação do problema para outro momento.

É bem verdade que preocupações fora da órbita da política de segurança pública brasileira, com o terrorismo têm ganhado terreno no contexto nacional. Isso reflete um cenário de sucessivas tentativas de setores políticos e jurídicos conservadores de tipificar o crime de terrorismo no ordenamento jurídico brasileiro, usando megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, como pretexto para conferir caráter de ilegalidade a movimentos populares de emancipação e mobilizações trabalhistas.

No Brasil, o problema da militarização do espaço urbano centra-se na questão de combate ao “tráfico de drogas” numa conjuntura política e social confusa e híbrida, cujos atores sociais jogam muitas vezes, de acordo com seus interesses, em mais de um “time”. Envolve fundamentalmente a ação repressora do Estado e a ação de grupos armados com domínio de território ligados direta ou indiretamente ao Estado, como é o caso das chamadas milícias. Grupos de traficantes de drogas ilícitas territorializados em espaços segregados operam, por sua vez, em litígio contra o Estado, situação em que são reprimidos pelas forças do aparelho estatal e pela própria milícia. No entanto, esses mesmos grupos que disputam territórios e estão em constante conflito podem agir em consórcio, tendo no suborno sua principal moeda de troca. Com isso, a relação entre esses grupos, embora de conflito, também pode ser de cumplicidade e/ou tolerância, tendo em vista o jogo político e seus interesses.

Sendo assim, o enfoque da análise problematiza a questão da militarização do espaço urbano, a partir do cenário de “guerra urbana” de baixa intensidade no Brasil, onde o combate é contra o tráfico de drogas de varejo, dentro de um complexo e confuso cenário, em que há mediações sociais e culturais que reverberam sobre a amplitude de repressão expandida aos moradores de espaços segregados, numa situação de conflito intestino ao cotidiano urbano de cidades como o Rio de Janeiro, com ação de grupos armados “independentes”, com domínio de território nos espaços segregados de muitas favelas e bairros periféricos. Daí avalia-se que a teoria de Graham precisa, novamente, de uma “correção” para incluir o contexto brasileiro e o latino-americano. O que Graham, dialogando com Foucault, equaciona como “efeito bumerangue”, que se dá quando os governos de países centrais empregam técnicas de controle social desenvolvidas, testadas e aperfeiçoadas em suas antigas colônias, no ambiente doméstico, ocorre agora também no caso de potências regionais como o Brasil. Disso decorre, por exemplo, a conexão Rio de Janeiro-Porto Príncipe, quando o Brasil, chefiando a missão

de “paz” da ONU no Haiti, aproveitou para treinar suas tropas em terreno urbano semelhante ao das favelas brasileiras, visando utilizá-las, depois, no cenário doméstico.

É em tal contexto que Graham (2011) observa que o cenário de guerras travadas em “espaços comuns” ou “ordinários” – salas de estar, escolas e supermercados, isto é, em qualquer lugar, o que inclui ruas ou a esquina mais próxima – são inerentes à própria vida cotidiana em muitas cidades. Essa realidade adquire uma feição similar à dos brasileiros, especialmente nas favelas e periferias urbanas do Brasil, onde o combate é sempre travado em meio à vida e no espaço cotidiano, entre becos e vielas. Esse cenário de violência política e conflito de baixa intensidade se coloca em nosso objeto de pesquisa, tendo como área de estudo as cidades do Rio de Janeiro e Vitória, sob a ótica dos mais recentes estudos que enfocam a militarização do espectro urbano. Nessa perspectiva, considera-se que o terreno urbano tem ganhado conteúdo e significado militar como espaço de batalha, a partir de um manifesto processo de militarização, que entremeia parâmetros de exclusão urbana e social expressos não somente por condicionantes econômicos e culturais, mas, também, pelo militarismo.

Entretanto, não se trata, em nosso viés, de enfatizar que a cidade é um lugar violento a *priori*, mas de compreender o processo de militarização da cidade engendrado pelo urbanismo que se utiliza de concepções de guerra para garantir o controle sobre o substrato urbano e sobre a população que ali vive. Nesse sentido, nosso enfoque consiste em compreender os efeitos que tecnologias políticas⁸ de uso militar e controle sócio-espacial provocam na cidade quando incorporados à arquitetura urbana. Nesse tipo de análise, diferentes pesquisadores na área do urbanismo, na de geografia e na de estudos militares têm argumentado que as guerras futuras serão travadas, sem muitas exceções, em terreno urbano. A cidade, então, passaria a ser pensada, também, nessa lógica, como um espaço de conflito considerando todo o seu espaço construído. Assim, um ambiente urbano extremamente complexo, que apresenta inúmeras ruas e vielas, túneis, áreas verticalizadas etc., tenderia a ser cada vez mais tomado como campo de batalha em perspectiva tridimensional a partir da lógica da volumetria política.

Tal aspecto destaca, entre outras coisas, uma noção geopolítica da cidade que não considera o terreno urbano uma superfície a partir da noção clássica da cartografia, em que

⁸ Entende-se por tecnologia política um conjunto de técnicas aplicadas para controlar o terreno. No âmbito da geografia, uma análise pertinente ao assunto encontra-se no trabalho de Elden (2010).

temos a distribuição de objetos num plano horizontal. O espaço, mais do que isso, é concebido como um *volume político*⁹ constituído por horizontalidade e verticalidade que se inter cruzam, criando um holograma territorial que pode ser subdivido em estratos ou camadas espaciais. A cidade é considerada, nesse ponto de vista, como um cenário composto por diferentes estratos espaciais, constituído por horizontalidades e verticalidades que expressam um ambiente tridimensional. Neste cenário as condições de combate de um “face a face” entre tropas regulares numa concepção de guerra tradicional, disputada em espaços amplos e abertos, são cada vez mais incomuns: os conflitos recentes têm se dado cada vez mais em cidades cujo terreno apresenta grande densidade urbana.

Nessa perspectiva, a pesquisa se insere no campo dos recentes estudos em Geopolítica Vertical. Tais estudos mostram a transformação da cidade como um todo num espaço de batalha complexo que envolve uma noção volumétrica costumeiramente tomada, em grande medida, como lócus de práticas de terror, com uso de bombardeiros massivos, ataques químicos, destruição de conjuntos habitacionais etc.; práticas destinadas, no fundo, além de vencer o inimigo, a destruir o seu *habitat*, negando-lhe a cidade como substrato de reprodução ou mesmo de esconderijo. Assim, o que estamos vendo nos conflitos recentes, em diferentes locais, é um processo de destruição da urbanidade da cidade, com o objetivo de negá-la ao inimigo, ou seja, criar uma situação de “genocídio urbano”, o qual diferentes autores têm definido como *urbicídio*, isto é: a negação deliberada ou a simples destruição da urbanidade que propicia a vida na cidade (ver, em especial, COWARD, 2004; 2009).

Elegendo por essa perspectiva como conceito-chave a concepção de *espaço de batalha* e *urbicídio*, trabalhados como instrumentos de análise, a linha de investigação da Tese buscará realizar um modelo socioespacial/sócio-espacial (e territorial) das trajetórias dos grupos em disputa de poder na cidade, em particular, nos espaços segregados. Esse modelo deve expressar uma concepção de compreensão volumétrica do espaço e a dinâmica espacial do *urbicídio* com um enfoque tridimensional. Para tanto, a militarização da questão urbana será enfocada teoricamente da seguinte forma: no que tange ao debate da concepção tridimensional do território urbanizado, orientamo-nos essencialmente a partir dos estudos de Weizman (2002, 2004, 2012); sobre o uso de aeronaves no patrulhamento aéreo nos pautamos mais especificamente em Adey (2010a), e sobre os muitos desdobramentos da atividade

⁹ *Volume político* é o termo usado por Weizman (2002, 2004, 2012) para fazer menção às estruturas e aos objetos que não apenas dividem o espaço, mas também funcionam como sistemas ópticos de controle a partir de uma matriz militar disposta em volume, ao invés de, no sentido mais convencional, superfície ou área.

militar em ambiente urbana e na vida das pessoas na cidade baseamo-nos, como anunciado, em especial, na discussão de Graham (2004a, 2004b, 2004c, 2004d, 2011) e Coward (2004, 2009).

Outras fontes que trabalham o tema e que dialogam com autores do Norte global, interpelando e levantando pontos de vistas questionadores, a partir do contexto latino-americano, são Souza (2008b) e Haesbaert (2014), ambos debatidos e indicados, também, ao longo do texto. Aspira-se, com esse procedimento, corresponder ao objetivo geral da pesquisa, a saber: apresentar um panorama geral de como têm sido travados os conflitos recentes em espaço urbano e como as cidades, entre elas Rio de Janeiro e Vitória, têm sido pensadas nessa lógica, como um espaço de batalha tridimensional.

Hipótese

Exposta a problemática da militarização da questão urbana, cabe agora apresentar a hipótese da Tese. Nossa premissa inicial parte da hipótese de que espaços ditos segregados ou de exclusão, de cidades do Brasil, como o Rio de Janeiro e Vitória, estão sendo configurados como espaços de batalha numa conjuntura que envolve a atuação do Estado e ação de grupos armados envolvidos em conflitos e disputas por territórios. Tais lugares estão sendo tipificados, tanto materialmente quanto simbolicamente, como situações de conflito permanente configurando uma “nova” realidade urbana, cujo espaço urbanizado (de bairros segregados e populares) vem sendo redimensionado como um espaço de batalha, já que operações militares ocorrem cotidianamente nestes lugares.

Nessa dinâmica três seriam os atores principais envolvidos: a polícia e o Exército, o braço armado do Estado, que detém o monopólio da violência “legítima” e que consiste na força de repressão do Estado no combate ao que se chama de política de “guerras às drogas”; a ação de grupos milicianos originalmente formados por policiais e ex-policiais, que atuam clandestinamente preferencialmente no ramo da segurança e oferta/extorsão de serviços, ligados direta ou indiretamente ao aparelho de Estado; e a ação de grupos de traficantes de drogas ilícitas, que atuam na atividade de comércio de entorpecentes, territorializados em favelas e bairros populares.

Esta seria a conjuntura a ser considerada, em que operações militares do Estado de retomada de territórios controlados pelo tráfico de drogas de varejo são frequentemente aludidas como políticas públicas benéficas sob o discurso da “pacificação”, sem levar em

conta ou desnudar a violência imposta aos moradores dessas áreas com o objetivo de mantê-los longe das áreas mais valorizadas da cidade e cartões portais. Também é nessa conjuntura que grupos ilegais, como a milícia e os traficantes de drogas, vêm se territorializando, organizando novos espaços e expandindo seus domínios. A disputa entre esses atores é o principal fator de configuração do espaço urbano em espaço de batalha, que ocorre mediante a difusão de práticas urbicidas em cidades como Rio de Janeiro e Vitória.

A militarização do espaço urbano na conjuntura previamente esboçada acima seria responsável por agregar ao espaço urbano um conteúdo volumétrico militarizado, uma vez que o espaço urbano é perfeitamente inteligível a um complexo tridimensional, composto por edifícios, ruas, becos e todo um conjunto de redes e infraestrutura urbana, que conformam em sentido tridimensional volume político de importância geoestratégica, que estão sendo militarizados. As geoestratégias postas no teatro de operação da cidade, nas disputas e configuração dos territórios, se dão, então, pela propagação de violência urbana de natureza urbicida, isto é, violência política visando afetar as condições urbanas que propiciam a vida na cidade daqueles que são considerados inimigos ou que são meramente grupos sociais vulneráveis.

Ocorrendo em espaços complexos, como são as áreas urbanas de cidades como Rio de Janeiro e Vitória, a configuração do terreno urbano inscreve o espaço de batalha – espaço urbano tridimensional de conflito – numa situação de urbicídio volumétrico. Fundamentalmente isso ocorre porque a configuração do terreno por disputas territoriais e combate urbano compele a vida na cidade a uma situação de privação de usos e do direito de se apropriar do espaço, efeitos estes que concorrem para a destruição não só de aspectos físicos do substrato espacial ou da infraestrutura urbana, mas do espectro volumétrico do espaço como espaço de segurança essencial à vida. Isso inclui não só as redes materiais e imateriais, mas toda e qualquer condição urbana e geoestratégica de existência na cidade, em sentido material e simbólico, que configura, muito, além disso, o volume político – espaço de segurança tridimensional e vital à existência em ambiente territorial complexo, como a Tese irá demonstrar.

Viver na cidade consiste não só em ter acesso a moradia, saúde, educação e exercer o direito de circular, mas também usufruir de todo um conjunto de recursos urbanos, apropriando-se do espaço como meio e dispositivo para a vida em comunidade. No caso das cidades brasileiras, objetos de reflexão desta Tese, embora não haja uma guerra declarada e de

alta intensidade, no contexto geopolítico de cidades como o Rio de Janeiro e Vitória, a política de combate a grupos de traficantes de drogas ilícitas se transfigurou numa política de segurança pública de combate à população moradora de favelas e à que reside em bairros populares, vistas como o inimigo interno da Nação. Essa política vem configurando áreas residenciais de populações de baixa renda como espaços de batalha, produzindo um verdadeiro urbicídio, pela violência política dirigida contra grupos específicos e seus espaços urbanos.

Nesse aspecto, o do urbicídio, esta pesquisa lança como hipótese, vem em cidades como Rio de Janeiro e, em algum sentido, Vitória, também, se transfigurando em uma ação de espoliação urbana de grupos vulneráveis, pela atividade de grupos armados atuantes na cidade, que exercem controle territorial sobre os recursos e a infraestrutura urbana, essenciais à vida ordinária na cidade. Espoliação entendida aqui como ato ou efeito de, por meio de violência ou ação coercitiva, espoliar alguém ou privá-lo do acesso a algo que lhe pertence ou a que tem direito: consiste numa forma de extorsão cuja ação pauta-se, notoriamente, na cobrança de taxas de uso e acesso a serviços de internet e televisão a cabo, cobrança no ágio dos botijões de gás, venda de loteamentos ilegais, agiotagem e cobrança de “mensalidades” por domicílio pela oferta de segurança e de taxas especiais sobre a venda de imóveis e terrenos. Essa atividade de espoliação, embora efetuada principalmente por grupos milicianos, também é praticada por policiais e por grupos de traficantes de drogas ilícitas.

Essas práticas a Tese aponta como um “novo” mecanismo de acumulação por espoliação, que, além da destruição e pilhagem de uma série de recursos, possuem como função criar novos mecanismos de expropriação de populações de baixa renda. Tais práticas configuram o que chamados de “urbanização do urbicídio”, uma vez que, além da conversão de espaços segregados e de exclusão em espaços de despossessão, configuram uma dinâmica de construção ou produção do espaço urbano associando formas de violência física e simbólica a atividade de construção civil, com grupos armados, em especial a milícia, controlando ou se apropriando de uma série de atividades vinculadas à construção civil e oferta de infraestrutura e serviços urbanos. Dessa forma a prática de violência política conduzida por grupos armados ilegais, ou, às vezes, pelo próprio Estado, vem pautando um novo modelo de urbanização em total afronta aos direitos sociais e privados da vida na cidade e em sociedade.

Toda essa conjuntura de intervenção militar que pode ser associada à atividade de urbanização expressa uma arquitetura de controle imposta aos moradores nos espaços segregados. Essa arquitetura pode ser exemplificada na implantação das Unidades da Polícia Pacificadora (UPP), instaladas no Rio de Janeiro, quase sempre nos topos dos morros, que, além de serem estruturas voltadas ao combate ao tráfico de drogas de varejo, se mostram verdadeiros objetos panópticos¹⁰ de controle da população que mora na favela. Distribuindo objetos ópticos de vigilância ao longo do gradiente topográfico dos morros ou criando espaços volumétricos, a polícia e, à sua maneira, grupos de traficantes de drogas ilícitas, mas também as milícias, ainda que territorialmente mais difusa, exercem não só o controle territorial de forma estrita, mas estão recriando formas de controle fundadas em volumes em vez de áreas ou simplesmente redes.

Para ilustrar e representar essa nova realidade sugerimos a elaboração de modelos espaciais cuja ideia é exemplificar, por meio de diferentes esquemas e de diferentes circulações e estratégias adotadas, a forma como o espaço urbano em espaços segregados controlados por grupos armados vem adquirindo um significado espacial que o diferencia da noção mais clássica de área ou rede. Esses modelos denotam os modos de funcionamento desses espaços e territórios, ilustrando e construindo um “modelo” de compreensão da realidade espacial, baseado na concepção volumétrica do espaço.

Metodologia

Estabelecida a problemática e a hipótese do estudo no que se refere ao sentido operacional da pesquisa, enfatiza-se que o enfoque sobre a militarização da questão urbana corresponde a uma análise das dinâmicas espaciais de reorganização do espaço e de configuração de territórios a partir de um conteúdo volumétrico cuja prioridade da abordagem parte de uma problemática mais teórica, e que o autor é ciente de uma série de questões de ordem mais restrita ao enfoque adotado, tais como a delimitação dos campos. Entretanto, isso

¹⁰ O termo Panóptico é utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida por Jeremy Bentham, em 1785, que permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros a partir de uma torre central, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. Desta premissa, a eficiência do panóptico deriva, justamente, do receio dos detentos de não saberem se estão ou não sendo vigiados, uma vez que a organização das celas distribuídas no entorno da torre favorece a visão de quem está oculto em seu interior, não dando a quem está sendo observado a certeza de sua presença. Essa ideia, nos dias de hoje, converge para a concepção de sinóptico, pois intuitivamente indica mecanismos de controle que permitem ver um conjunto de uma só vez e com uma dada visão geral do todo. Usando o termo panóptico (mas tendo em mente seu vínculo com a concepção de sinóptico), essa concepção será empregada ao longo da pesquisa como uma extrapolação de seu uso mais comum nas prisões, com o propósito de abranger o contexto de sua difusão na arquitetura urbana como estratégia de securitização da vida urbana moderna.

não implica que se trata de só invocar a teoria como “teoricismo”, mas de ver suas repercussões e reverberações do ponto de vista do empírico na questão brasileira, a partir dos casos exemplificados no Rio de Janeiro e em Vitória.

Sobre a escolha metodológica, faz-se necessário destacar que o autor reviu a abordagem inicial após a qualificação da pesquisa, que esboçava trabalhos de campo mais extensos no Rio de Janeiro e em Vitória como proposta. Recalibramos, portanto, a análise, partindo para imersões de trabalho de campo de cunho mais pontual, (mantendo a mesma temática e problemática), mas sem pretensão de fazer trabalho empírico mais aprofundado, como tínhamos anunciado. Em vez disso, optamos por analisar os casos do Rio de Janeiro e de Vitória como uma maneira de trazer alguns elementos para reflexão, porém, sem orientar a pesquisa para um enfoque de campo como principal questão em discussão.

Ao adotar esse enfoque, o debate teórico assume relevância imprescindível na análise e desenvolvimento da pesquisa. Mesmo assim, particularidades locais e as tipologias de urbanização de cada lugar não deixam de ser levadas em consideração na pesquisa. A escolha de duas aéreas de imersão foi uma espécie de alicerce para a reflexão, como lugares privilegiados, em virtude de se verificar, tanto no Rio de Janeiro quanto em Vitória, o enraizamento de perspectivas militares que reverberam na política de segurança e que se sustentam por concepções tridimensionais de controle, mediante distribuição de objetos ópticos no terreno urbano e por evidenciarem que o terreno urbano tem sido concebido como um espaço de batalha. A militarização da cidade verificada, nestes casos, se expressa por políticas de contenção e destruição parcial ou desvirtuação do espaço urbano como lócus da vida na cidade, que são urbicidas, como se verá.

Cabe, nesse aspecto, ao estudo da cidade do Rio de Janeiro certo destaque pela relevância histórica da cidade no processo de militarização do espaço urbano. Por isso, será concedido ao Rio de Janeiro um olhar mais aprofundado do processo de intervenção militar no substrato espacial da cidade que dê conta de seu conteúdo histórico, ao buscar na Reforma Urbana de Pereira Passos elementos de compreensão da militarização da questão urbana, ao mesmo tempo que se configura a tal enfoque a capacidade de desnudar as estratégias de militarização em curso no espaço urbano brasileiro.

Em Vitória, os campos serviram para indicar que alguns aspectos comuns da militarização verificados no Rio de Janeiro, reveladores da dinâmica de militarização das

idades brasileiras, e que estão implícitos, são reverberados em outras cidades. No caso de Vitória, embora de importância econômica e política consideravelmente subalterna em relação às metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, será creditada uma análise relevante aos eventos de fevereiro de 2017 ocorridos nessa capital, sintetizados na chamada *crise da segurança pública*. O centro dos acontecimentos foi a paralisação da Polícia Militar, em virtude da qual foi desencadeada uma onda de saques e atos de violência, que culminou com a intervenção das Forças Armadas. Com base nas reflexões que fazemos sobre esses acontecimentos, indicamos que a partir deles se possa antever daqui em diante, mediante determinadas circunstâncias, um dos quadros acinzentados de instabilidade do cenário urbano brasileiro, com cidades sendo sitiadas do dia para a noite.

Diante do quadro de análise previamente exposto, para corresponder à interlocução entre teoria e os levantamentos de fonte secundária, selecionamos **material jornalístico**, por quatro anos, mais especificamente entre 2015 e 2018, com o intuito de cobrir uma escala de tempo que corresponda ao cenário atual dos acontecimentos no que se refere à militarização. Foram utilizados inúmeros veículos de comunicação que frequentemente publicam matérias e debatem acontecimentos sobre a militarização e a violência urbana. Para determinados propósitos foram pesquisados jornais de ampla circulação e de projeção nacional ou regional, da mídia hegemônica brasileira, que pertence a grandes grupos de empresários detentores do monopólio da mídia; para outros propósitos foram examinados veículos de cunho alternativo, não controlados pela dita mídia hegemônica, como é o caso de alguns canais e blogs.

Entre os jornais mais citados da mídia hegemônica, os mais utilizados foram os vinculados a empresas jornalísticas do Grupo Globo, controlado pela família Marinho; outros como o jornal “O Dia”, “Estadão”, “Folha de São Paulo”, e “A Gazeta” também ditos hegemônicos e de perfil jornalístico semelhante ao do Grupo Globo, também foram usados. Entre as mídias ditas não hegemônicas, blogs e canais como “The Intercept”, “Brasil 247” e “GGN”, entre outros, de menor circulação, contribuíram para análises investigativas e de cunho mais crítico.

Essas fontes foram consultadas preferencialmente pela internet, mas, quando de interesse e disponibilidade de acesso, consultados também em publicações impressas. Todo o material jornalístico selecionado trazia em suas manchetes discussões e notícias sobre o tema da pesquisa. Esse material foi selecionado e separado, e posteriormente analisado conforme o

interesse da pesquisa e com o propósito de abastecer o trabalho com dados e informações, propiciando, assim, o subsídio necessário à reflexão em interface com o escopo teórico.

Pela internet, além da consulta de material jornalístico, acessamos uma série de **documentários e filmes**, listados nas referências, que serviram de fonte de pesquisa, permitindo o levantamento de material audiovisual sobre as dinâmicas sócio-espaciais e disputas territoriais relevantes ao tema da pesquisa. Esse material ofereceu uma melhor compreensão territorial dos espaços segregados, subsidiando a pesquisa com dados e informação.

Também pela internet recorremos ao uso de mídias não convencionais ao trabalho acadêmico, consultando **redes sociais** como *Facebook*. A plataforma em rede do *Facebook*, em especial, ofereceu-nos a possibilidade de colher informações e acompanhar eventos e acontecimentos às vezes ao vivo, a partir das chamadas *lives*, quando o administrador da página estabelece uma conexão audiovisual com o público que acompanha o seu conteúdo. A metodologia, nesse caso, pautou-se em seguir e acompanhar as publicações de uma série de páginas e perfis previamente selecionados e incorporados a nossa rede no decorrer da pesquisa, que disponibilizavam conteúdo inerente ao interesse da pesquisa, seja material fotográfico, audiovisual ou em formato de texto. Usamos esse recurso, por exemplo, para acompanhar mobilizações de rua e cobrir os acontecimentos em operações militares no Rio de Janeiro e durante a crise da segurança pública no Espírito Santo. Entre as páginas consultadas, o conteúdo da página *Serra Noticiário* e o perfil de *Raull Santiago*, blogueiro que reside no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, tiveram relevante importância.

Outras fontes de levantamento, desta feita, com observações realizadas nas **atividades de campo**, foram as visitas em quatro favelas do Rio de Janeiro e uma de Vitória, entre maio de 2015 e setembro de 2018, acompanhadas por guias das comunidades. Nas atividades de campo usei um diário de campo, em que fiz anotações, uma máquina fotográfica e smartphone, com registros de vídeos e fotografias, e um bloco de anotações, em que fiz croquis: todo esse material posteriormente aperfeiçoado me serviu de subsídio para elaborar modelos espaciais das dinâmicas territoriais de ação de grupos armados nos espaços segregados visitados.

As atividades de campo no Rio de Janeiro foram conduzidas nas favelas da Rocinha (no dia 11 de agosto de 2016), de Santa Marta (no dia 4 de abril de 2017), no Morro da

Providência (no dia 24 de setembro de 2018) e no Complexo da Maré (no dia 25 de setembro de 2018). Nesta última, tendo em vista a situação de litígio no período programado para a atividade de campo, minha locomoção pela favela foi prejudicada: contudo, na Maré obtive o suporte do Observatório das Favelas, coordenado pelo professor Jorge Luiz Barbosa. Graças a essa entidade consegui trocar informações e realizar entrevista com um membro da comunidade, com resultado relevante para a pesquisa, pelo material disponibilizado e pelo conhecimento do entrevistado sobre o lugar e as dinâmicas dos grupos armados da região.

No Rio de Janeiro, infelizmente, não foi possível realizar uma atividade de campo em Vila Kennedy, por motivos de ordem familiar do guia que me acompanharia, tendo, por isso, de cancelar esse campo. Em Vitória a atividade de campo se deu no morro São Benedito e adjacências (no dia 7 de maio de 2015). É relevante dizer que na região de São Benedito estive no local outras vezes, para realizar entrevistas e acompanhar atividades: contudo, qualifico de atividades de campo aquelas em que segui ou elaborei um programa organizado de campo, o que não foi exatamente o caso das outras visitas. Os campos foram escolhidos por conta de sua relevância no que tange à atividade de grupos armados ilegais e à presença do Estado na repressão ao tráfico de entorpecentes. Todos os campos foram realizados em áreas centrais da cidade, próximas de vias de circulação importantes, o que denota a importância imobiliária dessas áreas (ver a localização das favelas em que realizamos trabalho de campo na Figura 1, p. 29).

As visitas de campo previamente esboçadas em roteiro, de cunho observatório, permitiram circular por ruas e becos, observar elementos da paisagem, suas rotas e infraestrutura, tendo em vista a necessidade de conhecer de certa maneira o terreno do ponto de vista geoestratégico, propiciando, assim, uma leitura espacial da dinâmica territorial e do ambiente urbano. As visitas de campo permitiram também conversar com moradores, possibilitando o diálogo, cujo objetivo, nesse caso, não era realizar uma entrevista, mas conversar com os moradores sem que o diálogo fosse orientado por perguntas previamente determinadas. Optei por esse tipo de diálogo para abordar questões referentes à violência policial e militarização do espaço urbano, com destaque, em tais diálogos, sobre as dinâmicas espaciais de controle territorial aplicadas nas favelas por grupos de tráfico de drogas de varejo e pela polícia.

Figura 1

Atividades de Campo no Rio de Janeiro-RJ e em Vitória-ES



Fonte: Imagem espacial adaptada do *Google Maps*.

No Rio de Janeiro, além das atividades de campo em algumas favelas, percorremos alguns pontos turísticos e algumas das principais artérias da cidade, bem como alguns locais de competição durante o período dos Jogos Olímpicos (no dia 11 de agosto de 2016), para observar a forma como a segurança pública estaria mensurando uma política de contenção urbana, dificultando, por exemplo, o acesso aos locais de competição às classes sociais menos favorecidas que residem em espaços segregados.

Cabe registrar que a concepção de classe social que emprego aqui é essencialmente a de Karl Marx e Friedrich Engels, que se baseia nas relações sociais de produção. Segundo eles, na sociedade capitalista haverá sempre uma classe dominante e uma classe dominada, que reproduz a estrutura social ordenada pela classe dominante, e assim perpetua a exploração, podendo haver, portanto, criminalização ou exclusão por completo de determinados indivíduos de sua lógica de reprodução, como ocorre, por exemplo, com os moradores de rua, exemplo “perfeito” da exclusão do mundo do trabalho. Contudo, é importante ressaltar que as classes dominadas e as pessoas que adentram o mundo da delinquência dificilmente explicitam sentimento de pertencimento a uma classe, não havendo, nesse caso, uma verdadeira luta para se afirmar como classe ligada a uma identidade de luta

por direitos, mas antes uma espécie de luta de todos contra todos, como lembra Zanotelli (2011).

Como parte das atividades de campo, realizamos quatro **entrevistas** com públicos diferentes, feitas em Vitória e no Rio de Janeiro. Em Vitória elas incluíram um grupo de moradores residentes na Poligonal 1, que reúne as comunidades de São Benedito, Jaburu, Itararé, Floresta, Engenharia, Bonfim, Bairro da Penha e Consolação; entrevista com moradores da Ocupação Chico Pregó, que integra o movimento de luta por moradia na cidade no centro de Vitória e entrevista com um líder religioso que atua em áreas em bairros populares há mais de vinte anos. No Rio de Janeiro a entrevista foi feita com um morador da comunidade da Maré, com profundo conhecimento sobre a dinâmica territorial do lugar. As entrevistas tiveram como propósito oferecer uma visão do lugar a partir da fala de moradores e de pessoas que frequentam a comunidade, para que, assim, pudéssemos compreender melhor as relações de poder verificadas no dia a dia daquelas pessoas, que convivem com a opressão do tráfico de drogas e a repressão simultânea da polícia.

Realizamos atividades de campo desta feita como “participante” cobrindo algumas **mobilizações de rua**, em Vitória, entre agosto de 2016 e setembro de 2017, contra o golpe de Estado que destituiu Dilma Rousseff da presidência e desencadeou um programa político de cunho neoliberal, marcado pelo desmonte de programas e serviços essenciais do Estado, precarização das condições de trabalho e retirada de direitos fundamentais dos brasileiros. Os resultados foram incorporados no calor dos acontecimentos, ao levantamento empírico. Essas atividades, que incluem marchas e greves, que culminaram algumas vezes em confrontos com a polícia, quando manifestantes desarmados foram reprimidos pelas forças de segurança do Estado, não por acaso, são acrescentadas ao escopo de análise da pesquisa, a partir da ótica de configuração da cidade como espaço de batalha e do ponto de vista de criminalização e repressão contra movimentos sociais emancipatórios e de trabalhadores de forma geral. Nessas atividades participei como observador, mas evitei fotografar e reunir material por escrito, uma vez que alguém fotografando ou fazendo anotações em meio à “multidão” poderia facilmente ser confundido com um agente investigador da polícia.

Todo o material de campo, as entrevistas e as informações de natureza empírica e/ou de fonte secundária serviram como subsídio de análise e interface de reflexão ao escopo teórico, com o intuito de provocar e instigar teoricamente inúmeras repercussões que permitam um recentramento da teoria, adequando os aportes conceituais de urbicídio ao

componente espacial de militarização do espaço urbano, em perspectiva tridimensional, isto é, da noção de espaço de batalha assimilado e adequado ao contexto brasileiro. Para isso, optamos, no aporte conceitual-metodológico, por focalizar casos espetaculares de guerra no exterior¹¹ que possuíam, diante do contexto de militarização, uma concepção analítica original, que permitisse assimilar teoricamente os conceitos e estabelecer conexão com o caso brasileiro, mais particularmente do Rio de Janeiro e de Vitória, dialogando com autores nacionais e latino-americanos. Por meio deles se estabelece um estudo que faz sobressair a realidade brasileira, embora existam as supracitadas diferenças e tipologias, a fim de demonstrar que no Brasil também vivenciamos um processo de militarização e configuração da cidade como *espaço de batalha*, onde atividades urbicidas se manifestam sob a ótica da questão da militarização do espaço urbano.

Assim, a pesquisa conduz a uma especificação em relação ao quadro conceitual de volume político articulado com o conceito de *urbicídio*, a fim de extrair elementos que ampliem a inteligibilidade espacial da análise de diferentes conflitos em terreno urbano. Esse método expõe uma tipificação do cenário de militarização do espaço urbano brasileiro apregoando a noção de espaço de batalha, o conceito do urbicídio; essa equação permite depreender o espaço de batalha – isto é, a cidade e seu volume político – como lugar onde se manifestam políticas de guerra e como lócus de destruição da condição de existência urbana por ação militar, quando a guerra se desenvolve em meio à vida e aos espaços ordinários, de forma explícita ou implícita, num cenário em que se aplicam políticas de natureza urbicida, ações voltadas contra o espaço físico e simbólico daqueles que vivem em espaços segregados ou de exclusão.

Desenvolvimento e Organização da Pesquisa

Para corresponder ao enunciado de análise, subdivide-se a Tese em duas partes, na *primeira parte* apresentamos de forma mais extensa os aportes conceituais que norteiam a pesquisa. Cada capítulo da seção inicial expõe uma concepção teórica do ponto de vista da organização da Tese. Os quatro capítulos elucidam noções conceituais e metodológicas de análise invocando conceitos que permitem explicar a dimensão sócio-espacial da militarização do espaço urbano ao tempo que são capazes de desconstruir sua ideologia. Nessa parte abordamos o discurso de militares e os modelos geopolíticos que consideram que

¹¹ Como são os exemplos citados na pesquisa de Gaza (Palestina), Darayya (Síria), Bagdá (Iraque), Beirute (Líbano) e Sarajevo (Bósnia).

as guerras do futuro serão travadas nas grandes cidades do “Sul global”¹², lugares esses, segundo os teóricos do militarismo, propícios a insurgências contra o sistema capitalista.

O primeiro capítulo esboça uma análise da Reforma Urbana de Haussmann, em Paris, no século XIX, com o intuito de aclarar o papel que a reestruturação da cidade teve no ordenamento urbano-militar para sufocar os trabalhadores parisienses. O capítulo evoca o momento político da época, marcado pelas guerras de barricadas e lutas de classes mediante o cenário de militarização da capital francesa que se desenrola a partir do contexto de aburguesamento da cidade. A “transformação” urbana é, assim, vista como um processo “camaleônico” de metamorfose da cidade em espaço de batalha.

O segundo capítulo abre terreno para analisar as políticas de guerra no ambiente urbano aplicadas à luz da doutrina do “urbanismo militar” ou, como preferimos sempre usar quando pertinente à conversão da expressão, segundo entendimento da questão da militarização do espaço urbano.

O capítulo três focaliza a produção de geografias aéreas dentro do contexto de controle do espaço aéreo e configuração da cidade em espaço de batalha complexo. A aviação militar é apresentada no capítulo a partir de sua capacidade de projetar violência a longas distâncias e provocar terror aos moradores da cidade.

No último capítulo dessa seção privilegiamos um enfoque especial para o problema do urbicídio, analisado a partir de vários exemplos, que se desdobram da Bósnia ao Oriente Médio. Esse capítulo encerra a primeira parte da Tese lançando mão de uma reflexão teórica substancialmente amparada em exemplos notáveis, que refletem a militarização do espaço urbano como uma operação de violência política de destruição da condição urbana de existência na cidade.

Na *segunda parte*, após trabalhar conceitos fundamentais de *volume político* e *urbicídio* na seção anterior, dialogamos com eles e na sequência analisamos o caso brasileiro, justamente à procura de uma interface do que ocorre no Brasil com os casos mencionados no estrangeiro. Com isso, objetivamos identificar a especificidade do processo de imersão das cidades brasileiras no cenário mais geral de militarização e configuração do espaço de batalha

¹² Países do “Sul global” são aqueles que de alguma forma estão inseridos na dinâmica global do mundo de forma periférica ou semiperiférica, como é o caso do Brasil, um país industrializado e com grande presença na economia internacional, mas não hegemônico.

de feição urbicida. Nossa hipótese aponta para uma espécie de urbanização da guerra de baixa intensidade que se ampara em um contexto social e político de negação da cidade aos grupos sociais mais desfavorecidos e de luta de classes, ainda que o cenário seja confuso e o sentimento de pertencimento a uma classe não seja explícito. Essa política de guerra de baixa intensidade nos espaços segregados possui como público-alvo a própria população, por isso presenciamos no Brasil o urbicídio ao “estilo tropical” do “Sul global”: não vemos explicitamente uma guerra genocida e destruição completa da urbanidade que sustenta a vida, mas, por outro modo, verificamos violência policial, conflitos urbanos entre gangues, espoliação urbana e políticas públicas de segurança metaforizadas pelo discurso de “guerra às drogas”.

Faz parte do cenário de militarização descrito acima o contexto emblemático de clientelismo que permeia as relações entre agentes do Estado, traficantes de drogas e grupos milicianos. Nesse cenário, a título de exemplificação, grupos armados com domínio de território, como as milícias, formados essencialmente por policiais e ex-policiais que atuam na ilegalidade, são coisas ambíguas situadas entre o Estado e os interesses criminosos privados, não sendo a milícia (nem mesmo os traficantes de drogas, que contam com apoio e/ou participação de milicianos e da própria polícia), portanto, externa ao Estado, mas algo imbricado à sua sombra, funcionando de forma ilegal, porém em conivência com o poder. É nesse mesmo campo entre o legal e o ilegal que a “metaforização” dos espaços segregados como um lugar “caótico” e “perigoso”, lugar de “bandido” que abriga traficantes que supostamente contariam com o apoio de parte da população local, serve para justificar operações militares nas favelas, manipulando a opinião pública. Tal manipulação remete ao discurso in-direto, todavia não menos persuasivo, de que os pobres (e a população negra) são uma ameaça à sociedade brasileira, justificando, assim, meios violentos de repressão e operações militares em espaços segregados, habitados majoritariamente por esses grupos. Essa noção da favela como espaço “perigoso” e “caótico”, cuidadosamente trasladado ao status de “inimigo”, possui uma ligação umbilical com o período escravocrata, retroalimentando a associação da favela ao estereótipo de uma senzala urbana.

Para corresponder a tudo isso, o capítulo cinco analisa a forma como a cidade do Rio de Janeiro está sendo sitiada pela ação de grupos armados ilegais e pelas próprias forças de repressão do Estado. Para demonstrar esse fenômeno o capítulo estabelece uma conexão com Porto Príncipe, no Haiti, identificando um fio condutor da política mais recente de

militarização no Brasil, que pode ainda ser ampliada ao contexto latino-americano de política de “guerras às drogas” e intensificação da violência urbana, como veremos. O capítulo ainda revela que o modo operante da militarização vem assumindo um comportamento predatório, agindo por métodos de espoliação daqueles que são mais vulneráveis.

No capítulo seis realiza-se, a partir do Rio de Janeiro, uma análise histórica esboçando uma série de dinâmicas sócio-espaciais responsáveis pela configuração da cidade como espaço de batalha. Para demonstrá-lo de forma elucidativa recorreremos à Reforma Urbana de Pereira Passos e aos motins urbanos no Rio de Janeiro no início o século XX. Na mesma vertente também problematizo a insurgência de um “novo” cenário de militarização com grupos armados independentes com domínio de território operando no espaço urbano.

Na sequência, o capítulo sete centra no aspecto geoestratégico de militarização dos espaços segregados com enfoque na política de “guerra às drogas” e no contexto difuso de militarização e violência urbana nas cidades do Rio de Janeiro e Vitória. No capítulo exemplifica-se a formatação dos espaços segregados como “territórios inimigos” e o contexto de guerra urbana volumétrica nos morros de favelas, em particular do Rio de Janeiro. O capítulo também ilustra uma série de tipologias de urbicídio no contexto brasileiro que revelam como o urbicídio se manifesta por inúmeras facetas. Não obstante, seu objetivo é o mesmo: destruir e negar deliberadamente a condição urbana que propicia a vida na cidade. Esse capítulo abre caminho para nossas conclusões finais no último capítulo da Tese.

PRIMEIRA PARTE

GEOPOLÍTICA DA CIDADE: MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO URBANA

A primeira parte da pesquisa tem como objetivo discutir o papel geopolítico que as cidades modernas têm assumido no cenário contemporâneo de guerras urbanas. A cidade é comumente vista como lugar de reprodução da sociedade e lugar primordial da realização do capitalismo, mas há enfoques que a abordam por uma ótica de análise crítica do militarismo, com o intuito de evidenciar os aspectos militares e geoestratégicos que interagem com a questão urbana. Esses aspectos são muitas vezes deixados de lado ao se estudar uma série de temas relacionados à cidade. Tal perspectiva baseia-se nos estudos da Geopolítica Vertical e Urbanismo Militar que focalizam a cidade como um manifesto campo de operações militares, que interferem na vida das pessoas e na forma como se efetiva a produção do espaço urbano. Equipado por esta lente de análise, nosso objetivo concentra-se em examinar a interface do processo urbano associada à militarização, justamente o que alguns autores têm chamado de guerra urbana.

A análise parte da constatação que as cidades são o epicentro das guerras no novo século. Se verificarmos, também veremos que as guerras ocorrem analogamente ao papel histórico que as cidades desempenham de concentração de pessoas, mercadorias e infraestrutura. Tudo isso possibilitou a emergência de um modo de vida urbano, mas também inseriu a cidade em um virtual cenário de rebelião e conflitos urbanos. A sociedade, lembra Lefebvre (1999, 2001), tem se transformado numa sociedade urbana. Essa é, na verdade, a tese central de Lefebvre, mais bem desenvolvida em *Revolução urbana* (1999), em que o autor observa que a urbanização tem se apresentado como uma tendência universal de constituição de uma sociedade “totalmente” urbana. Em seu contexto histórico a cidade também insurge como lugar estratégico e de interminável disputa. Aqui cabe ao militarismo¹³ um papel importante no seu código genético, não importando muito, nesse momento, se a cidade nasce originalmente de uma fortaleza militar ou se, consecutivamente, sua

¹³ O termo militarismo é empregado em uso corrente ao longo do texto como atividades militares ou ideologia militar que expressa a ideia de que uma sociedade é mais bem servida quando governada por conceitos ou pessoas da cultura, doutrina e sistema militares.

militarização decorre da necessidade de defesa das riquezas que concentra e centro do poder político que configura¹⁴.

Importa mais à pesquisa destacar os aspectos tangenciais do militarismo no substrato urbano, responsável por ordenar uma concepção da cidade como espaço de batalha. O capítulo I discorre sobre essas questões e identifica na Reforma Urbana de Paris, efetuada pelo barão Haussmann, um momento paradigmático de introdução do militarismo como aporte central de produção do espaço no processo de urbanização, que merece ser explorado. Escolhemos a Paris do século XIX como luneta de análise, nesse primeiro momento, ao considerarmos os eventos que se desenvolvem na cidade como relevadores do processo de militarização da cidade moderna, capazes de evidenciar o processo de modernização da cidade decorrente de obras de reestruturação e planejamento urbano de cunho geoestratégico que colocam em prática ideias de reordenamento atribuídas à militarização do urbano.

Em Paris identifica-se no planejamento urbano haussmaniano uma lógica que a transcende e que se tornará presente no processo de urbanização militar da sociedade moderna: a abertura de bulevares e a eliminação de ruas estreitas e tortuosas não estariam relacionadas apenas a políticas públicas de embelezamento e higienização da cidade, mas, antes, à militarização do espectro urbano. Ressaltamos, outrossim, que o nascimento do urbanismo moderno como uma instância urbana do planejamento não será capaz de ordenar a urbanização vindoura no “Sul global”¹⁵ como se fosse um efeito pacificador, outrora equalizado na Europa.

Nesses países a rápida urbanização tem proporcionado um fenômeno “novo”, em que a insurgência de um espectro periférico e mais violento do projeto haussmaniano não pode ser tratada a partir de simplificações ou generalizações, que consistem, por exemplo, em qualificar as nações como países pobres *versus* países ricos, ou países desenvolvidos *versus* países subdesenvolvidos. Assim, os termos “Norte global” e “Sul global” não devem ser

¹⁴ Em Çatal Hüyük, por exemplo, essa configuração não se realizaria. Nessa cidade, Edward Soja (2008) diz ter sido possível o surgimento de uma cidade durante o período neolítico sem muros e sem Exército. Ainda que muitos estudos deem destaque para a presença de atividade militar análoga ao surgimento da cidade, é importante dizer que alguns estudiosos dizem o contrário, sendo plausível considerar que de fato há exceções e que a cidade não pode ser definida exclusivamente em função do aspecto militar. Para mais detalhes e precisão sobre o tema, ver *Postmetrópolis* de Soja (2008) e *A cidade na história* de Mumford (1998). Ambos os autores fazem a reconstituição do surgimento da cidade muito além do que é possível apresentar aqui.

¹⁵ Optamos pelo termo “Sul global” em detrimento de outros, como “subdesenvolvido” ou “terceiro mundo”, para nos referirmos aos países “periféricos” e “semiperiféricos”, pois, a nosso ver, a expressão dá conta, ainda que com alguns entraves, do período atual, em que há universalização do capitalismo como modelo político-ideológico-econômico predominante.

empregados sem ressalvas, pois constituem generalizações pseudogeográficas, que não implicam várias incongruências, como também costumam trazer um olhar eurocêntrico, como observa Souza (2016). Assim, o uso de uma ou outra expressão desse grupo se dá pela conviência, e não pela afirmação taxativa. Logo, o campo de batalha erigido em meio a lutas coloniais travadas num cenário de efervescente urbanização “desordenada”, ao ser deslocado dos grandes palcos da história dos conflitos urbanos nos grandes centros europeus para a periferia do mundo capitalista, invoca todo um conjunto de ordenamento espacial, suas imperfeições e até mesmo suas visões um tanto quanto preconceituosas.

No capítulo II recuperamos o debate de urbanização da guerra como recurso exploratório de cunho teórico, para analisar a forma como a cidade tem sido pensada, ou seja, como um espaço de batalha, e como a guerra tem sido travada em terreno urbano. Trabalhamos o discurso dos *Estudos Militares em Terreno Urbano*, que enfatiza que as cidades dos países ditos do “Sul global” serão os campos de batalha do futuro ao analisar o problema do urbano militar a partir da perspectiva crítica. Para tanto, exploro as concepções conceituais de *política da verticalidade* e *volume político* nessa interpretação do espaço urbano como ambiente panóptico, com enfoque na sua matriz militar volumétrica, composta por arranjos de objetivos ópticos.

A seguir, esquadrinho no capítulo III o que alguns autores têm chamado de Geopolítico Vertical no contexto do conflito urbano. Embora toda nossa orientação teórico-metodológica incorpore noções de verticalidade na análise do espaço, nesse capítulo tal concepção sobe às alturas literalmente, pois enfoco a presença de aeronaves na cidade, mostrando como é manifesta e como influencia a vida das pessoas. Nosso objetivo, nesse momento, é entender como a tecnologia do avião é utilizada em combate urbano, conferindo novos significados e percepções à vida urbana, constatando que as pessoas têm sido ameaçadas por novas produções do espaço aéreo.

No capítulo IV, que encerra a primeira parte da Tese, proponho verificar como a guerra na cidade é voltada para táticas e ações de urbanismo de guerra, que objetivam, em seu fim último, a destruição da arquitetura e infraestrutura urbana que possibilita a vida na cidade. O conceito de *urbicídio* orienta o debate a partir de alguns casos exemplares, que dão conta dos conflitos na Palestina, na Bósnia, no Líbano e na Síria. Partindo deles extraímos elementos para refletir sobre a realidade brasileira na segunda parte da pesquisa, em que a “destruição” do espectro urbano é enfocada a partir do contexto local não só como uma tática

de guerra para negar ao “inimigo” a vida urbana como direito, mas também como uma forma de espoliação, vista como mecanismo de expropriação de populações de baixa renda.

CAPÍTULO I

METAMORFOSE DO ESPAÇO DE BATALHA

Neste capítulo procuro demonstrar que há um processo de “metamorfose” do espaço urbano em espaço de batalha. Recorro à Reforma Urbana de Paris em meados do século XIX para pautar a tese de que a reestruturação urbana realizada naqueles tempos desencadeou um pensamento geopolítico sobre o urbano que transformou a escala da cidade, a partir do contexto da urbanização, agregando ao espaço urbano concepções militares mais bem elaboradas. A geopolítica urbana, que vemos nascer, trata das estratégias adotadas pelo Estado para administrar o espaço urbano, subentendendo, para isso, o controle sobre as populações, os recursos e a infraestrutura urbana. É nesse contexto que devemos enfatizar a importância da cidade como campo de disputas e lutas na história.

Planejadores e estrategistas desde muito viam as cidades como locais de importância estratégica. Para dizer a verdade, a cidade sempre foi o troféu a ser conquistado, em qualquer cenário de guerra da história antiga ou moderna. Em contrapartida, também são vistas como locais de improvável vitória de exércitos invasores e difíceis de combater. Ruas estreitas e presença de populares são elementos adicionais à complexidade do campo de batalha. Como disse o filósofo de guerra Sun Tzu (2007), há 1500 a.C. , cidades são lugares difíceis de serem conquistados, e a “pior política é atacar cidades”. Essa visão parece ainda apregoada ao contexto militar e vem sendo ressuscitada nos dias atuais por estrategistas e analistas militares de países como os Estados Unidos, como demonstra Graham (2004d; 2011).

Essa afirmação contém um paradoxo, pois sendo a cidade nos dias de hoje, sobretudo, lugar de reprodução da sociedade como um todo, ela consiste num espaço de concentração de atividades diversas (comércio, indústrias, serviços etc.), que se materializam no espaço pela concentração de objetos, através do processo de artificialização da paisagem. Dessa forma, a cidade dimensiona uma lógica particular de valorização da terra urbana enquanto mercadoria e da vida urbana enquanto modo de vida urbanizado em suas variáveis faces e modos diversos de expressão cultural. A cidade e o urbano como expressões da vida em comunidade tornaram-se mercadorias, mas, ao que tudo indica, também campo de batalha, doravante, lugar de lutas diversas e lócus de resistências: ela ainda dimensiona o palco das

transformações sociais e da possibilidade de revolução. Por conta disso, sua importância como teatro de lutas e guerras ao longo da história.

Graham (2004c, p. 1-2, tradução nossa) lembra Virilio, justamente para chamar a atenção para o surgimento da cidade como algo inseparável da guerra:

Cidades, guerra e violência política organizada sempre foram construções mútuas. “A cidade, a polis, é constitutiva da forma de conflito chamada *guerra*, justamente como a guerra é em si constitutiva da forma política chamada de *cidade*” (VIRILIO, 2002, p. 5¹⁶; ênfase no original). Guerra e cidade têm sido moldadas intimamente uma como a outra ao longo da história urbana e militar. [...].

Por isso,

[...] a história da concepção, construção e ocupação dos espaços urbanos não pode ser contada sem levar em consideração o papel central deles como os locais primordiais de poder e controle militar. Nos tempos pré-modernos e no início da modernidade, cidades e cidades-Estado eram os agentes primários, bem como os principais alvos da guerra. A pilhagem de cidades fortificadas, junto com o assassinato de seus habitantes, era o evento central na guerra [...] (GRAHAM, 2011, p. 10, tradução nossa).

Embora seja exagero reduzir a cidade a um estado de guerra, ou mesmo fundamentar o seu surgimento sobressaindo o aspecto militar sobre todos os demais e sobre todas as circunstâncias históricas e locais¹⁷, é válido observar que a cidade desenvolveu um corpo militar e arquitetura militar expressiva, que se engendra em sua própria história constitutiva. Surge como resultado de transformações sociais gerais que possibilitaram que povoados agricultores se tornassem sedentários, dando origem a assentamentos permanentes maiores e muito mais complexos, só possíveis, naquela altura, com a obtenção de excedentes que propiciaram a certos indivíduos/grupos se desvincularem da produção.

Entre esse corpo de pessoas constituído por não produtores, que passam a se dedicar a outras funções especializadas, estão os soldados, que vão se preocupar agora com as atividades voltadas à prática da guerra. A essa atividade militar que as cidades vão abrigar, desde muito cedo, dedicaremos grande parte do enfoque deste texto. Por isso se privilegiará na análise do objeto de pesquisa o aspecto militar nas cidades – para enfoques mais

¹⁶ P. Virilio, *Desert screen: war at the speed of light*, 2002.

¹⁷ Soja, no livro *Postmetrópolis* (2008), como já indagamos, é um dos autores que defendem a tese de uma inversão da clássica perspectiva sobre a origem das cidades, questionando, assim, a sequência convencional do esquema evolutivo das cidades em caça-coleta-agricultura-aldeias-cidades-Estados. Para ele, o corpo militar não necessariamente foi primordial no desenvolvimento de todos os agrupamentos urbanos da antiguidade.

abrangentes, ver Mumford (1998) e Soja (2008), para uma leitura com o propósito de síntese do surgimento das cidades, seu papel e funções, pode-se consultar Souza (2008a).

A fim de atender ao objeto enunciado, faz-se necessário, de antemão, aludir que a violência que os homens são capazes de perpetrar uns contra os outros por disputas territoriais e por possessões desde muito se fixou na cidade e a usou como aporte, encontrando na arquitetura urbana a sua forma geográfica mais bem acabada. A arquitetura urbana convertida em espaço de batalha e concebida como espaço urbanizado é constituída, hoje, por processos imbricados. Ela não pode ser concebida somente como uma superfície que recorda o campo de batalha tradicional, em que exércitos se encontravam para digladiar em campos abertos; para ir além dessa concepção estanque, é preciso discutir a militarização à luz do processo de urbanização.

Para interpelar a constituição de um espaço de batalha na cidade imersa num quadro amplo de urbanização, precisamos analisar o manifesto processo de militarização da cidade a partir da história mais recente das guerras de barricadas e conflitos urbanos de modo geral, em Paris, no século XIX. Um problema duplo que se orienta por sentidos aparentemente opostos, mas que se convergem ao final, se erige aqui. O primeiro deles identifica a Reforma Urbana efetuada por Haussmann em meados do século XIX como divisor de águas, ao inaugurar o urbanismo planejado atuante na reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris, com o objetivo de resolver os problemas de excedentes de capital na época. O segundo aspecto dimensiona a introdução da estratégia militar de intervenção na cidade pautada na reorganização do espaço urbano, com o objetivo de reprimir movimentos políticos em ebulição que agiam na cidade.

O segundo aspecto é circunscrito à militarização da cidade, e sua dinâmica ilustra um momento decisivo de desenvolvimento tecnológico e reorganização funcional do espaço urbano, que irá transformar a cidade em espaço de batalha, atribuindo-lhe novos significados, ao mesmo tempo que assistimos ao processo de urbanização em escala planetária. Como consequência de transformações tecnológicas e urbanização em grande escala, as guerras travadas em locais abertos e horários marcados se deslocarão para um campo de batalha universal, que irá interpelar a cidade não só como espaço de reprodução da sociedade e mais especialmente do espaço urbano, mas como um novo terreno de combate.

1.1 A Reforma Urbana de Haussmann

O capitalismo que se edificou sobre a busca incessante de mais-valia (“lucro”), tem na figura do capitalista um personagem que precisa eternamente produzir excedentes de produção. Desde que as cidades surgiram, elas foram capazes de capturar o excedente do seu entorno e de concentrá-lo na cidade. Contudo, Lefebvre (1999, 2001) lembra que a cidade que surge do advento da industrialização nasce sobre uma cidade preexistente, uma cidade que concentra atividades comerciais, embora não fosse ela, nessa altura, um produto comercializável no sentido que atribuímos hoje como uma mercadoria.

Antes do advento do capitalismo a cidade possuía sentido de uso, e a arquitetura da vida urbana de então apresentava-se como obra. Destituída de valor de troca e não reproduzível enquanto mercadoria, a cidade, como observa Lefebvre (1999, 2011), será saqueada pela industrialização, que rapidamente irá se instalar como o motor das transformações na sociedade. Esse motor universal, em outras palavras, capaz de atingir a realidade urbana irá operar uma metamorfose no espaço urbano, atribuindo-lhe valor de troca ao mesmo tempo em que ocorre a generalização da mercadoria pela atividade industrial. Com a absorção de capital excedente gerado pela indústria em investimentos de infraestrutura e imobiliários, o outrora significado de valor de uso da cidade passa a ser então subordinado ao valor de troca, dando origem, assim, a um processo de “mercantilização” da cidade (ver LEFEBVRE, 1999; 2001).

Para Harvey (2014a, p. 30),

[...] isso significa que o capitalismo está produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização.

Analogamente, o uso do capital excedente investido no urbano assume função central na exploração da força de trabalho, no sentido de recuperar parte do salário pago ao trabalhador, ou mesmo gerar uma instância de desapropriação urbana através da cobrança de aluguéis (HARVEY, 2014a). Como veremos, no entanto, este mesmo processo esconde algo mais perverso.

Examinemos o caso da cidade de Paris durante a insurreição proletária de 1848. Em meados do século XIX a Europa vivia uma convulsão econômica, que atingiu a capital

francesa de uma forma sem igual. Para Harvey (2014a, 2015¹⁸), essa foi a primeira crise estrutural do capitalismo em que se verifica excedente de capital e excedente de trabalho, lado a lado, no mesmo processo. A crise desencadeou uma revolta deflagrada pelos operários desempregados e pelos “utopistas burgueses” que viam a república como um antídoto no combate à desigualdade social.

O efeito colateral disso tudo foi a subida ao poder de Luís Bonaparte, que com um golpe de Estado, em 1851, proclamou-se imperador um ano mais tarde. Uma vez no poder, Bonaparte sabia que precisava resolver o problema de inversão do excedente duplo gerado, de capital e trabalhadores, para manter-se no trono. Por conta disso o novo imperador iniciou uma dura repressão política aos movimentos sociais e recorreu a um vasto programa de investimentos infraestruturais internos e no exterior, com o intuito de resolver o problema de absorção de capital excedente (HARVEY, 2014a, 2015).

Parte importante de seu plano se desdobrou sobre a reconfiguração urbana de Paris. Para efetuar programa de reformas, Bonaparte recorreu ao barão Haussmann e deixou em suas mãos o projeto e construção das obras públicas na cidade. Haussmann, sem demora,

[...] entendeu perfeitamente que sua missão consistia em ajudar a resolver problemas de excedentes de capital e desemprego por meio da urbanização. A reconstrução de Paris absorveu imensas quantidades de mão de obra e capital para os padrões da época e, junto com a supressão autoritária das aspirações da força de trabalho parisiense, foi um instrumento fundamental para a estabilização social (HARVEY, 2014a, p. 34).

Para fazer as mudanças pretendidas Haussmann acabou instituindo um sistema “keynesiano” de melhorias urbanas infraestruturais de grande porte, financiadas pela dívida. O sistema funcionou bem por cerca de 15 anos e criou um novo estilo de vida urbano. Paris se transformou no maior centro de consumo e de turismo do mundo. O novo estilo de vida urbano contou com inúmeros cafés, lojas, teatros, indústria da moda e exposições que permitiram a absorção dos excedentes mediante o consumo totalmente insustentável que excluía a classe trabalhadora, conduzindo a um sistema financeiro especulativo baseado em estruturas de créditos inviáveis em longo prazo (ver LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2014a, 2015).

¹⁸ Em *Paris: capital da modernidade* (2015), Harvey descreve com mais detalhes os eventos que se sucederam nesse período, focalizando em tela a Reforma Urbana desencadeada por Haussmann e a Comuna de Paris, como eventos indissociáveis que devem ser enquadrados dentro da lógica da luta de classes e o desenvolvimento do que ele chamou de modernidade, processo esse atrelado às atividades capitalistas que se impõem sobre a sociedade urbana parisiense daquela época.

Hausmann reformulou bairros inteiros e abriu verdadeiros clarões na cidade, substituindo ruas tortuosas por longas avenidas. Assim, bairros sórdidos, propícios à atuação de rebeldes e insurreições, vieram abaixo, dando lugar a bairros aburguesados. Com o intuito de melhorar o controle da capital em frequente ebulição, o barão imprimiu uma estratégia de bulevares em arranjos espaciais vazios para que as metralhadoras fossem capazes de pentear a cidade e cobrir todos os flancos. A cidade foi reconfigurada para inibir revoltas e favorecer a atuação das tropas francesas em confrontos, erigindo, nesse encalço, um verdadeiro espaço de batalha dentro da cidade como arquitetura urbana planejada em distinção ao campo de batalha tradicional (ver LEFEBVRE, 2001; GRAHAM, 2004c; 2011)¹⁹.

O sistema de inversão de excedente erguido não resistiu muito. Em 1868 o sistema mostrou-se impraticável, levando Hausmann a perder sua influência, enquanto Bonaparte se precipitou em uma guerra imperialista aparentemente inevitável contra a Alemanha de Bismarck, da qual saiu derrotado (HARVEY, 2014a, 2015). Embora as reformas urbanas fossem efetivas para reorganizar o tecido urbano, arquitetando o que estamos chamando de metamorfose do espaço de batalha, ao adotar o planejamento urbano de forte cunho político, o modelo visava, também, fins estratégicos embebidos numa ideia de controle social. Assim posto, o modelo considerava, para fins estratégicos, que as ruas da Cidade Antiga favoreciam a atuação de grupos rebeldes, que com frequência se transformavam em palco de conflitos. Viu-se, assim, a necessidade de planejar a cidade para reorganizar o campo de batalha urbano, que se configurava pela aglomeração urbana, criando perspectivas amplas de vantagem das tropas do Estado sobre tais grupos.

Ao abrir bulevares largas e extensas, marcadas por grandes retas, Hausmann efetuou sobre Paris um programa de pensamento geopolítico pragmático alicerçado na urbanização. Esse programa foi fundamentado em uma escala maior que a normal, empregando noções de medida e cálculo no planejamento urbano como ferramentas políticas de controle (HARVEY, 2014a, 2015). Essa é, aliás, uma noção de controle político do espaço mediante o desenvolvimento de um aparelho disciplinar engendrado na urbanização. Objetivava-se, assim, erguer sobre Paris uma verdadeira arquitetura panóptica²⁰, que transformou a

¹⁹ Algo da organização espacial das guerras de barricadas sobreviveu até recentemente, quando, em 1968, estudantes e populares mais uma vez usaram esse artifício, em menor escala, é verdade, para enfrentar as forças do governo.

²⁰ O termo panóptico, como visto na introdução, é utilizado para designar uma penitenciária ideal, que permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros a partir de uma torre central, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. Desta premissa, a eficiência do panóptico deriva, justamente, do receio dos

percepção e modo de vida das pessoas nos espaços públicos, incorporando a estratégia militar na arquitetura da cidade para evitar revoltas e manter a cidade sob controle das classes burguesas hegemônicas.

No entanto, a estratégia de dificultar manifestações no espaço público, expulsando a classe operária do centro da cidade para as margens periféricas, alicerçada pelo programa de “revitalização” da cidade, e de dar “nova” vida à cidade por meio de ações de planejamento, requalificando o espaço urbano e aburguesando bairros inteiros, saiu pela culatra. Depois que o sistema de absorção de excedentes encontrou os seus limites e Bonaparte saiu derrotado na guerra, “[...] surgiu a Comuna de Paris, um dos maiores episódios revolucionários da história urbana capitalista. A Comuna foi criada em parte devido à nostalgia do mundo urbano que havia sido destruído por Haussmann [...] e o desejo de recuperar sua cidade por parte dos desalojados pelas obras de Haussmann” (HARVEY, 2014a, p. 35-36).

A Comuna de Paris (1871), reivindicada primeiro por Marx e depois por Lênin como uma insurreição proletária, foi um movimento de classe e de luta trabalhista, mas também um movimento social urbano por direitos de cidadania e direito à cidade e tinha como uma de suas principais pautas a imposição de moratória aos aluguéis, uma questão eminentemente urbana, portanto, de natureza social-trabalhista. Embutida de um forte viés anticapitalista, fez uso da cidade como campo de batalha, utilizando os bairros proletários e periféricos da Cidade Luz para erguer barricadas contra as tropas franco-prussianas.

Instaurada no bojo da insurreição popular de 18 de março de 1871, a Comuna durou oficialmente de 26 de março a 28 de maio, período esse em que adotou uma política de caráter socialista, mantendo-se no controle de Paris até ser esmagada pelo governo “oficial”, instalado temporariamente em Versalhes, desde a perda de Paris para os revolucionários, sob o comando de Louis A. Thiers. Este negociou a paz com os alemães e reorganizou as tropas do Exército contra os revolucionários sitiados na capital francesa. Após um longo cerco e conflitos intensos pelas ruas da cidade, originou-se um dos episódios mais violentos da

detentos de não saberem se estão ou não sendo vigiados, uma vez que a organização das celas distribuídas no entorno da torre favorece a visão de quem está oculto em seu interior, não dando certeza de sua presença. Lembramos novamente que o termo é empregado aqui como uma estrapolação de seu uso mais comum nas prisões uma vez que enfatizamos a sua difusão na arquitetura urbana como estratégia de securitização da vida urbana moderna. Assunto esse amplamente discutido por Foucault em *Vigiar e punir* (2013), a partir de seu debate sobre o desenvolvimento de formas de controle, por meio do emprego da disciplina. Hoje, por meio do uso de câmeras de vigilância, o termo sinóptico talvez seja mais aplicável, já que indica um mecanismo de controle que permite ver um conjunto de uma só vez e com uma dada visão geral do todo, ampliando a noção de estar sendo vigiado e de que poucos podem vigiar muitos.

história do proletariado, que ficou conhecido como Semana Sangrenta, quando dezenas de milhares de parisienses foram executados, colocando um fim no que para muitos foi a primeira revolução de cunho proletário de origem urbana da história (HARVEY, 2014a; 2015).

Os episódios que se desdobram em Paris durante esse período explicitam algumas das particularidades que a morfologia urbana e o perfil militar da cidade passam a apresentar no contexto moderno, considerando a tipologia da urbanização e o papel estratégico que as cidades assumem agora, no desfecho de guerras travadas no cenário urbano, quando a cidade não é mais um palco, mas um espaço complexo. O redesenho da malha urbana da cidade pela Reforma Urbana de Paris e o levante popular que se sucedeu, com os parisienses erguendo barricadas e utilizando a tipologia urbana da cidade, caracterizada em parte, na época da Comuna, por ruas estreitas e vielas labirínticas, dimensionam a importância que a manipulação do substrato urbano passa a desempenhar no campo de lutas pelo controle da cidade.

Karl Marx, um astuto analista militar de seu tempo, não perdeu de vista as implicações do uso da cidade como estratégia de guerra. Ele também conseguiu enxergar o emprego de meios urbanos no combate urbano. Mesmo sem utilizar termos que são hoje conceituais, como *espaço de batalha* ou *urbicídio*, Marx escreveu em um de seus livros, um longo e perspicaz trecho analisando a forma como a cidade foi manipulada em combate, por ambos os lados elucidando a destruição do espectro urbano como uma estratégia de guerra para atingir o inimigo durante o conflito da Comuna de Paris. Diz ele:

[...] Na guerra, o fogo é uma arma tão legítima quanto qualquer outra. Os edifícios ocupados pelo inimigo são bombardeados a fim de incendiá-los. Se seus ocupantes são forçados a se retirar, eles próprios ateam fogo para prevenir que os agressores [não] façam uso dos prédios. Arder em chamas tem sido sempre o destino inevitável de todos os edifícios que se situam no *front* de batalha de todos os exércitos regulares do mundo. Mas na guerra dos escravizados contra os escravocratas, a única guerra justificável da história, esse argumento não tem validade, de modo algum! A Comuna usou do fogo estritamente como um meio de defesa. Utilizou-o para bloquear às tropas de Versalhes o acesso àquelas amplas e retas avenidas que Haussmann havia aberto expressamente para que nelas pudesse se deslocar o fogo da artilharia; empregou-o para cobrir sua retirada, do mesmo modo que os versalheses, em seu avanço, usaram suas granadas que destruíram pelo menos tantos edifícios como o fogo da Comuna. Ainda hoje é matéria controversa quais edifícios foram incendiados pelos defensores e quais pelos atacantes. E os defensores recorreram ao fogo apenas quando as tropas versalhesas já haviam dado início ao assassinato em massa de prisioneiros. Além disso, há muito tempo a Comuna havia anunciado publicamente que, caso fosse levada a uma situação extrema, enterraria a si mesma sob as ruínas de Paris e faria desta capital uma segunda Moscou, o que o Governo da Defesa Nacional também prometera fazer, mas apenas como um

disfarce para sua traição. A Comuna sabia que seus inimigos não se importavam com as vidas do povo de Paris, mas se importavam muito com os edifícios parisienses que lhes pertenciam. E Thiers, por outro lado, lhes havia advertido que seria implacável em sua vingança. [...]. Se os atos dos trabalhadores de Paris foram de vandalismo, era o vandalismo da defesa em desespero, não o vandalismo do triunfo, como aquele que os cristãos perpetraram ao destruir os inestimáveis tesouros artísticos da antiguidade pagã; e mesmo esse vandalismo foi justificado pelos historiadores como inevitável e insignificante se comparado à luta titânica entre uma sociedade nova a surgir e uma sociedade velha a se despedaçar. E ainda menos que o vandalismo de Haussmann, que arrasou a Paris histórica para dar lugar à Paris do turista! (MARX, 2016 [1871], p. 75-76).

Nessa passagem, Marx desnuda as reais intenções militares postas no teatro da guerra e arrola algumas das principais estratégias dispostas no campo de batalha urbano. Destaca que destruir o ambiente urbano no qual se apoia a vida do inimigo, isto é, a vida do proletariado, tratava-se, sem ressalvas, do verdadeiro estratagema da guerra urbana contra os trabalhadores. O desfecho da guerra ilustra muito bem que o objetivo da burguesia parisiense não era somente desarticular o proletariado, mas atingir seus espaços e refúgios urbanos, que possibilitavam o uso da cidade a favor da classe trabalhadora. Nesse sentido, o aniquilamento das formas herdadas do passado também foi colocado em prática na destruição do tecido urbano durante a guerra, para que de seus destroços pudesse erigir uma nova cidade capitalista. Os episódios da Comuna e, em sentido mais amplo, o conjunto dos conflitos vividos na capital francesa daquele período, de forma geral, compõem o embrião da estratégia militar e elucidam o discurso de militarização da cidade, amalgamado à urbanização que se instala na cidade. Incubado, desde a Comuna, esse discurso aguardou o desenvolvimento da tecnologia militar por quase um século para sair do casulo e completar a metamorfose do espaço de batalha na cidade, instalando, agora, o discurso de guerra “permanente” nas cidades, ao difundir, por este viés, o urbano como um campo de batalha universal.

Essa universalização do discurso que demarca a cidade como o campo de batalha das guerras futuras encontra fundamentação na ponta do lápis de estrategistas militares dos Estados Unidos e de Israel, que, no atual processo de urbanização desordenado que ocorre nos países ditos do “Sul global”, concebem o espectro urbano como ambiente inimigo. Eles qualificam e tipificam cidades populosas e muitas vezes precariamente servidas de infraestrutura e serviços básicos como uma ameaça por causa do explosivo crescimento desordenado de tais cidades. É sobre esse olhar que concebem as cidades e os pobres que ali vivem como uma ameaça. É nesse aspecto que deteremos nossa atenção.

1.2 O “Retorno” da Guerra à Cidade: o Espaço de Batalha em Área Urbana

A guerra, é fato, nunca saiu da cidade. Tal afirmação é despretensiosa, já que há vastos estudos sobre o assunto que demonstram o quanto a cidade foi, em diferentes tempos históricos, o seu alvo preferido. Por isso, não é nosso objetivo recorrer nesse momento a inúmeros estudos sobre o tema para afirmar e pautar nossos argumentos com o intuito de demonstrar como as guerras ocorriam, em maior ou menor intensidade, na cidade, mas mostrar que a guerra retorna à cidade em outra conjectura, outra perspectiva, sem nunca ter saído dela, como efeito da urbanização da vida em permanente conflito.

Outrossim, deve-se reconhecer que a cidade, embora seja o lugar de lutas e manifestações políticas que podem, e a história mostra, se desdobrar em guerras urbanas, é *a priori* o lugar de compartilhamento e uso do espaço comum²¹, lócus da vida urbana. Ela não é, dessa forma, vista por muitos autores, necessariamente, como lugar da guerra, mas da reprodução das relações sociais e de constituição de um modo de vida urbano. A cidade, em outras palavras, não pode ser resumida a guerra, da mesma forma que não se pode negar, por outra via, que a cidade em muitos momentos é o palco de desfecho de muitos conflitos. Nesse sentido, não se negligencia, de forma alguma, a perspectiva dos estudos urbanos que adotam uma leitura marxista das relações sociais de produção engendradas no processo de urbanização. Pelo contrário, procuramos nos centrar nos efeitos de militarização da questão urbana e de retorno da guerra à cidade, que pode ser vista, por sinal, como um dos sintomas do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Tendo as relações assimétricas de reprodução do capitalismo como pano de fundo, preliminarmente é importante observar, tal como Virilio (1996) propõe pensar que a riqueza na concepção de Marx, concebida como equivalente geral do capitalismo, não pode por si só ser um equivalente geral do capitalismo, ou mesmo da industrialização, desvinculada da velocidade como valor a partir do advento da revolução técnica e política que ocorrem de forma indissociável. A lógica do capitalismo é a lógica da velocidade como valor supremo que a sociedade instaura como um regime de controle do movimento. Velocidade e política assumem, portanto, toda uma conexão, sem a qual não é possível compreender a transformação do campo de batalha tradicional, que denominamos espaço de batalha.

²¹ Para uma leitura atual do comum como prática social anticapitalista e revolucionária, a partir da perspectiva de instituição do governo coletivo, como forma de experiência da vida comum e radicalização da democracia, pela via da autogestão, ver Dardot & Laval em *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI* (2017).

A fortaleza antiga e a da Idade Média como formas fortificadas nada mais eram do que uma resposta geográfica à velocidade da guerra, que interpõe, sempre de forma associada, o espectro de desenvolvimento tecnológico e de organização do espaço. A condição física herdada previamente de outros tempos, consiste, de tal modo, num freio à velocidade do combate com a organização arquitetônica de seus espaços internos, que contam com suas chicanas, cadafalsos e muralhas altas, para citar só alguns exemplos. Tais estruturas agiam no sentido de frear o avanço do inimigo, pois ao agirem, assim, acabavam por prolongar o conflito, criando um ambiente artificial de guerra. Por esse efeito, a durabilidade do obstáculo passa a ser então compreendida em função da tecnologia e da velocidade de deslocamento das tropas, que conformam um determinado tempo de duração da guerra, conforme Virilio (1996) destaca.

A velocidade de andamento da guerra sempre teve relação direta com o campo de batalha e com a capacidade deste mesmo de retardar o deslocamento das tropas inimigas. Portanto, quando os muros do castelo medieval perderam a capacidade de frear o avanço militar, o antigo muro como fronteira desapareceu, dando lugar a outras técnicas, que empregavam mais velocidade em uma guerra de espaços abertos. O cavalo foi substituído por veículos motorizados e a cidade mudou em virtude da produção da velocidade decorrente da Revolução Industrial ou Revolução dos Transportes, que, ao abrir os portões da cidade, permitiu o desenvolvimento de um novo estilo de guerra (VIRILIO, 1984; 1996).

É importante verificar que, durante esse processo combates em terreno aberto eram comuns; este foi, por exemplo, o caso da I Guerra Mundial (1914–18), em que o campo de batalha com a formação de longas linhas de trincheiras evoluiu para uma guerra estática, na medida em que os exércitos fortificavam e defendiam suas posições a todo custo, enterrando-se no solo para fugir do alcance de armas mais sofisticadas e eficazes. Todavia, com a criação de um veículo de combate motorizado, com o acoplamento de uma metralhadora e posteriormente um canhão de combate num veículo de transporte, surgiu o tanque de guerra, que modificou definitivamente o cenário dos combates durante a II Guerra Mundial (1939–45).

O tanque ofereceu maior mobilidade às tropas e deu incrível velocidade no andamento da guerra. Se antes muitos combates se davam em áreas descampadas e, sobretudo, fora ou no entorno das cidades, com as tropas equipadas, efetivamente a partir da II Guerra Mundial com veículos blindados, tivemos a introjeção de maior dinâmica no combate, que propiciou maior

velocidade de descolamento das tropas, modificando, dessa forma, definitivamente o cenário da guerra de superfície. A guerra estática a que assistimos no início do século XX não foi uma guerra sem velocidade, mas, sim, uma guerra contextualizada num período de transição, em que, para sobreviverem frente a armas de grande alcance, poder e um veloz deslocamento das tropas, os soldados tiveram que se afundar no solo para ficarem menos expostos e assim sobreviverem no campo de batalha.

Nessas condições se tornou extremamente oneroso sustentar posições estratégicas em terreno aberto, que ficaram, portanto, à mercê de blindados capazes de romper facilmente as linhas de defesa, destroçando as tropas estacionadas ou empreendendo ataques aéreos aptos a dizimar tropas expostas em solo descoberto. Ataques aéreos, dessa época em diante, passaram a ser utilizados com maior frequência sobre o terreno urbano, provocando grande terror na cidade com o intuito de destruir o último refúgio e o *habitat* de sobrevivência do inimigo. Essa nova condição modificou definitivamente a lógica da guerra, que passou a se realizar em uma velocidade atroz e considerar o espaço vertical situado entre a superfície terrestre e a órbita das aeronaves (para mais detalhes, ver SLOTERDIJK, 2009).

Por conta dessa nova condição, embora a cidade tenha sido alvo deliberado de ataques aéreos, buscou-se cada vez mais se esconder no subsolo da cidade, principalmente quando esta dispunha de infraestruturas subterrâneas, como os *bunkers*. Durante a II Guerra Mundial (1939–45), “[...] as salas dos *bunkers* de comando e dos gabinetes de guerra não estariam nas proximidades do campo de batalha, mas em Berlim ou Londres” (VIRILIO, 2005, p. 115). Ocorre, assim, que a guerra retorna à cidade e se apropria do ambiente urbano e suas infraestruturas ao lhe dar significados militares. Uma cidade, não mais uma fortaleza, se torna um espaço de batalha expressivo, com inúmeras ruas, prédios, pontes, enquanto seus moradores dividem tarefas, que de uma forma ou de outra são integradas à organização da cidade e usadas em situações de guerra, para fins militares, involuntariamente.

Uma consequência imediata disso foi que a guerra moderna adquiriu extrema complexidade a partir do processo de imersão da cidade no conflito como espaço de batalha permanente, e não apenas um campo de batalha momentâneo; tal conflito, não mais se limitando aos combates de rua, adquiriu mais dramaticidade: um maior número de civis ficou exposto e passou a ser alvo de ataques que visavam destruir não somente o exército inimigo, mas também o *habitat* (ver, em especial, SLOTERDIJK, 2009; ADEY, 2010; GRAHAM, 2004 Org., 2011).

Com o evento da urbanização em escala mundial e a concentração de pessoas nas cidades, estas últimas tornaram-se um espaço para a guerra utilizado por grupos rebeldes que desafiam o poder do Estado. Em megacidades do “Sul global”, o colapso da economia levou ao surgimento de um ambiente urbano desordenado apropriado por grupos insurgentes, que utilizavam a infraestrutura urbana como refúgio para minimizar as disparidades de poder diante de forças regulares mais bem equipadas (GRAHAM, 2004 Org.; 2011).

Este espaço de batalha é bem diferente do campo de batalha tradicional: não possui um *front* ou retaguarda, tampouco deve ser tido como uma horizontalidade, mas sim um terreno profundo de várias camadas onde o combate é sempre simultâneo à vida e a qualquer outra atividade. “O conceito de espaço de batalha permeia tudo, indo das escalas moleculares da engenharia genética e da nanotecnologia, passando pelos espaços cotidianos e experiências da vida da cidade, até esferas planetárias do espaço e o ciberespaço da internet que atravessa o globo” (GRAHAM, 2011, p. 31, tradução nossa).

Quando o campo de batalha, que a essa altura já se confunde com a cidade e o modo de vida urbano, sofre essa metamorfose espacial, ele agora não mais consiste numa superfície, mas num espaço de batalha, demarcado por disputas que envolvem conteúdo volumétrico. Emerge de seu conteúdo molecular um ambiente geométrico repleto de objetos e camadas urbanas que vão desde o espaço aéreo até mesmo ao espectro subterrâneo. O antigo campo de batalha onde os exércitos se encontravam para duelar sobre uma planície não existe mais ou ao menos não possui o mesmo significado. Com o desenvolvimento de tecnologias como aeronaves, satélites e GPS o campo de batalha se tornou um espaço volumétrico. Ele não pode mais ser inteligível numa superfície plana horizontal na qual se distribuem objetos e os fluxos são facilmente cartografados.

Tornou-se ainda mais complexo com o deslocamento dos principais conflitos mundiais para a periferia do mundo capitalista. Em cidades como Bagdá, Mumbai, Mogadíscio, Nairóbi, Daca, Gaza, Porto Príncipe e tantas outras, guardadas suas inúmeras diferenças e tipologias urbanas, bem como contexto geopolítico, verificamos um ambiente verticalizado e “cavernoso”, repleto de ruas estreitas, becos, vielas e túneis, definindo a tipologia desordenada que dá o tom da arquitetura e aglomeração urbana de tais cidades. É sobre esses lugares que, igualmente, se dá a intensificação de políticas de segurança e militarização do espaço urbano, que tanto os governos locais quanto as forças estrangeiras de intervenção

reputam, como necessárias, alegando o aumento do perigo representado por criminosos, rebeldes ou terroristas (ver GRAHAM, 2011).

O discurso de que o caos tomou conta da cidade é o argumento mais empregado nesse caso, pois encontra apoio na real situação de desordem urbana, dada a ampla falta de infraestrutura em vários setores e precariedade das condições de moradia. Essa conjuntura facilita a acusação a movimentos populares emancipatórios autênticos – que lutam por conquistas sociais e políticas – de constituírem uma ameaça à sociedade. Tais movimentos passam, então, a receber a mesma pecha que é atribuída aos grupos criminosos socialmente excluídos, que já há muito tempo não são vistos como indivíduos revestidos de direitos. A pobreza aqui também aparece como um aspecto frequentemente utilizado pelo governo e grupos militares como um fator que pode levar à revolta das pessoas e à perda de controle sobre a cidade, justificando, desse modo, o patrulhamento ostensivo em áreas de urbanização “desordenada”, tal como ocorre em várias favelas no Brasil.

Sob esse viés, é verdade que o crescimento da pobreza na cidade, tal como Mike Davis (2006) descreve, como uma realidade assustadora, apresentando números alarmantes do que se chama de urbanização da pobreza, é sem dúvida preocupante. Em sua análise, Davis revela que instituições de regularização econômica como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial tiveram papel preponderante na explosão da pobreza ocasionada por uma crise estrutural do setor agrário, gerando 1 bilhão de desempregados, rapidamente absorvidos pelas cidades do mundo “Sul global”, em um contexto de urbanização sem crescimento econômico e de desindustrialização em escala.

Nas últimas décadas a urbanização de países pobres ditos do “Sul global” tem criado um ambiente de “pestilência”, em que a humanidade excedente – como Davis chama as populações descartadas, que nem ao menos podem ser definidas como exército de reserva nos termos de Marx, já que não consistem mais numa massa operária flutuante entre ciclos contínuos de incorporação no mercado de trabalho seguidos de um período de desemprego – vive em condições tão precárias que até mesmo Engels duvidaria se viesse a descrever algumas dessas cidades tal como fez em Manchester no período da Era Vitoriana (DAVIS, 2006). Contudo, apesar do cenário descrito por Davis, deve-se ter cuidado em associar a situação em que se encontram os pobres e a pobreza urbana a uma visão do “fim do mundo”, enfatizando, involuntariamente, a julgar por suas condições de precariedade, os preconceitos contra a pobreza.

Com alguma prudência, é factível, todavia, salientar que o crescimento de favelas de urbanização desordenada e irregular que tomam conta das megacidades do mundo “Sul global” e que estão associadas à precarização da vida na cidade possui alguma relação com o aumento da violência urbana e militarização de gangues e grupos taxados de terroristas. Esse formato de aglomeração urbana é taxado pelos militares como um ambiente caótico e temido na literatura de analistas militares por exércitos que já não distinguem combatentes de civis (ver DAVIS, 2006; e GRAHAM, 2004 Org.; 2011). Em tal aspecto, a metamorfose do espaço de batalha é, em última instância, a militarização do lugar de vida de parcela da população, que experimenta o processo de precarização de suas condições de existência na cidade e que viverá submetida a uma guerra “permanentemente” imersa em espaços segregados e num quadro de crise estrutural. Criminaliza-se a população pobre bem como setores populares da sociedade organizada, tais como as centrais sindicais e os movimentos sociais, adotando-se políticas de controle socioespacial para tais fins.

É justamente a esse cenário mais perturbador de conflito urbano que os planejadores militares têm aludido como o campo de batalha. Lugares onde as tropas da OTAN, em especial dos Estados Unidos, lutam já no presente e lutarão no futuro para assegurar seus interesses. De forma pomposa, estrategistas militares vêm tratando índices elevados de urbanização em escala global, que não deixam de ser preocupantes quanto às condições de vida na cidade em geral são ruins, como uma ameaça aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Sem levar em conta que revoltas populares e índices de violência possuem associação com as intervenções militares conduzidas pelos Estados Unidos e com as crises cíclicas do capitalismo, os militares estadunidenses ignoram que a política externa dos Estados Unidos de imposição de programas de economia neoliberal, arrasta cada vez mais pessoas para a vida informal na cidade, contribuindo com a instabilidade urbana.

Considerando que a cidade é tida como um lugar em ebulição e que o espaço urbano é concebido, também sob a ótica dos militares, como um teatro de operações, o capítulo seguinte dedicará atenção especial às políticas de guerra em terreno urbano. O subcapítulo primeiro analisa o “pensamento” militar articulador de tal discurso que laboriosamente orienta as operações militares para o terreno urbano, classificando áreas civis como zonas de guerra; no segundo subcapítulo analisa-se a forma como as políticas de guerra urbana empregam noções de verticalidade definindo o espaço urbano a partir de preceitos militares de guerra volumétrica.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS DE GUERRA NO CONTEXTO URBANO

O propósito deste capítulo é discutir a aplicação de concepções e lógicas de combate no espaço urbano em função da tipologia urbana. É em tais políticas de guerra que se fundam essencialmente a metodologia e as atuais práticas da guerra empregadas pelo militarismo em contexto urbano. Ao analisarmos essa questão, colocaremos em discussão os textos dos ideólogos dos Exércitos estadunidense e israelense, responsáveis pela difusão dessa doutrina militar e sua aplicação no cenário urbano. Nessa análise, evidencia-se que o urbanismo e o militarismo se dão, hoje, de forma concomitante e indissociável no terreno urbano e que a cidade passou a configurar o substrato onde são colocadas em prática as políticas de urbanização que empregam lógicas militares.

Na concepção de militarização da cidade o terreno urbanizado é pensado como um espaço de batalha sobre o qual agem em consonância concepções de controle da população e ações de guerra contra inimigos supostamente infiltrados na cidade. Na cidade, quando a urbanização não é capaz de reordenar de maneira mais equânime o excedente capturado, de modo que o acesso à infraestrutura seja garantido a todos cidadãos de forma relativamente igual, o resultado é uma cidade segregada e desigual, propensa a revoltas e conflitos intestinais. A desigualdade social e a falta de infraestrutura urbana criam um espaço caracterizado pelos militares estadunidenses e israelenses como “caótico”, e seus habitantes são vistos por esses militares como inimigos. Têm com isso o intuito de justificar intervenções violentas nesse espaço urbano. Com isso, noções e ações militares de ordenamento do espaço são incorporadas ao contexto urbano, produzindo um cenário de conteúdo militar. Dessa forma, um conjunto de ideias do militarismo assume um papel relevante no planejamento urbano da cidade.

A urbanização, na maior parte do mundo, já não conta com o poderoso motor industrial que vimos até há pouco na China, na Coreia do Sul ou em Taiwan. No entanto, esse crescimento sem urbanização, propriamente dito, conforme diz Davis (2006), ocasionou um armazenamento de pessoas na cidade que sobrevivem em condições sub-humanas, sem nenhum tipo de renda fixa ou de assistência social. Um contingente populacional que já ultrapassa 1 bilhão de pessoas, segundo os dados levantados por Davis, mora em favelas.

Embora o uso do termo *slumps* por Davis não corresponda absolutamente ao que é favela e ao seu conteúdo social no Brasil, pois o emprego da palavra *slumps* por ele extrapola, em muito, o significado que se emprega comumente na definição e nos estudos no Brasil ainda assim, por si só, os levantamentos de Davis são muito significativos, ao demonstrarem um processo de aumento da pobreza e crescimento das favelas ao redor do mundo.

Enquanto cidades como as da Europa Ocidental são tidas como relativamente igualitárias, onde seus cidadãos podem desfrutar de certo nível de bem estar social e uma sensação de segurança, ainda que problemas de aumento da miséria e segregação sejam hoje comuns nesses países também, sociedades absolutamente desiguais são frequentemente marcadas pelo medo e por altos níveis de violência, que levam à intensificação da militarização. A isso se deve, muito propriamente, a incursão de modelos de governança neoliberal exportados para o mundo (do tipo) “Sul global”, que, ao serem combinados com a disseminação de políticas punitivas e autoritárias de policiamento e controle social, exacerbaram as desigualdades urbanas (GRAHAM, 2011).

O resultado de três décadas de predomínio de políticas de segurança draconianas no mundo do “Sul global”, como mostra Graham (2011), foi um processo sistemático de criminalização da população pobre, que se viu sem saída frente às reduções nos serviços públicos e o desencadeamento de conflitos étnicos inflamados por crises econômicas com o fim da ordem bipolar, pós-Guerra Fria, motivados por inúmeros fatores. Foi nesse sentido que uma crise econômica inflacionada por uma política de classe dentro de um quadro amplo de desestruturação do aparelho de Estado permitiu a militarização de agentes não estatais, como gangues, cartéis de drogas e milícias, que encontram no terreno urbano suporte para atuar.

Sistemas de controle populacional de alta tecnologia, que contam com aviões não tripulados e checagem biométrica, aliados à política de segurança de “tolerância zero” contra delitos ou infrações não graves ou de menor potencial ofensivo, foram sobrepostos a discursos permanentes de estado de guerra, construindo uma espécie de metaforização de guerra infinita contra o crime, contra as drogas, contra o “terrorismo”²² e tudo mais que, segundo seu discurso, venha a ameaçar a ordem social.

²² O termo terrorismo é empregado particularmente neste trecho a partir da ótica do discurso estadunidense, que serve aos interesses desse país, com o propósito de taxar grupos rebeldes e insurgências que se opõem ao imperialismo norte-americano como grupos criminosos que atuam na ilegalidade. O mesmo termo também pode ser aplicado para designar atos de violência que objetivam fins políticos utilizando-se da estratégia de difundir o

Esse quadro de urbanização desenfreada no século XX e de precarização das condições de vida na cidade, motivada não só por mudanças na estrutura social e familiar, mas também por políticas econômicas de reajuste fiscal que lançaram milhões de pessoas em condições de vida urbana precária nas favelas, foi deixado de lado na análise geopolítica de contenção de movimentos de ebulição urbanos e de combate contra grupos ilegais pauperizados. O Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos sustentou, por exemplo, que as cidades são locais onde ideais radicais encontram apoio através de grupos descontentes, tornando as cidades um lugar propício a conflitos no futuro (GRAHAM, 2011).

Esse tipo de combinação militar com o discurso de grupos de extrema direita e com a questão da segurança levou à configuração de uma “nova” doutrina militar de orientação antiurbana, desencadeando uma política de guerra urbana em todos os conflitos que os militares estadunidenses e seus aliados se dispunham a promover. Simultaneamente, ocorre que a doutrina da militarização do espaço urbano orienta também estratégias de combate ao conceber o substrato urbano como um espaço de batalha tridimensional, coberto de obstáculos à infiltração das tropas estadunidenses. Para os militares norte-americanos o espaço urbano é concebido como um ambiente repleto de “rebeldes desumanos”, tratados, segundo esses militares, como “ameaças ao estilo de vida e cultura americana”. Para os israelenses os territórios palestinos seriam igualmente redutos de terroristas, prontos para expulsá-los da “terra prometida”. É respectivamente nesse aspecto de doutrinação promovido por um discurso de guerra permanente na cidade, em primeiro lugar, e em sua interface, em seguida, manifesta em políticas de guerra no terreno urbano bem como em suas variadas nuances que nos deteremos na sequência do capítulo.

2.1 A “Nova” Doutrina de Militarização da Cidade

Militarizar consiste no ato ou efeito de militarizar-se, ou seja, adquirir ou fazer uso de algum recurso militar. A militarização da cidade ou da questão urbana consiste no ato de agregar componentes e dinâmicas militares ao cotidiano da vida urbana e ao próprio espaço urbano. Militarização da cidade significa, entre outras coisas, securitização da vida urbana e um estado permanente de vigilância e repressão à população ou grupos insubordinados. Novas

medo generalizado, seja ele praticado por grupos insurgentes ou mesmo pelo Estado, como é comum, nesse caso, o terrorismo de Estado praticado com frequência pelos Estados Unidos e por Israel.

dinâmicas de militarização da questão urbana são notadas ao fim do século XX, ao que cabe compreendê-las.

Em 1993, o fracasso das tropas norte-americanas na invasão e combate de rua que se sucedeu em Mogadíscio²³, capital da Somália, quando milícias faveladas infligiram baixas de até 60% ao corpo de elite dos fuzileiros dos Estados Unidos, obrigou os teóricos militares a não mais ignorar o terreno urbano como um campo de batalha, com suas características muito particulares em distinção a outros terrenos, em que o Exército americano reinava dominante. Desde a derrota em Mogadíscio, o Pentágono reuniu um grupo de estrategistas militares ao qual coube o papel de debate de questões referentes ao combate em terreno urbano. A orientação traçada a partir daí esboçou uma nova estratégia de guerra, que redefiniu a doutrina militar bem como os tópicos do que se chama atualmente de *Operações Militares em Terreno Urbano*, cuja abreviação, em inglês, é MOUT (DAVIS, 2006).

Nos debates conduzidos por esse grupo de especialistas militares, o Exército dos Estados Unidos foi duramente criticado por estar despreparado para o combate em terreno urbano nas cidades pobres do “Sul global”, quase intransitáveis e constituídas por labirintos e ruas estreitas que compõem em geral um cenário de urbanização irregular. Diante de tais críticas, para dominar a luta em ambiente de conflito em condições espaciais típicas de metrópoles do “Sul global”, repletas de favelas, as Forças Armadas dos Estados Unidos iniciaram um programa específico de treinamento que contou com o apoio de planejadores militares da *RAND Corporation*²⁴, sediada em Santa Monica, para gerenciar e fornecer suporte em questões pertinentes às operações militares em terreno urbano (DAVIS, 2006).

Pouco tempo depois, Geoffrey Demarest, um analista militar conceituado do Exército dos Estados Unidos, publicou um artigo intitulado *Geopolitics and urban armed conflict in Latin America* (1995) no periódico *Small Wars and Insurgencies*, que se tornou influente no meio acadêmico militar. Em seu trabalho Demarest propôs uma extensa lista de atores anti-Estado, que incluem anarquistas, criminosos, lunáticos, oportunistas, estrangeiros, especuladores imobiliários, revolucionários, líderes trabalhistas e despossuídos como ameaça,

²³ O filme de Redley Scott *Falcão negro em perigo* (2002), retrata em estilo hollywoodiano a Batalha de Mogadíscio, quando dois helicópteros americanos UH-60 Black Hawk são derrubados por rebeldes e literalmente engolidos pela cidade revolta. A operação militar que inicialmente tinha o intuito de capturar líderes de milícias urbanas rapidamente transformou-se num conflito urbano sangrento pela sobrevivência travado nos guetos de Mogadíscio.

²⁴ *RAND Corporation* é uma entidade que atua desenvolvendo pesquisas e análises para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

em sentido bem abrangente, já que, segundo Demarest, podem desenvolver solidariedade e atuar juntos.

Sua análise é baseada na situação urbana da América Latina em ebulição no início dos anos 1990, tomando os movimentos sociais e revolucionários, em geral, como grupos armados e violentos que, ao migrarem do campo para a cidade, fracassaram em sua estratégia de guerra urbana porque não conseguiram aperfeiçoar suas estratégias em terreno urbano. No entanto, Demarest (1995) ressalta que, enquanto os movimentos de guerrilha falharam, muitas gangues de rua e organizações criminosas, sem nenhuma ideologia e aptas a instalar o terror na cidade, têm prosperado.

Sem ao menos considerar como legítima a luta de movimentos sociais emancipatórios ou explicar mais a fundo as condições sociais e econômicas das populações que se rebelam, Demarest (1995) argumenta que esses atores atuam na cena urbana causando violência que ameaça a ordem pública. Em sua análise, Demarest considera o terreno urbano não só um ambiente que em virtude de sua densidade possibilita o anonimato de insurgentes, mas também um espaço fracionado, repartido entre atores distintos, que o utilizam para fins específicos. Questões de propriedade da terra urbana dialogam com essa afirmação, pois nelas estão contidos serviços de água e esgoto como importantes valores estratégicos da terra urbanizada. Por isso, o seu ponto de vista de geopolítica da cidade inclui noções de propriedade como centrais para o estopim de conflitos, pois pensa a cidade como um ambiente construído, e não apenas como um palco de conflitos.

Nesse sentido, além de identificar “supostos” inimigos à ordem pública, já que Demarest elenca um grupo grande de atores não estatais sem nenhum tipo de associação com supostos crimes cometidos, o seu trabalho também dá destaque às questões de densidade populacional em terreno urbano. Urbanização desordenada e aglomeração urbana é para esse autor uma ideia central de geopolítica da cidade, discutida, segundo a sua perspectiva como uma ameaça à ordem mundial. O autor esboça, então, uma articulação entre conflitos pelo uso da terra urbana e seu papel como recurso estratégico como um fator causador da instabilidade urbana na América Latina. O emprego de estratégias de controle social, baseadas na posse da terra urbana, é responsável, concordamos com ele nesse ponto, por uma política de exclusão daqueles atores considerados indesejáveis. Por último, Demarest afirma que os arquitetos têm se tornado os novos engenheiros militares do espaço urbano, fazendo, assim, alusão a uma

nova estratégia de urbanização seletiva dos espaços públicos e privados em função de uma dinâmica de exclusão e securitização da vida.

Tal como Demarest, Taw e Hoffman, igualmente membros das Forças Armadas dos Estados Unidos, realizaram uma análise da insurgência urbana na América Latina, à qual dão o nome sugestivo de *The urbanisation of insurgencies* (1995). O trabalho deles publicado também pela *Small Wars and Insurgencies*. Os autores dão destaque para os efeitos causados pelas mudanças demográficas frente à rápida urbanização verificada no “Sul global” como um fenômeno responsável por catalisar revoltas urbanas. Para tanto, enfatizam que cidades não planejadas oferecem abrigo a grupos insurgentes que podem operar no tecido urbano através de suas vielas e estradas não pavimentadas, tornando as favelas bases de suas operações, em vez da floresta, como no caso de insurgência camponesa. Atuando dentro das cidades, os insurgentes estariam em melhores condições, segundo os autores, de enfraquecer a autoridade de governos “[...] com o objetivo de, eventualmente, tomar o poder, primeiro nas cidades e, em seguida, no resto do país” (TAW & HOFFMAN, 1995, p. 74, nossa tradução).

Outro importante ideólogo, dessa vez da Força Aérea, defendeu alguns pontos em comum com a doutrina militar no periódico da *Aerospace Power Journal*, num artigo intitulado *Slumbords: aerospace power in urban fights*. Nesse artigo, o capitão Troy Thomas (2002) centra-se exclusivamente na cidade e elabora um esboço do que ele destaca ser o objetivo de seu trabalho tendo em vista a necessidade de aprimorar o que ele chama de “pensamento” militar e aplicá-lo em guerra urbana. Para isso, ele se baseia no conceito de guerra urbana como um terreno complexo que tem dois componentes excepcionais que dificultam a tarefa das forças aéreas: as pessoas e a infraestrutura.

Thomas argumenta que a rápida urbanização em desenvolvimento nos países do “Sul global” resultou na formatação de um espaço de batalha incognoscível, que dificulta a leitura do terreno, na medida em que é cada vez menos planejado. “Além do fato de que a urbanização gera conflitos”, enfatiza Thomas, “os aviadores lutarão principalmente nas cidades porque elas têm valor estratégico em função da localização, simbolismo e poder” (2002, s/p, tradução nossa). Thomas concebe o espaço urbano em ao menos cinco camadas e ressalta a densidade e a altura das estruturas urbanas, principalmente edifícios, como um desafio à atuação aeroespacial na cidade.

Além disso, Thomas endossa o que ele chama de subsistema funcional, um conjunto de redes de força vitais, tais como redes de serviços, transporte e comunicação como alvos estratégicos das operações militares em terreno urbano. Segundo seu ponto de vista esse sistema de serviços e infraestrutura é parte funcional essencial da cidade, mas também fonte de recursos e esconderijo, permitindo que o inimigo sobreviva no terreno urbano. Sendo tais redes descentralizadas e “primitivas” em comparação com a rede urbana de cidades modernas de países desenvolvidos, a localização delas redes é difícil, podendo ser precárias ou nem existir tal como se concebe, de outro modo, em cidades planejadas. Enquanto a infraestrutura urbana em países pobres normalmente é “caótica”, dificultando operações militares e bombardeios, a densidade populacional também é um problema, tornando difícil a distinção entre combatentes e civis (THOMAS, 2002). Acrescentamos que esse fator é responsável por impor altos riscos de mortes a inocentes, sendo as vítimas, infelizmente, computadas como danos colaterais.

Mais incisivo, Ralph Peters²⁵ enfatiza que a guerra em terreno urbanizado torna-se profundamente vertical, atingindo torres de aço e cimento, redes de comunicação, linhas de metrô, túneis rodoviários, e até mesmo redes de esgoto. Como muitos de seus colegas militares, Peters assiste “horrorizado” à urbanização no “Sul global”, onde os militares americanos irão lutar em cidades em que o “lixo se acumula” e a humanidade está “apodrecendo” (para mais detalhes sobre Peters, ver GRAHAM, 2004d). Segundo ele, em virtude do avanço da tecnologia militar e supremacia das Forças Armadas dos Estados Unidos, “[...] os sistemas de combates terrestres do inimigo não serão capazes de sobreviver nos desertos, planícies e campos, como vimos em muitas das principais batalhas da história” (PETERS, 1997 apud GRAHAM, 2004d, p. 14, tradução nossa). Como resultado, destaca que os “[...] inimigos dos Estados Unidos serão forçados a ir para as cidades e outros terrenos complexos [...]” (PETERS, 1997 apud GRAHAM, 2004d, p. 15, tradução nossa), na tentativa de fugir para ambientes que possibilitem oferecer mais resistência e esconderijo.

Seguindo essa linha de raciocínio e embebido pelo discurso da cidade como ambiente caótico, em 1998 outro ideólogo do poder aéreo, Edward Felker²⁶, da Faculdade de Guerra Aérea dos Estados Unidos, embarcou no dogma das cidades como ameaças e propôs um

²⁵ Ralph Peters, analista das Forças Armadas dos Estados Unidos, escreveu os artigos *Our soldiers, their cities* (1996) e *The future of armored warfare* (1997), ambos publicados pela *Parameters*.

²⁶ E. Felker, *Airpower, chaos and infrastructure*, 1998.

desdobramento do modelo de Warden²⁷. Em seu novo modelo, Felker fez questão de enfatizar a ideia de que a infraestrutura urbana não pode ser vista de forma separada do inimigo, ao dizer que ambos, infraestrutura e inimigos, formam anéis de um esquema conectado que possibilita a vida na cidade. Ao expor sua formulação, acabou por justificar, sem cerimônias, que ataques à infraestrutura urbana devem ser efetuados como estratégias de guerras legítimas para causar *desmodernização* forçada em “cidades inimigas”, para, assim, capturar combatentes e civis dispostos a lutar (GRAHAM, 2011).

Por último, Mark Mills e Peter Huber²⁸, que previram em suas bolas de cristal um futuro dos mais assustadores, que, diga-se de passagem, vem se tornando real com sistemas de vigilância e rastreamento incorporados a lógica do consumo e da mobilidade,

[...] sonham com um aparato de guerra contrainsurgente contínuo, automatizado e robotizado. Usando sistemas semelhantes àqueles empregados nas cidades norte-americanas, mas desta vez com o poder soberano para matar com autonomia, eles imaginam que as tropas estadunidenses podem ser poupadas do trabalho sujo de lutar e matar em solo nas zonas fronteiriças em rápida urbanização. Enxames de minúsculos drones armados, equipados com sensores avançados e comunicando-se uns com os outros, serão então empregados para vagar permanentemente sobre as ruas, os desertos e as estradas. Huber e Mills sonham com um futuro em que esses enxames de guerreiros robóticos vão trabalhar sem descanso para “emitir poder de destruição com precisão, critério e a partir de uma distância segura –, semana após semana, ano após ano, enquanto for necessário” (GRAHAM, 2011, p. xiii, tradução nossa).

Esse prognóstico, que descreve as cidades do “Sul global” como lugares caóticos e ameaças em potencial, fornece um olhar ideológico, constantemente usado pelos militares estadunidenses, para definir metrópoles do “Sul global” como espaços de batalha. Essa visão expõe um “novo” conceito de guerra, voltado para os espaços comuns e privados das cidades, bem como sua infraestrutura, justificando, por seu modo operante, intervenções militares em diferentes lugares. Seus efeitos levam à aplicação da doutrina militar no ambiente urbano que orienta uma condição perpétua de guerra contra as drogas, contra o terrorismo, contra o crime e, em sentido mais amplo, contra populações pobres e seus espaços comuns (GRAHAM, 2011).

²⁷ Trata-se do modelo criado por Johan Warden que identifica cinco alvos (forças em campo, população, produção essencialmente orgânica, infraestrutura e liderança) em uma concepção sistêmica na composição das sociedades contemporâneas, consideradas de suma importância para neutralizar as forças inimigas a partir da ótica da estratégia da Força Aérea dos Estados Unidos.

²⁸ Mark Mills e Peter Huber são ideólogos de segurança e escreveram o artigo *How technology will defeat terrorism*, publicado no *City Journal*, em 2002.

Em resumo, o conceito aplicável de guerra urbana redefiniu a percepção que temos da cidade, atribuindo-lhe emprego corrente de terminologias e concepções militares. Alguns não veriam a cidade como um lugar seguro, mas como um espaço de batalha tridimensional, em que setores da segurança enfatizam que pessoas que vivem em metrópoles estariam cercadas pelo perigo. Um lugar no qual ataques indiscriminados têm sido justificados sob o rótulo de defesa da liberdade e da justiça, enquanto populações inteiras vivem o terror da guerra urbana no seu dia a dia.

Essa visão tem produzido efeitos sensíveis na vida das pessoas, submetidas a um estado de militarização do espaço urbano sem igual. É sobre esse aspecto, mais exatamente, das políticas de guerra urbana colocadas em prática e seus efeitos, que nos deteremos agora ao analisarmos mais de perto as formas como se dão atualmente as operações militares em terreno urbano. Para tanto, recorreremos preliminarmente aos estudos de Eyal Weizman: sua perspectiva de analisar a militarização da questão palestina a partir de uma noção de compreensão vertical do território, expressa em holograma territorial, baseia-se na construção de um sistema de controle territorial israelense que reorganiza o espaço a partir de uma série de níveis de controle. Sua eficiência consiste na capacidade de manipular de forma elástica o território. Por elucidação mais ampla de tal lógica, exemplos no Iraque, na Síria, e no Líbano também serão analisados na sequência, para demonstrar que não se trata de um caso isolado.

2. 2 Políticas de Verticalidade na Guerra Urbana

Nos meses de abril e maio de 2002 o arquiteto Eyal Weizman publicou uma série de artigos para a revista *Open Democracy* intitulados *The politics of verticality*, nos quais argumenta que a cartografia ao privilegiar o olhar aéreo de cima para baixo, havia trabalhado para achatar os horizontes da percepção espacial. “A geopolítica é um discurso plano. Ela ignora em grande parte a dimensão vertical e tende a olhar em frente em vez de cortar completamente a paisagem. Esta foi a imaginação cartográfica herdada das espacialidades militares e políticas do Estado moderno”, afirmou Weizman (2002, s/p, tradução nossa) nesse compêndio de textos.

Crítico às perspectivas bidimensionais, Weizman (2002, 2004, 2012), de outro modo, concebe o espaço como um cenário virtual constituído por horizontalidades e verticalidades

que se inter cruzam, criando um holograma territorial, em que atos políticos de manipulação da paisagem transformam uma superfície bidimensional num volume tridimensional. Ao estudar o que ele chama de arquitetura da ocupação israelense, Weizman revela uma política de urbanização indissociável da colonização israelense voltada para o estrangulamento dos centros urbanos palestinos e controle total da sociedade palestina, erigida sobre a ideia de urbanização panóptica, ao distribuir assentamentos de montanha que controlam as populações palestinas na topografia mais baixa.

Na verdade, a forma dos assentamentos de montanha é construída de acordo com um sistema geométrico que une eficácia de visão com ordem espacial, produzindo “fortalezas panópticas”, gerando olhares para muitos fins diferentes. Controle – com vista da cidade e aldeias árabes; estratégia – com vista de artérias de tráfego principais; autodefesa – com vista para as imediações e vias de acesso. Assentamentos podem ser vistos como dispositivos ópticos urbanos para a vigilância e o exercício do poder (WEIZMAN, 2002, s/p, tradução nossa).

Em outro texto, ao analisar mais detalhadamente o conflito na Palestina, Weizman (2012) enfatiza que os territórios palestinos colonizados deixaram de ser marcados por lugares estáticos, definidos por um equilíbrio através de fronteiras lineares e fixas, na medida em que as fronteiras têm se tornado profundas, fragmentadas e elásticas. São verdadeiras linhas temporárias móveis, como os fiordes na Península Escandinava, que se expandem e encolhem de acordo com a força do sistema, modelados por fluxos e válvulas de uma engenharia urbana erigida para a dominação.

Uma política da verticalidade disseminou-se como modelo de planejamento e arquitetura ao se instalar primeiro na cabeça dos militares e depois na própria sociedade israelense, ao incorporar a ideia de que montanhas dominam os vales, já que as cimeiras oferecem pontos de observação capazes de configurar uma matriz militar que articula uma série de mecanismos de controle distribuídos ao longo do gradiente topográfico. Essas estruturas e objetos não apenas dividem o espaço, mas também funcionam como sistemas ópticos de vigilância, na medida em que os colonos israelenses ocupam as cimeiras do relevo “montanhoso” da Palestina, enquanto os palestinos ficam confinados aos vales, num nível topográfico não só mais baixo, mas inferior (WEIZMAN, 2002, 2012).

Em decorrência dessa transformação, não é mais possível pensar o território, segundo Weizman, como uma superfície ou mesmo empregar a ideia de área, podendo incorrer, portanto, em interpretações insuficientes, que não condizem com a real compreensão do espaço. Ao contrário, deve-se concebê-lo como espaço volumétrico composto por diferentes

estratos espaciais, que vão desde a superfície terrestre até o espaço aéreo e o subterrâneo. É especialmente a partir dessa ótica que o espaço de batalha deve ser interpretado como volume tridimensional, no qual atores distintos entram em beligerância e se apropriam de forma diferente do espaço, em contexto de guerra urbana (ver WEIZMAN, 2012).

Essa conjectura destaca que atividades militares têm criado espaços, moldado ambientes e transformado paisagens (ver WOODWARD, 2004; RECH, BOS, JENKINGS, WILLIAMS, WOODWARD, 2015 Orgs.), que passam a fazer parte não só do aspecto físico das cidades, mas do cotidiano vivido de muitos lugares. Consciente disso, iremos na sequência do capítulo ver como os atores envolvidos no campo de batalha urbano se comportam, modelam o seu espaço e utilizam a infraestrutura urbana nesse ambiente complexo de guerra que se tornou a cidade. Primeiro, dando prosseguimento à análise previamente exposta, concentraremos nossa pesquisa no Conflito Israelo-Palestino, orientado pelo debate de Weizman, para, em seguida, analisarmos a guerra urbana travada no Iraque em virtude da ocupação americana, e, por fim, os conflitos na Síria e no Líbano.

Para tanto, torna-se importante compreendermos como atores distintos utilizam o terreno urbano e empregam tecnologias no ambiente para atender os seus interesses políticos. No caso do **Conflito Israelo-Palestino**, nosso primeiro objeto de apreciação, é preciso ressaltar que há um desequilíbrio de forças e um total descompasso no uso de tecnologia no campo de batalha. Os israelenses, além da superioridade militar, que lhes permite controle volumétrico do território, usam geoestratégias de remoção por meio de tratores blindados da Força de Defesa Israelense (FDI), que, nesta análise, são parte do que Weizman (2004, 2012) chama de “política da verticalidade”, tendo, portanto, um papel tridimensional na configuração territorial para aumentar a vantagem geopolítica de Israel. Como o autor enfatiza, a destruição massiva de habitações palestinas segue uma orientação geopolítica para abrir espaço para as operações militares da FDI em áreas urbanas estreitas e de difícil acesso, um cenário comum que as tropas israelenses enfrentam em campos de refugiados, que, com o seu enorme crescimento, se tornaram os principais centros da resistência palestina.

Essas áreas foram consideradas pela FDI como espaços escuros e impenetráveis, cheios de “terroristas” e palestinos “desumanos”, áreas de “pestilências urbanas”, aonde a FDI evita entrar. Espaço “caótico”, que as FDI chamariam de “jihad do edifício”, fazendo alusão à guerra urbana que travariam nesses espaços, também definida, outras vezes, como um “habitat do terror” (WEIZMAN, 2012, ver também GRAHAM, 2004b).

[...] A FDI evitou os campos de refugiados de Jenin e Balata durante toda a primeira (1987–1991) e [parte da] segunda intifada [2000-2005] que evoluíram em enclaves extraterritoriais cercados pelo poder militar israelense; na verdade, o nome de código militar para o campo de Jenin, no qual grupos de resistência foram mais fortemente enraizados, era “Germânia”. Seja em referência à descrição ambivalente dos bárbaros de Tacitus, ou em referência ao regime Nazista, este termo encapsula medo israelense do “mau” que acredita é produzido. Depois de se tornar Primeiro-ministro em março de 2001, Ariel Sharon persistentemente zombou dos militares por não se atreverem a entrar nos campos de refugiados: “O que está acontecendo nos campos de Jenin e Balata? Por que não entrar?” Sharon nunca se cansou de dizer aos oficiais militares como, na década de 1970, ele “impôs ordem” nos campos de refugiados de Gaza com uma combinação de incursões de comandos, assassinatos e tratores (WEIZMAN, 2012, p. 192–193, tradução nossa).

Instigada por Sharon para agir nos campos de refugiados, a FDI desenvolveu táticas de guerra urbana, evitando armadilhas ao atravessar paredes. Essa tática foi tomada como uma manobra militar de grande escala, pela primeira vez, em março de 2002, no campo de refugiados de Balata, na entrada leste de Nablus. Usando explosivos ou um grande martelo, soldados passaram a atravessar paredes ao invés de se deslocarem pelas ruas e vielas estreitas dos acampamentos. Ao romperem a parede de uma residência palestina, tinham como tática, basicamente, fazer alguns disparos aleatórios ou usar granadas de efeito moral para dominar os moradores, que, em seguida, depois que os soldados procuravam “suspeitos”, eram amontoados em um dos quartos e trancados, às vezes por vários dias, muitas vezes sem água, alimentos e medicamentos, até que a operação militar fosse concluída (WEIZMAN, 2012).

Como a lógica da ocupação israelense na Palestina se tornou cada vez mais vertical, contando a FDI com a supremacia na superfície e no espaço aéreo, a resistência palestina teve que se tornar mais profunda. O interior de edifícios passou a ser utilizado como esconderijo, depósito de armas (ver Figura 2, p. 66) ou mesmo como arma de combate, armando edifícios com explosivos para serem detonados quando as tropas israelenses neles entrassem ou quando passassem pelas ruas próximas ao local, causando o desmoronamento desses edifícios sobre eles.

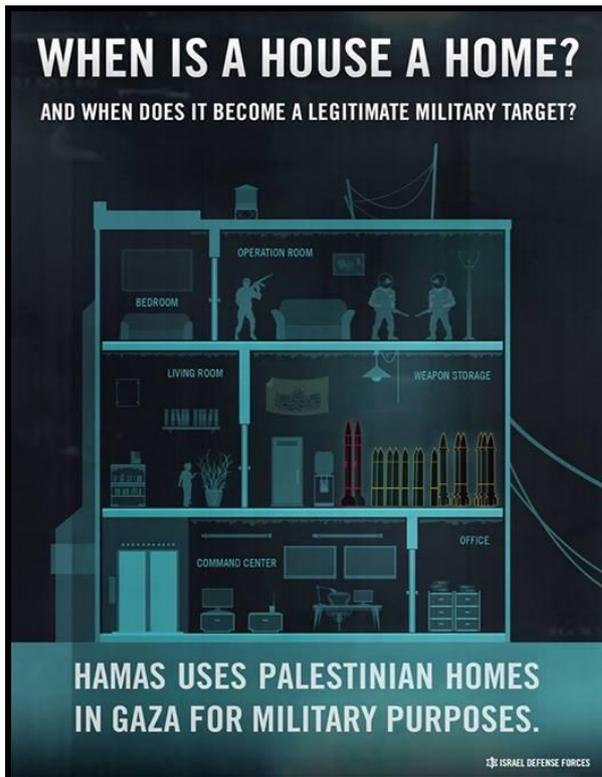


Figura 2

Ilustração feita pelas Forças de Defesa de Israel, de como seria o interior de um edifício na Faixa de Gaza utilizado para abrigar insurgentes e munição. Contudo, deve-se mencionar que a imagem consiste numa propaganda militar que objetiva justificar ataques a áreas residenciais, embora não se possa discordar da funcionalidade militar de residências e edifícios em Gaza utilizados para tais fins.

Fonte: Forças de Defesa de Israel via Facebook, 11 de julho de 2014.

Mas os rebeldes palestinos, mais do que o interior de edifícios, penetraram no subsolo como se fossem “verdadeiros roedores”. Como enaltece Weizman (2012), a resistência palestina construiu uma verdadeira cavidade na terra abaixo da superfície, constituída por uma complexa rede de túneis, laboratórios de armas, depósitos de munição e abrigos subterrâneos abaixo das cidades e dos campos de refugiados palestinos. Por meio dessa infraestrutura subterrânea os militantes palestinos realizaram atentados a bomba contra a FDI e cidades israelenses, colocando explosivos debaixo de seus alvos; ou mesmo utilizando o elemento-surpresa que os túneis propiciam para capturar soldados tragados através de túneis para dentro de Gaza (ver também, GRAHAM & HEWITT, 2012).

Desde a criação da barreira que separa a Faixa de Gaza dos territórios adjacentes, o subsolo da zona de fronteira tem se tornado uma cavidade constituída por centenas de túneis, que ignoram as fortificações israelenses e conectam as duas partes separadas do que foi uma vez a cidade de Rafah. Túneis que inicialmente foram escavados por famílias que deixaram membros de ambos os lados da fronteira Egito–Gaza têm vindo a ser usados para uma variedade de propósitos: como rotas de contrabando para cigarros egípcios baratos e utensílios domésticos; e até mesmo como passagem de prostitutas e como as principais linhas de fornecimento de armas, explosivos e recrutas armados para a resistência palestina (WEIZMAN, 2012).

O uso de túneis acelerou-se após o início da Intifada al-Aqsa (2000–2005), quando Israel vedou completamente a Faixa de Gaza, separando-a do mundo exterior, enquanto a demanda por armas aumentou. Para evitar que sejam detectadas, as entradas e as saídas dos túneis são geralmente localizadas no interior dos edifícios de ambos os lados da fronteira. Na verdade, a maioria dos túneis tem vários pontos de acesso e rotas, a partir de várias casas ou em galinheiros, convergindo-se para uma rota principal, e então ramificando-se novamente em várias passagens separadas, levando a edifícios do outro lado. Dessa forma, se uma entrada é descoberta e desligada, ou um túnel desmorona devido a falha na construção ou por bombas de penetração de terra de Israel, outros podem continuar a ser utilizados, e os novos túneis de acesso podem ser escavados e conectados com a rota principal (WEIZMAN, 2012).

Como os conflitos mais recentes em Gaza (2008–2009, 2012, 2014 etc.) comprovam, o terreno urbano se tornou um espaço de batalha complexo, onde Israel utiliza caças F-15 e F-16, helicópteros Apaches, drones, além de tanques Merkavas, para evitar as ruas estreitas, onde suas tropas ficariam expostas ao ataque dos rebeldes palestinos. Essa mudança de política dentro dos territórios tipifica o principal aspecto da política de Israel, que “[...] tem sido a de minar as condições materiais para o futuro Estado palestino, ou pior, cultivar particularmente condições desagradáveis para um futuro Estado” (BELCHER, 2011, p. 3, tradução nossa), suscitando inviabilidade econômica e infraestrutural destinada a dividir e fragmentar o território para dificultar a mobilidade e estabelecer um regime de vigilância, com o fim de facilitar o projeto israelense de expansão territorial²⁹.

Revelador é, no entanto, observar que essa política de devastação do espaço urbano é anterior à ocupação israelense. Na década de 1930, quando a Palestina ainda estava sob a égide do Mandato Britânico, os ingleses, para reduzir sua vulnerabilidade perante os franco-atiradores palestinos guarnecidos nos edifícios e punir coletivamente a população palestina, nivelaram os campos de Jaffa e Jenin para esculpir bulevares e melhor controlar o assentamento (GRAHAM, 2004a). Não é difícil ver uma similaridade entre a abertura de bulevares em Paris no período de Haussmann, com o “achatamento” completo de campos de refugiados palestinos durante o Mandato Britânico, e a recente política israelense de destruição de casas palestinas por tratores, a que Weizman (2012), sugestivamente, dá o nome de Haussmanização de Gaza (ver também GRAHAM, 2004b, 2011).

²⁹ Como também notou Khalili (2014), a dizimação de Gaza sinaliza que as intenções militares de Israel são dotadas de grande amplitude: destruição da infraestrutura palestina e uso de pressão letal contra civis palestinos para atender objetivos políticos.

A mesma reflexão sobre a constituição do espaço de batalha urbano, imerso num cenário em que se aplicam políticas de verticalidade, pode ser feita para a II Guerra do Golfo (2003). Na ocasião que antecedia o conflito, a mídia ocidental debatia como seria a invasão do **Iraque** e como as “[...] forças de Saddam Hussein iriam tentar explorar Bagdá como um espaço defensivo verticalizado para forçar um longo e destrutivo [...]” (GRAHAM, 2004d, p. 15, tradução nossa) prolongamento da guerra para exaurir as tropas americanas.

Há sinais de que isso foi, de fato, tentado (em escala limitada). Líderes militares iraquianos claramente mudaram de tática após a aniquilação aérea das suas forças no deserto aberto em 1991 (ver Virilio 2002)³⁰. Eles podem até ter acompanhado os debates militares dos Estados Unidos sobre a urbanização de guerra (muito do que, afinal, está disponível na web – veja <http://www.urbanoperations.com>). Tariq Aziz, ministro das Relações Exteriores de Saddam, argumentou no Outono de 2002 [...] que “algumas pessoas lhe dizem que os iraquianos não são os vietnamitas! Eles não têm selvas de mangues para se esconder dentro. Eu repliquei, ‘deixe que nossas cidades sejam nossos pântanos e nossos edifícios nossas florestas’” (citado em Bellamy 2003, p. 3)³¹. Em muitos casos os defensores iraquianos em Basra e Bagdá tentaram e escavaram, e se esconderam nas cidades. Eles também tentaram se misturar com os civis e estabeleceram suas bases perto de hospitais e escolas (GRAHAM, 2004d, p. 15, tradução nossa).

Assim, como muitos relatos da guerra expuseram, na eminência da invasão Bagdá viveu uma verdadeira transformação urbana, como podemos constatar lendo, por exemplo, os registros diários de um morador de Bagdá. Em *O blog de Bagdá* (2003), esses registros são narrados detalhadamente no blog virtual de Salam Pax³², em que o autor cuidadosamente descreve os preparativos da cidade para o conflito. Com olhar observador e percepção apurada do que estava correndo em sua volta, Pax descreve com sensibilidade visual os eventos que vão se sucedendo semana após semana, até que a invasão se torna inevitável e a cidade se revela uma “fortaleza militar”. Primeiro ele nota os contratempos que anunciam a guerra: quedas de energia e cortes no fornecimento do serviço de internet se tornam mais frequentes, os telefones param de funcionar, seguidos do aumento da inflação, que leva a um mantimento básico, um simples pão, valer uma fortuna e a moeda iraquiana, o dinar, antes já sem muito valor, agora literalmente não valer nada.

Com os preparativos para a invasão a fisionomia de Bagdá muda de aparência, tal como um camaleão muda de cor de acordo com o ambiente; portas e janelas das casas e lojas

³⁰ P. Virilio, *Desert screen: war at the speed of light*, 2002.

³¹ C. Bellamy, *If the cities do not fall to the Allies, there may be no alternative to siege warfare*, publicado no *The Independent* em 28 de março de 2003.

³² Salam Pax é o pseudônimo de um jovem iraquiano que narrou em seu blog pessoal os preparativos da guerra a partir do olhar daqueles que são atacados. Seus posts foram publicados em 2003 no Brasil, com o título de *O blog de Bagdá*.

são reforçadas, abrigos antiaéreos preparados, trincheiras são erguidas para resistir a invasão enquanto outras são cavadas e preenchidas com petróleo bruto para gerar uma coluna de fumaça quando incendiadas, no desespero de ocultar a cidade. O terreno urbano é preparado para o conflito, e a cidade é dividida em flancos de combate por onde se imagina que as tropas americanas irão entrar (PAX, 2003).

Os americanos também não deixam de manipular o terreno como parte da estratégia de guerra urbana, ainda que, de outra forma, usam o planejamento urbano para construir cidades artificiais, empreendimento feito em conjunto com os soldados israelenses, cuja estratégia consiste em, no lugar de usar a estrutura urbana como um equipamento de defesa, simular as cidades muçulmanas para treinar e ambientar as tropas à arquitetura urbana local para a invasão de Bagdá. Com a invasão concluída, Bagdá, para ser controlada, é organizada espacialmente para impedir fogo inimigo, colocando abaixo prédios e fechando vias de acesso com o uso de tratores blindados gigantes adquiridos de Israel, que rapidamente mudam o mapa da cidade, criando “zonas de segurança” de acesso restrito. Desurbanizar os espaços construídos para conquistar, como se viu, foi no Iraque a palavra-chave empregada numa política de ocupação baseada na onipotência militar da verticalidade, criando enclaves territoriais estadunidenses dentro da cidade (GRAHAM, 2004d).

Em outro relato, dessa vez de um soldado norte-americano, Chris Kyle (2015), um atirador de elite do Exército dos Estados Unidos, descreve os combates ferozes travados nas ruas de Fallujah e Bagdá, numa guerra por volumes, em que conquistar cada cômodo, depois andar por andar e por fim todo o prédio, para ter visão de todo o quarteirão, e, então, outro prédio, e, assim, em diante até ter o controle da cidade, é a regra do teatro de operações do campo de batalha. Na guerra urbana a infraestrutura da cidade e os objetos comuns são ressignificados quando vemos que um berço virado de lado pode ser adaptado como uma plataforma de tiro (ver Figura 3, p. 70), e veículos de transporte se tornam armas de combate que lembram o filme apocalíptico de *Mad Max*³³ de 1980 (sobre o uso de veículos readaptados como armas de combate, ver Figura 4, p. 70, e para uma breve análise sobre o filme citado acima, ver GRAHAM, 2011).

³³ *Mad Max* é um filme australiano de ficção científica dirigido por George Miller, com Mel Gibson no papel principal. O filme conta a história de Max Rockatansky (Gibson), um ex-policia rodoviário em uma Austrália infestada por gangues de motociclistas. O filme possui três sequências; em 2015 foi lançado o quarto filme da franquia, com o subtítulo *estrada da fúria*.

Figura 3

Esconderijo de atirador usado por Kyle enquanto dava cobertura aos fuzileiros que preparavam a invasão a Fallujah. Note-se o berço virado de lado e acolchoado com mantas para servir de plataforma de tiro.

Fonte: Kyle, DeFelice, McEwen, *Sniper americano*, 2015, p. 171.

**Figura 4**

Automóvel modificado e equipado com uma plataforma de tiro giratória no teto. Veículos como este eram usados por corporações militares privadas no Iraque pós Saddam Hussein.

Fonte: Graham, *Cities under siege: the new militar urbanism*, 2011, p. 325.

Levada ao extremo, como foi a política de guerra urbana em Bagdá, a haussmanização de cidades árabes também se verifica na Síria. A **Guerra da Síria**, que começou como uma série de protestos populares em janeiro de 2011 e progrediu para uma violenta revolta armada no mês de março, capitaneada, em parte, por grupos jihadistas, que hoje, sabe-se, eram financiados pelo governo norte-americano e pela Arábia Saudita (ver KORYBKO, 2018), exemplifica também a forma como a urbanização da guerra tem se constituído num espaço de batalha nos dias atuais. Nesse conflito, que consiste numa guerra essencialmente urbana, o espaço é pensado como um volume, e as táticas de guerra e armas utilizadas se apropriaram

da cidade como um ambiente de guerra. Um espaço volumétrico no qual o combate ocorre em um ambiente tridimensional urbanizado ao estilo do jogo *Counter-Strike*³⁴.

Por constituírem um cenário extremamente urbanizado, as cidades sírias dispõem de toda uma infraestrutura que no contexto da guerra ofereceu um ambiente complexo, com seus diferentes estratos espaciais, que foram empregados no combate sob diferentes formas. Cidades consideravelmente verticalizadas ofereceram um espaço de batalha que apresentou uma volumetria incrível, na medida em que os edifícios são tratados não apenas como obstáculos, mas também como armas de guerra, como ocorreu na batalha de Darayya³⁵.

Em Darayya, cidade localizada no subúrbio de Damasco, numa sequência de dois vídeos chamados *Tanks vs Mens*, filmados em diferentes locais da cidade por tropas sírias, que acoplaram aos tanques câmeras de filmagem – que foram, por sua vez, reeditadas com imagens filmadas por rebeldes –, podemos perceber a movimentação das tropas do governo e a maneira como agentes não estatais faziam uso da infraestrutura urbana ao seu favor. Enquanto as tropas sírias agem com o intuito de limpar o terreno urbano da presença de rebeldes, utilizando de gigantescos tanques T-72 de fabricação russa, que entram na cidade atirando em direção aos edifícios para destruir posições de tiro do inimigo, os rebeldes utilizam a infraestrutura, em especial os edifícios, como esconderijo, depósito de armas, torres de observação e de tiro (ver Figura 5, p. 72).

³⁴ *Counter-Strike* é um jogo virtual de tiro em primeira pessoa no qual os jogadores podem formar times de terroristas e contraterroristas, que combatem até a eliminação completa de um dos times. No jogo é possível plantar e desarmar bombas, ou sequestrar e salvar reféns. O jogo se dá em vários cenários urbanos tridimensionais, podendo o jogador explorar o ambiente a seu favor.

³⁵ Darayya, no início das grandes manifestações pacíficas contra o governo constitui-se num reduto de oposição a Bashar al-Assad. Com o início dos combates e prolongamento da guerra, tornou-se um espaço de batalha tridimensional, onde forças do governo e rebeldes se digladiavam. Hoje a cidade está sob o controle do governo sírio, que, com a ajuda dos russos, esmagou a resistência rebelde no final do ano de 2017, reconquistando a maior parte dos territórios sob o controle do Estado Islâmico. Hoje a atuação do Estado Islâmico em território sírio opera como uma rede difusa sem o efetivo controle territorial que tinha até há pouco tempo.

Figura 5

Tanques do Exército sírio caçam rebeldes na cidade de Darayya, que se refugiam nos edifícios. O cenário totalmente destruído revela um *urbicídio*.

Fonte: Vídeo cinematográfico *Tanks vs Mens II*. Vídeo de consulta original indisponível no momento no *YouTube*. Similares estão disponíveis no mesmo canal.



Em uma das cenas do vídeo o agrupamento rebelde, utilizando os edifícios, consegue tirar vantagem do terreno urbano vertical quando um insurgente, aproveitando-se da posição, aparece na laje de um edifício sem ser notado, munido de uma bazuca que, ao realizar o disparo contra um tanque, consome-o em chamas por alguns minutos. Na mesma cena, alguns instantes depois um soldado aparece parcialmente “carbonizado”, correndo desesperadamente (ver Figuras 6 e 7). Nas filmagens referidas, os disparos dos canhões do Exército sírio e das metralhadoras dos rebeldes dão um pouco da dimensão do espaço de batalha tridimensional, em que corpos humanos desprotegidos não podem sobreviver por muito tempo. Se os rebeldes utilizam a infraestrutura urbana como forma de proteção, as tropas sírias passam a ter que viver dentro de tanques blindados, situação essa que o cinema hollywoodiano já retratou³⁶.



Figuras 6 e 7

Momento exato em que um insurgente dispara contra um tanque sírio que, ao ser atingido, é logo tomado por chamas.

Fonte: Vídeo cinematográfico *Tanks vs Mens II*. Vídeo de consulta original indisponível no momento no *YouTube*. Similares estão disponíveis no mesmo canal.

³⁶ Em *Corações de Ferro*, filme norte-americano dirigido por David Ayer, tendo Brad Pitt como ator principal, acompanhamos a vida de cinco tripulantes dentro de um tanque de guerra americano M4 Sherman, apelidado de *Fúria*, no ano de 1945, durante a II Guerra Mundial. O filme conta como os tripulantes do tanque passam a viver dentro do veículo de combate e como o tanque se torna extensão de seus corpos.

Em outros dois vídeos, chamados *Storming south Darayya*, vemos os tanques sírios enfrentando rebeldes na região sul da cidade. Importante notar que na maior parte das cenas os combates são travados numa área de empreendimentos imobiliários ainda não concluídos. Observamos que as ruas não estão calçadas, e os edifícios se apresentam inacabados. Em outros tempos a área não era ocupada; nela não havia moradia (ver Figura 8). Porém, com a guerra, a área é tomada por um combate feroz em terrenos onde antes apenas operários, escavadeiras e caminhões trabalhavam. Quando os rebeldes utilizam os edifícios como estrutura de guerra, o espaço adquire outro significado, como se pode inferir do cenário em que rebeldes se apropriam da infraestrutura urbana para fins militares.



Figura 8

Assalto de tanques do Exército sírio na região sul da cidade de Darayya, área de empreendimentos imobiliários recentes tomados como espaço de batalha.

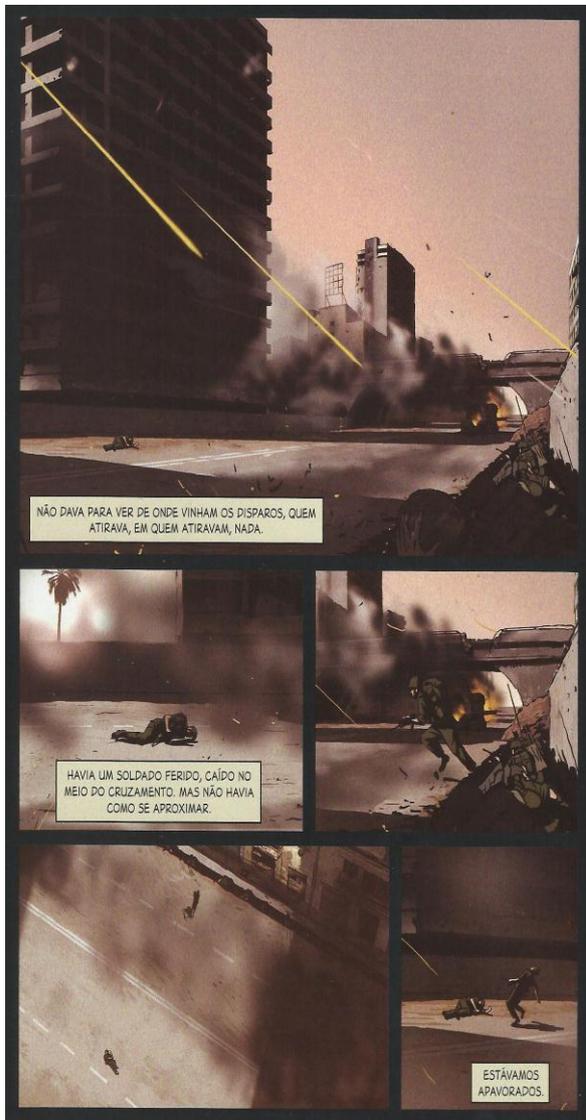
Fonte: Vídeo cinematográfico *Storming south Darayya I*. Vídeo de consulta original indisponível no momento no *YouTube*. Similares estão disponíveis no mesmo canal.

Análise semelhante de como a infraestrutura da cidade é usada em conflito em terreno urbano poder ser feita na adaptação do cinema para os quadrinhos de *Valsa com Bashir* (2009), do roteirista Ari Folman (ex-combatente) e do desenhista David Polonsky³⁷. Nesse trabalho Folman e Polonsky descrevem com profunda sensibilidade espacial o cenário tridimensional da **Guerra do Líbano** (1982-1985). Em uma cena, o terreno urbano é manipulado por militantes da Organização de Libertação da Palestina (OLP), que usam os edifícios como plataforma de disparo contra as tropas israelenses que se deslocam pelas ruas de Beirute. O cenário retratado revela um lugar repleto de civis que assistem de camarote as encenações quase que circenses dos soldados em campo de batalha, clarificando que conflitos urbanos se dão sempre em meio à vida urbana e aos afazeres cotidianos da população (ver Figuras 9 e 10, p. 74).

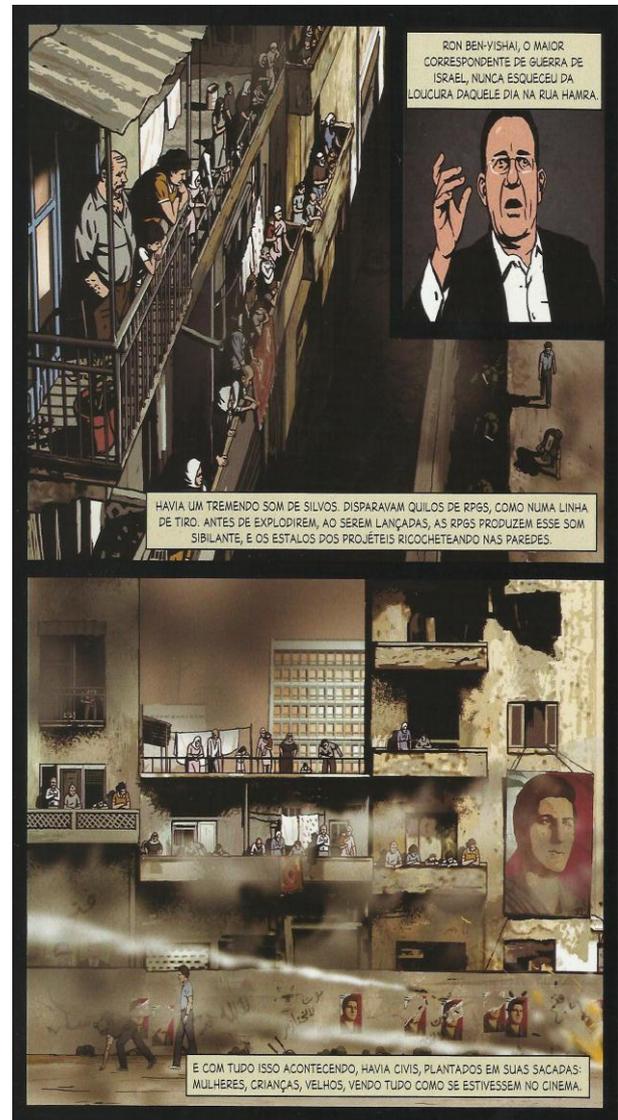
³⁷ *Valsa com Bashir* conta a história de um soldado israelense chamado Ari Folman que é atormentado por suas lembranças de guerra. O filme foi lançado no Brasil em 2008 e adaptado para quadrinhos em 2009.

Figuras 9 e 10

Ilustram o ambiente tridimensional de combate urbano em Beirute, com presença de civis, no qual militantes da OLP (Organização de Libertação da Palestina) utilizam os edifícios na tentativa de tirar vantagem do terreno contra as tropas israelenses em solo.



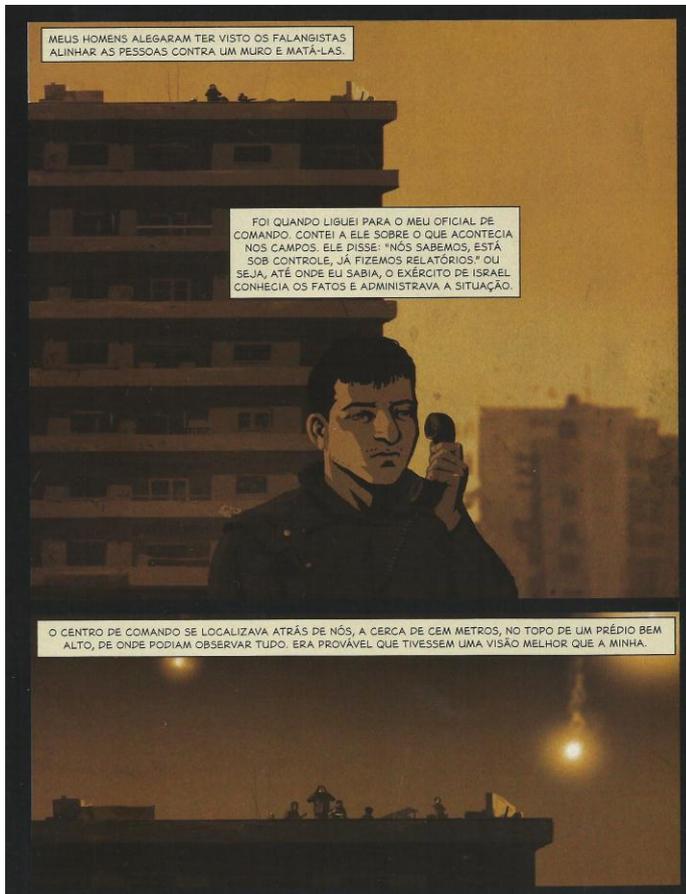
Fonte: Folman & Polonsky, *Valsa com Bashir: uma história da guerra do Líbano*, 2009, p. 80.



Fonte: Folman & Polonsky, *Valsa com Bashir: uma história da guerra do Líbano*, 2009, p. 82.

Em outro momento, Folman revela como tropas israelenses manipularam o ambiente urbano para orquestrar os massacres de civis palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Shatila. Sua visão privilegiada como combatente aclara as estratégias espaciais que utilizam a infraestrutura urbana e os edifícios da cidade de Beirute como forma de apoio operacional nessas operações. Em uma sequência reveladora, vemos soldados israelenses instalados em centros de comando no alto de edifícios: eles disparam sinalizadores à noite sobre os campos para orientar as tropas falangistas cristãs pró-Israel de Bashir Gemayel, cometendo

assassinatos indiscriminados dentro dos campos. O Exército israelense agia dessa maneira com o propósito de coordenar o massacre e assim se eximir de qualquer responsabilidade aparente (Figuras 11 e 12).



Figuras 11 e 12

Ilustram o teatro de operações nos massacres de Sabra e Shatila, com as tropas israelenses utilizando os edifícios como plataformas de observação para orientar as milícias falangistas em solo. Note-se que durante a noite eles disparam sinalizadores para orientar e apoiar os falangistas.

Fonte: Folman & Polonsky, *Valsa com Bashir: uma história da guerra do Líbano*, 2009, p. 101.



Fonte: Folman & Polonsky, *Valsa com Bashir: uma história da guerra do Líbano*, 2009, p. 106.

Como os exemplos abordados nesse capítulo demonstram, as políticas de guerra urbana estão associadas a concepções de manipulação do espaço urbano que tipificam o ambiente urbano como zona de guerra. Elas são aplicadas em cenário urbano complexo, emitindo significados militares ao tempo que dão outra roupagem à cidade, introduzindo objetos ópticos que dispostos em diferentes níveis topográficos, acabam por configurar um espaço volumétrico cuja perspectiva vertical assume um papel preponderante na organização do espaço de batalha.

No ambiente urbano a guerra não ocorre apenas na superfície, mas também no interior dos edifícios e nos espaços mais comuns da vida urbana cotidiana. Com a introdução de novas tecnologias militares o domínio do espaço aéreo assume, nessa mesma perspectiva, uma função decisiva no combate urbano. Não é à toa que o espaço aéreo tem sido manipulado e povoado cada vez mais por aeronaves de combate visando a operações em cenário urbano. Tendo em vista a sua importância, dedicaremos um capítulo específico sobre a produção de geografias aéreas no que diz respeito ao combate urbano.

CAPÍTULO III

PRODUÇÃO DE GEOGRAFIAS AÉREAS MILITARIZADAS

O presente capítulo analisa a produção de geografias aéreas a partir da ótica da militarização, que tem afetado a vida das pessoas na cidade e que, por conseguinte, tem-se tornado uma ameaça às populações urbanas ao destruir suas condições de reprodução na cidade ou mesmo a sua urbanidade. A Produção de geografias aéreas será vista, nesse sentido, como estratégia de violência política que favorece o surgimento de uma política espacial de terror aéreo, mediante ataques aéreos, tais como bombardeios, para afetar o ambiente urbano do qual depende a vida.

Concebida como um alvo, à mercê de ataques aéreos, a cidade será enfocada, neste capítulo, como um ambiente urbano sobre o qual geografias aéreas estão sendo desenvolvidas para atacar o ambiente e o modo de vida urbano do “inimigo”. O espaço aéreo não consiste nos dias atuais, num substrato inalcançável pelo homem, mas num ambiente manipulado e explorado. Seu domínio é imprescindível em cenários de guerra urbana. Certamente pode-se afirmar que o espaço aéreo tem sido colonizado pelo homem. Desde a invenção do avião experimental 14-Bis pelo aviador Santos Dumond – que obteve êxito em seu primeiro voo em 23 de outubro de 1906 – o homem tem povoado o espaço aéreo de objetos e significados. Os efeitos da conquista do espaço aéreo, contudo, são os mais variados. Se, por um lado, o avião possibilitou maior velocidade nos deslocamentos, dando-nos a impressão de encurtamento das distâncias, por outro, tornou-se um instrumento eficiente para operar em guerras como jamais visto.

O avião, nas últimas décadas, modificou a percepção de espaço que temos, pois seus efeitos transformaram a vida das pessoas e a política territorial de Estado. Criamos em torno do avião e de suas proezas “imaginações geográficas” que reordenaram o nosso mundo, forçando-nos a olhar para o céu e a nos preocuparmos com aviões que voam sobre nossas cabeças. É fato que o Estado, desde o início do século passado, é um ator preocupado com as formas de uso e domínio do espaço aéreo. Nesse debate, há pesquisadores, inclusive, que dizem que a soberania territorial não pode ser pensada nos dias de hoje de forma dissociada do controle do espaço aéreo; afirma-se até que criamos mundos aéreos. Em alguma medida estamos educando o nosso olhar conforme a perspectiva do avião, ao mesmo tempo que

corpos humanos, também, são treinados a serviço do avião (ver, em especial, ADEY, 2010a; ADEY, WHITEHEAD, WILLIAMS, 2013 Orgs.).

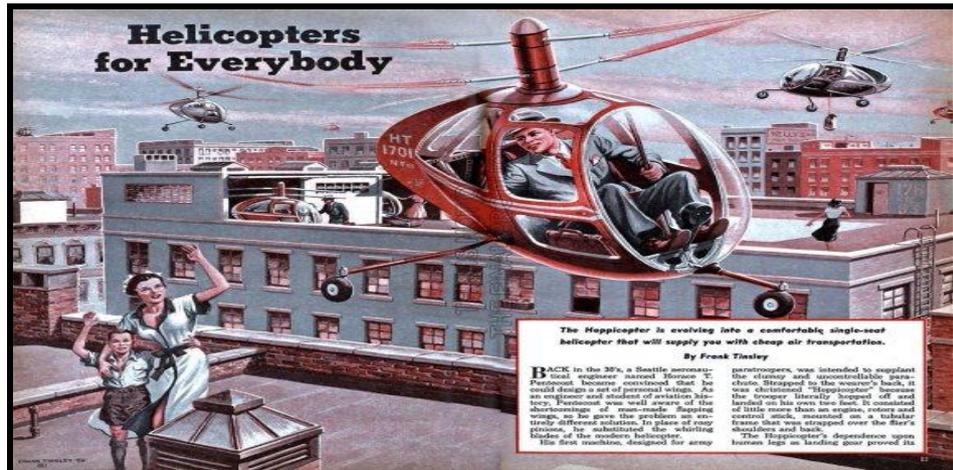
Ao longo do século XX erigiram-se duas maneiras de conceber as aeronaves. Uma seria tomada de positividade e imaginações geográficas. É o sonho com a produção de novos tipos de vida aérea, senão de vida aérea urbana, em que cada morador de uma metrópole teria um aeródromo e uma aeronave particular para satisfazer suas necessidades de locomoção. Nessa ficção urbana, a cidade seria pontilhada de aeroportos ou pistas de pouso suspensas em plataformas ligando os mais diversos lugares. Tal visão era alimentada por urbanistas e técnicos que imaginavam que a tecnologia do avião seria capaz de resolver os problemas de locomoção das pessoas, já que seu uso supunha a superação de desafios da vida urbana na metrópole no início do século XX. O avião surgia, então, como um antígeno da vida urbana vista como caótica, que deveria ser, ao menos em parte, vivida no ar, como retratam as revistas *Meccano Magazine* e *Helicopters for Everybody* (ver Figuras 13 e 14, p. 78-79).

Figuras 13 e 14

As capas das revistas ilustram um ambiente urbano em que cada pessoa teria um avião ou helicóptero para seu uso particular, criando, assim, um modo de vida aéreo em detrimento de outras formas de locomoção.

Fonte: *Meccano magazine*, v. 22, n. 2, fevereiro de 1937.





Fonte: *Helicopters for Everybody*, janeiro de 1951.

A outra visão sobre as aeronaves se fixa em consequências negativas. Desde sua invenção, o avião tem causado muitos efeitos sensíveis à vida urbana e verticalizado a percepção que temos do espaço, que cada vez menos tem sido predominantemente horizontal. Seu uso perverso tem produzido algo muito diferente da imaginada mobilidade aérea sonhada outrora em benefício da sociedade. Em virtude de sua capacidade destrutiva, o desenvolvimento de sua tecnologia assumiu diretrizes condicionadas pela indústria militar, e a utilização de aeronaves inicialmente previstas como equipamentos de emancipação da humanidade foi destinada, em parte, aos usos militares. Agora, mais do que nunca, sua tecnologia é ministrada na sociedade com uma intencionalidade perversa, capaz de provocar efeitos devastadores, já que expõe milhões de pessoas à violência que o avião e a criação de ambientes aéreos podem provocar.

Para correspondermos o sentido mais global que o problema invoca, analisamos no primeiro momento como a criação de um corpo aéreo está relacionada à ciência da guerra e ao treinamento militar para domesticar corpos humanos que devem se tornar extensões das aeronaves, para obter, assim, a melhor eficiência da máquina de guerra. Em seguida detalhamos melhor como a produção de espaços aéreos tem ameaçado a vida das pessoas, provocando terror. Nessa parte recorreremos à política britânica de colonização do Oriente Médio no início do século XX e aos ataques aéreos da II Guerra Mundial e da Guerra do Vietnã, identificando conexões com os conflitos mais recentes, quando o avião é requisitado como arma de guerra contra a cidade e contra a vida urbana, criando, por assim dizer, ambientes aéreos artificiais para matar.

3.1 Criando Corpos Aéreos Para a Guerra

A indústria armamentista alcançou grandes avanços tecnológicos nos últimos cem anos, alavancando a fabricação de aviões militares. O avião, como se viu, não surge como uma arma de guerra: contudo, seu potencial para disseminar a violência a partir do plano de visão vertical não demorou a ser assimilado pela indústria de guerra, que nele viu uma importante ferramenta de controle e destruição do espaço terrestre. Da mesma forma que se deu a evolução da indústria bélica, ocorreu, em paralelo, a evolução das funções aeromotoras e psicomotoras do piloto, aperfeiçoadas em torno de uma nova forma de pensar e agir no espaço, em que o avião representa, ainda hoje, um programa de modificação e criação de uma nova espécie de seres aéreos, que Peter Sloterdijk (2009) chamou de Ser-no-ar, em contraponto à concepção de Ser-no-mundo de Heidegger.

Para Sloterdijk (2009), há a fabricação de um Ser-no-ar em função dos gases que respiramos e daquilo em que estamos imersos, pois o homem não é só aquilo que ele come, mas o que respira. Tal ideia deve ser associada ao uso e domínio da tecnologia aérea para criar ambientes aéreos e controlá-los. Nesse sentido, a formação de geografias aéreas encapsula todo esse ambiente de ação e produção de ambientes aéreos e seus efeitos. Essa forma de pensar e conceber o espaço tem exigido o disciplinamento do corpo humano e o domínio de tecnologias para melhor controlar o espaço aéreo, instrumentalizados pelo militarismo em uma gama de contextos visando produzir terror nas populações vítimas de ataques aéreos. Essa ideia, melhor desenvolvida por Peter Adey em seu livro *Aerial life* (2010a)³⁸, enfoca a criação de formas de vida aérea a partir do nascimento de corpos aéreos concebidos para defender a nação.

Tais corpos, observa Adey (2010a), têm sido adaptados e moldados para formar cidadãos aéreos ou mentes aéreas, que estão sendo treinados fisicamente e mentalmente para pensar em perspectiva vertical, para pilotar aeronaves e habitar ambientes aéreos produzidos artificialmente. Esse pensamento, já encapsulado no grosso dos oficiais britânicos no início do século XX, aparece no discurso do Capitão F. E. Guest durante uma inspeção da Força Aérea Real (RAF) à estação de oficiais em Cranwell, em 22 de agosto de 1922, quando o capitão declarou:

³⁸ Vale a pena consultar também o livro organizado por Peter Adey, em parceria com Mark Whitehead e Alison Williams, intitulado *From above: war, violence and verticality* (2013), em que os organizadores reúnem vários artigos sobre o tema da aviação militar.

[...] vocês que estão aqui hoje serão pioneiros da ciência da guerra aérea – uma nova raça de homens que tem se inclinado a pensar e se mover livremente em três dimensões. Por muitos séculos soldados e marinheiros foram confinados aos limites estreitos do plano horizontal; vocês aviadores estão dominando a vertical, e terão uma liberdade de movimento com a qual os seus antecessores não sonhavam (GUEST, 1922, apud ADEY, 2010a, p. 25, tradução nossa).

Como Adey (2010a, p. 25, tradução nossa) assinala em sua fala “[...] Guest constrói uma imagem de corpos sendo feitos para serem aéreos” para dominar o plano vertical. Essa nova “raça” de homens foi pioneira de uma nova ciência da guerra aérea, em que corpos humanos foram cuidadosamente selecionados e preparados para a guerra. Esse corpo militarizado adquiriu competências especiais, passando a ser medido e testado como se fosse uma extensão do corpo da aeronave e das engrenagens que compõem a engenharia da máquina, com o propósito de alcançar maior eficiência e competência dos tripulantes da aeronave, erigindo, assim, um homem-máquina aéreo hábil a dominar a técnica do avião e habitar o espaço aéreo.

Por esse efeito, a formação não só de pilotos, mas de um modo de vida aéreo seria trabalhada através de práticas simbólicas de representação do avião em espetáculos aéreos assistidos pela população, para que os cidadãos assimilassem a ideia da perspectiva vertical. No que tange aos aviadores, o desenvolvimento da mecânica do corpo teria por objetivo alcançar maior desempenho dos movimentos, tornando os pilotos e operadores mais eficientes e precisos para dominar o avião. Para isso, conhecimentos em psicologia, fisiologia e engenharia eram mensurados para melhorar o corpo aéreo, na esperança de que o piloto se tornasse um super-homem, mais resistente e ágil, capaz de dominar qualquer tipo de tecnologia. É justamente aí que uma disciplina dos movimentos instala-se, formatando formas de pensar e agir para extrair do corpo toda sua potência a serviço da segurança e soberania nacional (ADEY, 2010a).

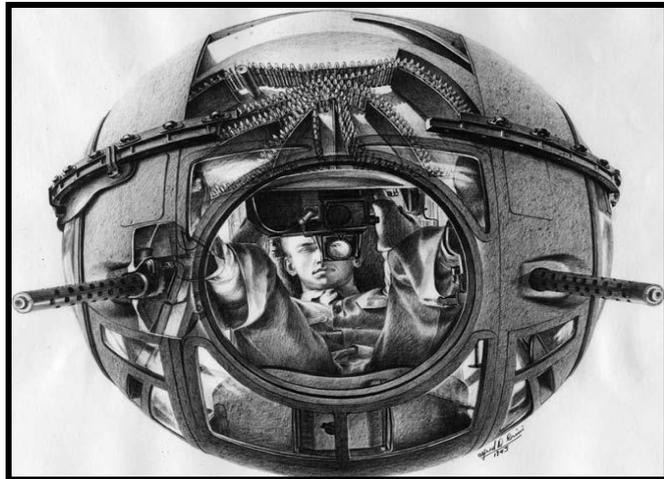
Ao disciplinar e treinar corpos humanos, personificados ao que aparece pela simbiose da ideia de “homem-pássaro” ajustada ao biótipo militar do “soldado universal”, a eficiência de cálculo dos movimentos e controle da aeronave foi levada ao extremo. Tripulantes foram medidos para saber se seus membros tinham o tamanho ideal para alcançar as alavancas da aeronave, para não perderem nenhum milésimo de tempo e de pujança, portanto, na eficiência de pilotar e de matar. Nesse plano, o domínio do espaço interno e da engenharia da aeronave transformou a cabine do piloto numa grande central de comando, repleta de interruptores e controles de voo dispostos lado a lado juntamente com dispositivos de artilharia. A divisão

das tarefas com o propósito de matar exigiu, ainda, o acoplamento de cápsulas com metralhadoras giratórias, sendo o artilheiro incumbido da função de matar sem se preocupar com outra coisa além de atingir os inimigos (ver Figura 15).

Figura 15

Ilustração de Crimi da “metralhadora giratória” de Sperry com o artilheiro dentro. Da cabine o artilheiro comanda um teatro de operações, como se fosse o sistema nervoso de um corpo mecânico, em que seus membros operam como extensões da aeronave.

Fonte: Adey, *Aerial life: spaces, mobilities, affects*, 2010a, p. 119.



Toda essa engenharia de cálculo aplicável com o intuito de matar criou uma arma de guerra que muito contribuiu para transformar o tradicional campo de batalha em espaço volumétrico. A cidade, como já visto, tornou-se o alvo predileto de ataques, incluindo bombardeios, que têm transformado milhões de pessoas em alvos em potencial desse tipo de guerra, cujo objetivo já não é destruir alvos estratégicos e exércitos apenas, mas também provocar terror e ameaçar a vida das populações que vivem na cidade. Populações urbanas qualificadas, a partir de agora, como inimigas, mesmo que sejam crianças, mulheres ou idosos, são os alvos desse tipo de guerra que não distingue soldados de civis indefesos. A presença do avião mudou a lógica da guerra e trouxe ao cenário urbano o terror dos campos de batalha, com aviões sobrevoando e despejando bombas sobre a cabeça de civis que se imaginavam longe do *front* de guerra, afetando a vida das pessoas na cidade como nunca antes.

Enunciados alguns dos principais aspectos da produção de corpos aéreos voltados para a guerra, cabe-nos agora ver mais de perto como o uso do avião tem provocado o terror na cidade e causado efeitos sensíveis sobre as populações afetadas por bombardeios e ataques aéreos diversos.

3.2 O Terror Aéreo e a Cidade

O avião tem “[...] permitido práticas culturais inteiramente novas e violentas que transformaram o mundo abaixo” (ADEY, WHITEHEAD, WILLIAMS, 2013, p. 2, tradução nossa), aplicando políticas de guerra e de segurança de cima para baixo. Como Adey (2010a, p. 6, tradução nossa) observa, “[...] o espaço tem sido produzido, transfigurado e formado através da tecnologia do avião [...]”, criando novos significados e percepções da vida urbana, sendo as pessoas ameaçadas por novas produções do espaço aéreo.

Essa capacidade de produzir terror aéreo, entretanto, não é algo recente. Sloterdijk (2009) lembra que na I Guerra Mundial, embora o avião fosse pouco utilizado, o espaço aéreo foi manipulado como arma de guerra. Ele observa que 22 de abril de 1915 marca o registro da primeira guerra de gás venenoso, quando nuvens de fumaça amarela subiram das trincheiras alemãs em direção às divisões francesas, causando pânico na linha de defesa francesa. Para Sloterdijk (2009, p. 14, tradução nossa), “o século XX será lembrado como a era cujo pensamento essencial consistiu em atingir não mais o corpo, mas o ambiente do inimigo”. Ele lembra Shakespeare, para enfatizar que se considera a vida de outra pessoa tomando o meio pelo qual ela vive. Em outras palavras, pode-se interpretar, toma-se o ar pelo qual se respira e todo o ambiente indispensável à manutenção da vida para privar o inimigo de um meio de sobrevivência.

Na guerra moderna, se o “[...] corpo do inimigo não pode mais ser liquidado com impactos diretos, em seguida, o atacante é forçado a tornar impossível a existência contínua do inimigo, por sua imersão direta em um ambiente inviável por um período suficientemente longo” (SLOTERDIJK, 2009, p. 15, tradução nossa). Na I Guerra Mundial os soldados entinchados tornaram-se inacessíveis a armas convencionais: daí Sloterdijk salientar a descoberta do ambiente como um meio pelo qual se pode fazer a guerra, usando gás venenoso para atingir as tropas, afetando as condições físicas do ambiente e, por conseguinte, as funções vitais do inimigo.

Constatando que se operam ambientes artificiais para atacar as fragilidades biológicas dos adversários, Sloterdijk (2009) verifica que a manipulação do ambiente age no sentido de criar uma modalidade de terrorismo atmosférico que assume a forma de assalto às condições de “vida ambientais”, que ele, por sinal, denomina de *atmoterrorismo*. Aviões militares também estariam, portanto, inseridos nessa lógica, ao provocarem pânico e destruição no

ambiente de sobrevivência do inimigo. A cidade, nesse sentido, tornou-se cada vez mais alvo de tais ataques, que, destinados a eliminar formas de vida humana impuseram à cidade estratégias de guerra implicadas em desmodernização forçada, destruindo a infraestrutura básica que possibilita a vida na cidade (GRAHAM, 2004a; 2004b; 2011).

Durante a II Guerra Mundial os bombardeiros estratégicos haviam adquirido uma capacidade de destruição nunca vista antes, sendo empregados com capacidade de “[...] alcançar ‘paralisia estratégica’ através da destruição dos sistemas de transporte, infraestruturas de água e de eletricidade e redes de comunicações” (GRAHAM, 2011, p. 266, tradução nossa). Como destacou Graham, o bombardeio foi visto e empregado com crescente frequência como uma forma de guerra para reverter as cadeias de estágio de evolução econômica, levando as cidades atingidas de volta para a idade do carvão.

Todo esse potencial para o assassinato urbano foi demonstrado nos bombardeios de Dresden, Hamburgo e Tóquio, quando cidades inteiras sumiram do mapa. “A bomba atômica completou esta nova vulnerabilidade da cidade: aglomerações urbanas e populações inteiras foram destruídas instantaneamente em Hiroshima e Nagasaki” (Shaw, 2004, p. 142, tradução nossa), revelando que o avião, agora sem ressalvas, havia se desenvolvido como uma arma de guerra capaz de levar ao extermínio milhares de pessoas, sem nenhum tipo de envolvimento direto com a guerra, de forma instantânea. Encapsulada por um olhar holográfico, a guerra no século XX foi travada em espaço tridimensional, e os ataques aéreos, desde a *Blitz* sobre Londres até os ataques terroristas de 11 de setembro – destacando-se o uso do avião-robô não tripulado em Gaza, no Afeganistão e no Iraque – muito além de possibilidades de maior mobilidade, vieram a provocar terror, destruição e morte na cidade, através do emprego de aeronaves em operações militares (ADEY, 2010a).

Táticas semelhantes foram empregadas por colonizadores britânicos contra rebeldes malaios guarnecidos nas florestas na década de 1950, usando produtos químicos com o objetivo de destruir o *habitat* de selva que sustenta o crescimento de alimentos ricos na dieta dos rebeldes. Bombardeios “envenenados” foram lançados sobre as plantações, causando sérios efeitos ao cultivo de batata-doce e mandioca, que começaram a murchar dentro de poucas horas. Essa mesma tática foi usada amplamente na Guerra do Vietnã³⁹ pelos

³⁹ Ainda sobre a Guerra do Vietnã, Yves Lacoste (2008), ao avaliar os deslizamentos e inundações causados pelo ataque aos diques do rio Vermelho, denunciou os bombardeios estratégicos estadunidenses ao verificar que a

americanos, ministrando agente laranja para destruir a cobertura vegetal e assim facilitar a localização dos vietnamitas. Com o intuito de atingir a população civil e provocar terror em terreno urbano empregando bombardeios ou ataques químicos, a mesma estratégia tem sido empregada na cidade, causando desmodernização e ampliando o número de vítimas, como vimos mais recentemente na invasão do Iraque pelos Estados Unidos (ADEY, 2010a, ver também WOODWARD, 2004).

Nos ataques aéreos de 2003 sobre Bagdá as operações do tipo “Choque e Pavor” tiveram objetivo estratégico e psicológico em duplo sentido:

[...] atingir diretamente os nós-chaves nas redes que sustentavam o complexo político-militar de Saddam Hussein bem como a mais ampla moral do Iraque. [...]. Para isso, necessitou-se do uso de armas aéreas que poderiam percorrer longas distâncias em oposição às forças terrestres de territorialidade mais limitada, que exigem proximidade com os seus alvos antes de golpear. Se disparados por navios ou lançados de aviões, Choque e Pavor foi, portanto, concebido como um ataque vertical em que as chamadas “munições de precisão” choveram sobre locais-chaves no Iraque. Por outro lado, este assalto foi concebido como uma guerra espetacular. [...]. Para ter um efeito sobre o moral, Choque e Pavor teve de ser consumido pelos circuitos visuais dos canais de notícias (COWARD, 2013, p. 96-97, tradução nossa).

Os bombardeios tiveram, portanto, objetivo não apenas de destruir alvos estratégicos, mas também de provocar medo e paralisia, levando o inimigo à capitulação. Fadiga e paranoia foram efeitos provocados no adversário propositalmente para causar-lhe impotência ao mesmo tempo em que enviava a mensagem de que resistir seria impossível (ADEY, 2010a).

Essa estratégia, porém, não é uma novidade no Iraque. Weizman (2012) nos lembra que ataques aéreos foram historicamente empregados em bombardeios que possibilitaram um desfecho rápido da guerra, mas também, numa velocidade atroz de difusão do terror no espaço, foram assimilados, por causa de sua eficiência, como uma tática de “colonização ou ocupação” aérea do território. Na década de 1920, Winston Churchill, na época ministro da Guerra e do Ar do governo britânico, ficou impressionado com o que percebeu ser uma forma de controle colonial por meio do poder aéreo. Dois anos depois, em 1922, persuadiu o governo a investir na Força Aérea Real para assumir o controle da Mesopotâmia, atual Iraque, ao invés de utilizar grandes contingentes do Exército. Esse método foi empregado também pelos britânicos contra revolucionários na Somália, no Egito, no Sudão, na Índia, na Palestina (durante a revolta de 1936–1939), no Afeganistão, em Jalalabad e em Cabul, antecipando a lógica de assassinatos praticados por Israel atualmente.

escolha dos alvos tinha por intuito atingir determinados pontos da estrutura geomorfológica da bacia do rio, justamente para causar um efeito devastador e intensificado de danos à população civil.

O Iraque, mais do que um exemplo ilustrativo de políticas de guerra, é representativo de como geografias militares do espaço aéreo podem transformar o território. Sobre isso Elden (2009) assinala que, embora o país tenha mantido os seus contornos territoriais após a I Guerra do Golfo (1991), o poder soberano exercido por Saddam Hussein e pelo Partido Baath fora seriamente afetado com os ataques aéreos e sanções impostas pelos americanos. As pretensões de Saddam em estender o seu controle sobre as reservas de petróleo do Kuwait ocasionaram uma trágica derrota que limitou a soberania territorial iraquiana às planícies centrais e à capital Bagdá após os Estados Unidos estabelecerem duas zonas de exclusão aérea: uma ao sul do país, na região de Basra, de maioria xiita; a outra ao norte, na região de Mosul, de predominância curda. Essas sanções restringiram o voo de aeronaves iraquianas às regiões centrais do país e a seus centros de controle em Bagdá e Fallujah, limitando o poder de Saddam a áreas de maioria sunita, que apoiavam o regime⁴⁰.

Em 2003, na segunda investida contra Saddam, em colocações simples:

[...] a intervenção levou à criação de um novo Estado falido, com controle territorial ineficaz. [...]. Com a exceção de áreas protegidas por zonas de não voo, a integridade territorial do Iraque estava intacta antes da invasão, tanto em termos da preservação de suas fronteiras quanto da sua capacidade de exercer o poder dentro delas. [...]. Depois da invasão [de 2003], as fronteiras do Iraque estão nominalmente ainda intactas, embora a capacidade do governo (ou mesmo das forças de ocupação) de exercer o monopólio da violência física dentro dessas fronteiras esteja profundamente comprometida. Adicionalmente, as fronteiras com o Irã e a Síria são porosas de uma forma que elas nunca foram antes, e a instabilidade com a Turquia continua (ELDEN, 2009, p. 137, tradução nossa)⁴¹.

Deve-se a isso a desarticulação do espaço aéreo iraquiano, que colocou em risco a integridade territorial do país e transformou o Iraque num hospedeiro de insurgentes e grupos de diferentes tipos. A instabilidade daí decorrente, contudo, causou problemas ainda maiores a um de seus vizinhos – a Síria –, que sofre, ainda hoje, com a atuação de insurgentes radicais que migraram, em especial do Iraque, para esse território. Uma vez acuado pelo avanço de grupos extremistas, o governo sírio de Bashar al-Assad supostamente fez uso de armas químicas em retaliação, criando um ambiente volumétrico de *atmoterrorismo* na tentativa de

⁴⁰ Benjamin Lambeth, analista militar filiado à *RAND Corporation*, escreveu um artigo, em 1999, chamando a atenção para a capacidade do poder aéreo em produzir resultados estratégicos em contexto de guerra combinada. Embora Lambeth não considera a insurgência urbana que pode se apropriar da cidade enquanto um ambiente de resistência, talvez porque seu trabalho seja baseado na Guerra do Golfo de 1991, quando os americanos não chegaram a ocupar Bagdá: seu texto é ilustrativo da capacidade de combate adquirida pela força aérea e de como os Estados Unidos podem exercer hegemonia no futuro. Mais interessante é o título de seu trabalho – *Air power, space power, and geography* –, fazendo alusão à relação entre o espaço aéreo de deslocamento das aeronaves, o emprego de poder aéreo e o meio geográfico de sua atuação.

⁴¹ O prolongamento do conflito na Síria e o desencadeamento de outros conflitos na região por conta da atuação de diversos grupos demonstraram que essa situação se agravou.

expulsar os insurgentes de algumas áreas dominadas nos arredores de Aleppo em 2013 – foco da resistência rebelde –, nas localidades de Sheikh Maqsoud (13 de abril), Khan al-Assal (19 de março) e Saraqeb (29 de março); e no subúrbio de Damasco, nas localidades de Ghouta (21 de agosto), Bahhariya (22 de agosto), Jobar (24 de agosto) e Ashrafiyah Sahnaya (25 de agosto), causando a morte de centenas de pessoas, muitas delas civis⁴². O governo sírio foi acusado outras vezes de usar armas químicas, mas retrucou dizendo que se tratava de atos executados por forças estrangeiras, acusando os Estados Unidos de serem os responsáveis, e que os estadunidenses agiam assim com o intuito de justificar sanções e uma possível intervenção militar, como ocorreu no Iraque.

Ataques com o intuito de destruir o ambiente de sobrevivência do inimigo têm se tornado mais frequentes em situações de guerra e beligerância, produzindo sensação de insegurança e medo na cidade. Elden (2009) chama a atenção para o ressurgimento do controle do monopólio da violência em que se estabelece o terror. Lembrando da invasão frustrada de Israel no sul do Líbano em 2006 para destruir as forças do Hezbollah, operantes na região, Elden argumenta que a modalidade de guerra que presenciamos pode ser mais bem compreendida como uma verdadeira guerra terrorista, em que ambos os lados se muniram de estratégias de terror aéreo, com o Hezbollah lançando foguetes Katyusha em cidades do norte de Israel, uma tática que os afastava de práticas anteriores, em que se poupavam áreas civis, enquanto as Forças de Defesa de Israel (FDI) optaram por bombardear Beirute e o sul do Líbano, destruindo a infraestrutura e rede urbana do país, para causar desmodernização forçada. Nesses ataques, em que a FDI atingiu um grande número de pessoas, civis libaneses, ao serem alvejados, foram considerados cúmplices, culpados por localização geográfica, ignorando, é claro, que se não fosse destruída a infraestrutura de transporte, talvez tivesse permitido que eles deixassem o lugar antes dos ataques (ELDEN, 2009).

Em Gaza, um território menor do que a ilha de Manhattan e cerca de três vezes e meia a área da cidade de Vitória (ES), com apenas 41 quilômetros de comprimento e 6 a 12 quilômetros de largura, superpovoado com uma população estimada em 1 milhão e 800 mil habitantes, Israel tem martelado intensamente o território com bombardeios, enquanto mantém as fronteiras fechadas para a entrada humanitária, com o objetivo de impedir a fuga de civis. Na ofensiva sobre Gaza entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, Israel se valeu de

⁴² Segundo reportagens da *BBC News*, *Syria's chemical weapons stockpile*, de 20 de setembro de 2013; e *Syria chemical weapons: un adopts binding resolution*, de 28 de setembro de 2013, ambas disponíveis no site da rede de notícias britânica (<<http://www.bbc.com/>>).

armas químicas proibidas pela lei internacional, como o fósforo branco, substância incendiária, e o Kalanit, uma arma que substitui as bombas de fragmentação, também proibida, com efeitos similares (al-HAMZAH e MUHAMMAD, 2009).

No ataque, Israel também fez uso de uma nova arma, desenvolvida pelos Estados Unidos, não regularizada pela lei internacional, em fase de testes, chamada Dime. O Dime, tem como principal característica a capacidade de provocar explosão interna do corpo humano sem espalhar fragmentos:

[...] quem confirma o uso da nova arma são os médicos voluntários estrangeiros da ONU trabalhando em Gaza. “Os ferimentos dessa arma são particulares. As vítimas têm severos danos internos, especialmente em tecidos macios, como no abdômen, mas nada aparente pelo lado de fora. Todos os casos levaram à morte”, disse o médico norueguês Mads Gilbert, no Hospital Al-Shifa, na cidade de Gaza. Outro médico estrangeiro, o britânico David Halpin, também descreveu o que viu: “Estamos vendo Gaza como um laboratório humano para testes do que eu chamo de armas do inferno”, disse ele à rede de notícias britânica BBC (al-Hamzah e Muhammad (2009, p. 4).

Durante o conflito Israel frustrou vários lançamentos de foguetes do Hamas, localizando seus pontos de lançamento por meio de novas tecnologias de vigilância, que permitiram o rastreamento dos combatentes do Hamas em áreas urbanizadas e superpovoadas, revelando a sua localização exata, ao tempo que coordenava, simultaneamente, as unidades terrestres da Força de Defesa Israelense (FDI) em campo de batalha. Usando um novo *software* americano chamado *Blue Force Tracker*, que enviou, em tempo real, as informações para o Centro de Operações Aéreas da FDI e outros postos de comando ligados à rede, a FDI atuou a partir de um teatro de operação virtual, que lhe possibilitou alto nível de onisciência do espaço de batalha, nunca alcançado antes (LAMBETH, 2012).

Hoje, a busca incessante por alcançar onisciência total no campo de batalha tem se dado muito em virtude do incremento de veículos aéreos não tripulados, os chamados drones, em operações militares. Como observa Chamayou (2015), o uso de drones na atividade militar tem permitido projetar poder a longas distâncias, sem expor vulnerabilidade do operador, que se encontra longe do campo de batalha, reduzindo inimigos ou civis ao estatuto de simples alvo. Segundo justificativas militares, uma das vantagens do emprego de drones é o fato de que a vigilância pelo drone não implicaria, nesse aspecto, adaptações espaciais ou controle terrestre direto, já que seu objetivo se pauta numa inversão da lógica de “vigiar e punir”, exemplificada por Foucault (2013), e sua eventual substituição pela ideia de “viajar e aniquilar”, como expõe Chamayou (2015).

Com as novas doutrinas contemporâneas de poder aéreo, o campo de batalha tradicional transformou-se num espaço de batalha dinâmico, em que objetos e táticas podem variar a todo instante, desenvolvendo-se por escalas e tempos espaciais diferentes. Para operar nesse campo é preciso imaginar um mosaico de quadrados ou cubos coloridos, idealizados como *kill box*, que podem ser traduzidos como “caixa letal” ou “cubo de morte”. O teatro de operação dessas zonas de guerra é concebido a partir de um ciclo de vida: a partir de uma série de cubos alinhados em 3D, uma *kill box* pode ser aberta, ativada, congelada e fechada. Determinadas cores podem corresponder, cada qual, a um nível de evolução das atividades ou a um ciclo de vida do *kill box*, na medida em que as operações militares se desenvolvem dentro dele. Elas também podem ser ativadas ou moduladas para se adaptar à guerra urbana, bem como abertas e fechadas rapidamente, para responder a situações de guerra dinâmica, sem que a população que mora na área fique sabendo que é alvo em potencial. Em sentido prático, uma *Kill box* significa para os militares estadunidenses área de “fogo livre” (ver CHAMAYOU, 2015).

Imagina-se que no futuro não muito distante drones serão tão pequenos quanto insetos. Há estudos inclusive, nessa área, em que insetos são transformados em *cyborgs*. Esses robôs-insetos poderão então voar como enxames assassinos e povoar o espaço aéreo das cidades ou entrar em residências de forma sorrateira, sem serem percebidos (ver CHAMAYOU, 2015). Algo não muito diferente disso já ocorre em Gaza, onde a FDI utiliza os drones militares para patrulhar e perseguir alvos. Sobrevoando as cidades palestinas, tais aeronaves desferem ataques-surpresa contra líderes políticos e grupos paramilitares, mas também contra civis atuantes contra Israel. Estes são perseguidos dia e noite por veículos não tripulados, como registra o depoimento de um civil palestino à rede de notícias Al-Jazeera em janeiro de 2009:

Aqui em Gaza, os habitantes de Gaza não dormem, por causa do ruído dos helicópteros, dos drones israelenses e do bombardeio de artilharia. Essas coisas são contínuas todas as noites e até agora.

Eu agora estou falando com você ao andar na rua e, a fim de ouvi-lo, estou colocando meu dedo no outro ouvido para não ouvir o barulho dos drones e dos helicópteros nos céus de Gaza.

Esta é a primeira vez que, em uma semana, dormi à noite e hoje a Al Jazeera me acordou. Eu estou ouvindo os drones ainda pairando nos céus de Gaza, continuamente, é claro, para nos lembrar o que os israelenses estão dizendo: “nós ainda estamos aqui” (DALLOULD, 2009 apud ADEY, 2010a, p. 170-171, tradução nossa).

A situação de palestinos hoje privados de sono em virtude de ataques israelenses lembra a de pessoas expostas aos bombardeios ocorridos durante a II Guerra Mundial. Tais

bombardeios impediam as populações alvejadas de dormir, causando-lhes extrema fadiga. Além dos bombardeios, tinham essas populações de suportar o frequente toque das sirenes. Estas, embora cumprissem o papel de alertar os cidadãos de iminentes ataques, guardavam, por outro lado, um aspecto aterrorizador, ao trazerem pânico às populações, frequentemente sobressaltadas, à espera de um ataque aéreo (ADEY, 2010a). A cidade como lócus de práticas de terror com uso de bombardeios massivos, ataques químicos etc. – práticas destinadas, no fundo, além de vencer o inimigo, a destruir o *habitat*, privando as pessoas da vida na cidade – tornou-se um alvo em potencial da guerra.

Essa estratégia de guerra, que visa à destruição do ambiente, não se detendo ao ataque direto contra forças militares, embora seja uma prática militar de forte lastro histórico, foi conceituada, de forma mais precisa como urbicídio, durante a Guerra da Bósnia, quando não só a população foi alvejada, mas o ambiente construído foi alvo deliberado de ataques que visaram destruir o ambiente urbano do inimigo. Esse evento, embora não necessariamente o primeiro nem mesmo o único, é revelador, pois, a partir de estudos sobre o fenômeno urbicida, passou-se a considerar, para fins de estudo, o enfoque analítico do urbicídio para destacar a destruição do suporte físico das cidades como uma forma de negar às suas populações o substrato urbano como suporte à vida, através do uso de violência política. Com o objetivo de corresponder a uma visão mais ampla e teórica sobre a prática do urbicídio, em pesquisas recentes, no capítulo seguinte iremos retomar a análise do urbicídio, que será enfocado como uma estratégia ampla de destruição do espaço urbano, que tem por objetivo privar populações urbanas das condições de vida na cidade.

CAPÍTULO IV

URBICÍDIO E A “MORTE” DA/NA CIDADE

Este capítulo trata da destruição do ambiente urbano construído por meio de ataque às condições de existência urbana na cidade induzida por violência política. A lente de análise privilegiada nesse enfoque dá conta da destruição da vida na cidade como negação da heterogeneidade urbana, evitando abordagens que dissociem os aspectos físicos dos culturais, que são analisados de forma integrada. Por essa perspectiva analisamos a destruição do conteúdo urbano pela adoção de uma concepção integradora do urbicídio, que permite integrar de forma relacional os aspectos físicos e culturais ao aporte de análise de destruição de uma dada condição urbana de existir na cidade.

O enfoque privilegiado apresenta o conceito de urbicídio como um instrumento de análise da violência política propagada no espaço urbano com o objetivo de destruir as condições de existência e reprodução no espaço de um determinado grupo. Sobre sua significação, a propósito é bom lembrar, antes de qualquer coisa: urbicídio é uma palavra que nos causa medo. Seu significado expressa um conteúdo letal com junção da palavra “urbano” com o sufixo “cídio”, de genocídio: em inglês, *urbicide*. Essa junção tem por pretensão abarcar não só o assassinato de minorias étnicas ou deslocamento forçado de populações da/na cidade, mas a destruição do substrato urbano no qual se apoia vida (ver COWARD, 2009). Urbicídio nomeadamente expressa uma concepção de barbárie.

Em termos de análise, a formulação do conceito de urbicídio propicia captar o que há de mais profundo em políticas urbanas de destruição do ambiente construído, entendida como fenômeno de destruição do espaço urbano partilhado, em que a possibilidade de existência do heterogêneo é suprimida por forças destrutivas. Em outras palavras, urbicídio refere-se à destruição da urbanidade como condição de vida urbana. Compreende, por esse viés, não só a destruição do terreno urbanizado que possibilita a vida na cidade como instância urbana, mas também a cultura e memória da cidade, ao destruir o substrato que permite a existência da multiplicidade em situação de vida urbana.

Eventos como o 11 de Setembro e a Primavera Árabe, entre outros, se voltarmos apenas um pouco no tempo, são exemplos ilustrativos da imersão das cidades num constante redimensionamento da violência política no seu substrato urbano. A militarização da cidade

tem fragmentado o terreno urbano e estilhaçado a existência em espaço comum, modificando o sentido de vida na cidade, cada vez mais associado com a violência e o individualismo, criando formas destrutivas de vida urbana. Diante do crescimento da violência urbana sobre a cidade, há ainda outra pergunta: quem irá ficar com a cidade e para que fins a quer? Essa mesma questão, na perspectiva do urbicídio, implica saber quais são os meios que determinados grupos estão dispostos a usar para alcançar seus objetivos, sem levar em consideração a cidade como espaço partilhado.

É o uso do espaço urbano que está em jogo no atual processo de militarização da cidade e no quadro mais amplo de desenvolvimento de práticas urbicidas; por isso, faz-se necessário revisitar o conceito de urbicídio, para entender o momento paradigmático que vivemos hoje. Com esse propósito iremos inicialmente explorar o conceito de urbicídio com a finalidade de contextualizar o seu uso na atualidade como conceito analítico, capaz de abarcar e explicar uma dada realidade, que dê conta da destruição do ambiente urbano como ação de violência urbana generalizada e deliberada visando a objetivos políticos. Na segunda parte do capítulo, para corresponder à amplitude de compreensão do fenômeno urbicida, iremos verificar sua aparição em diferentes lugares. Para isso nos pautaremos nos estudos de Martin Coward (2004, 2009) para o caso da Bósnia, de Stephen Graham (2004a, 2011), Eyal Weizman (2004, 2012), Backmann (2012) e Bishara (2003) para a Palestina, de Deen Sharp (2016) para a Síria e de Sara Fregonese (2009) para o Líbano.

4.1 Contextualizando e Conceituando Urbicídio

O conceito de urbicídio está ligado ao discurso de novas guerras, que cada vez mais são travadas em terreno urbano (ver, em especial, COWARD, 2004, 2009; GRAHAM, 2004a, 2011; e SHAW, 2004, entre outros). O termo, que se tornou usual durante a Guerra da Bósnia 1992–1995 como uma forma de focar a destruição generalizada e deliberada do ambiente urbano, foi tematizado em discussões originárias de programas de renovação urbana nos Estados Unidos, quando a cidade como forma arquitetônica e como experiência sociopolítica, estava sob ataque do planejamento urbano no século XX. Ada Louise Huxtable usa o termo urbicídio nesse sentido no seu compêndio de artigos no *New York Times*, intitulado *Will they ever finish bruckner boulevard? a primer on urbicide* (1972). Nesses textos, Huxtable

considera uma série de casos de planejamento urbano em Nova York marcados pelo declínio da experiência urbana (COWARD, 2009; ver também FREGONESE, 2012).

Embora o emprego original do termo *urbicídio* tenha como foco políticas urbanas de reestruturação, em 1992 a questão da destruição generalizada de prédios na Bósnia durante a guerra civil foi tematizada por um grupo de arquitetos de Mostar, sob outro foco, em uma publicação intitulada *Mostar '92 – Urbicid*.

Os autores de *Mostar '92 – Urbicid* apresentaram a destruição de edifícios em Mostar como um aspecto central da guerra em curso. Esta coleção de imagens e texto tentou demonstrar que a devastação do ambiente construído manifestada (embora não se limitando) na destruição das pontes, mesquitas e igrejas, lojas de departamento, blocos de apartamentos, edifícios públicos, hotéis e espaços públicos (como os parques), representou mais do que danos colaterais. Como tal, *Mostar '92 – Urbicid* tinha a intenção de chamar a atenção para a situação da arquitetura na ex-Iugoslávia. [...]. Central a esta publicação, portanto, é a afirmação de que a destruição do ambiente construído tem um significado próprio, ao invés de ser acidental, ou uma característica secundária da violência genocida (ou “limpeza étnica”) que caracterizou a Guerra da Bósnia (COWARD, 2009, p. 35-36, tradução nossa).

Martin Coward (2004, 2009), seguindo essa linha de raciocínio, irá desenvolver o mais sólido debate sobre esse tema anos depois, contestando algumas afirmações, tal como a de Martin Shaw (2004), de que *urbicídio* compreende uma forma de guerra que não pode ser separada de outras estratégias de aniquilação, como o genocídio, o etnocídio e o politicídio. Shaw argumenta que as cidades não sofrem sozinhas, pois sua miséria está vinculada à miséria mais ampla de sociedades inteiras: por isso o *urbicídio* precisa ser visto como um elemento amplo da guerra genocida travada na cidade. Segundo Coward, a destruição de formas específicas de urbanidade é perfeitamente compreendida como um exemplo de genocídio, como enfatiza Shaw; no entanto, o termo *urbicídio* implica uma distinção entre violência exercida sobre o ambiente construído e limpeza étnica conduzida por genocídio. Genocídio compreende práticas de extermínio de nações e grupos étnicos, enquanto *urbicídio*, embora se baseie numa semelhança lexical-conceitual com genocídio, enfoca, em sua própria razão, a destruição sistemática do ambiente construído.

Urbicídio, diz Coward (2009), consiste numa destruição que emprega uma forma distinta de violência, que abarca “[...] a destruição de edifícios como condição de possibilidade de estar com os outros” (COWARD, p. 14, tradução nossa). Em outros termos, “[...] os edifícios são destruídos porque eles são constitutivos da condição existencial conhecida como ‘urbanidade’. ‘Urbicídio’ remete assim a um assalto a edifícios, a fim de

destruir a urbanidade” (COWARD, p. 15, tradução nossa). Assim, urbicídio consiste numa política de negação da cidade através da destruição urbana colocada em marcha por regimes violentos, como os regimes de nacionalismo étnico, que buscam a transformação da pluralidade em enclaves homogêneos.

Edifícios são destruídos não só porque pessoas vivem suas vidas a partir de uma instância física e são dependentes de toda a infraestrutura urbana, que configura, em sentido abrangente, o equipamento urbano para a vida. Edifícios são, antes de qualquer coisa, constitutivos da natureza da vida das pessoas na cidade em comunidade: por isso, são alvejados em guerra urbana, com o intuito de destruir o ambiente de sobrevivência do inimigo, negando-lhe não a cidade propriamente, mas a condição existencial de estar na cidade e dela fazer parte (COWARD, 2009).

A destruição do ambiente construído que constitui o substrato material de existência urbana é, portanto, a destruição das condições de possibilidade de heterogeneidade. O que está em jogo no urbicídio são, assim, as condições que possibilitam a heterogeneidade. Urbicídio, então, é a destruição de edifícios não pelo que eles representam individualmente (alvo militar, patrimônio cultural, metáfora conceitual), mas por seu papel como propiciador de condição favorável à existência do heterogêneo (COWARD, 2009, p. 39, tradução nossa).

Coward (2009) argumenta que edifícios são destruídos por duas razões: são constitutivos de uma fundamental espacialidade comum, que é sempre compartilhada, e expressam heterogeneidade. Para afirmar isso recorre a Heidegger e a seu debate a respeito do Ser-no-mundo, buscando, com isso, salientar que a espacialidade existencial contida em objetos como edifícios é algo fundamentalmente comum e, por conseguinte, compartilhado no ambiente urbano com condição heterogênea de Ser-com-outros, o que significa, em outros termos, existir com o outro.

É justamente daí que advém o perigo de encobrimento da possibilidade de Ser-com-outros no espaço urbano comum. Essa é a ameaça constante do urbicídio. A política urbicida pode levar ao apagamento do espaço comum e partilhado com o plural, em virtude da destruição da memória e de ambientes construídos que possibilitam a vida mútua das pessoas na cidade. É real o perigo de se naturalizar o encobrimento da memória e pluralidade do espaço compartilhado, transformando-o num espaço homogêneo, ao se eliminar toda condição física e memorial de existência heterogênea. Forjando, assim, uma lógica de eliminação da coexistência com a diferença, concretizada pelo urbicídio, estaríamos sendo privados da existência com o outro e confinados a uma lógica imperativa de convivência vazia na cidade.

Com efeito, o urbicídio refere-se à destruição essencial de estar com os outros na cidade. Sendo a urbanidade a condição existencial da vida urbana, os programas políticos urbicidas (de reestruturação urbana e natureza genocida) buscam justamente atingir a condição existencial contida no urbano para expulsar populações indesejadas, empregando políticas urbicidas, isto é: de destruição urbana generalizada e deliberada para negar a cidade em sentido existencial a determinados grupos; políticas levadas a cabo para desterritorializar esses grupos e apagar qualquer vestígio de sua presença histórica. Dessa forma, urbicídio não se restringe apenas a expulsão ou simplesmente destruição, mas à impossibilidade de existirem novamente forças heterogêneas no lugar e de compartilhá-lo. Esses aspectos, como veremos, serão considerados no próximo item. São analisados, a partir da literatura, os casos exemplares de Guerra da Bósnia, Conflito Israelo-Palestino, além dos recentes casos da Síria e do Líbano nos anos 1970.

4. 2 Políticas Urbicidas: Alguns Exemplos de Guerras na Europa e no Oriente Médio

Um país inteiro se desintegra, e, em meio a tudo isso, o que chama a atenção não é só o novo redesenho do mapa da Península Balcânica com novos Estados independentes, que antes formavam a Iugoslávia. A carnificina da guerra causa um horror especial, mas o incêndio da Biblioteca Nacional também é de cortar o coração; episódio em que os moradores de Sarajevo percebem que séculos de cultura se transformaram em cinzas (ver COWARD, 2004, 2009).

A destruição em curso na **Guerra da Bósnia** foi, nesse sentido, tida pelos observadores do conflito como um caso exemplar da guerra emergente sobre a cultura como parte integrante do processo de limpeza étnica.

A destruição de propriedade cultural foi parte integrante da campanha para criar comunidades étnicas homogêneas. Assim, a destruição aparentemente selvagem e arbitrária de edifícios simbólicos andava de mãos dadas com massacres e deslocamento. Isto levou à destruição de edifícios em grande escala na Bósnia, bem além do que pode ser esperado como danos colaterais de uma campanha para “limpar” um território, ou como dano aceitável de se alvejarem estruturas de importância estratégica (COWARD, 2009, p. 6, tradução nossa).

A Guerra da Bósnia, mais do que um assalto sustentado contra a população civil, foi um ataque a sua(s) cultura(s) e a seu ambiente urbano. Em meio à destruição de mesquitas, mas também de igrejas católicas e ortodoxas e de museus e bibliotecas, importantes símbolos

culturais e de valor histórico, emerge a destruição de lugares banais, como cafés, cinemas, mercados, pontes, entre outros, “[...] em suma, lugares onde as pessoas se reúnem para viver a sua vida coletiva [...]”⁴³ (ADAMS, 1993 apud COWARD, 2009, p. 8, tradução nossa). Tais espaços eram alvo de um programa de destruição de símbolos e infraestrutura urbana de uma sociedade multiétnica para alcançar homogeneidade no espaço. Nesse sentido, é claro que edifícios simbólicos foram alvos de violência desproporcional não só para matar ou deslocar habitantes, mas, acima de tudo, para apagar qualquer vestígio histórico de uma sociedade que compartilhava havia séculos o mesmo lugar (COWARD, 2004, 2009).

A destruição da ponte de Stari Most (ver Figura 16, p. 97), conhecida também como Ponte Velha, na cidade de Mostar, é talvez o exemplo mais ilustrativo da política urbicida posta em prática na Bósnia. Assentada sobre o rio Neretva, a ponte exerceu, por mais de 40 anos, o papel de ligar as duas partes da cidade de Mostar (parte ocidental e parte oriental); era, não menos, símbolo de uma história cultural e de identidade compartilhada por diferentes povos. Infraestrutura e símbolo de uma integridade territorial. A sua destruição, por volta das 10h15 de 9 de novembro de 1993, pelo Exército Croata Bósnio, teve como objetivo dividir etnicamente a cidade de Mostar, criando dois enclaves territoriais incomunicáveis. Os perpetradores do ataque esperavam, com isso, destruir um elo que mostrava que os dois lados das margens do rio Neretva compunham elementos de uma entidade única e ao mesmo tempo plural que vivia e compartilhara o mesmo espaço havia muito tempo (COWARD, 2004, 2009).

⁴³ N. Adams, “Architecture as the target”, 1993, in: *Journal of the Society of Architectural Historians*.



Figura 16

A Ponte Velha (*Stari Most*) em Mostar, na Bósnia-Herzegovina, foi bombardeada pela primeira vez por tropas sérvias da Bósnia e, em seguida, por tropas croatas da Bósnia, que finalmente a colocaram abaixo. Como se pode observar na fotografia, foi feita uma tentativa mal sucedida de proteger a ponte danificada, pendurando pneus ao redor da estrutura.

Fonte: Coward, *Urbicide in Bosnia*. In: Graham (Org.). *Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics*, 2004, p. 157.

Como Coward (2004, 2009) observa, a destruição deliberada de ambientes construídos e do patrimônio cultural, longe de ser um dos efeitos colaterais ou um dos danos colaterais da guerra, era produto cuidadosamente produzido como parte da estratégia de guerra destinada a extinguir o elemento étnico do território; ao se destruírem as formas presentes e herdadas na paisagem arquitetônica na cidade apagava-se qualquer resquício de ocupação anterior e compartilhada. Para tanto, destruir o registro histórico e a memória coletiva que caracterizava a coexistência da sociedade bósnia era fundamental; fazia parte do programa urbicida.

O Conflito Israelo-Palestino, tal como a Guerra da Bósnia, também é revelador de uma política de guerra em que se visa como alvo a urbanidade. Como tal, compreende uma política urbicida em que ambos os lados estão atacando os espaços da vida urbana cotidiana com armas para interromper ou destruir a urbanidade sobre a qual se apoia a vida do suposto “inimigo”. Israel, contudo, possui tecnologia massiva e muita superioridade bélica: conta com satélites, tanques, helicópteros e aviões capazes de provocar o que Graham (2004a) chamou de desmodernização forçada da sociedade urbana palestina, enquanto os palestinos, por seu turno, utilizam táticas de guerrilha e, como muito se usou alguns anos atrás, atentados em ônibus e em locais públicos.

Após pesadas baixas na década de 1980, no Líbano, Israel reorientou a sua política de guerra, colocando na mira a infraestrutura social da qual depende a sociedade palestina e a

qual os combatentes utilizam como abrigo. Ariel Sharon, ex-Primeiro Ministro de Israel, assim, adotou uma estratégia direta para compelir os palestinos a um quadro de miséria e pobreza, sustentada por uma política de demolição de bairros inteiros pelas Forças de Defesa de Israel (FDI) na primavera de 2002, destruindo milhares de casas. Como se sabe, essa destruição é parte de uma política tridimensional, que consiste em configurar o território para abrir espaço para operações das tropas israelenses e permitir a expansão territorial de Israel (ver GRAHAM 2004b; WEIZMAN 2004, 2012).

Tais demolições ocorrem em áreas estratégicas para inviabilizar a contiguidade territorial do território palestino, sendo as casas cuidadosamente selecionadas, para aumentar o controle territorial israelense, ao mesmo tempo que oliveiras são arrancadas e laranjais devastados. Além de ataques aéreos, o urbicídio empregado como método de desmodernização forçada é conduzido por tratores blindados gigantes da FDI (ver Figura 17), concebidos, como diz Graham (2004a, p. 195, tradução nossa), com capacidade de “[...] arar através de áreas palestinas construídas [...]”, destruindo sistemas de energia elétrica e água, além de habitações, os seus alvos mais visados. Como enalteceu um condutor de trator da FDI, ao derrubar uma casa palestina, estaria ele enterrando 40 ou 50 pessoas por gerações (GRAHAM, 2004b).

Figura 17

Foto de um trator “gigante” da Força de Defesa de Israel, denominado Caterpillar D9, muito utilizado na destruição de casas palestinas. Observe-se que o trator possui uma metralhadora acoplada ao teto.



Fonte: Wikipedia – the free encyclopedia, s/d.

Destruir qualquer possibilidade de um futuro Estado palestino, aniquilando sua infraestrutura urbana e seus símbolos culturais da paisagem, é a estratégia geopolítica de Israel para impedir a rápida urbanização palestina e seu crescimento demográfico dentro de Israel e nos Territórios Ocupados, que mudariam, muito em breve, o equilíbrio demográfico

na região a favor dos palestinos. Esse foi, inclusive, o alerta vermelho de Arnon Soffer em 2001, demógrafo conceituado no país. Segundo ele, em longo prazo o futuro do Estado de Israel estaria ameaçado. Graham cita os argumentos de Soffer, que faz menção a uma suposta “ameaça existencial”, talvez se referindo a um segundo Holocausto, se o crescimento populacional e processo de urbanização palestino continuar:

O processo de urbanização em torno das fronteiras de Israel vai resultar em uma grande população árabe, que sofre com a pobreza e a fome, em torno do Estado judeu. Essas áreas tendem a se tornar um terreno fértil para a evolução de movimentos radicais Islâmicos... Na zona árabe o processo leva a uma urbanização de natureza selvagem, decorrente da ausência de uma política de planejamento e, em particular, a falta de fiscalização e aplicação da lei de construção. Todo mundo constrói como entende, e o resultado é centenas de vilarejos ilegais espalhados em todas as direções⁴⁴ (SOFFER, 2001, apud GRAHAM, 2004b, p. 203, tradução nossa).

Apropriando-se dessa lógica, Efraim Eitam, general aposentado da DFI, concebeu os Territórios Ocupados como uma “bomba-relógio demográfica e social”, que a qualquer momento pode explodir sobre Israel. Eitam enfatizou que a construção espontânea de moradias palestinas seria um tumor cancerígeno destruindo o Estado de Israel e que áreas urbanas e edifícios são, na verdade, armas. Afirmações tais como as de Soffer e Eitam têm por intuito retratar áreas urbanas palestinas como territórios incognoscíveis que abrigam “ninhos de terroristas”. Assim, justificam políticas urbicidas e utilizam ataques massivos e expulsão forçada de moradores de áreas urbanas densamente povoadas, como tem sido colocado em prática por Israel (GRAHAM, 2004b).

Soma-se ao repertório de medidas que atentam contra os direitos da população palestina a construção do muro de separação através de uma fronteira física, que viola as fronteiras da linha de armistício fixadas após o conflito de 1967. A barreira de separação israelense, com cerca de 730 quilômetros de extensão, serpenteia a Cisjordânia seguindo de perto a linha de armistício de 1967, para em seguida, em locais específicos, adentrar-se em terras palestinas, anexando-as ao território de Israel mediante assentamentos ilegais de israelenses, conferindo aos blocos anexados integridade territorial. Quando Israel não consegue expandir as fronteiras para anexar os assentamentos ilegais, age no sentido de capturá-los. Para isso constrói estradas que ligam esses assentamentos a Israel e os ampara militarmente, além de criar descontinuidade territorial na Cisjordânia através de rodovias de

⁴⁴ A. Soffer, *Israel, demography 2000–2020: dangers and opportunities*, 2001.

uso exclusivo para israelenses. Desse modo, as colônias israelenses na Cisjordânia, implantadas estrategicamente, forneceram as melhores condições de solo e abastecimento de água para Israel, submetendo os palestinos a espaços descontínuos e subabastecidos (ver WEIZMAN, 2012; BACKMANN, 2012).

Na região setentrional da Cisjordânia, onde o foco do governo israelense é o controle sobre Jerusalém, desde 1967 Israel vem ampliando unilateralmente a extensão da cidade, anexando vastas áreas de terra, onde são construídos bairros exclusivos para israelenses. Na parte leste da cidade,

[...] a anexação de *facto* vem sendo realizada sob a cobertura de duas leis essenciais. A primeira permitia que o Estado de Israel estendesse sua administração à nova zona ocupada; a segunda, aplicando-se a todas as municipalidades, permitia que o ministro do interior israelense alargasse as fronteiras municipais da cidade. Os israelenses utilizaram essas duas leis para controlar a parte palestina desta zona anexada: obrigaram os palestinos a solicitar carteiras de residente para poderem continuar a viver em Jerusalém e, frequentemente, sob os mais variados pretextos, procederam ao confisco dessas carteiras para diminuir o seu número. Para os israelenses, o objetivo desta política era adquirir o máximo de terras com o mínimo de população árabe. Desde então, Israel apoiou, principalmente por meio de subvenções, os residentes judeus do Leste e da metrópole de Jerusalém (ou seja, 180 mil habitantes, de acordo com as estatísticas de 1999) (BISHARA, 2003, p. 102, *itálicos do original*).

Parte dessa estratégia se baseia na ideia de inviabilizar a presença palestina, delimitando ou restringindo o acesso palestino dentro do perímetro urbano, mesmo que para isso tenha que violar a jurisprudência administrativa da cidade. Proíbe pessoas de ascendência palestina de construir em Jerusalém e emite de maneira irregular regras de circulação pela cidade, a que são sujeitos os palestinos, com o intuito de alterar a distribuição demográfica na cidade. Pelo emprego da estratégia do Estado de Israel de usar a urbanização como ferramenta geopolítica para alterar um dado quadro territorial ao seu favor, percebe-se que o urbicídio não implica apenas destruição, mas também a construção de novos arranjos espaciais. O urbicídio também é construtivo, como também demonstra Sharp (2016) no conflito na Síria.

Na atual **Guerra da Síria**, Sharp observa que o conflito pode implicar destruição ou construção do ambiente construído/urbano, mas também pode “[...] conceder ou negar o acesso à infraestrutura como eletricidade, sistemas de água ou estradas. Além disso [ele ilustra,] como, através da imposição violenta de um arranjo urbano, o urbicídio pode paradoxalmente ser generativo de novos espaços, como um ambiente subterrâneo ou novas configurações de infraestrutura” (SHARP, 2016, p. 120, tradução nossa), como na Faixa de Gaza e em seus túneis, analisados nos capítulos 1 e 2.

Na visão de Sharp, o urbicídio não é um fenômeno somente destrutivo; pode também pode ser construtivo. Para demonstrar isso, ele primeiro lembra que na revolta de Hama, em 1982, Hafez al-Assad, o pai do atual presidente da Síria, Bashar al-Assad, dizimou na época a cidade para sufocar a revolta liderada pela Irmandade Muçulmana. Dessa maneira, “[...] o urbicídio de Hama implicou a destruição deliberada do tecido urbano inteiro da cidade e, significativamente, o processo continuou com uma reconstrução projetada para impor um novo arranjo” (SHARP, 2016, p. 128, tradução nossa).

Por sua vez, no conflito atual, a política urbicida destinada a segmentar cidades inteiras ou distritos residenciais, implementando ações voltadas à destruição da vida urbana e à construção de novos arranjos espaciais, foi adotada tanto pelo regime de Bashar al-Assad quanto pelas forças antigovernamentais, estas últimas, ligadas, em parte, ao Estado Islâmico. Partindo de um seletivo repertório de fontes, Sharp (2016) destaca que empreendimentos de renovação urbana (que implicam demolição e construção) foram concentrados em bairros específicos considerados apoiadores da revolta. O planejamento urbano foi, então, usado pelo governo como uma arma para expulsar grupos considerados inimigos, através da elaboração de projetos de renovação urbana. Os rebeldes, por seu turno, quando não eliminaram os moradores, saquearam cidades inteiras, privando seus cidadãos das necessidades mais básicas.

Foi negada a cidade como modo de vida urbano, criando-se bloqueios ou simplesmente destruindo-se a rede elétrica, as estradas pavimentadas e as redes de abastecimento de água, que conformam a infraestrutura elementar de qualquer cidade. Contudo, a negação da cidade enquanto modo de vida urbano a um ou mais grupos deu origem – por tamanha necessidade de acesso à infraestrutura – à criação de novas redes de eletricidade ou de estradas, produzindo uma nova rede urbana independente do Estado e controlada, muitas vezes, pelas forças rebeldes.

[...] Em outras palavras, as estradas podem ser bloqueadas ou destruídas, mas elas também podem ser criadas ou reorganizadas. Esta sugestão nos leva de volta à ideia de que o urbicídio pode paradoxalmente resultar na formação de novos espaços e na criação de novos arranjos para a vida urbana existente. Este aspecto do urbicídio é particularmente evidente quando consideramos o fenômeno volumetricamente (SHARP, 2016, p. 132, tradução nossa).

Esse aspecto “volumétrico” do urbicídio⁴⁵ evidenciou-se na Síria, mais do que na Bósnia, quando as estratégias postas no teatro de operação passaram a considerar a destruição e a construção do terreno urbano em sua profundidade volumétrica. Enquanto as forças de Bashar al-Assad destruíam e construíam cidades no nível da superfície e lançavam bombas e armas químicas para provocar destruição letal na tentativa de expulsar os rebeldes da cidade e destruir o ambiente urbano de sobrevivência do “inimigo”, as forças antigovernamentais, para resistir, passaram a produzir *bunkers* e túneis subterrâneos, que, com o prolongamento da guerra, evoluíram para pequenas cidades subterrâneas, que tinham à disposição em seu interior instalações médicas e escolas. A infraestrutura erigida, com redes de estradas construídas pelos rebeldes, passou então a ser mais fluante, podendo mudar de rota de um dia para o outro, dependendo da dinâmica do combate. Se uma estrada em poder dos rebeldes era destruída ou bloqueada, logo outra estrada dava lugar a ela, perfazendo outro trajeto ou serpenteando o caminho antigo, mesmo que para isso fosse preciso escavar no subsolo (SHARP, 2016).

No país vizinho, durante a **Guerra Civil Libanesa**, de forma similar, Fregonese (2009) informa a partir da releitura de jornais locais, como as milícias que disputavam o controle de Beirute nos idos de 1975–76 começaram a criar setores urbanos, dividindo a cidade em peças que adquiriram significados políticos à medida que a guerra evoluía. Diante disso, Beirute logo se transformou em um ambiente volumétrico, em que a guerra foi travada em perspectiva tridimensional, ao considerar bairros específicos da cidade um volume político, isto é, o volume do urbicídio, quando se trata da destruição do volume urbano visando a objetivos militares.

Isso é notável, como ela demonstra no evento que ficou conhecido como Batalha dos Hotéis (entre dezembro de 1975 e março de 1976) ao longo de um trecho a beira-mar, situado na porção oeste da cidade. Nessa área a orla havia sido construída, na década de 1960 e no início dos anos 1970, conforme o estilo moderno da época, para hospedar o seu público preferencial de empresários, banqueiros, celebridades e turistas. O bairro simbolizava a era

⁴⁵ *Urbicídio volumétrico* ou *volume do urbicídio* são termos empregados por Sharp que denotam a destruição do ambiente urbano em perspectiva tridimensional e a partir de seu conteúdo volumétrico. Considera a destruição do substrato urbano na superfície terrestre e no espaço subterrâneo. Trata-se de uma adaptação da noção de *Volume político*: os termos são empregados por Weizman (2002, 2004, 2012), que concebe o espaço como um cenário virtual constituído por horizontalidades e verticalidades que se inter cruzam, criando um holograma territorial, em que atos políticos de manipulação da paisagem transformam uma superfície bidimensional num volume tridimensional no qual as estruturas e objetos dispostos no território não apenas dividem o espaço, mas também funcionam como sistemas ópticos de controle a partir de uma matriz militar disposta em volume, ao invés de, no sentido mais convencional, superfície ou área.

pós-independência do país e representava o modernismo arquitetônico de Beirute, que de uma pequena cidade costeira se transformava em uma metrópole do Mediterrâneo, economicamente próspera se comparada às demais metrópoles do Oriente Médio. Com a guerra, entretanto, em poucas semanas todo o conjunto de edifícios situados nessa parte de Beirute se transformou no principal campo de batalha da cidade.

As torres altas dos edifícios do litoral urbanizado de Beirute logo chamaram atenção dos grupos paramilitares, sendo os blocos sólidos e imponentes de edifícios envolvidos na reconfiguração territorial da cidade. Os edifícios foram usados como pontos de observação e de disparo de franco-atiradores e de lançamento de RPG, foram também empregados como bases militares e centrais de comando durante o conflito. “[...] O exemplo da batalha dos hotéis é efetivo em mostrar que, em vez de ficar como um fundo inerte para a luta, tipos específicos de edifícios da cidade estavam implicados nas batalhas” (FREGONESE, 2009, p. 315, tradução nossa) para criar demarcações territoriais no tecido urbano e fatos, *a posteriori*, consumados. Por isso tinham implicação tática e política, como Fregonese bem nota. Ela ainda destaca, a partir desse exemplo, que o urbicídio em Beirute mostra que não é possível rotular o fenômeno do urbicídio como uma tendência da geopolítica pós-Guerra Fria, como Coward, segundo ela, enalteceu em algum momento. Conflitos dessa ordem ocorreram durante a bipolarização da geopolítica mundial entre Estados Unidos e União Soviética.

Em todos os exemplos mencionados acima, o urbicídio emprega, portanto, políticas de destruição urbana que produzem antagonismo. Contudo, pode a lógica do urbicídio não ser restrita a situações de conflito de alta intensidade, aplicando-se também a episódios em tempo de paz em que o planejamento e a reestruturação urbana provocam a destruição de uma dada condição urbana de experiência e vida na cidade? Huxtable, já citada, enfocou nos anos 1970 esse ponto de vista, e Marshal Berman, em seu livro *Falling towers: city life after urbicide* (1996), considerou em seu estudo a destruição de edifícios na reestruturação urbana feita por Robert Moses em Nova York como uma ação que provocou a destruição do substrato urbano que permitia o enraizamento de identidades sobre o tecido urbano da cidade (COWARD, 2009).

Não obstante, Coward (2009, p. 131, tradução nossa) enfatiza que, “[...] para a renovação urbana se caracterizar como urbicídio, a destruição deve ser generalizada e deliberada e realizar a territorialização de um antagonismo”, para que o conceito de urbicídio

mantenha em seu aporte explicativo um tipo específico de violência e não perca seu aspecto analítico.

Considerando tais aportes conceituais e analíticos, iremos trabalhar com uma concepção de urbicídio híbrida, que emprega a violência política em terreno urbano para reprimir grupos “indesejáveis” dentro de um cenário amplo de militarização da vida urbana, provocada tanto por grupos armados independentes quanto pelo Estado, e que afeta, nesse sentido, o uso que a população faz do espaço urbano. De forma subordinada a esse contexto de conflito armado, iremos trabalhar as políticas de planejamento e reestruturação urbana que incorrem na destruição do espaço público partilhado ao estabelecer políticas de segurança discriminatórias, inibindo a apropriação do espaço urbano por populações dominadas, como ocorre, em destaque, em grandes eventos esportivos, tais como a Copa do Mundo e Jogos Olímpicos realizados há pouco tempo no Brasil.

Urbicídio, nesses contornos, será trabalhado como um conceito analítico abrazeirado para atender as especificidades e o contexto da realidade urbana brasileira, tendo em vista as contradições sociais locais que a perspectiva de análise conceitual do urbicídio precisa assimilar para ser aplicado ao caso brasileiro. Serve de subsídio para a reflexão teórica em interface com a realidade brasileira uma série de aproximações temáticas feitas tanto no Rio de Janeiro quanto em Vitória, como havíamos dito na introdução. Sendo assim, é importante para a análise discutir no Capítulo 5 o retorno da geopolítica sobre as cidades brasileiras, com enfoque mais aprofundado no Rio de Janeiro, a partir do contexto urbano brasileiro e sua interface com o contexto latino-americano de emprego de práticas urbicidas institucionalizadas pelo Estado e decorrentes da ação independente de grupos armados.

Práticas urbicidas, colocadas em prática em outros momentos na cidade do Rio de Janeiro, serão evidenciadas também via um resgate histórico. Cabe, nesse aspecto, ao Capítulo 6 clarificar a forma como a Reforma Urbana realizada por Pereira Passos no início do século XX efetua um marco paradigmático de introdução da ideia do planejamento urbano como artifício de guerra às classes populares. São os negros recém-libertos e, de forma mais geral, os demais trabalhadores livres os alvos de ações urbanistas de expulsão forçada do centro da cidade e vítimas do patrulhamento policial ostensivo. A partir da análise desse evento, delinea-se que o urbicídio no Brasil assimila, historicamente, o discurso de “guerra contra as favelas”, outrora colocada em prática, também, por governos ditatoriais e agora

metaforizada mais recentemente como “guerra às drogas”, para efetuar uma política de guerra contra os espaços populares das classes dominadas.

Seguindo esse raciocínio, iremos, no Capítulo 7, recorrer ao conceito de espaço de batalha para desnudar práticas e discursos de militarização da questão urbana que colaboram na amplificação do controle social e possuem relação com concepções escravocratas e visões estereotipadas de fundo racista, empregadas para justificar a repressão interna contra os mais pobres. Esses ideólogos brasileiros, isto é, estadistas, agentes de segurança, além de profissionais do ramo imobiliário e midiático, entre outros, retornam ao discurso não especificamente da cidade, mas da favela e da periferia como lugar “caótico” e “violento”, lugar de “bandido”, para justificar políticas urbicidas metaforizadas e repetidas incansavelmente como “guerras às drogas” ou “guerra ao crime”. Este capítulo analisa as situações de configuração do espaço de batalha em interface com o problema do urbicídio no Rio de Janeiro e em Vitória. O capítulo 8 traz a conclusão da Tese, onde apresentamos nossas considerações finais e contribuições.

Para dar conta de todos os apontamentos elucidados, recorreremos ao aporte conceitual-metodológico da perspectiva analítica dos estudos em Geopolítica Vertical e Urbanismo Militar. Uma vez equipados desse aporte teórico, depreende-se como a cidade vem sendo configurada num espaço de batalha para reprimir grupos subalternos, que se supõe poderiam se revoltar. Daí a necessidade, por parte de grupos hegemônicos, de uma política de militarização e contenção urbana para inviabilizar a presença de grupos tidos como indesejáveis ou dispostos a lutar contra esse sistema. O embrutecimento do capitalismo contra a classe trabalhadora, que lhe nega o direito à cidade e que emprega hoje, para esse fim, práticas urbicidas, mais do que focar o problema como uma simples questão de conflito militar ou instabilidade social, nos faz refletir sobre o papel de configuração do espaço de batalha urbano pela ótica de repressão aos trabalhadores. Iremos, a seguir, refletir sobre o problema.

SEGUNDA PARTE

GEPOLÍTICA E MILITARIZAÇÃO DAS CIDADES: UMA APROXIMAÇÃO COM O BRASIL

Com o propósito de veicular uma aproximação teórica do campo dos estudos sobre a militarização do espaço urbano com a realidade brasileira, a segunda parte do estudo opera, como havíamos anunciado, uma reflexão analítica recalibrando os conceitos de espaço de batalha e urbicídio de acordo com o contexto nacional. Essa operação, que conta com imersões de trabalho de campo no Rio de Janeiro e em Vitória, levantamento bibliográfico, consulta em material jornalístico, entre outras fontes, permite lançar uma reflexão a partir do espaço urbano brasileiro em interface com o escopo teórico exposto na pesquisa.

A militarização da questão urbana é objeto de reflexão que se conecta a um conjunto de problemas sociais e políticos relacionados à segregação sócio-espacial no Brasil. Esses são analisados em interface com a herança escravocrata que permeia a formação na sociedade local. Depreende-se que o caldo social impregnado por visões e estereótipos de fundo racista está manifestado no conjunto de ações que orienta a política de segurança pública, retroalimentando uma série de medidas ostensivas de combate ao crime e políticas urbanas de militarização nos espaços segregados. Colocadas em prática como políticas repressoras, elas definitivamente corroboram a difusão da sensação de insegurança e medo na cidade associada à criminalização da pobreza.

Na análise estabelecemos como mola mestra do processo de militarização do espaço urbano as relações sociais de produção da cidade capitalista. Assim, considera-se que no Brasil a urbanização guiada pela lógica capitalista, além de atender interesses de reprodução do capital, incorpora no espectro urbano uma interface militar, sendo os conflitos expressos por um confuso cenário, em que há mediações sociais e culturais que reverberam no contexto da luta de classes vividas no cotidiano da vida urbana. O pano de fundo da análise é a produção de uma cidade injusta e desigual, mas o objeto de reflexão são os sistemas e objetos militares incorporados à urbanização com o intuito de controlar e punir as massas populares, ao mesmo tempo em que atendem interesses associados à reprodução do capital. A criação de espaço urbano militarizado concorre para o controle sócio-espacial mediante ação de policiamento ostensivo e instalação de objetos ópticos no espaço urbano. As atividades de

grupos armados com domínio de território, que não expressam a luta de movimentos de emancipação, corroboram igualmente a produção de uma cidade militarizada.

Faz parte do fenômeno da militarização o discurso que induz a vida urbana a um permanente estado de conflito, manifestado em nosso cotidiano pela sensação de insegurança e medo, que impera, cada vez com mais força, na cidade. Esse discurso é amplificado pela mídia hegemônica, que manipula a opinião pública oferecendo doses diárias de insegurança e medo, conforme o interesse de agentes imobiliários e setores conservadores da política nacional. Assim, constrói-se a metaforização da favela como lugar “caótico” e “perigoso”, para embasar o discurso da guerra às drogas, contra o crime de forma mais geral e contra toda e qualquer forma de insurgência traduzida como uma ameaça à ordem pública. É longe dos olhos das classes privilegiadas que a violência política de fato ocorre. E ela se dá contra os menos afortunados, que moram nos espaços segregados, onde são travados os conflitos sempre em meio ao cotidiano dos grupos mais vulneráveis.

O clientelismo que permeia as relações entre agentes do Estado, traficantes de drogas e milícias corresponde a um amplificador da violência nos espaços segregados em disputa. Populares ficam expostos ao fogo cruzado que esses grupos proporcionam. A mídia hegemônica, controlada por grupos corporativistas detentores do monopólio da informação, aproveita-se da situação de violência urbana e do forte apelo da população brasileira por medidas repressoras para legitimar medidas ostensivas de combate ao tráfico de drogas e ao crime de forma geral, contribuindo para configurar bairros segregados e populares como espaços de batalha. O combate ostensivo é então apresentado por essa mídia e pelo próprio Estado como única solução, sem considerar as relações de poder locais e o contexto social local. Trata-se de uma política de repressão calculada que distribui doses diárias de violência orientada por estereótipos e concepções racistas, conjugada a um quadro socioeconômico desfavorável.

Nesse esquema a visão caricata da favela como ambiente perigoso encerra a imagem do pobre à do “bandido”, operando por uma conversão espacial de sobreposição da favela ao imaginário socialmente construído da favela ao *habitat* de pessoas desordeiras e propensas ao crime. Com isso, moradores são tidos como uma ameaça à sociedade brasileira, justificando-se, assim, meios de intervenção militar contra populações que historicamente tiveram seus direitos negados e foram expropriadas.

É precisamente para desvendar os instrumentos ideológicos com discursos e práticas militares promotoras da violência política na cidade associadas à lógica de espaço urbano excludente que é preciso focar as reverberações da militarização desse espaço a partir de seu contexto social e histórico. Diante dessa inquietação retornamos a Reforma Urbana do Rio de Janeiro, do início do século XX, efetuada por Pereira Passos. Nosso objetivo é reconectar o fio condutor de compreensão da geopolítica urbana brasileira, que faz uso do planejamento urbano como forma de repressão a grupos e movimentos populares na cidade. Procuramos, assim, desnudar a violência como ponto nevrálgico da maneira de lidar com as populações citadinas pobres que moram nos bairros segregados de hoje, outrora residentes nos cortiços de cidades como o Rio de Janeiro.

Com o fim da escravidão no Brasil, muitos dos trabalhadores negros libertos (em 1888 pela Lei Áurea) do regime de exploração compulsória e violência instituída como forma de governo foram vítimas, uma vez postos em situação de trabalhadores “livres”, da importação de lógicas estrangeiras de militarização, especificamente as vindas da Paris de Haussmann, cujo objetivo era justamente o de controlá-los. Esses instrumentos de intervenção articulados à reestruturação urbana se deram no espaço contra os cortiços, forma de moradia dos pobres, aplicados com a finalidade de expulsar populares do centro da cidade e com o objetivo de “domesticá-los”. Tudo ocorreu sob a batuta do modelo capitalista que se desenvolvia no Brasil, mas sem abrir mão da violência política institucionalizada do período escravagista.

Enunciado o quadro social de análise, iremos focalizar a experiência de reestruturação urbana do Rio de Janeiro, para, a partir dela, desenvolver uma reflexão a respeito da lógica de militarização da cidade, que está associada ao desenvolvimento de práticas urbicidas, hoje, mais do que nunca, alojadas no espectro urbano. Estimulados por essa reflexão, subdividimos a segunda parte da Tese em quatro capítulos, que buscam dar conta do problema da militarização e seus efeitos na cidade. Seremos guiados, nessa reflexão, pelo instrumental conceitual de análise do problema da militarização da questão urbana.

Sendo assim, o capítulo V enfoca o tema da militarização evidenciando as estratégias adotadas no espaço urbano resultantes de intervenções testadas em outros países e que estão sendo exportadas para o Brasil. O capítulo ainda analisa como formas de violência a cobrança de taxas e a extorsão de moradores por uso do suporte urbano que a cidade oferece e pelo acesso a esse espaço. São formas de espoliação que hoje estão se desenvolvendo. É com essa perspectiva que o capítulo conecta a experiência de intervenção do Exército brasileiro no

Haiti ao cenário político brasileiro e esboça uma reflexão sobre urbicídio em conformidade com as práticas de espoliação do espaço urbano. Práticas de espoliação incorporadas ao padrão urbicida a partir de sua interconexão com a lógica predatória do capitalismo se desenvolvem face no contexto da urbanização. A presente Tese, ao analisar tais práticas, destaca o papel de grupos armados e do próprio Estado nessa lógica. Uma reflexão que se apoia substancialmente na realidade do Rio de Janeiro e serve para demonstrar como o fenômeno urbicida vem se reproduzindo no Brasil.

Na sequência demonstramos, no capítulo VI, como a política de reestruturação urbana do Rio de Janeiro, no início do século XX, atendia imperativos militares de configuração do espaço para evitar rebeliões urbanas das classes subalternas e precarizadas. Essa análise parte de um enfoque histórico da Reforma Urbana de Pereira Passos e identifica mecanismos de reorganização do espaço urbano destinados, em parte, a expulsar as classes subalternas dos centros urbanos e das áreas mais valorizadas ou em valorização da cidade ao longo de todo o século. A partir dos efeitos da segregação sócio-espacial e de propagação da violência urbana discute-se a difusão contemporânea da violência urbana pela pulverização de grupos armados ligados à atividade de tráfico de drogas, que passam a operar fazendo uso de táticas de guerrilha urbana.

No capítulo VII pontuam-se a forma e a intensidade como os aspectos verticais e os volumétricos de militarização do espaço urbano, no Brasil contemporâneo, galgados pelo discurso de guerra às drogas, vêm produzindo um espaço de batalha. A reflexão interliga o contexto social e urbano ao escopo teórico, para dele lançar mão da reflexão que se apoia mais uma vez em fontes empíricas do Rio de Janeiro, mas também em Vitória. Nesse capítulo, a Geopolítica Urbana da “guerra” travada nos morros e periferias de cidades como o Rio de Janeiro é enfocada tanto pelo viés de atores não estatais quanto das forças oficiais, que, ao fazerem uso de dispositivos de segurança em ambientes subterrâneos, labirínticos e verticalizados, atuam indissociavelmente como partes de um mesmo processo de militarização do espaço urbano brasileiro.

O capítulo procura demonstrar que as políticas públicas de segurança no Brasil operam por lógicas militares no espaço urbano e, por intensificar os conflitos, sobretudo nas favelas e bairros populares, são análogas às estratégias militares adotadas em outros países, em que se verifica a destruição do substrato urbano como forma de negar ou inviabilizar a vida na cidade. O urbicídio como estratégia de negação deliberada ou a simples destruição da

urbanidade que propicia a vida na cidade será focado a partir do contexto brasileiro, evidenciando algumas de suas tipologias em modos operantes locais. O capítulo ainda mostra como a militarização do terreno urbano se transfigurou numa política de segurança pública de combate à população que mora nas favelas e em bairros populares – vista como o inimigo interno – e como a difusão de grupos armados operantes no espaço urbano tem intensificado os conflitos militares, contribuindo, nesse sentido, na produção de um espaço de batalha complexo.

CAPÍTULO V

O RETORNO GEOPOLÍTICO SOBRE AS CIDADES BRASILEIRAS: CONEXÕES ENTRE AS POLÍTICAS INTERNACIONAIS CONTRA AS DROGAS E INTERVENÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO HAITI

Este capítulo apresenta algumas tendências do processo de militarização das cidades brasileiras. O debate recupera o enfoque conceitual sobre o urbidício com o propósito de esmiuçar a compreensão do fenômeno no Brasil, concebendo as cidades brasileiras, em especial o Rio de Janeiro, mas também outras, em suma metrópoles nacionais e regionais, como substrato espacial e ponto de convergência das políticas e práticas urbididas no espaço urbano. O capítulo, longe de ter um caráter conclusivo, esboça em tela essa perspectiva a partir do contexto local em que as cidades estão sendo sitiadas e reconfiguradas como espaços de exceção. Por meio da manipulação de instrumentos jurídicos, discursivos e urbanos, cidades brasileiras estão sendo transformadas em espaços de batalha. Esta é uma das estratégias para controlar as classes populares e movimentos emancipatórios⁴⁶.

Configurar um espaço de batalha “permanente”, que faz uso da narrativa de que existe um inimigo interno e que se apoia no “legado” do racismo, como veremos de forma mais detalhada no capítulo VII, permite, a partir da manifesta política de segurança pública, definir grupos populares e seus espaços como alvos de políticas repressivas. O uso de violência política contra movimentos emancipatórios desenvolve-se, neste contexto, com o propósito de desqualificar a sua luta política por direitos. Com o objetivo de lançar luz sobre o processo de militarização do urbano, levando em conta conexão mais estreita entre o global e o local no estudo do caso brasileiro, o capítulo inicialmente estabelece um fio condutor com políticas internacionais de combate ao narcotráfico a partir do caso mexicano e de intervenção armada realizada pela ONU, no Haiti, com participação do Exército brasileiro.

Tanto o caso mexicano quanto o da “missão de paz” no Haiti são emblemáticos para o Brasil: primeiro, pelas semelhanças entre o México e o Brasil quanto ao uso da militarização e da criminalização da esfera social como ferramenta de combate ao narcotráfico: segundo, pela presença de tropas brasileiras em território estrangeiro, algo muito discutido, por se tratar de operações militares que teriam por intuito aprimorar as tropas brasileiras e oferecer-lhes

⁴⁶ São referidos como grupos emancipatórios os mais variados grupos saídos das classes populares e/ou povos tradicionais que lutam pela autoafirmação e reconhecimento político de seus direitos, negados por décadas ou séculos no curso histórico brasileiro.

experiência de combate em terreno urbano semelhante ao encontrado em favelas do Brasil. Assim, a mudança de escala do global para o local, na análise do objeto, que operamos como método estabelecendo as conexões múltiplas e inter-relações, corresponde, no sentido operacional, a uma relação de interesalaridade ou transesalaridade, identificando relações ou aspectos comuns de realidades diferentes dentro de conjuntos espaciais interconectados, mas ainda assim com suas particularidades locais.

É no sentido de empregar a militarização do espaço nas periferias urbanas como forma de combate ao narcotráfico que a experiência mexicana é similar à brasileira. Dessa forma, partindo das conexões entre o caso mexicano e o brasileiro, permite-se rastrear o movimento “bumerangue” de Foucault. Este hoje não mais ocorre de forma dualista, a partir da relação direta entre metrópole e colônia. O campo de experimentação seria, de fato, muito mais amplo, com circuitos e inter-relações mais complexas, devendo-se levar em consideração a entrada de países ditos “emergentes”, ex-colônias que hoje exercem um relativo papel de potências regionais, como é o caso do Brasil. Nesse aspecto, além da política de militarização do combate ao narcotráfico, introduz-se um elemento novo na geopolítica doméstica do Brasil: a política de sitiar as cidades.

Na sequência, o capítulo volta à reflexão do urbicídio, debruçando-se nas políticas territoriais de controle dos recursos urbanos efetuadas por grupos armados, que operam pela espoliação e configuração de uma economia-política do espaço urbano e que caracterizam, por seu modo, o processo que passamos a denominar de “urbanização do urbicídio”, isto é, a operacionalização da atividade urbicida que participa da produção do espaço urbano, de cunho exploratório e espoliativo, gerando economias políticas predatórias, que organizam um nicho de economias e serviços urbanos ilegais. Nesse sentido, o urbicídio no caso do Brasil operaria de forma bem sintomática, caracterizando-se por uma prática de urbanização que envolve extorsão e atividades ilegais, ou seja, produção do espaço urbano conduzido por grupos armados (como as milícias) que exercem domínio de território e passam a ditar as regras de uso, acesso e construção do espaço.

5. 1 O Caso do Rio de Janeiro

Buscando identificar interconexões de contexto internacional com a realidade latino-americana e mais especificamente com a do Brasil, o padrão internacional de securitização orientado pela política externa norte-americana explica a atual influência estadunidense no processo de militarização em inúmeras regiões e metrópoles ao redor do mundo. Essa “politização” unilateral das normas de segurança e “ideologização” dos inimigos estadunidenses como inimigos em comum de todos os povos marca o passo da política internacional de segurança nos dias atuais. Não é algo recente, contudo, o fato de incluir uma série de atores ou atividades como inimigos transnacionais para determinar a lógica de guerra por um ponto de vista hegemônico e “americanizado” contra aqueles que devem ser eliminados a qualquer custo. Desde o Estado soviético, passando por movimentos populares reivindicatórios, certas atividades e grupos sociais são classificados como inimigos, sua criminalização em escala internacional consiste, hoje, no principal instrumento de normalização de uma narrativa hegemônica de securitização da política internacional.

A criminalização de atividades relacionadas a produção, comercialização e uso de determinados psicoativos, como maconha, craque e cocaína, entre outros, insere-se justamente na dinâmica de enfiamento de atividades classificadas como ilícitas a partir do emprego massivo do aparelho estatal repressor. É nesse contexto que a política estadunidense de militarização do combate às drogas ganhou força entre os anos 1960 e 1970. Em 1972 um papel decisivo nessa proposta coube ao presidente Richard Nixon, ao anunciar que “as drogas” eram, a partir daquele momento, tidas como uma ameaça à sociedade estadunidense e que, para combatê-las, o governo norte-americano declarava “guerra às drogas” (RODRIGUES, 2012).

Essa orientação, segundo Rodrigues (2012), além de seu antagonismo, criava um dualismo fictício entre países produtores e países consumidores de drogas que ignora a dinâmica complexa de produção e tráfico de psicoativos no mundo, conforme a qual países como o Canadá e os Estados Unidos não são apenas consumidores globais de drogas, mas também os maiores produtores de maconha. De certa forma, ainda que maniqueísta, o discurso de “guerra às drogas” permitiu aos Estados Unidos considerar-se “vítimas” de grupos ilegais provenientes de outros países, o que favoreceu a adoção de ações excepcionais de endurecimento das penas para usuários e traficantes de drogas e a adoção de medidas policial-militares de intervenção no cenário mundial.

A ênfase na militarização da política de “guerra às drogas” se acentuou uma década depois, nos governos de Ronald Reagan, quando os Estados Unidos passaram a associar as guerrilhas revolucionárias na Colômbia e no Peru (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC – e o Sendero Luminoso) ao tráfico de cocaína. Essa associação serviu de justificativa para que os Estados Unidos insistissem no argumento de combater militarmente o fenômeno que eles haviam denominado de “narcoterrorismo”, pressionando os governos andinos a adotar medidas repressivas mais severas, que acabariam por resultar no aumento da violência em tais países. O combate ao narcotráfico foi elevado ao nível mais alto no governo de George H. Bush (1989-1993), que, na posição de vice-presidente de Reagan, foi o coordenador das políticas antidrogas estadunidenses. Em agosto de 1989 George H. Bush editou uma medida, conhecida nesse país como “National Security Directive”, número 18, intitulada “International Counternarcotics Strategy”, que reforçou a avaliação do narcotráfico como uma ameaça à segurança estadunidense e apontou os países andinos (Colômbia, Peru e Bolívia) como os principais produtores de cocaína (RODRIGUES, 2012).

A partir do discurso diplomático-militar dos Estados Unidos e da convergência de interesses com grupos políticos de países andinos, persuadidos pela orientação do narcotráfico como um problema de segurança nacional, ganhou materialidade o Plano Colômbia, dando início a um pacote de programas militares estadunidenses de financiamento e ajuda militar para ações antidrogas. Em 2001, após os ataques terroristas de 11 de setembro e da declaração de “guerra ao terror” pelos Estados Unidos, as restrições para o emprego de força militar nesse país terminaram reforçando o discurso de ação militar a partir da acoplagem realizada entre o discurso de “guerra ao terror” e o de “guerra às drogas”. No entanto, as medidas desencadeadas a partir do recrudescimento do Plano Colômbia não desmantelaram o narcotráfico na Colômbia, apenas pulverizaram atividade no país, debilitando parcialmente a capacidade dessas empresas ilícitas de se conectarem aos canais de distribuição internacional com o mercado estadunidense. Como um dos efeitos do Plano Colômbia⁴⁷, narcotraficantes de outros países, em especial os mexicanos, ganharam força, passando a ocupar o lugar que era dos cartéis colombianos no circuito de abastecimento de drogas para os Estados Unidos (RODRIGUES, 2012).

⁴⁷ O Plano Colômbia foi o nome de um acordo bilateral entre os governos da Colômbia e dos Estados Unidos, cujo propósito principal, era elaborar uma estratégia conjunta entre os países para eliminar o narcotráfico no território colombiano.

O novo papel do México no mercado internacional de drogas ilícitas levou o governo de Felipe Calderón (2006-2012), pressionado pelo vizinho, a optar pela mesma diretriz da política norte-americana de enfrentamento do mercado de drogas ilícitas, processo esse marcado pelo endurecimento das leis e militarização do combate ao narcotráfico. A opção de Calderón pelo enfrentamento militarizado ao narcotráfico, com a assinatura da Iniciativa Mérida (2007), ao estabelecer um plano de apoio financeiro, compra de equipamentos bélicos, treinamento militar e reforma do aparelho judiciário, serviu para o governo angariar apoio popular, fazendo uso da sensibilidade da sociedade mexicana ao uso de violência no combate a atividades ilegais ou supostamente ilegais. Uma espécie de continuação de práticas históricas de repressão interna a movimentos sociais e de contestação à ordem política e econômica de sucessivos governos de direita, que optaram quase sempre pelo uso da força na mediação dos conflitos internos (RODRIGUES, 2012).

É dentro do contexto latino-americano, que o caso mexicano possui muitas interconexões com o Brasil. Esse ilustra um processo de metropolização-militar da vida urbana. Em ambos os países (Brasil e México) esse processo se verifica pela adoção de uma dinâmica de segurança de zonas urbanas que se pauta na militarização, responsável pela intensificação dos conflitos e uso das Forças Armadas no combate ao tráfico de drogas em terreno urbano, por meio do emprego de grandes operações militares. Se na Colômbia davam-se preferencialmente em áreas predominantemente rurais e na selva fechada em zonas operantes da FARC, no México, tal como no Brasil, o modelo de militarização é excepcionalmente urbano, para intervir nas cidades no sentido de garantir a aplicação da lei de segurança de combate ao narcotráfico. Esta medida tem disfarçado os modos operantes de “vingança social” e legitimado o processo violento de combate urbano a certos grupos, aumentando o número de vítimas e generalizando a violência ao invés reduzi-la (ver RODRIGUES, 2012; e RODRIGUES *et al* 2017).

Esse modelo de políticas antidrogas encontra um primeiro enraizamento no Brasil, incorporando a violência policial herdada e aplicada de forma seletiva contra grupos sociais oprimidos durante a ditadura militar e no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a criação, em 1996, da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). Órgão vinculado à Casa Militar da Presidência da República (rebatizada em 1988 como Gabinete de Segurança Institucional, GSI), com incumbência de coordenar e integrar as ações de prevenção e repressão ao tráfico de drogas ilícitas, com o general Paulo Roberto Uchôa à frente. No

governo Lula (2003-2010), mesmo após a reforma da Lei de Tóxicos de 1976, que gerou a atual Lei 11.343⁴⁸, de 2006, e a mudança da nomenclatura da SENAD para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, permaneceu em sua direção o general Uchôa nos dois mandatos do presidente Lula, sendo transmitido a um secretário civil somente no governo Dilma Rousseff, em 2011, com os militares ainda influenciando os rumos da política antidrogas do país, de aparente “feição” civil (ver RODRIGUES, 2012).

A reforma penal no Brasil, inspirada no modelo neoliberal norte-americano, que, por sua vez, é associado a mecanismos de encolhimento da área social e precarização do trabalho assalariado, deu origem a um crescimento explosivo das populações aprisionadas depois da adoção de leis mais rígidas no combate às drogas nos Estados Unidos. Esse modelo, que se pauta no mecanismo de encarceramento em massa relacionado à reprodução do capitalismo, emprega uma lógica “empreendedora do encarceramento” como parte do desenvolvimento de uma indústria penitenciária privada, que garante lucros extraordinários às empresas que prestam serviço ao Estado, e que foi direcionada, em suma, para a repressão seletiva de afrodescendentes dos guetos das principais metrópoles estadunidenses. Esse modelo de gestão da pobreza, de fundo racial, que une o aparelho repressor do Estado e o sistema neoliberal, foi inventado nos Estados Unidos, segundo Wacquant (2003), nos anos 1970, como forma de controlar e confinar os afro-americanos.

No Brasil, de forma similar, pode-se identificar a escravidão, enquanto base da economia do modo *plantation* de exploração compulsória, como o primeiro modelo de encarceramento da população negra, tal como ocorreu nos Estados Unidos. Em muitos aspectos, o sistema *plantation* personifica o engendramento de uma sociedade do terror, manifesta-se numa experiência biopolítica de existência humana desprovida de qualquer direito, digamos, de existência nua, cuja população negra sobrevivia num paradoxal estado de exceção, subjugada pela força ao poder da morte, como demonstra Mbembe (2018). As favelas, com efeito, para nós, e os guetos, para os norte-americanos nos dias atuais, cumprem papel semelhante ao de outrora, funcionando como um dispositivo para confinar negros em espaços segregados nas metrópoles de ambos os países em interface com o aparelho carcerário para aprisionar os recalcitrantes (sobre esse debate, ver WACQUANT, 2003). Este

⁴⁸ A Lei 11.343 introduziu o tema das penas alternativas para consumidores, mantendo a distinção entre usuários e traficantes, que já havia no regime militar, mas, ao não especificar a quantidade que diferencia a atividade de tráfico da posse para o uso pessoal, permitiu a manutenção do uso da seletividade penal com base na procedência social, cor de pele e outros estereótipos que seguem influenciando a prática punitiva.

formato opera pela estigmatização, coação, confinamento territorial, segregação institucional e agora também, pela militarização do espaço urbano.

Para que esse dispositivo de controle metropolitano possa concretizar-se, foi fundamental a amarração do problema de ordem nacional, no ambiente doméstico norte-americano, ao contexto internacional, relacionando a questão das drogas a um problema de saúde e de segurança pública no ambiente urbano. Em escala local, o que esse modelo de segurança não consegue esconder é sua orientação por discursos médico-sanitaristas já conhecidos; suas táticas de governo das populações, em especial da classe trabalhadora, ministradas no espaço urbano com a introdução de dispositivos de controle.

Esse tipo de conexão definiu países como a Colômbia e o México não só como hospedeiros de organizações de tráfico internacional de drogas, mas também como laboratórios de intervenção e de implementação das políticas estadunidenses, que passaram a interferir ou tutelar medidas de combate ao tráfico internacional de entorpecentes em ambos os países. No caso dessas experiências, pode-se observar que elas ocorrem de forma concomitante à construção de um regime internacional de controle de drogas que usou o artifício de definir inimigos transnacionais em outros países para combater o tráfico de drogas em várias escalas espaciais e no território doméstico estadunidense. O Brasil seria hoje, tal como a Colômbia e em particular o México, direta ou indiretamente afetado por esse ordenamento espacial.

Modificação das Leis e Internacionalização no Brasil de Experiências Internacionais

Fazem parte da introdução de tais mecanismos de controle não só a instalação de bases militares nas favelas, as conhecidas UPPs, no Brasil, mas também a regulamentação da Lei Complementar 97, assinada em 2010, que deu poder de polícia para as Forças Armadas na faixa de fronteira, nas águas interiores e no mar territorial brasileiro (art. 16A da Lei Complementar 97/1999 alterada pela Lei Complementar 136/2010). Com a adoção da nova lei as fronteiras do país passaram a ser patrulhadas pelo Exército, modificando as atribuições antes restritas à tradicional proteção dos limites nacionais diante de ataques de Forças Armadas estrangeiras. A mesma lei complementar, no seu art. 15, como lembra Rodrigues (2012, p. 31), “[...] também estabeleceu regras para o emprego das Forças Armadas na ‘manutenção da lei e ordem’, prerrogativa constitucional que não havia sido regulamentada ou especificada desde 1988”.

É importante registrar que a assinatura da Lei Complementar 136/2010 pelo presidente Lula se deu em agosto de 2010, três meses antes das operações militares no Complexo de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro, quando tivemos atuação das Forças Armadas na operação urbana, possível somente pela aplicação dessa lei, pela primeira vez. Com a proximidade da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, menina dos olhos do governo, nova operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) foi aprovada, dessa vez por Dilma Rousseff, levando à ocupação do Complexo da Maré, entre abril de 2014 e junho de 2015⁴⁹. Em março de 2016 Dilma Rousseff pegou a caneta novamente, dessa vez para sancionar a Lei Antiterrorismo (n. 13.260/2016), outro instrumento que foi configurado, mais tarde, numa ferramenta institucional para reprimir mobilizações populares contra o governo, desta vez no governo Temer (ver RODRIGUES, 2012; 2017).

A sobreposição de planos de segurança com foco no combate ao tráfico de drogas, a partir da configuração das favelas como espaço de batalha e dos seus moradores, sobretudo pobres e negros, concebidos como inimigos internos, abriu margem para o uso das Forças Armadas contra os próprios concidadãos. Esse dispositivo, que preza pelo emprego da força, não é algo recente no Brasil, mas vem se agravando com o processo de militarização das forças policiais e agora com o Exército atuando em missões urbanas.

Sobre o emprego das Forças Armadas em operações urbanas no Brasil, Zibechi (2012) salienta que o envio de tropas brasileiras, na missão militar das Nações Unidas, ao Haiti estaria ligado à configuração de uma estratégia nacional capaz de intervir em zonas conflituosas da região de modo direto e de modo indireto, mas também de projetar o poder do Brasil na região. Zibechi se permite afirmar tal ponto de vista a partir da ideia que o Brasil estaria emergindo como uma potência; projeto de desenvolvimento político-econômico possível graças a uma suposta aliança do setor sindical e do aparato estatal federal com a burguesia brasileira e as Forças Armadas.

Essa tese, embora instigante com o atual debate de intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela e possível colaboração do governo Bolsonaro na operação, por enquanto ainda é apenas uma hipótese, diante dos mais recentes acontecimentos que resultaram na deposição de Dilma Rousseff da presidência e na prisão arbitrária do ex-presidente Lula. De qualquer forma, se o pacto de setores da esquerda e do aparato estatal federal com a burguesia

⁴⁹ Para mais detalhes sobre a ocupação da Maré pelas Forças Armadas, consultar o livro de Eliana Silva *A ocupação da Maré pelo Exército* (2017).

brasileira e as Forças Armadas realmente existiu, mostrou-se frágil diante da reorganização das alianças internas, configurando o atual quadro da política brasileira orientada novamente a assumir uma posição subalterna em relação aos interesses estadunidenses na região.

Ainda sobre o ponto de vista de projeção de poder do Brasil na região, Zibechi concede pouca importância a um elemento decisivo na política de segurança do Brasil: o fato de que a política de segurança do Estado moderno brasileiro sempre se norteou pela definição de inimigos internos, ao contrário da estadunidense, por conta de seu papel internacional, que se projeta mais no cenário internacional contra inimigos estrangeiros, embora seja importante dizer que a figura do inimigo interno também existe nos Estados Unidos, como são, por exemplo, os casos das gangues e outros grupos ligados a atividades ilegais. A incrustada visão do inimigo interno se mostrou tão difícil de desvencilhar, mesmo quando Lula, um líder popular representante das lutas pelos direitos dos trabalhadores, esteve à frente da presidência. A adoção de medidas que permitiram o uso das Forças Armadas em operações urbanas contra cidadãos brasileiros e que ampliaram o poder dos militares foi feita (ainda que com pressão de setores ligados ao capital) com o consentimento do ex-presidente Lula.

Nesse sentido, a presença das Forças Armadas do Brasil no Haiti, embora atuando em cenário estrangeiro, atende em primeiro plano à perspectiva de emprego dos militares em território doméstico, nas favelas e espaços segregados de cidades como o Rio de Janeiro no combate a grupos ligados ao tráfico de drogas, ao invés de operações contra seus vizinhos, como Zibechi deu a entender. A possibilidade de uma intervenção militar com participação do Brasil em algum país da região atenderia, nesse caso, os interesses dos Estados Unidos, com prerrogativa de assumir uma postura subalterna, e não imperialista, para derrubar Nicolás Maduro, na Venezuela, por exemplo.

No Haiti, país onde o Brasil chefiou a “missão de paz” da ONU por 13 anos e que se encerrou somente em 2017, mantida desde os tempos do governo Lula, o Exército brasileiro criou uma força especial inspirada no BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) para agir em operações militares em terreno urbano, chamada DOPAZ⁵⁰. Por mais de uma década

⁵⁰ Sobre a DOPAZ, ver o livro de Tahiane Stochero (2010), que, embora minimizando a violência brutal e indícios de tortura e abusos da tropa brasileira e de forma questionável exaltando um suposto heroísmo de soldados brasileiros no Haiti, permite uma leitura das táticas adotadas pelo Exército brasileiro em situações de combate urbano no Haiti, táticas essas também reproduzidas, hoje, em operações urbanas no Brasil. Ver também a reportagem de Fernando Pardal, *DOPAZ: o “BOPE” que o Brasil criou para matar negros no Haiti*, do ponto de vista mais crítico, publicada em 20 de setembro de 2017 no site *Esquerda Diário* e disponível no seguinte endereço eletrônico (<<http://esquerdadiario.com.br>>).

os militares brasileiros estiveram envolvidos nesse país em operações militares de manutenção da lei e da ordem e no combate a gangues em um país de ampla maioria negra, que havia protagonizado a única revolução vitoriosa de escravos da história, derrotando inclusive as tropas de Napoleão.

Essa força especial que escolheu, assim como o BOPE, a caveira como símbolo de seu escudo, iniciou suas operações em 2005 em favelas consideradas mais violentas, como Bel Air, Cité Militaire e Cité Soleil, mesmo período em que foram treinadas as tropas responsáveis pelas operações de “pacificação” das favelas cariocas, que deram origem às UPPs, em clara decadência hoje no Brasil. No Haiti a DOPAZ, além do papel de manutenção da lei e da ordem e de combate a grupos paramilitares responsáveis por uma rede de sequestros que amedrontavam os haitianos, cumpria, como destaca Pardal (2017), “[...] papel de polícia, fazendo parte da política de ‘guerra às drogas’ que mata e encarcera a juventude negra também do Haiti, como é feito cotidianamente no Rio e nas periferias das metrópoles brasileiras”. Se à intervenção da ONU no Haiti coube um papel de estabilização da violência no país, isso tudo se deu pelo braço militar da ONU, combatendo grupos armados territorializados em grandes favelas daquele pobre país e expondo a população civil ao fogo cruzado, antes da adoção de medidas de recuperação econômica, mais urgente.

No Brasil, destacamentos que compunham a DOPAZ vêm sendo incorporados gradualmente em operações urbanas domésticas, homens que atuaram no Haiti já participaram de operações do Exército nas favelas do complexo da Maré e do complexo do Alemão, além das operações “antiterroristas” na Copa do Mundo e nas Olimpíadas. Um dos diferenciais dos soldados da DOPAZ em relação a outras tropas consiste no seu treinamento. Essa tropa passou pelo curso de Comando, curso “básico” de repressão que fazem tropas como o BOPE ou os Seals, da Marinha dos Estados Unidos, e pelo curso de Forças Especiais, que envolve técnicas de repressão como a guerra psicológica, usada já há tempos pelos estadunidenses na guerra do Afeganistão e na invasão do Iraque – responsável por instaurar o terror nesses países (ver a reportagem de Pardal, 2017).

Da mesma forma como que se dão as operações militares norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, a ação da DOPAZ nas favelas haitianas foi descrita como uma operação de libertação de um povo oprimido. Na reportagem de Pardal (2017), o comandante da operação no Haiti, general Sergio Schwingel, descreve a ação de seus soldados como “impacto mínimo ou nenhum dano colateral para a população haitiana”, declaração essa de

suposta não agressão a civis verificada na construção da narrativa de intervenção estadunidense em outros países, reproduzida agora pelo Exército brasileiro. Esse mesmo discurso também serve para justificar ações em casos domésticos no Brasil. Todavia, a melhor lição aprendida em favelas da capital Porto Príncipe não foi a manipulação do discurso, mas o treinamento prático, como avalia o general Schwingel. O uso do blindado para a entrada da tropa em área edificada e o emprego de atiradores de elite (*snipers*), posicionados estrategicamente em lugares altos da cidade, para apoiar a entrada dos militares nessas áreas, foram destacadas pelo comandante (ver Figura 18).



Figura 18

Atirador de elite brasileiro que integrava a DOPAZ durante operação no Haiti.

Fonte: Pardal, *DOPAZ: o “BOPE” que o Brasil criou para matar negros no Haiti*, Esquerda Diário, 2017.

Com o golpe parlamentar de Michel Temer chancelado pelas instâncias superiores do Supremo Tribunal Federal⁵¹, essa tropa bem como toda a musculatura do aparelho repressor brasileiro está mais do que nunca pronta para entrar em ação nas favelas brasileiras e reprimir trabalhadores e movimentos sociais emancipatórios. Passo importante no avanço da repressão da população tem se dado pelo uso do dispositivo de “manutenção da lei e da ordem”, instrumento utilizado com a prerrogativa constitucional maniqueísta, sob suposto clima de insegurança, que serviu para o governo decretar, em 16 de fevereiro de 2018, durante os festejos do carnaval, Intervenção Federal no Rio de Janeiro, com o intuito, entre outras coisas, de desviar o foco negativo de um governo impopular e a tentativa de inserir a pauta da segurança pública de forma predominante nas eleições de outubro de 2018.

⁵¹ Um exame crítico a respeito dos mecanismos usados para demonizar os governos de Lula e Dilma Rousseff, para promover e articular a queda do governo e assim abrir brecha para reformas impopulares é oferecido pela leitura do livro de Jessé Souza, *Radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado* (2016). Uma análise da geopolítica internacional de como o governo estadunidense usa estratégias de guerra indireta com vistas à troca de regime e de como o governo petista no Brasil foi alvo de um golpe brando, que resultou na queda de Dilma Rousseff e prisão do ex-presidente Lula, mas claro, na eleição de Jair Bolsonaro para a presidência em 2018, ver Andrew Korybko, *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes* (2018). Sobre esse assunto, ver também a entrevista de Horybko ao jornal *Brasil de Fato*, intitulada *Agentes externos provocam uma “guerra híbrida” no Brasil, diz escritor*, publicado em 19 de outubro de 2018 e disponível no seguinte endereço eletrônico (<<https://www.brasildefato.com.br>>).

Deve-se registrar que na ocasião o governo vinha sendo arduamente contestado, algo impulsionado pela festa popular do carnaval, que, além da característica da festa propriamente e da manifestação popular, tem na crítica política como um de seus vieses, situação inaceitável naquele momento para o governo Temer, a ser consumido pelas imagens televisivas das emissoras de TV que cobriam as festividades em todo o país e que circulavam pela internet veiculando mensagens de insatisfação da população com o governo. Nesse aspecto, muito incomodou o governo o fato de a Escola de Samba Paraíso do Tuiti, ao desfilar ao vivo na TV, fazer crítica aberta ao governo e menção politizada ao histórico escravocrata brasileiro, diferente da visão romantizada muitas vezes expressa em grandes eventos como uma forma de espetacularização.

Assim, com o propósito de evitar qualquer movimento de “insurreição”, que poderia se aproveitar da agitação popular das ruas, o governo optou pela adoção da Intervenção Federal em vez da aplicação de mais uma GLO. Além do mais, acabou aprofundando o estado de exceção, já que prorrogava o período de intervenção e assim normalizava a presença dos militares na cidade do Rio de Janeiro, suspendendo-a somente 10 meses depois, ou seja, no mês de dezembro do mesmo ano. É nesse aspecto que o mecanismo de Intervenção Federal consiste numa medida alternativa ao emprego de GLO, integrando as forças de segurança locais ao transferi-las ao comando superior do Exército, algo jamais visto desde o fim da ditadura militar. Ela também prevê mandados de busca e apreensão coletivos, que podem configurar uma ação coletiva de repressão contra bairros populares inteiros, sabendo-se que sua aplicação em bairros das classes privilegiadas é inimaginável.

O deslocamento de militares de suas funções fundamentais de defesa do território e manutenção da soberania nacional configura, com efeito repressivo, a reconstituição de um estado-policia sob o qual as Forças Armadas usam táticas que *a priori* visam à invasão de países e a “licença para matar”, em situação de guerra declarada, para ações de ocupação de territórios domésticos. É nesse aspecto que ocupar nossas próprias cidades significa uma ação de conjuntura para modelar os espaços urbanos, criando formas de controle a céu aberto. Como destaca Zibechi (2015), vivemos justamente a fase neoliberal do capitalismo e seus modos de acumulação por desapropriação, avançam desterritorializando camponeses e povos indígenas, mas também setores populares urbanos expulsos para que o capital possa se reproduzir e especular na cidade. Exércitos de ocupação domésticos funcionam justamente

como uma blindagem estratégica da cidade contra os pobres, mas também como instrumento repressor para inviabilizar formas alternativas e anticapitalistas de reconstrução da sociedade.

No Rio de Janeiro, o combate ao tráfico de drogas e os procedimentos jurídicos e dispositivos políticos de manutenção da ordem e da lei têm permitido que cidadãos brasileiros sejam integralmente privados de seus direitos e de suas prerrogativas sociais. Esse mecanismo, relativamente consolidado nas “periferias” urbanas, vem operando por um estatuto paradoxal, que emprega um formato tipificado pelo neoliberalismo, de concepção do campo de concentração enquanto espaço de exceção, isto é, um território ou um bairro colocado fora do ordenamento jurídico normal, ou seja, a lei é integralmente suspensa para aqueles que se reproduzem e compartilham desse espaço como lócus urbano de sua vida na cidade. É nesse aspecto que Agamben (2010) adverte que “[...] *o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a torna-se a regra [...]*” (p. 165, itálicos no original). Existe, assim, um processo de normatização da exceção, que vem transformando bairros populares de cidades como o Rio de Janeiro em “campos de concentração”, com desumanização da vida e medidas de controle territorial pautadas na violência policial de classe-racial.

Ele é operante por um processo de “palestinização”, dado o emprego de técnicas de controle volumétrico introduzidas no espaço urbano e securitização da vida urbana ligadas a uma espécie de “mexicanização” da política antidrogas, por medidas de combate ao tráfico de entorpecentes com dosagens acentuadas de um modelo econômico e social caracterizado pela segregação e precarização da vida, baseado na mais alta exploração. Sitar a cidade com medidas excepcionais é o passo mais avançado do processo de penetração deste tipo de matriz de controle. Digamos que a configuração da vida urbana em espaço de batalha atende aos interesses das classes dominantes, com o propósito de disciplinar as classes populares e enfrentar movimentos contestatórios no futuro, num terreno urbano preparado para a vitória da classe dominante.

Uma simples mudança de governo não tipifica, nesse aspecto, outra forma de conceber a cidade que não a via da militarização. Mesmo quando o Brasil foi governado recentemente por uma coalizão encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, partido de massa e de orientação política de esquerda, suas políticas sociais, em alguma medida transformam-se em dispositivos biopolíticos, sob o qual o Estado classifica as pessoas conforme suas carências e instala a partir daí uma espécie de clientelismo. Essas políticas compensatórias podem ser

relevantes e dignas das melhores intenções, mas, se não acompanhadas da força motriz de transformação da sociedade, que de fato questiona o modelo de acumulação, contribui apenas de forma pontual e relativa ou até mesmo pode dificultar o repensar da cidade e o constituir de forças populares capazes de transformar a nossa realidade.

O Estado brasileiro, em suas variadas formas de acomodação de interesses e clientelismo político, seguido da presença de associações criminosas que operam transversalmente pelo aparelho estatal aproveitando-se da instabilidade social e da ausência do Estado como agente capaz de garantir a justiça social e regulação equânime dos recursos sociais, transformou-se, em alguma medida, ao menos para os mais pobres, num agente urbicida de destruição do habitar da cidade. A produção da vulnerabilidade da vida urbana, a partir da mais tacanha violência política predatória organizada por grupos armados, associados ao Estado ou assistidos de forma passiva por ele, configura um aspecto importante e preocupante da negação do direito à vida na cidade. Pelo processo de operacionalização da atividade urbicida vinculado a formas predatórias de gestão e participação econômica em uma diversidade de atividades, o urbicídio, expressão da violência política manifestada no espaço, consiste hoje numa forma de produção de um espaço urbano mais violento dentro da lógica capitalista de acumulação. Iremos sob essa ótica brevemente revisar o “Frankenstein Urbicida” no próximo subcapítulo.

5. 2 Urbanização do Urbicídio

O urbanismo estilhaçado que é característico do mundo contemporâneo pela formação de enclaves periféricos e comunidades fechadas, no caso do Rio de Janeiro e de outras cidades, expressa um modelo de urbanização que vem sendo militarizado. Essa lógica que separa as classes privilegiadas das classes desprivilegiadas no espaço urbano de acordo com sua inserção nas relações sociais de reprodução propriamente ditas tem produzido um espaço diferenciado. Ela age não só no sentido de separar pobres e ricos, para adotar uma distinção extrema, mas também, ao concretizar tal separação, de proliferar espaços de violência que estão sendo militarizados. Por consequência, os enclaves territoriais gerados pela segregação daqueles que são excluídos e que cotidianamente convivem com a violência passam a configurar espaços de batalha.

O ordenamento político que produz o espaço de batalha por suas inúmeras intervenções de acoplagem do aparelho jurídico a dispositivos de controle excepcionais, digamos o “estado de exceção”, abre caminho para o ordenamento do “estado de sítio”, em si uma instituição militar que permite a normalização do “direito de matar” e instala o estado de guerra em dosagens cotidianas de terror. Cabe, neste momento, entender um pouco desse processo acoplado à atividade urbana a partir da pulverização do monopólio da violência em uma diversidade de atores que passaram a participar da atividade de produção do espaço, exercendo domínio de território, e que operam de dentro da instituição ou que são assistidos pelo Estado.

Incorpora-se ao processo de produção violenta e desigual da cidade a própria coerção como um produto de mercado. A mão de obra militar para garantir a segurança dos bairros privilegiados ou dos bairros populares é comprada e vendida num mercado sem que a identidade dos fornecedores e compradores seja necessariamente conhecida. Milícias urbanas, traficantes de drogas, segurança privada, exércitos de Estado e policiais corruptos proclamam, todos, o direito de matar e de exercer a violência em função da busca de lucro extraído de atividades ilegais vinculadas ao espaço urbano. Lucro esse relacionado à desapropriação de imóveis particulares, confisco da infraestrutura e extorsão pela oferta e uso de serviços urbanos, como se verá com mais detalhes nos capítulos VI e VII.

Junto a esses “exércitos da violência”, tem emergido um modelo de violência pulverizada. Para exemplificá-los, Mbembe recupera o termo “máquina de guerra” do debate de Deleuze e Guattari⁵², assim:

[...] Essas máquinas são constituídas por segmentos de homens armados que se dividem ou se mesclam, dependendo da tarefa e das circunstâncias. Organizações difusas e polimorfas, as máquinas de guerra se caracterizam por sua capacidade de metamorfose. Sua relação com o espaço é móvel. Algumas vezes, desfrutam de relações complexas com formas estatais (da autonomia à incorporação). O Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra. Pode, ainda, se apropriar de uma máquina de guerra ou ajudar a criar uma. As máquinas de guerra funcionam por empréstimo aos exércitos regulares, enquanto incorporam novos elementos bem adaptados ao princípio de segmentação e desterritorialização. Tropas regulares, por sua vez, podem prontamente se apropriar de certas características de máquinas de guerra (MBEMBE, 2018, p. 54-55).

As máquinas de “guerra brasilis”, digamos: grupos milicianos e traficantes de drogas, mas também exércitos domésticos de ocupação territorial de favelas, têm desenvolvido uma

⁵² Sobre o conceito de máquina de guerra em uma concepção mais ampla e não necessariamente em aspecto negativo, ver Deleuze e Guattari, *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, v. 5, 1997.

organização política semelhante à de uma empresa comercial. Elas operam mediante extorsões e oferta de mercadorias políticas, mas também por capturas e exploração predatória dos recursos urbanos e naturais localizados no território, que, uma vez confiscados, se transformam em mercadorias urbanas. Como destaca Mbembe (2018, p. 57-58),

[...] máquinas de guerras estão implicadas na constituição de economias locais ou regionais altamente transnacionais. Na maioria dos lugares, o colapso das instituições políticas formais sob a pressão da violência tende a conduzir à formação de economias de milícia. Máquinas de guerra (nesse caso, milícias [exércitos de ocupação doméstica, traficantes de drogas] ou movimentos rebeldes) tornam-se rapidamente mecanismos predadores extremamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que os proveem com apoio material e financeiro.

De forma alguma esse mecanismo predatório do espaço urbano deve ser visto dissociado das instituições estatais, ressaltando-se que essas empresas privadas e seus circuitos formais-ilegais, nos quais estão inseridos, operam de forma transversal ao Estado e à economia formal, a partir de muitos interesses favoráveis à sua existência. Máquinas de guerra como as que se verificam no Brasil não são modos operantes de violência política em situações de guerras entre dois exércitos regulares, mas formas de violência de uma velada “guerra civil” por disputas de recursos e lucros urbanos desapropriados da população civil e monopolizados por grupos armados na cidade.

Grupos armados que controlam territórios agem paralelamente ao Estado ou em sintonia com o papel do Estado. Funcionam como uma espécie de “modelo feudal” de controle territorial articulado a um processo de enfraquecimento das instituições jurídicas e estatais. Pelo desmonte do Estado ou ao menos pela regulação de algumas de suas funções visando uma infinidade de interesses sórdidos, uma espécie de contaminação de certos setores políticos e administrativos, tais grupos armados, passam a exercer o controle sobre funções administrativas e a ter o monopólio da violência, antes restrito ao Estado. Dessa forma, passam a realizar o dito “trabalho sujo” (antes de tudo ilegal) do Estado de limpeza social sob suposta alegação de combate ao tráfico de drogas e de manutenção da lei e da ordem.

Esse é o caso de grupos como as milícias, com domínio de território no Rio de Janeiro, que participam diretamente da atividade de compra e venda de solo urbano e de uma série de serviços urbanos oferecidos mediante o monopólio da violência, por meio de negócios feitos às claras ou de baixo dos panos, em parceria com o Estado brasileiro ou assistidos por ele de forma passiva. Ao aceitar a ação de tais grupos, o Estado passa a legitimar seu

comportamento, o que serve de salvo-conduto para que assumam um papel de certa importância dentro do processo de urbanização, produzindo mercadorias-políticas e produtos urbanos, tudo dentro da lógica de monopolização capitalista do solo, que ocorre de forma predatória por meio de violência direta ou indireta.

A configuração do urbicídio pela destruição da condição urbana de habitar a cidade e pela instrumentalização do medo constitui um eficaz mecanismo de geração de escassez artificial através da ação predatória e violência política dirigida contra a população civil, com a finalidade de explorá-la ao máximo. É justamente a esse processo que estamos assistindo em alguns lugares do Rio de Janeiro, diga-se de passagem, na zona oeste e na Baixada Fluminense. O urbicídio incorporado à atividade de produção do espaço urbano, por desapropriação e venda de solo urbano de forma ilegal, acentua a dinâmica de escassez urbana, associando medo e violência ao formato de desapropriação da classe trabalhadora da cidade nos dias atuais. Esse modelo opera, é claro, mesmo numa democracia, dentro de uma margem de ação pertinente ao capitalismo criminal ou “criminógeno”, como o nomeia Souza (2008b).

Consiste também numa forma predatória e belicosa de destruição dos comuns urbanos em nossa época pela luta do monopólio da renda urbana, ou seja, uma forma de monopólio da renda de eminente caráter urbicida, que assume, nesse caso, uma roupagem de atividade econômica, mas ilegal e destrutiva. As próprias obras de reestruturação urbana que fazem parte dos projetos para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, devem ser vistas também a partir dessa lógica, como é o caso das estratégias militares para pacificar e controlar territórios, que implicam, como lembra Harvey (2014a) uma abordagem urbanizada de guerra social e de classe. Essas obras mesclam a aplicação de políticas públicas e atividades empreendedoras que produzem violência política, dignas de ação urbicida, que são incorporadas por grupos armados ou empreendedores imobiliários como atividade econômica e imobiliária.

Tais ações constituem mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação, que, além da destruição e pilhagem de uma série de recursos, possuem como função criar novos mecanismos de expropriação de populações de baixa renda. São eles responsáveis pela conversão da periferia urbana em espaços de despossessão não necessariamente guiados pela doutrina neoliberal (“clássica”) de privatização e liberalização do mercado, mas por um mecanismo de expropriação das terras e recursos urbanos sem nenhuma regra aparente. Um

completo e total estado de exceção de avanço do neoliberalismo como instrumento urbicida de expropriação nos espaços periféricos, que se municia da violência política e abre margem para ação de grupos armados e todo tipo de atividades ilegais⁵³.

Sobre essa prática, cabe aqui registrar um último exemplo, o da favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, que muito bem ilustra o tipo de formatação de projeto urbicida associado a obras de planejamento. Nesse lugar, entre 2011 e 2013, mais da metade dos recursos do PAC Favelas, segundo Bartholl (2015), foram gastos para financiar a elevação da linha de trem que atravessava a área de Manguinhos. A elevação da linha férrea combinada à projeção de um grande parque, a princípio obras de melhoria urbana para os moradores da região, resultaram na remoção forçada de centenas de famílias. Na ocasião “[...] uma prática comum no processo de remoção foi deixar os escombros de casas já derrubadas no local: ratos e possíveis doenças assim deveriam ajudar a pressionar as pessoas que estão resistindo à remoção de desistir e aceitar a sair [...]” (BARTHOLL, 2015, p. 208). Um tipo de remoção forçada realizada pelo Estado e capitaneada por grupos empresariais que usam da destruição planejada para expulsar populares de áreas de interesse empresarial, como veremos adiante nos capítulos VI e VII.

Tudo isso não passa de uma política de guerra urbana de classe e contra os trabalhadores, orientada por uma formatação capitalista de violência extrema, que tem por intuito destruir as relações de solidariedade anticapitalistas ainda existentes na cidade e qualquer possibilidade de transformação social. Ao destruir os comuns urbanos existentes, uma variedade de espaços públicos e lógicas e usos sociais da cidade ainda não incorporadas ao capitalismo, a partir da destruição mais ampla e generalizada do sentido de habitar a cidade, o capitalismo tipificado criminalmente, que não segue suas próprias regras de respeito à propriedade privada, agora avança de forma mais rápida sobre a cidade pelo uso do terror e pelo emprego da violência por forma direta ou indireta do urbicídio.

É nesse sentido que é preciso desmascarar e denunciar o urbicídio: caso contrário, seu processo de metamorfose numa espécie de capitalismo criminoso e militarizado, aberração atual da forma de acumulação por desapropriação e monopólio da infraestrutura urbana a serviço de grupos armados e especuladores, pode, num futuro muito próximo, produzir uma nova tragédia urbana e social. Reivindicar o direito à cidade em cidades militarizadas significa, nesse aspecto, não só repensar a cidade e trabalhar para formar um “novo” tipo de

⁵³ Para uma análise mais completa sobre os mecanismos de acumulação via espoliação numa leitura marxista, consultar o livro de David Havey, *O novo imperialismo* (2014b).

poder popular capaz de agir sobre os processos de urbanização. É essencial refletir também sobre as formas de eliminar o controle social autoritário e ilegal que existem e se proliferam nas comunidades de baixa renda, sob o qual grupos armados e o próprio Estado edificam um modelo urbicida de gestão. Desmilitarizar as forças opressoras que agem localmente e de forma organizada a serviço do capital i-legal é um grande desafio já posto.

CAPÍTULO VI

O RIO DE JANEIRO E O INÍCIO DA MILITARIZAÇÃO URBANA DAS CIDDES BRASILEIRAS

O objetivo neste capítulo é discutir como a reestruturação urbana do Rio de Janeiro realizada no início do século XX por Pereira Passos, o “Hausmann dos Trópicos”, prefeito da cidade entre 1902 e 1906, ao cumprir um eficiente papel de “revitalização” da cidade, atendeu aos ensejos da classe burguesa, mediante expulsão de populares do centro da cidade. Isso se deu pelo emprego de políticas urbanas de regeneração com forte viés higienista, em que o papel do planejamento urbano foi implacável no ordenamento da cidade.

O Rio de Janeiro, outrora uma cidade de fisionomia remanescente do período colonial, reflexo da sociedade escravagista da época, conformou-se rapidamente, pela Reforma Urbana de Passos, em um novo tecido urbano ideologicamente alicerçado no discurso, por parte das elites cariocas, de modernização da cidade. Esse projeto, desencadeado por uma política urbana da classe dominante, levou à demolição de bairros inteiros para satisfazer o feroz apetite imobiliário. Da cidade capitalista que surgiu também veio à tona toda uma gama de contradições e revoltas populares explosivas.

Para entender esse processo a fundo, iremos fazer uma pequena viagem no tempo com vistas a refletir um pouco sobre os efeitos do programa de reformas colocadas em prática pelo poder autoritário da época. Este teve como foco a reformulação da morfologia urbana de forma análoga à higienização da cidade, resultando em práticas violentas de repressão e remoção forçada efetuada nos cortiços, dando origem a um movimento explosivo, em 1904, de rebelião espontânea das classes dominadas, que ficou conhecida como Revolta da Vacina.

A revolta acendeu de uma crise política de forte capilaridade social, pelo problema habitacional e pelas precárias condições de se viver na cidade, colocando em risco os interesses das classes dominantes. Nesse evento verificamos, de forma duplamente qualificada, o emprego de ideias militares no planejamento urbano com o objetivo de expulsar os populares do centro da cidade, colocando em ação um programa de revitalização do centro urbano, mas também a utilização de táticas proporcionalmente opostas no cenário urbano, de luta contra as medidas adotadas pelo governo por parte dos populares revoltos.

Durante o episódio da Revolta da Vacina uma verdadeira turba incontrolável fez uso da cidade e de suas ruas e becos estreitos, de forma semelhante às que ocorriam na Paris de meados do século XIX. Não é por menos que o Rio de Janeiro se transformou, por alguns dias, num campo de batalha, com ruas e praças varridas por combates urbanos. A forma espacial e a infraestrutura física da cidade herdadas do período colonial foram empregadas com certa eficiência como um instrumento político de luta e resistência urbana em favor da classe oprimida. Rebeldes revoltos fizeram uso de sua tipologia urbana, constituída por ruas estreitas e de difícil acesso, que dificultavam a ação das tropas, e transformaram entulhos dos prédios vazios ou parcialmente demolidos em armas para atacar as forças do governo.

Durante a rebelião a massa revolta chegou, a certa altura, a ameaçar o governo. Tudo isso constituiu muito mais que uma queixa contra a obrigatoriedade da vacinação contra a Febre Amarela: os populares opunham-se ao programa de reformas que vinha sendo implementado com o objetivo de romper a concentração urbana. O programa de regeneração concebido e executado por Passos havia desencadeado um modelo de segregação, articulado à expansão da cidade, que tinha por intuito destruir as formas herdadas do passado, erguendo, a partir de seus escombros, um “novo” modo de vida urbano, pautado na modernização da sociedade brasileira dentro de parâmetros capitalistas de produção, circulação e consumo que não tinham por intenção diluir a lógica de exploração e injustiça social do período anterior, mas, sim, mantê-las sob um novo quadro urbano de relações capitalistas e de cidade espacialmente segregada.

No Rio de Janeiro a reestruturação urbana posta em curso com o aparato policial da época atendeu, também, aos imperativos estratégicos de alargamento das ruas, não apenas com fins de embelezamento e higienização da cidade, mas também para impedir revoltas da classe mais propícia a sitiar a cidade; justamente os trabalhadores livres, muitos escravos recém-libertos, em sua maioria uma massa residual de indivíduos vagantes, extremamente precarizados e assalariados em busca de algum emprego, que aos montes estavam sempre à procura de alguma oportunidade ao perambular pela cidade. É importante dizer que pela primeira vez em sua história centenas de prédios da cidade antiga foram demolidos, deixando em seu rastro dezenas de milhares de desabrigados para abrir espaço para largas e extensas avenidas ladeadas de prédios suntuosos, formando uma paisagem urbana que se espelhava nas metrópoles burguesas da Europa.

Conduzida pelo Estado como uma operação militar, a renovação urbana do Rio de Janeiro se deu por um aparelho de dominação de classes já bem consolidado, envolvendo, nos momentos de sua formulação e execução, uma complexa gama de interesses que convergiam numa correlação de forças esboçando um cálculo essencialmente político, para efetivar urbanisticamente os interesses das classes privilegiadas que dominam e tomam de assalto a cidade por cima daqueles que são excluídos do direito à vida urbana (ver BENCHIMOL, 1990; SEVCENKO, 2018). É justamente sobre essa cidade do início do século XX e sobre os desdobramentos da política de remoção efetuada nas décadas seguintes que iremos nos debruçar no primeiro item do capítulo, para verificar como a cidade foi transformada estrategicamente, a partir de interesses capitalistas, numa cidade espacialmente segregada não só para atender os interesses da burguesia local, mas para sufocar qualquer movimento contestatório da ordem hegemônica.

Essa análise invoca uma percepção espacial da cidade a partir de uma interpretação histórica. Assim, ao trilhar este percurso, iremos verificar como, a partir dos escombros da cidade velha, de seus motins e de um processo de segregação espacial acentuado, que se desenrolam durante todo o século XX, as contradições e conflitos de classe, que a cidade não só concentra, mas expressa como forma e conteúdo social, contribuem sensivelmente para a ebulição de um quadro social de militarização sobre os de baixo, isto é, das pessoas socialmente excluídas pelas lógicas imperativas da sociedade capitalista, que separa pobres de ricos, e estratifica como um todo, à sociedade brasileira desde o início do século.

Agora não só a ebulição das classes subalternas, como foi a revolta contra as reformas de Pereira Passos, mas a militarização de grupos independentes pauperizados, sem consciência de classe, constitui um “novo” fenômeno de militarização da questão urbana desencadeado durante o Governo Militar e no período de abertura política com a redemocratização, como veremos mais à frente no capítulo. Mais especificamente, a partir das contradições sociais herdadas do início do século XX e dos efeitos de exacerbação da segregação espacial durante a segunda metade do século XX, buscamos ver como a militarização da cidade se deu, de forma mais efetiva, às avessas, quando grupos subversivos à ditadura, desmobilizados pelo regime autoritário, ao serem trancafiados com presos comuns, repassaram, de alguma forma, seus conhecimentos de como conduzir operações militares em terreno urbano a atores sociais não estatais ligados agora ao crime, em particular ao tráfico de

drogas ilícitas. Em vez das guerrilhas urbanas, vistas como ameaça ao regime ditatorial emergem em seu lugar grupos de traficantes de drogas, altamente militarizados.

Tal análise alcança o período de abertura política nos anos 1970-1980, destacando que o Governo Militar teve papel preponderante na militarização das favelas cariocas. Ao colocar em detenção, lado a lado, presos políticos com presos comuns, os militares foram responsáveis, ainda que sem intenção, por criar as condições e proporcionar o contato entre grupos totalmente opostos, mas que, oprimidos pelo poder instituído, criaram laços de troca, o que facilitou a transferência de conhecimento operacional de guerrilha urbana aos presos comuns. Se a militarização dos espaços segregados por grupos excluídos da economia formal fosse algo esperado, talvez, quase que inevitável, não há dúvida que, ao encarcerar grupos de oposição ao regime – muitos deles revolucionários de esquerda – com criminosos em sua maioria marginalizados, facilitou a estes últimos um importante aprendizado por meio da convivência com os presos políticos, para que estes também pudessem enfrentar o sistema ou sobreviver dentro dele.

6.1 A Haussmanização do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, como muitas das cidades litorâneas brasileiras, nasce de um aparato militar, particularmente da necessidade de defesa da costa brasileira por parte da Coroa portuguesa, que via seus interesses ameaçados pela constante incursão francesa no litoral da colônia. Oficialmente criada em 1565, pelas mãos de Estácio da Sá, a cidade surge da incumbência de uma missão colonizadora, e coube ao seu fundador assegurar o domínio territorial da região aos portugueses, garantindo, assim, o controle estratégico da Coroa portuguesa sobre essas terras.

Por conta de sua posição geográfica estratégica e dos interesses além-mar, a cidade, que aflora de forma nada peculiar à época, resulta de inúmeras fortalezas construídas ao longo da Baía de Guanabara, destinadas a defendê-la das embarcações inimigas que vinham do Atlântico. A defesa da baía deixou de ser função mais importante, todavia, quando os franceses já não representavam uma grande ameaça aos interesses da Coroa. Com a penetração no interior do continente são os índios agora os principais inimigos da Coroa portuguesa. Esta história é bem detalhada por Abreu (2010), não sendo necessário nos

estendermos nela. Importa-nos, por hora, a lógica de urbanização e militarização que se engendra no início do século XX.

Mesmo assim, é válido ressaltar que a cidade do Rio de Janeiro, desde os tempos iniciais, sempre concentrou uma importante função militar, seja durante a colonização portuguesa, como defesa fortificada da capital do Império e da República, seja durante o Governo Militar. Hoje seu espaço urbano configura-se num complexo conjunto espacialmente segregado e militarizado onde operam diferentes atores sociais. A origem de todo o processo de militarização engendra-se por contextos sociais e políticos laboriosamente permeados pela planificação e pela modernização do espaço urbano da cidade, com intuito de elevar a cidade do Rio de Janeiro ao plantel das grandes metrópoles da Europa. Assim, o gatilho político que orienta esse projeto se esboça, antes de Pereira Passos, pelas mãos de Barata Ribeiro, prefeito do Rio de Janeiro durante o curto período de 1892 a 1893.

É relevante ressaltar que, ao fim do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro começava a se transformar pouco a pouco, em virtude do processo de transição do modelo escravagista para o capitalista, revelando uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais, que estarão na base de conflitos sociais gerados e refletidos no espaço urbano. A cidade outrora apertada e limitada pelos morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição se situava em uma planície. Sua ocupação inicial foi possível graças a um processo de drenagem de brejos e mangues e de uma significativa atividade de aplainamento do terreno, que durou mais de três décadas. Nesse período, além da área central, havia apenas alguns tentáculos que alcançavam os “sertões” do sul, do oeste e do norte, concentrando-se a população nas freguesias centrais, como descreve Abreu (1997).

Ao fim do século XIX o Rio de Janeiro vivia uma crise habitacional, que tinha como epicentro a sua área central, onde a coabitação numerosa e desordenada, de baixo custo, favorecia a concentração da massa proletarizada em um ritmo superior ao da construção de habitações. Morar no centro era uma questão de sobrevivência para as classes populares, pois facilitava a obtenção de trabalho. Os cortiços, cujas habitações coletivas precárias eram a única opção para muitos trabalhadores, serviam a inúmeras famílias, que dividiam instalações sanitárias comuns⁵⁴. Tidos pelas classes privilegiadas como um ambiente sórdido, onde se

⁵⁴ Cabe frisar que na cidade capitalista, a habitação, por incumbência de sua importante função social, é o lugar por excelência da reprodução da força de trabalho. “[...] Ela pressupõe a concentração espacial de uma grande massa de trabalhadores livres, que dispõem apenas de sua força de trabalho. Esses trabalhadores comparecem ao

escondia a “vagabundagem”, também elencada como um lugar propício às epidemias, tão comuns no cotidiano daquele tempo e que assolavam a população carioca, os cortiços espelhavam uma visão da época que via nesses ambientes uma ameaça à ordem social e moral condenada pelo discurso higienista (ver BENCHIMOL, 1990; ABREU, 1997; VALLADARES, 2005; SEVCENKO, 2018).

É sob esse estereótipo higienista, que os cortiços são identificados como ambientes de pestilência e abrigos de pessoas desprovidas de qualquer moral. Um desses cortiços, conhecido por seu tamanho, era chamado de Cabeça de Porco. Contra ele Barata Ribeiro irá operar um esforço incansável de propaganda higienista como parte da campanha de erradicação dos cortiços e estalagens. A medida de eliminar o cortiço foi acompanhada por um decreto que previa o recuo dos prédios em algumas ruas que deviam ser alargadas para dar vazão ao trânsito de veículos de cargas e passageiros, concebidos naquela época com o propósito de transformar o Rio de Janeiro numa metrópole moderna.

Depois de vários esforços, Barata Ribeiro finalmente destruiu o célebre cortiço, em fevereiro de 1883, e uma série de estalagens, inaugurando uma nova fase da política higienista. Contudo, não resolveu o problema da habitação das classes populares na cidade carioca, e muito menos os problemas epidêmicos, que ainda persistiam em flagelar a população. Persistiam as condições sobre as quais se erguia a cidade, sem infraestrutura sanitária adequada capaz de atender todos os moradores, enquanto a população miserável era cada vez mais citada como responsável por todos os males. Surgia daí a necessidade efetiva de modernizar a cidade como um todo e planejar a sua descentralização, pois estava ainda arraigada num centro apertado entre morros. A medida propiciaria finalmente a ocupação das áreas da zona sul, servidas por carris, que rapidamente, no intercurso do processo, passaram a ser vistas como local propício a um modo de vida moderno, capitalizadas pelas companhias imobiliárias que atuavam naquele período (ver ABREU, 1997).

mercado onde vendem sua força de trabalho e, com o dinheiro resultante dessa venda (salário), retornam ao mercado para adquirirem a soma dos meios/valores/mercadorias indispensáveis à sua subsistência e reprodução. Na cidade capitalista, a habitação é uma mercadoria que possui um valor de uso para o trabalhador (a satisfação de uma necessidade vital) e um valor de troca. A habitação é um produto – que supõe um determinado processo de produção – vendido ou arrendado como mercadoria por um conjunto de proprietários, para os quais ele representa uma fonte de acumulação de natureza mercantil ou comercial” (BENCHIMOL, 1990, p. 124), fazendo parte, portando, de uma segunda expropriação do trabalho, quando ocorre a cobrança do aluguel na cidade capitalista.

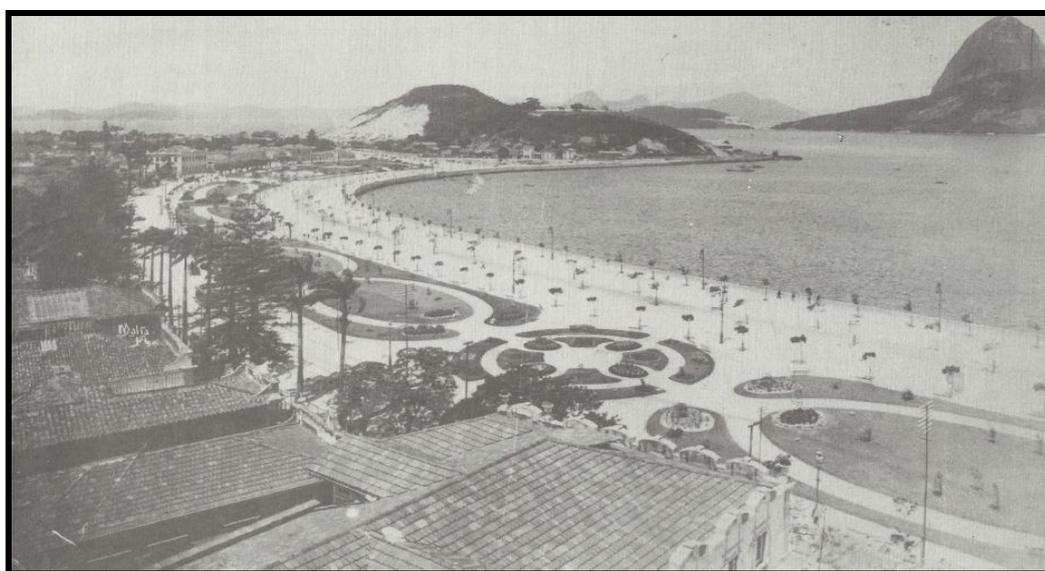
É a partir de então que Pereira Passos entra em cena, efetivando as grandes transformações, que exigiam a reorganização do espaço urbano, capazes “[...] de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital [...]” (ABREU, 1997, p. 59). Para isso, era preciso num só golpe resolver os problemas das enfermidades, como a febre amarela, e abrir espaço para as necessidades comerciais e de circulação, favorecidas na ocasião pela intensificação das atividades portuárias, motor de crescimento da cidade, integrando sempre mais o país no cenário do capitalismo internacional. Além de tudo isso, dava-se, é claro, o aumento das atividades de construção civil e imobiliária, que engordaram os bolsos das empreiteiras e eram festejadas pela classe dominante, que se apoiava no discurso da modernização (ver BENCHIMOL, 1990; ABREU, 1997).

No curto período de sua administração, Passos abriu as avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá; alargou as principais ruas do centro; construiu a Avenida Beira Mar [ver Figura 19, p. 137] (do centro até Botafogo); iniciou a construção do Teatro Municipal; construiu a Avenida Atlântica, no ainda esparsamente habitado bairro de Copacabana; [construiu a Avenida do Cais,] embelezou várias praças do centro e zona sul; canalizou os rios na zona sul e Tijuca. Ao mesmo tempo, e em consonância com as obras municipais, a União construía o novo porto do Rio de Janeiro, a Avenida Francisco Bicalho e a Avenida Central (hoje Rio Branco). Esta última veio cumprir um papel ideológico importante, já que respondeu à necessidade do capital (e das classes dominantes) de se expressarem simbolicamente no espaço. Com efeito, a partir de sua construção, foram ali localizadas as melhores casas comerciais, as sedes de jornais e de grandes companhias, diversos clubes, hotéis e vários edifícios do governo (ABREU, 1997, p. 142).

A Reforma cumpriu um papel importante de reorganização social do espaço, determinando novas funções à cidade, só possíveis mediante a eliminação de formas pretéritas e condições sociais arraigadas ao modelo escravagista, obstáculos, àquela altura, à acumulação capitalista. A intervenção estatal reorganizando o espaço urbano propiciou ainda novas bases econômicas e ideológicas, expulsando os pobres das áreas centrais e mais valorizadas da cidade. O alargamento das ruas centrais e a abertura de novas artérias, que atravessavam as velhas freguesias centrais, ligando-as aos novos arrabaldes, resultaram na destruição de quarteirões residenciais inteiros, que eram o local de moradia do proletariado. Em virtude das obras que causaram a diminuição da oferta de habitações, fazendo com que os preços subissem exorbitantemente, a população se viu forçada a morar com outras famílias. Outras famílias, sem opção, tiveram que se mudar para os subúrbios (ABREU, 1997, p. 137).

Figura 19

Avenida Beira Mar em Botafogo surgia como um bairro das classes dominantes que expressavam, pelas concepções ideológicas predominantes da época, a necessidade de intervenção do planejamento urbano para criar bairros “nobres” para a habitação das classes privilegiadas, estabelecendo uma distinção nas formas de morar em relação às classes populares. Além disso, consta frisar que os problemas de circulação e endêmicos, associados às questões de higiene e ordem espacial da cidade, constituída por ruas e vielas estreitas, tiveram de ser superados não só por questões sanitárias e econômicas, mas também para dificultar a insurgência de rebeliões populares que ameaçavam a elite local. A tipologia urbana anterior que facilitava a utilização do aspecto físico da cidade em revoltas foi desmontada para abrir espaço a grandes avenidas, que conformaram espaços amplos e abertos, dificultando, então, a formação de barricadas.



Fonte: Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, 1997, p. 64, s/d.

Ao destruir um número significativo de cortiços, a Reforma de Passos efetivou o aparecimento de novas contradições no espaço, imbricadas, agora, à lógica de fragmentação do tecido socioespacial, produzindo uma nova malha urbana, restando aos pobres que precisavam morar próximo ao local de emprego a única alternativa de ocupar os morros próximos. “[...] É a partir daí, que os morros situados no centro da cidade (Providência⁵⁵, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então desprestigiados como local de residência, passaram

⁵⁵ O morro da Providência, já era ocupado na época e conhecido como favela desde 1897, quando passou a ser habitado por militares de baixa renda retornados da Guerra de Canudos, no sertão baiano. Para uma leitura detalhada da associação de Canudos ao morro da Providência e, consecutivamente, das origens do termo favela, sugerimos a leitura do livro *A invenção da favela* de Valladares (2005).

efetivamente a ser ocupados, dando origem a uma nova forma de habitação popular – a favela”⁵⁶ (ABREU, 1997, p. 142).

Pereira Passos rasgou o centro urbano da cidade do Rio de Janeiro, tendo-se inspirado nas reformas de Paris promovidas por Haussmann. Este erguera um conjunto monumental de largos e extensos bulevares, reduzindo a pó populosos quarteirões habitados pelas camadas mais pobre dos parisienses, que constituíam um complexo labirinto de ruas estreitas e tortuosas, famosas por conformarem o campo de batalha das guerras de barricadas do proletariado parisiense. Pereira Passos, por sua vez, prevendo a conjuração de um perigo eminente, agiu com o propósito de neutralizar o proletariado carioca que começava a entrar em efervescência nas ruas estreitas e nos cortiços, sempre abarrotados de gente (ver BENCHIMOL, 1990; SEVCENKO, 2018).

[...] Não parece, pois, muito casual o fato de o engenheiro encarregado da reforma do Rio de Janeiro ter sido justamente o prefeito Pereira Passos, que esteve em Paris e acompanhou de perto a ampliação do novo projeto urbanístico da cidade. Pode-se deduzir, portanto, que a transformação do desenho urbano da capital obedeceu a uma diretriz claramente política, que consistia em deslocar aquela massa temível do centro da cidade, eliminar os becos e vielas perigosos, abrir amplas avenidas e asfaltar as ruas. E, com efeito, a medida mostrou-se adequada: a Revolta da Vacina foi o último motim urbano clássico do Rio de Janeiro. Se o remédio foi eficaz, o diagnóstico foi exemplar (SEVCENKO, 2018, p. 77).

Foi nesse arremedo de regeneração urbana parisiense que Pereira Passos se inspirou para beneficiar uma pequena minoria aqui nos trópicos. Assim, a avenida do Cais foi concebida como um instrumento de polícia sanitária laboriosamente alicerçada no planejamento militar, exatamente para controlar uma das áreas mais propensas a rebeliões na cidade do Rio de Janeiro. Essa política expressava, no Rio de Janeiro, segundo Benchimol (1990), uma concepção “haussmaniana” como instrumento de coação, facilitando a entrada da polícia nos bairros da Saúde, Gamboa e Saco do Alferes, justamente o principal cenário da Revolta da Vacina.

Nos primeiros anos do governo de Pereira Passos a crise habitacional ganhava proporções dramáticas, criando as condições para que uma simples fagulha no palheiro incendiasse toda a cidade. Foi justamente isso que ocorreu: embora as reformas urbanas

⁵⁶ Favela se refere a um assentamento urbano informal, especialmente segregado, historicamente caracterizado por moradias precárias. Embora se diferencie de tamanho, tipologias e outras características de país para país, e até mesmo no próprio território brasileiro, de uma cidade a outra, a maioria se caracteriza pela carência de serviços básicos, como saneamento, abastecimento de água potável e de eletricidade. No Brasil, melhorias na qualidade de vida dos favelados e na infraestrutura urbana vêm ocorrendo de alguma forma, mas, ainda assim, insuficientes se comparadas às de outras áreas da cidade formal.

fossem extremamente impopulares, o estopim da revolta só se deu, de fato, quando um conjunto de medidas foram emitidas de forma arbitrária pelo governo; grande parte da população, já descontente com a política de Passos, tomou as ruas não só contra tais medidas, mas contra a reforma como um todo. A primeira revolta ocorreu em 8 de março de 1904, quando foi aprovado o Decreto n.º 5.157, proposto por Oswaldo Cruz⁵⁷, que regulamentava o Serviço de Profilaxia de Febre Amarela, concedendo às autoridades sanitárias, entre outros poderes, a permissão de demolir prédios considerados insalubres. Em 28 de junho, o envio ao Congresso do projeto de lei que reinstituía a vacinação obrigatória contra a varíola em todo o território nacional esquentou ainda mais os ânimos, até que, finalmente, a aprovação da famosa lei da vacina obrigatória, em 31 de outubro, catalisou a fusão de forças sociais contra o governo, que culminaram na insurgência proletária no dia 13 de novembro, conhecida, talvez de forma equivocada, como Revolta da Vacina (BENCHIMOL, 1997).

Não é de se espantar que uma ação de controle sanitário baseada na inspeção da privacidade dos lares, com permissão de penetrar na intimidade dos corpos, e na definição das casas e estalagens passíveis de intervenção, interdição ou demolição causasse a catalisação da ira popular naquela época. Se no apoio à operação de higienização a polícia agia com vigilância máxima e força ostensiva nos espaços públicos, na fiscalização sanitária a situação não era muito diferente, pois os agentes agiam como polícia e com o poder de invadir casas e internar qualquer um que sob seu julgamento fosse um elemento pestilento (SEVCENKO, 2018).

Esse caldo social apimentado derramou-se quando as forças populares, revoltaram-se contra o governo, foram às ruas. Revendo escritos da época do que ocorreu naqueles dias quentes do novembro carioca, Benchimol (1990) reuniu alguns relatos esclarecedores, que revelam como o motim rapidamente evoluiu para uma revolta popular, com características das tradicionais guerras de barricadas europeias e de generalizado quebra-quebra, como ocorrem hoje. José Vieira, em sua obra *O bota-abaixo: crônica de 1904*, escrita ainda no calor dos eventos daquele ano, destaca algumas passagens que muito bem ilustram a forma como a cidade foi concebida, evidenciando que ela se transformou em campo de batalha, com os

⁵⁷ Oswaldo Cruz foi um médico sanitarista que atuou intensamente no governo de Pereira Passos com a finalidade de erradicar as enfermidades que assolavam a cidade do Rio de Janeiro. Tornou-se uma figura polêmica ao defender a demolição de prédios considerados insalubres e propícios ao desenvolvimento de muitas doenças, como a Febre Amarela. Esse tipo de comportamento lhe rendeu o apelido de “general mata-mosquito” (ver BENCHIMOL, 1990; e VALLADARES, 2005).

rebeldes usando de todos os artifícios urbanos possíveis no confronto contra as forças do governo.

Brigava-se, construía barricadas, destruía-se a propriedade particular e apedrejava-se, tiroteava-se a Polícia, feria-se, matava-se pelas ruas. Ao certo, ninguém soube como principiaram os distúrbios. Fora vaiado Osvaldo Cruz, na Rua do Riachuelo, os bombeiros acorreram, deram-lhe palmas; incendiara-se um bonde e, daí por diante, o povo escolheu para responsáveis das suas misérias e vítimas de sua vingança os lampiões da iluminação pública. Dentro de dois dias, era glória pessoal ter quebrado os vidros de um combustor. [...] (VIEIRA, 1904 apud BENCHIMOL, 1990, p. 307).

No centro, o largo de São Francisco, as praças Tiradentes e República e o bairro da Saúde foram os locais mais conflagrados, onde, entre as ruínas das demolições, os insurgentes deslocavam-se usando os edifícios como esconderijo e a infraestrutura urbana como um escudo improvisado. Em casas vazias que cercaram os locais em obras os rebeldes se refugiavam. Eles também se enfiavam em becos estreitos, onde uma ação militar coordenada das forças de repressão se tornava improvável. Restos de ruas, entulhos e alicerces de obras nas mãos de populares enfurecidos viraram armas (ver BENCHIMOL, 1990, SEVCENKO, 2018). A ação da massa revoltosa é descrita ainda com mais detalhes em outro trecho da crônica de José Vieira, transcrita por Benchimol, em que se verifica que a turba, embora aparentemente desorganizada, conseguia de alguma forma coordenar ações de ataque e defesa, próprias de manobras militares de guerrilha urbana, para enfrentar as forças do governo. Num trecho lemos:

Se a cavalaria apontava, os desordeiros refugiavam-se nas velhas ruas estreitas, escondiam-se nos prédios em destruição, mudando de uns para outros, até que a força [policia], desanimada, passava além. Então, munidos de pedra, atacavam pela retaguarda e, rápido, tornavam aos refúgios, espalhando na retirada as rolhas de cortiça para tombar os cavalos (VIEIRA, 1904 apud BENCHIMOL, 1990, p. 308).

Ao fim do primeiro dia de conflito, a cidade estava repleta de bondes incendiados e combustores quebrados. Havia mortos e feridos, mas as ruas centrais permaneciam sob o controle dos populares rebeldes, e as barricadas resistiam. A polícia se mostrava impotente diante dos revoltosos, e os homens do Exército convocados pelo presidente Rodrigues Alves eram vistos mancando pelas ruas e desanimados, alguns deles sentados nas calçadas, cabisbaixos. Supõe-se que muitos soldados simpatizavam com os revoltosos, que eram, como eles, parte da plebe da cidade (BENCHIMOL, 1990).

No dia seguinte, os combates se intensificaram, e as barricadas das ruas da Alfândega, General Câmara e São Pedro e da avenida Passos ainda estavam de pé. Reforçadas com

carroças tombadas da limpeza pública, eram capazes de resistir às cargas desfechadas contra elas. Só na Rua Senhor dos Passos, mais de 17 bondes foram virados e incendiados e duas delegacias tomadas, e os combates se alastravam em Vila Isabel, Santa Teresa, São Cristóvão, largo do Estácio, rua do Resende, no largo do Matadouro e rua Voluntários da Pátria, em outros locais (BENCHIMOL, 1990).

Em três dias a rebelião ganharia uma escala inimaginável, com a legião de rebeldes erguendo verdadeiras redes de barricadas e trincheiras interligadas em vários pontos da cidade. As autoridades haviam perdido o controle da região central e dos bairros periféricos, como a Saúde e a Gamboa, habitados por grupos populares, que passaram a se armar com carabinas, querosene e dinamites roubados da polícia ou das casas de comércio. As tropas do governo eram repelidas das áreas controladas pelos populares, por mais que assaltassem armados e em perfeita ordem-unida. O conjunto de becos, demolições e casas abandonadas, conjugados à topografia acidentada da cidade, propiciava aos rebeldes a oportunidade de preparar armadilhas, refúgios e tocaias, contando sempre a seu favor com o elemento-surpresa (SEVCENKO, 2018).

Dentre as fortificações improvisadas, um pequeno forte chamava a atenção, como noticiou no dia 17 de novembro o *Jornal do Commercio*, logo depois que os conflitos foram contidos, no dia anterior:

(...) [o] nome que deram ao entrincheiramento da praia e da Rua de Harmonia, e onde, desde a noite passada, não chegava nenhuma força legal [era Porto Artur] (...). Essa trincheira, de mais de um metro de altura, era constituída de sacos de areia, trilhos arrancados à linha, postes telefônicos, fios de arame, paralelepípedos, troncos de árvores, madeiras de casas velhas, bondes e carroças. Ali, armados de carabinas, com grande profusão de munições, revólveres e dinamite, permaneciam esses homens numa constante ameaça à ordem pública. Nos muros do Livramento e do Mortona, fortificam-se igualmente com os mesmos elementos de resistência (...). O bairro estava inteiramente entregue a essa gente, pois, assaltada e invadida a Terceira Delegacia Urbana, as autoridades e o destacamento tiveram de abandoná-la (...). Do Largo da Harmonia em diante, até a venda denominada Varanda, na esquina da Rua da Gamboa, seguiam-se as outras trincheiras, em grande número, até Porto Artur, onde estava reunido o estado-maior dos amotinados. Ali, de momento a momento, soavam toques de corneta dando ordens e recomendando sentido (...). Nos morros próximos haviam estabelecido verdadeiras baterias de canos cheios de dinamite, bombas, pedras e munições (JORNAL DO COMMERCIO, 1904 apud BENCHIMOL, 1990, p. 309).

Na crônica de José Vieira, *O bota-abaixo*, os relatos sobre Porto Artur feitos acima se mostram, talvez, um pouco exagerados, mas ainda assim é concedida importância à pequena fortificação que resistiu até o último dia de revolta, como se vê na passagem seguinte:

Porto Artur desafiou o Rio de Janeiro. Uma bandeira encarnada tremulava no topo de um mastro de bambu; via-se, de longe, ameaçadora, uma seteira, com o canhão assestado, a chapa de proteção, balas aos montes em lugares evidentes (...) Comandava-o Manduca, um estróina, filho do açougueiro do quarteirão; mas o nome que alvoroçou o Rio em peso foi o do conhecido Pata Preta. Ouvia-se corneta no reduto, alvorada, recolher, toques de sentido, toques de fogo. Nos intervalos, a peça detonava e o fumaceiro envolvia a bandeira de guerra, e a Cavalaria, os contingentes do Exército e da Armada recuavam, aterrados.

[...]

Era a trincheira famosa. Examinaram-na: um bonde de carris urbanos virado[s], cheio[s] de lixo e pedras, sustado dos lados por postes telefônicos e combustores de gás quebrados, coberto de tábuas, que formavam a chapa de proteção, com uma seteira para os atiradores...

Protegia a retaguarda da trincheira a boca do fogo: uma coluna de combustor sobre rodas de uma carroça da Limpeza Pública. (VIEIRA, 1904 apud BENCHIMOL, 1990, p. 310).

O governo, fragilizado pela revolta e submerso no caos da desordem, lançou mão de todos os recursos que detinha para sufocar a rebelião, e só com muita dificuldade conseguiu conter a massa insurgente. Durante a revolta, a classe dirigente se viu ameaçada, por isso levou a cabo adoção de uma política urbana de controle socioespacial das massas populares, em grande escala, expulsando-as definitivamente do centro da cidade, garantindo seus interesses, antes que as classes populares viessem de fato a tomar o poder. Essa formulação do espaço, em uma percepção da cidade como espaço de batalha, focalizou os bairros segregados, habitados pelos populares, como redutos rebeldes que ameaçavam a burguesia tropical, que se apoiava no poder do Estado.

A implosão de inúmeros cortiços deu origem ao aparecimento de favelas situadas nas encostas e brejos da periferia urbana, para onde migraram as populações expulsas do centro da cidade. Essa dinâmica foi seguida de uma ofensiva contra a ocupação e a construção de casas improvisadas, sem nenhum tipo de fiscalização sanitária, que em pouco tempo passaram a ocupar a posição de inimigos das classes dominantes. O surgimento de inúmeras favelas despertou o interesse dos dirigentes políticos, que detiveram sua atenção num espaço geográfico e social que despontava como o mais recente território da pobreza (VALLADARES, 2005).

Os novos redutos urbanos conformados e habitados pelos populares que ali foram lançados foram vistos, assim, como redutos de “vagabundos”, quando não, de criminosos, na verdade, inimigos de classe estigmatizados pelas origens racistas dos discursos oriundos do período escravagista. Essas mesmas concepções ideológicas das classes dominantes, aburguesadas, conceberam o proletariado como uma massa amorfa, uma turba, em outras palavras, que pode se tornar consciente a qualquer momento e se rebelar, ameaçando os

interesses da burguesia. Para evitar isso, construíram cuidadosamente uma imagem negativa de bairros segregados habitados pelas classes populares, associando-os a desordem e criminalidade, ocultando, assim, o enraizamento de classe e procurando desqualificar suas reivindicações.

Com efeito, essa política operou todo um conjunto de mudanças durante o século XX, que diametralmente proporcionou uma gama de violações aos direitos dos trabalhadores precarizados e atos de violência contra eles. Esse período foi decisivo para a orientação de uma política que concebeu as favelas e seus moradores como inimigos. Tal política foi eficiente em criar, no conjunto da população, um imaginário dos espaços segregados como ambiente perigoso. Seu modo operante apoiou-se na remodelação urbana de forte cunho higienista, aplicada por meio de medidas de intervenção urbana, seja em períodos de governos populistas ou autoritários; tiveram por estratégia manter as classes populares controladas, conservando-as fora das áreas centrais, por meio de uma estratégia urbana de remoção forçada preconizada nos espaços segregados.

Para refletir sobre a questão da implementação de políticas urbanas responsáveis por intensificar a segregação espacial na cidade carioca, iremos, ao invés de debater a fundo uma série de reformas no espaço urbano, determo-nos em algumas imersões que permitem elucidar a tese de que a Reforma Urbana de Pereira Passos não foi um caso isolado na história urbana, mas um modo operante de planificação de cunho autoritário verificável em outros momentos. O uso do planejamento urbano como instrumento de remoção forçada não é nada incomum na história do urbanismo brasileiro. Para isso usaremos alguns exemplos ilustrativos extraídos da obra de Abreu (1997), que permitem averiguar como as operações de intervenção urbana, com muita frequência, atingiam de forma intencional as favelas e redutos das classes populares sem poupá-las em nenhuma ocasião.

A remoção do morro do Castelo, durante a administração de Carlos Sampaio (1920–22), inclui-se justamente nesse contexto. Sampaio, incumbido de preparar o Rio para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil, estava comprometido em realizar um conjunto de obras para que a cidade pudesse receber um grande número de turistas e personalidades nacionais e estrangeiras para participarem das festividades. O alvo de intervenções seria dessa vez, o morro do Castelo, local de residência de inúmeras famílias pobres, situado na área de maior valorização do solo na cidade, ao lado da Avenida Rio Branco. Observe-se que a remoção consistia numa intervenção cirúrgica sobre o morro com o

objetivo de eliminá-lo não só em nome da higiene e da estética, mas para atender à necessidade voraz de reprodução do capital à procura de espaços livres (ver ABREU, 1997).

Em pouco tempo o morro do Castelo estaria reduzido ao pó. Contudo, a operação, não por acaso, acabou se estendendo até o bairro da Misericórdia, outra área habitada pela massa do proletariado da cidade. De uma vez só, duas áreas que tinham sobrevivido às Reformas de Passos sumiram do mapa, dando lugar temporariamente à instalação da Exposição Internacional de Comemorações do 1º Centenário da Independência, para satisfazer aos anseios imobiliários das classes dominantes logo em seguida. Como se pode ver na fotografia abaixo (ver Figura 20), o desmonte do morro incorporou uma grande área livre à área central da cidade, que rapidamente foi ocupada por empreendimentos, enquanto seus moradores, desalojados, tiveram que procurar outro lugar para morar (ver ABREU, 1997).

Figura 20

O desmonte do morro do Castelo durante a gestão de Carlos Sampaio deu, em seu aspecto prático, continuidade à Reforma Urbana de Passos, caracterizada pela expulsão de moradores e reestruturação urbana da cidade para atender interesses atrelados ao capital.

Fonte: Abreu, *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, 1997, p. 79, s/d.



Outro exemplo de regeneração urbana à custa dos mais pobres foi a construção da avenida Presidente Vargas (ver Figura 21, p. 145), no início da década de 1940, na administração de Henrique Dodsworth (1937–45). Tal política de intervenção, no período centralizador e autoritário de governo presidencial de Getúlio Vargas, o “Estado Novo” getulista (1937–45), estava em consonância com as grandes operações urbanas para satisfazer às necessidades de materialização do capital, levando adiante o processo de expulsão das populações empobrecidas, já conhecida de outros momentos (ver ABREU, 1997).

A abertura da Av. Presidente Vargas colocou abaixo os quarteirões situados entre as antigas ruas São Pedro e General Câmara, desde a Candelária até a praça Onze. Foi realizada retirando da gaveta o Plano Agache, programa esse que tratava da remodelação urbana do Rio de Janeiro elaborado no final da década de 1920, por Alfred Agache. Em outras palavras, uma reedição da Reforma Urbana de Pereira Passos, que consistia basicamente em dar sequência à reestruturação urbana, promovida por Pereira Passos, com algumas poucas alterações, mas ainda assim tendo como seu mote o discurso de modernização da cidade a todo e qualquer custo, para os pobres, obviamente (ver ABREU, 1997).

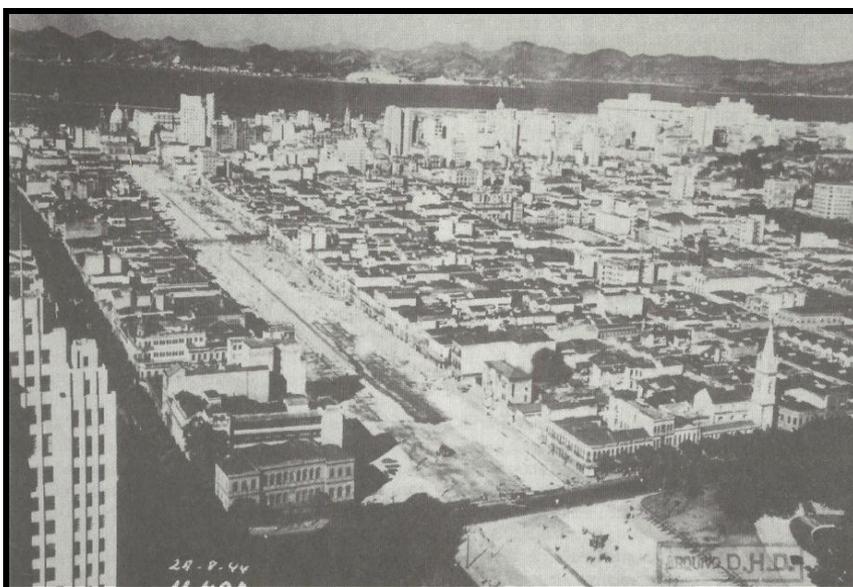


Figura 21

Com a construção da av. Presidente Vargas abriu-se uma faixa que cortou parte da cidade ao meio. Tal medida foi responsável pela expulsão da classe trabalhadora daquela área nos anos 1940.

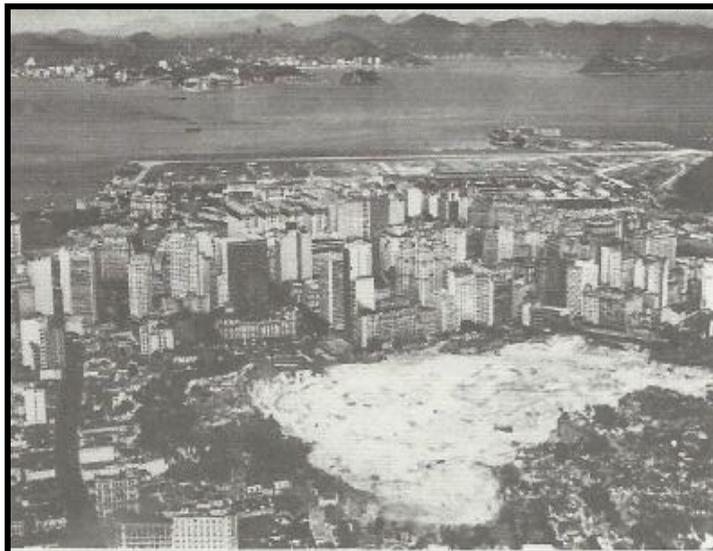
Fonte: Abreu, *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, 1997, p. 114, 28 de agosto de 1944.

Na administração de Negrão de Lima (1956–58) as principais obras realizadas foram a conclusão do aterro da faixa litorânea do Flamengo e a construção da avenida Norte-Sul no centro, que se deram à custa do desmonte do morro Santo Antônio (ver Figura 22, p. 146) e a pulverização da favela ali existente (ver ABREU, 1997). Mais uma vez um morro habitado pela população pobre era erradicado em função das obras de reestruturação da cidade, sem que fossem respeitados, em pé de igualdade, os direitos das classes populares quando se tratava de uma favela ou bairro popular.

Figura 22

O desmonte do morro Santo Antônio ocasionou a expulsão da população residente do local. Posteriormente no mesma área tivemos a criação do Aterro do Flamengo.

Fonte: Abreu, *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, 1997, p. 132, s/d.



Por fim, o autoritarismo que caracterizou o período do Governo Militar (1964–85) destacou-se pela intensificação do processo de remoção de favelas em locais valorizados da zona sul, expurgando os pobres das novas áreas edificadas, ainda que estes teimassem em retornar, sempre ocupando o próximo morro. No lugar construíram-se habitações de luxo ou abriram-se grandes “clarões urbanos” para manter as áreas livres e desembaraçadas da presença de morros. De qualquer forma, o processo levou a uma intensa especulação imobiliária, que permitiu a expansão horizontal da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca, viabilizadas pela perfuração de vários túneis e pela construção de um longo trecho de pistas superpostas que atravessam as rochas (ver ABREU, 1997).

Todos os casos mencionados exemplificam como no Rio de Janeiro travou-se uma operação de desmonte de parte dos morros ocupados pelo proletariado carioca. Numa concepção geopolítica os morros foram vistos como obstáculos à concretização do projeto de cidade moderna, não só porque mantinham as áreas centrais da cidade espremidas entre suas vertentes, impossibilitando o crescimento da cidade para seus rincões; eles eram, antes disso, lugares onde as classes populares teimavam em resistir, no ordinário da vida, à expulsão das áreas centrais e, em algum sentido da própria cidade. Em benefício do capital e das classes dominantes a regeneração urbana se deu em detrimento de investimentos mais urgentes e necessários, que poderiam ser realizados, com outra ótica, para satisfazer as demandas mais básicas da população, em vez de erradicar, como ervas daninhas, milhares de pessoas, ao se conceber seus espaços de vivência e moradia como um problema.

Muitas vezes, as remoções foram conduzidas graças à presença de força policial, gerando conflitos, como seu viúvo na Revolta da Vacina, quando a população pobre sitiou a cidade numa grande revolta. Entretanto, no fim do período do Governo Militar (1964) a fisionomia da cidade havia mudado: a cidade não era mais a mesma, “moderna”, como queriam as classes dominantes, espalhava-se muito além de seus núcleos de ocupação antiga, relevando uma densa mancha urbana estratificada por espaços segregados; e, se o regime era violento contra os pobres, levando também ao encarceramento compulsório aqueles que o questionavam, tudo isso produziria efeitos sensíveis à militarização da cidade, quando os militares reuniram em celas apertadas e insalubres, lado a lado, presos políticos com presos comuns na Prisão de Ilha Grande.

É sobre esse aspecto tão relevante, algumas vezes quase despercebido do processo de militarização dos morros cariocas e bairros populares do Rio de Janeiro, que nos deteremos no próximo item. Para tanto, é imprescindível determo-nos um pouco na estruturação do crime organizado, com a criação do Comando Vermelho (CV), quando seus líderes históricos fundam a organização após manterem contato na prisão com grupos subversivos que conduziam a luta armada contra o regime militar.

Assim, iremos a seguir explorar de forma mais detalhada como os membros do Comando Vermelho, ao saírem da prisão, colocam em prática, nos assaltos e roubos praticados por eles, estratégias básicas que envolviam planejamento e táticas de guerrilha urbana aprendidas com os presos políticos. Esse conhecimento em organizar ações de assaltos a bancos e traçar estratégias territoriais, quando o grupo passou a controlar territorialmente muitas das principais favelas do Rio de Janeiro, levou à consolidação da facção a partir de sua territorialização nas favelas e bairros populares do Rio de Janeiro, em pouco tempo. Como veremos, a partir desse enfoque, houve uma espécie de penetração de componentes militares em certos grupos de pessoas ligadas ao tráfico de drogas que contribuíram de alguma forma para a militarização e conformação da cidade em espaço de batalha.

6.2 Origens do Comando Vermelho e a Militarização do Tráfico de Drogas

A história do crime organizado no Brasil, com destaque para o aparecimento do Comando Vermelho no Rio de Janeiro, escrita por Carlos Amorim (2011 [1993], 2004, 2010)⁵⁸ numa longa trilogia que percorre os corredores da Galeria B do Instituto Penal Cândido Mendes, antigo presídio da Ilha Grande, revela com certa riqueza de detalhes as raízes do consórcio criado de dentro dos muros do presídio que deram origem ao grupo, quando presos políticos ficaram confinados lado a lado com todo o tipo de criminosos durante os duros anos do Regime Militar. Da origem do agrupamento paramilitar formado inicialmente por assaltantes de bancos e depois por de jovens pobres das favelas cariocas, é fácil compreender que essa organização não tardaria a encontrar o suporte físico e social para se territorializar, como o fez, durante os anos 1990, em muitas comunidades pobres do Rio de Janeiro.

Ao trancafiar prisioneiros políticos de esquerda num ambiente impiedoso e hostil, passava-se a permitir, após as alterações na Lei de Segurança Nacional, que os presos políticos fossem submetidos ao mesmo tratamento dado aos presos comuns. Assim, os que combatiam o regime foram de imediato para o presídio da Ilha Grande, onde ficaram juntos com os outros presos, gente de todo tipo, que reunia desde assaltantes a homicidas, em sua maioria analfabetos políticos, que logo aprenderiam o prazer de ler e a escrever com os intelectuais e militantes encarcerados por delitos de opinião e de luta contra o regime. Com o intuito deslegitimar a luta da esquerda e anular os presos políticos lançando-os junto à massa carcerária, considerados os piores criminosos do Rio de Janeiro, a ditadura militar contribuiria de alguma forma para fermentar uma mistura anacrônica que daria resultados, muito em breve, de grande impacto social.

Uma vez encarcerados juntos com os demais presos os recém-chegados teriam que lidar com todas as adversidades do presídio. No ano de 1970, quando os presos da ditadura foram confinados no presídio, a maior ameaça aos detentos politizados consistia na extinta

⁵⁸ Refiro-me aos três livros de Carlos Amorim que narram a história de surgimento do Comando Vermelho e de como ocorreu a consolidação da organização e do crime organizado de forma mais geral no Brasil. A partir de agora, até o final deste item, só irei mencionar Amorim quando se tratar de uma citação direta, por entender exaustivo citá-lo ao fim de toda frase, uma vez que reconstruo a narrativa do autor a partir dos elementos relevantes da pesquisa, baseando-me na primeira obra da trilogia, intitulada *Comando Vermelho* (2011 [1993]). De toda forma, é preciso dizer que o autor complementa suas fontes, acrescentando novos elementos e informações nas duas obras da sequência editorial – *CV-PCC: a irmandade do crime* (2004) e *Assalto ao poder: o crime organizado* (2010) –, ainda que o primeiro livro continue sendo a chave mestra da narrativa do autor. Lanço mão de outros autores de forma complementar nessa parte quando for necessário.

Falange da Zona Norte, também conhecida como Falange do Jacaré⁵⁹. O grupo cometia todo tipo de infâmias, desde roubos, espancamento e estupro dentro do presídio, muitas vezes com o consentimento da administração, já que funcionava como uma espécie de polícia interna no presídio. É preciso dizer, de início, que a Ilha Grande não era uma detenção qualquer, com o objetivo de recuperar presos e integrá-los à sociedade, mas uma prisão de castigo brutal, cujo papel era desumanizar os encarcerados e, se possível, eliminá-los dentro do presídio.

É diante de tais adversidades que os presos políticos para enfrentar o ambiente, criam um profundo código de conduta disciplinar de defesa e gestão de suas celas, para garantir a sua segurança e melhores condições de vida no presídio, opondo-se aos criminosos mais violentos, que praticavam crimes dentro do presídio. Na Ilha Grande, a disciplina, a organização, o altruísmo e o exemplo de solidariedade entre os presos políticos fascinam, sem demora, os demais detentos, que passam a interagir com o grupo mais politizado. Inicialmente, embora tenha ocorrido certo distanciamento entre os presos políticos e os demais prisioneiros, o que sugeria uma postura elitista, tratava-se, de fato, de uma estratégia para preservarem as características de militância e reivindicarem anistia, como ocorreu posteriormente. No Instituto Penal os presos políticos iniciam um intenso trabalho de catequese política, circulando pelas galerias textos clássicos da literatura marxista, como o *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels e até mesmo, como se pode deduzir, o *Manual do guerrilheiro urbano*, de Carlos Marighella, livro de cabeceira dos guerrilheiros de esquerda do Brasil na época⁶⁰.

Após os presos políticos serem transferidos, em 1975, para o complexo penitenciário do Frei Caneca, foi pelo contato com os presos políticos que assaltantes de bancos comuns, também condenados pela Lei de Segurança Nacional, passaram a se mobilizar para resistir à rotina de terror que reinava e era imposta por grupos violentos, como o de Jacaré no presídio da Ilha Grande. Passaram eles, também, a organizar suas reuniões de “coletivo”, no qual se

⁵⁹ Imagina-se que o Terceiro Comando (TC) tenha alguma ligação originária com a Falange do Jacaré. Embora os detalhes da criação do Terceiro Comando ainda sejam obscuros, é fato que a facção adotou a postura de rival do Comando Vermelho por causa da disputa de hegemonia da venda de drogas ilícitas na cidade, rivalizando com a facção, tal como o grupo de Jacaré fizera dentro do presídio. O Terceiro Comando, como se sabe, acabou incorporando inclusive o desenho icônico de um jacaré com metralhadora como seu símbolo. Em áreas controladas pela facção do Terceiro Comando Puro (TCP), que herdou a nomenclatura do TC, é possível encontrar ainda o desenho de um jacaré grafitado em muros.

⁶⁰ A leitura de textos ou livros sobre guerrilha urbana, ao que tudo indica, teve continuidade em algumas células do Comando Vermelho. É o que mostra Caco Barcellos no seu livro sobre a história de Marcinho VP, um dos líderes da organização nos anos 1990, que tinha por hábito a leitura desses manuais. Para mais detalhes, ver *Abusado: o dono do Morro Dona Marta* (2003).

distribuíam tarefas individuais que deveriam ser executadas para melhorar as condições de vida dos detentos no presídio. À frente dessa preliminar estrutura organizada verticalmente estavam os primeiros chefões do Comando Vermelho, conhecidos nos tempos de detenção como a “turma do fundão”, que, com o passar dos anos, adotaria o lema “Paz, Justiça e Liberdade”, negando posteriormente, como seu viúvo, o significado libertário e revolucionário dessas palavras.

Foram com os presos políticos que os futuros membros do Comando Vermelho aprenderam a empregar táticas de guerrilha. Em um ambiente de detenção, tais ensinamentos poderiam ser transmitidos facilmente escutando as histórias dos guerrilheiros de esquerda, lendo os livros que eles disponibilizavam e que passaram a circular de forma clandestina dentro do presídio. Foi desse modo, do contato em ambiente recluso, que William da Silva Lima, o professor, fundador e cabeça da organização nos anos 1980⁶¹, e José Saldanha, seu braço direito, conhecido como Zé do Bigode, aprenderam a planejar suas ações. Zé do Bigode, figura emblemática da história do grupo, desempenharia um papel muito elucidativo da assimilação de conhecimentos militares de combate urbano em confronto com a polícia, num episódio que ganhou as manchetes dos jornais, como veremos à frente.

Foi dessa forma que William e seu grupo passaram a organizar suas ações, planejando os assaltos de forma similar à dos grupos de esquerda, para levantar recursos destinados a combater a ditadura. Como os guerrilheiros de esquerda, o grupo de William passou a usar armas apropriadas para cada tipo de operação e fazer uso de coquetéis molotov e outros tipos de explosivos confeccionados artesanalmente. Utilizavam também, copiando os guerrilheiros, o personagem conhecido como “o crítico”, um homem que não entrava em ação, mas assistia a tudo de camarote, com a tarefa de colher informações e apontar os erros. Os assaltos a bancos passaram a ser detalhadamente planejados e cronometrados para evitar confrontos com a polícia e surpresas durante o andamento do crime. Na hora de fugir, um sinal fechado poderia colocar tudo a perder, por isso, era importante monitorar o tempo e realizar a operação em sincronia com o semáforo, para, quando saíssem do banco encontrassem o sinal verde, facilitando a fuga.

⁶¹ O Comando Vermelho foi fundado dentro do presídio da Ilha Grande, em 1979, com a confecção, inclusive, de um estatuto da organização, onde estão contidas as diretrizes, normas de conduta e “leis” gerais dos membros do grupo.

Esse foi apenas um dos ensinamentos. Os assaltantes passaram a mudar de carro para despistar a polícia, escolhendo veículos maiores e que chamavam pouca atenção, como Kombis e similares, embora fossem mais lentos. Um veículo era deixado estrategicamente estacionado a algumas quadras do lugar de assalto, justamente para dificultar a identificação do grupo, já que a polícia levava em média cinco minutos para ser colocada em prontidão, tempo suficiente para que a fuga fosse consumada. Antes os assaltantes deixavam um carro estacionado na esquina do banco e saíam a pé. Outra lição que os presos também aprenderam foi sempre deixar um “plantão médico” preparado com material cirúrgico e de primeiros socorros, já que, em caso de feridos, não era opção recomendada procurar o hospital mais próximo.

Muitos foram os ensinamentos apreendidos por William e seus homens, mas o episódio que demonstrou de forma mais clara a adoção de táticas de guerrilha por parte dos membros do Comando Vermelho em suas operações, evidenciando de maneira cristalina a capacidade do grupo de desempenhar ações bem planejadas, foi o do tiroteio que se deu entre uma célula do grupo e a polícia, em 3 de abril de 1981, no conjunto residencial dos bancários, na Rua Altinópolis, nº 313, Ilha do Governador. Naquele dia, a investigação da polícia apontava que assaltantes de banco, responsáveis, talvez, pelos assaltos ocorridos naquele ano, estavam morando no Conjunto dos Bancários, na Ilha do Governador. José Saldanha, o Zé do Bigode, que estava à frente do grupo, havia alugado um apartamento no Conjunto dos Bancários para fazer amizade com os funcionários do banco e assim obter informações privilegiadas sobre a movimentação de dinheiro das agências.

Entocados no apartamento 302, Zé do Bigode e seu grupo percebem a movimentação da polícia e preparam uma emboscada para os agentes policiais. Como descreve Amorim, Zé do Bigode, ao notar a entrada da polícia no conjunto habitacional, prepara uma armadilha: ele deixa uma porta entreaberta e observa o corredor, na expectativa de surpreender os policiais que se dirigem à porta errada do apartamento 303; quando tem início o tiroteio, os policiais são baleados e obrigados a recuar e chamar reforços. A cavalaria finalmente chega, mas o impasse no terceiro andar continua.

Já passa das dez horas da noite e nada se resolve. Enquanto isso, moradores dos prédios vizinhos continuam no meio do fogo cruzado. Zé do Bigode, que se mantém frio, talvez ciente que cedo ou tarde iria morrer por ter baleado policiais, usa todo o arsenal de que dispõe para mostrar aos companheiros ainda detidos na Ilha Grande que “bandido bom cai

atirando”. De forma surpreendente, ele abre uma janela e dispara uma longa rajada de metralhadora contra os policiais e centenas de curiosos. Enquanto dispara, também lança um grito de guerra: “– Podem vir, miseráveis. Tenho bala pra todos vocês. Nós já desmoralizamos o sistema penal. Agora é a vez da polícia. Podem vir, porque aqui está o Comando Vermelho” (AMORIM, 2011, p. 156).

É a primeira vez que o nome do Comando Vermelho é dito em alto e bom som em público, ganhando as manchetes de todos os jornais no dia seguinte. Às 11 horas da noite, aproximadamente, 400 quatrocentos policiais estão envolvidos na “batalha” da Ilha do Governador. Quatrocentos contra um, como escreveu posteriormente William da Silva Lima em um livro de memórias. Quarenta granadas de gás lacrimogêneo e de efeito moral são lançadas para tentar desentocar Zé do Bigode. Outras cinco bombas incendiárias lançadas pela polícia vão provocar um incêndio em dois apartamentos do prédio e danificar ao menos outros dois, sem alcançar o efeito desejado.

[...] Em qualquer lugar do mundo civilizado, um tiroteio dessa grandeza teria sido evitado. Zé do Bigode cercado, sem luz e sem água, teria que se render mais cedo ou mais tarde. No máximo, teria acabado com a própria vida no escuro de um apartamento de dois quartos cheio de gás e fumaça. A autoridade pública, no entanto, preferiu outro desfecho. [...] (AMORIM, 2011, p. 157).

Zé do Bigode resiste, e a polícia responde ao seu desafio com uma chuva de fuzilaria e granadas. Algumas granadas acertam o alvo e vão explodir dentro do apartamento, Zé do Bigode, sem hesitar, liga o ventilador e manda de volta o gás lacrimogêneo para a polícia. Insatisfeita com os resultados, a polícia, depois de uma tentativa frustrada de perfurar a laje com picaretas, tenta abrir a parede da sala para o quarto 302. Dessa vez, sem dificuldade, a parede da estrutura interna, de apenas 15 centímetros de gesso e reboco, cede com apenas três golpes e abre um buraco capaz de passar um homem. Só que o assaltante, consciente que, ao usar a infraestrutura do prédio em seu benefício, não poderia ficar parado no mesmo lugar por tanto tempo, já havia também furado um buraco na parede, por onde escapuliu. Assim, quando a polícia conseguiu entrar no quarto, Zé do Bigode já não se encontrava aí. O buraco que ele havia perfurado na parede permitia-lhe acesso ao apartamento 304; desse buraco passou a abrir fogo de novo contra a polícia – mais dois policiais foram atingidos, um deles caindo morto.

Depois de tudo isso, a polícia perde a esperança de desentocar o bandido e decide fazer algo inimaginável: incendiar os apartamentos 302 e 304. Granadas e tochas improvisadas com lençóis e gasolina são lançadas. O incêndio é enorme. O cadáver do policial, abandonado na sala, é atingido pelas chamas. Para impedir que seja

totalmente carbonizado, entra em ação o Corpo de Bombeiros. O fogo é apagado e o corpo levado embora. Zé do Bigode assiste a tudo, impassível. Assim que o fogo diminui, aproveitando o tumulto, volta para o apartamento 302 pelo buraco na parede. Recolhe todas as armas abandonadas pelos policiais. Duas escopetas, mais uma metralhadora e muita munição. As armas imprestáveis ele joga pela janela. Com um novo arsenal, o bandido vai, mais uma vez, se entocar no 304. Fica ali até morrer com um tiro de rifle no coração, às oito e quinze da manhã do dia seguinte. Antes disso, impede mais duas tentativas de invasão. Os policiais Walter Farias, Hélio dos Santos Fonseca e Jorge Monteiro Lopes ainda são feridos antes que José Jorge Saldanha pare de respirar (AMORIM, 2011, p. 160-161).

A “batalha” que ocorreu na Ilha do Governador se tornou um marco importante do aparecimento de Comando Vermelho, revelando o poder de fogo que o grupo possuía e a capacidade de combate que o grupo paramilitar adquirirá. Uma coisa, talvez, ainda mais notável diz respeito às estratégias de combate usadas tanto por Zé do Bigode quanto pela polícia, ambas, ilustrativas de táticas de combate urbano aplicadas naquele episódio que verificamos em outros lugares, que estavam efetivamente em guerra. À polícia coube a tática de procurar desentocar Zé do Bigode utilizando meios semelhantes aos empregados pelas Forças de Defesa de Israel (FDI), que utiliza a tática de perfurar paredes de edifícios para atravessá-las evitando as ruas, como foi feito na ocasião pelos policiais e, de forma também surpreendente por Zé do Bigode no edifício da rua Altinópolis. O incêndio provocado pela polícia e o intenso uso de bombas também são exemplos ilustrativos das táticas de combate usadas pela polícia, que, embora se mostrasse desorientada em alguns momentos, efetuou manobras urbicidas com o intuito de desalojar o criminoso do local, destruindo a infraestrutura do edifício que o Zé do Bigode usava como refúgio.

Zé do Bigode, personagem central do episódio, resistiu por mais de 12 horas, lutando sozinho durante boa parte do confronto, já que seus companheiros foram mortos ou detidos precocemente pela polícia. Utilizando táticas de guerrilha urbana e improvisado, adaptando-se às circunstâncias, usando a infraestrutura do edifício a seu favor, Zé do Bigode demonstrou conhecimento para lidar com as armas e preparar armadilhas, tomando sempre a iniciativa do confronto. Sua competência em manipular o espaço e empregar táticas de guerrilha urbana mostra que não apenas os guerrilheiros urbanos da esquerda muniam-se de tais táticas de combate: agora era evidente que os assaltantes de banco da cidade também sabiam lutar no terreno urbano, e não só fugir. Todo o episódio da Ilha do Governador, mais do que qualquer outro, reforça a ideia de que certos grupos (no caso associados à atividades ilegais) foram importantes, dentro de determinado contexto, para o ato de conceber a cidade, ou seja, seu substrato urbano como palco de disputas, das mais variadas formas, em que não só os agentes

do Estado, mas, agora, também atores não estatais armados passavam a conceber a cidade como um teatro de operações e, por que não, um espaço de batalha urbano.

Primeiro, os guerrilheiros urbanos da esquerda, muitos deles de orientação marxista, e a partir dos anos 1980, os guerrilheiros do crime organizado, gente oprimida e com pouca instrução escolar em geral, que não tinha, ao contrário da esquerda revolucionária, nenhuma cultura ideológica. Pode-se dizer que, não tinham uma cultura ideológica de transformação social através de conscientização política e da luta armada, “[...] mas uma ideologia contra o sistema e tudo o que ele representa, especialmente o braço armado da sociedade. [Nessa conjuntura], o policial tem dificuldade de entender, também, que aquele era um tipo especial de bandido, representante de uma nova era do crime, em que organização é a palavra-chave. [...]” (AMORIM, 2011, p. 162).

Com a “batalha” da Ilha do Governador os criminosos comuns aprenderam que o planejamento das ações é de suma importância para aumentar a segurança do grupo e garantir os lucros sem derramamento de sangue. “[...] A presença de Zé do Bigode no Conjunto dos Bancários é uma prova inequívoca disso. Ele estava ali para recolher informações – e se escondia justamente onde ninguém podia imaginar” (AMORIM, 2011, p. 164). Naqueles dias nenhuma agência bancária da cidade estava segura, e ataques-relâmpago tornaram-se cada vez mais frequentes, deixando a polícia desorientada.

Esse foi o período em que o Comando Vermelho se ocupou dos assaltos antes que o grupo se orientasse para o tráfico de drogas ilícitas em larga escala, no fim dos anos 1980, trazendo terror e matança nos morros, tudo por dinheiro. O grupo, a essa altura, já estava mais organizado, contava com suporte jurídico e possuía reserva de dinheiro para apoiar as operações e garantir vida melhor para a família dos membros – uma espécie de fundo de investimento dos criminosos. Na favela, lugar de origem dos assaltantes e esconderijo quando retornavam de uma ação, o grupo já possuía várias bases de operação espalhadas nos morros cariocas, onde o tráfico de drogas assumia, cada vez mais, o papel principal de faturamento do grupo. O dinheiro arrecadado com o tráfico de drogas ilícitas passaria de forma escalonada a ser cada vez mais investido em armamentos para garantir a defesa e manutenção das bocas de fumo contra possíveis invasões de grupos inimigos, reproduzindo uma espiral de militarização nos morros cariocas.

Segundo Misse (2011), esse período pode ser caracterizado como a primeira fase do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, em que os primeiros donos das bocas de fumo se instalaram no início dos anos 1970 mantendo ligações com os assaltantes de bancos. A primeira geração da facção era formada originalmente por traficantes locais que mantinham fortes laços com a comunidade e eram reconhecidos pelos moradores como lideranças nos morros cariocas.

A segunda fase, dominada pelos garotos, muito violentos e sem respeito pelas famílias, é marcada pela segmentação do movimento, disputas pelo controle das bocas de fumo com a prisão e morte de suas principais lideranças. Essa fase, que marca um período de grande violência nos morros e de militarização de diferentes grupos, com o Terceiro Comando assumindo um papel, também central, além do próprio Comando Vermelho, se estende-se mais precisamente do fim dos anos 1980 até meados de 1990.

A terceira fase do tráfico, a fase atual, vem sendo caracterizada pela associação cada vez maior do tráfico com o crime de colarinho branco, envolvendo lavagem de dinheiro, relação com agentes do Estado e políticos, de uma forma como nunca antes ocorreu. Essa fase também demarca o período pós-instalação das Unidades da Polícia Pacificadora (UPPs), caracterizada pela disputa de territórios entre traficantes, milicianos e o Estado. Este cenário, com múltiplos agentes operando sobre um mesmo tecido social, com inúmeras redes de controle territorial e suas territorialidades, que se sobrepõem sobre um mesmo espaço, revela o cenário complexo de militarização da cidade.

Começa no asfalto com atores não estatais e se desloca para as favelas, lugares tradicionalmente ocupados por pessoas pobres, uma nova fase da militarização da cidade do Rio de Janeiro. A disputa entre grupos de traficantes por territórios e pontos de venda de droga bem como a repressão policial nos morros irão desencadear uma guerra nos becos das favelas e escalonar a sensação de insegurança que ainda hoje permeia a sociedade carioca. Inaugura-se também, nesse período, uma nova fase da geopolítica urbana do Rio de Janeiro, que agora leva em conta, como *mainstream*, o substrato material, a infraestrutura urbana e os serviços urbanos concebidos como fontes de recursos para exercer o controle territorial e extrair dividendos da exploração sobre o espaço e sobre as pessoas que aí residem. Essas áreas são controladas por *grupos criminosos armados com domínio de território*, como define Souza e Silva (2008).

Esses grupos são, segundo Souza e Silva (2008), redes criminosas territorializadas que atuam em diversas atividades econômicas ilegais, como o tráfico de drogas, serviços de segurança e transporte coletivo, a partir de uma base territorial específica que lhes permite o uso, a apropriação e o domínio do espaço como uma forma de reprodução das atividades criminosas do grupo. Essa territorialidade pode ser “[...] definida como a *tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e defesa do controle sobre uma área geográfica*” (SACK, 2009, p. 19, tradução nossa e grifos do autor) ou, conforme definição de Souza, empregando o conceito de território, como “[...] um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (2009, p. 78, grifos do autor). A essa percepção preliminar de território a partir do controle de uma área iremos mostrar que atualmente trata-se, muito mais, do controle de um volume político, já que o efetivo controle de uma área, percebido como uma superfície, não dá conta de explicar, em muitos aspectos, as dinâmicas territoriais elásticas e volumétricas em interação, que não podem ser cartografadas no sentido convencional.

É sobre o aspecto da militarização do Rio de Janeiro e sobre a constatação de que a cidade é pensada como um espaço de batalha que iremos nos ater no capítulo seguinte. Para isso, será necessário um enfoque mais abrangente, capaz de esmiuçar, ainda que ilustrativamente, a tese de que a favela é concebida hoje, tanto pelos agentes estatais quanto por traficantes, como um volume político. Trata-se de um espaço volumétrico e tridimensional, onde se dão estratégias urbanas de combate e controle do território. Com esse enfoque, será importante verificarmos que as favelas e bairros populares do Rio de Janeiro são hoje militarizados por lógicas sobrepostas à do Estado formal. Referimos aqui à lógica das milícias e à dos traficantes de drogas.

Para tanto, o nosso enfoque na militarização da sociedade será mais detido nos aspectos volumétricos do espaço urbano, mais bem configurados nos anos 1990 pelo confronto entre diferentes grupos armados, que envolvem as atividades de grupos de traficantes de drogas ilícitas, a ação da polícia e também a atuação mais recente da milícia. Esse ambiente ganhou novos elementos com a implantação das UPPs e expansão das milícias, desdobrando-se em lógicas e aplicabilidades de manutenção da ordem mediante imposição de mecanismos disciplinares e assistencialistas. Semelhantes aos meios de controle empregados pelos traficantes ou por grupos milicianos, as UPPs instaladas para a manutenção da “ordem e da lei” adicionam mais um fator de violência urbana, com base no discurso de “guerra às

drogas”, travada, é claro, nos morros e espaços segregados. Iremos nos deter sobre esse assunto no próximo capítulo.

CAPÍTULO VII

GEOPOLÍTICA NAS FAVELAS E GUERRA ÀS DROGAS

Este capítulo procura demonstrar um importante aspecto da militarização do espaço urbano, que se desdobra mediante práticas de guerra nos espaços segregados associadas a variáveis sociais e culturais. A combinação explosiva que reúne segregação espacial, de um lado, e políticas ostensivas de repressão ao tráfico de drogas, de outro, mais atividades de grupos milicianos, vem produzindo no Rio de Janeiro, e em outras cidades do Brasil, como Vitória, um urbanismo volumétrico militarizado que opera por materialidades e práticas vividas que mutuamente constroem a cidade como um espaço de batalha complexo. Nesse espaço militarizado grupos armados operam por terrenos labirínticos, verticalizados e subterrâneos, apropriando-se do ambiente urbano e o modificando. Ao atuarem assim, acabam por produzir um ambiente volumétrico.

Os conflitos que vivenciamos nos morros e nas periferias urbanas de cidades como o Rio de Janeiro apresentam como uma de suas características, no tocante ao emprego da lógica militar na cidade, a utilização do terreno urbano como recurso e campo de batalha. Sobre esse substrato espacial combatentes fazem uso das estruturas físicas e do tecido urbano denso, que são comuns em favelas do Rio de Janeiro, a seu favor. Ao conceber o terreno urbano como uma matriz militar urbano-volumétrica, composta por arranjos espaciais e por todo um conjunto de objetivos ópticos, agentes do Estado e grupos armados ilegais, ambos operando a partir de certo domínio de território, asseguram não só o controle sobre a superfície do espaço urbano, mas também o controle geoestratégico essencial do volume político.

Assegurando o controle sobre o volume, garante-se o controle da altura e profundidade em vez de superfícies nas três dimensões, em vez de áreas, exercendo o controle de fato do território (urbanizado) em termos de altura e profundidade. Como discorreremos no capítulo dois, trata-se, para lembrar Weizman (2002, 2004, 2012), de práticas políticas de manipulação e multiplicação de perspectivas que transformam uma superfície bidimensional num volume tridimensional. O controle volumétrico efetivo do território implicaria, assim, o controle do *volume político*, ou seja, o controle do espaço como um holograma territorial.

Para agir sobre o terreno urbano agregando-lhe concepções virtuais e reais de volumetria política, atores estatais e atores não estatais interpelam o espaço urbano como ambiente panóptico. Vimos que a infraestrutura urbana e os equipamentos ópticos são empregados no controle territorial e que a própria lógica de urbanização desdobra-se em concepções cada vez mais militarizadas. É sobre esse cenário de militarização do espaço urbano mediante criminalização da pobreza e difusão da sensação de insegurança e medo na cidade, inserido no cenário da política de segurança pública de guerra às drogas, desenhada pelo Estado brasileiro contra o tráfico de drogas, que iremos depreender a reflexão via uma relação dupla.

O Estado brasileiro ao adotar uma política de segurança pública municiada pelo discurso de guerra às drogas, configura espaços segregados como espaços de batalha, ou seja, territórios inimigos. Contudo, o mesmo Estado que adota uma postura repressora, interage em interface com o tráfico de drogas e com grupos milicianos, em atividades marcadas pelo clientelismo e pelo suborno. É a partir dessa contradição que a urbanização de viés excludente e a militarização dos espaços segregados em disputa produzem efeitos sensíveis à vida urbana. A violência, nesses casos, se propaga espacialmente nos espaços da vida ordinária dos bairros segregados, onde ocorre a criminalização da pobreza, em mão dupla, pela exploração e violência.

É a partir da construção dessas políticas punitivas no contexto geopolítico urbano que a primeira parte do capítulo procura elucidar a tese de que o tráfico de drogas foi considerado dentro do processo de transição política como o inimigo interno, revivendo a nomenclatura do período da ditadura, em sentido mais abrangente, já que na estratégia da guerra às droga se inclui o combate às populações excluídas do mercado de trabalho e desprovidas de acesso pleno às condições de cidadania, tratadas enfaticamente como inimigos potenciais da Nação.

Sendo a violência policial usada como um instrumento de classe e aceita pelo conjunto da população como uma medida “corretiva”, se não necessária, para manter uma dada ordem social, a segunda parte do capítulo discorre sobre a forma como as atividades militares têm interferido na vida da favela e na periferia urbana da cidade ao transfigurar a experiência de vida na cidade em sensação de medo e insegurança, ao mesmo tempo em que têm conduzido a cidade a uma era de “guerra permanente” entre traficantes de drogas, grupos milicianos e agentes do Estado. A militarização da cidade será enfocada, em seu sentido prático, a partir das dinâmicas territoriais de militarização volumétrica e de conflito urbano na cidade,

introduzidas pelo tráfico de drogas e levadas ao extremo pelo Estado, em consórcio com as milícias, a partir do exemplo do Rio de Janeiro.

Na sequência do capítulo práticas urbanas são mais bem evidenciadas como ações de política de segurança pública no Rio de Janeiro, relevando a forma como se faz uso de estratégias urbanas em operações nas favelas e bairros segregados, estratégias essas que consistem em incursões militares com o suporte de tratores e carros blindados, para combater o tráfico de drogas e aterrorizar os moradores. Por fim, o quarto item do capítulo lança luz sobre o conceito de urbanicídio em interface com o incremento de políticas neoliberais na segurança pública e analisa suas consequências devastadoras no contexto social. Nessa parte a reflexão se baseia no evento que ficou conhecido como “Crise da Segurança Pública”, ocorrido no estado do Espírito Santo em janeiro de 2017, quando se deu a paralisação da Polícia Militar. Tal fato desencadeou uma onda de saques e assassinatos, violência urbana de todo tipo, incorrendo na intervenção do Exército para “conter” a barbárie.

Nas duas últimas seções do capítulo o conceito de urbanicídio será objeto de reflexão como um conceito analítico brasileiro, para atender as especificidades e o contexto da realidade urbana brasileira. Seu emprego é justaposto às contradições sociais, a partir de uma perspectiva que dê conta do urbanicídio em seu sentido conceitual, aplicado ao caso brasileiro, mas com enfoque especial nas cidades do Rio de Janeiro e Vitória. O urbanicídio como um conceito de exploração geográfica da violência política na cidade, ao ser ocultado por atores midiáticos, imobiliários e agentes da segurança pública no Brasil, incorpora a roupagem do discurso do lugar “caótico” e “violento”, da favela como lugar de “bandido” e dos pobres como “classe perigosa”, de forma transfigurada para justificar políticas urbanas metaforizadas e repetidas incansavelmente como “guerra às drogas”. Por isso mesmo torna-se cada vez mais necessário trazer o urbanicídio à tona para revelar a sua verdadeira face no Brasil. Para tanto, iremos mostrar o urbanicídio como instrumento de guerra contra os mais pobres.

7.1 A Favela Como Território Inimigo no Rio de Janeiro

Vimos no capítulo anterior que a reestruturação urbana na cidade do Rio de Janeiro tinha como propósito não só proporcionar ganhos extraordinários à elite capitalista nascente, mas também garantir a reprodução da burguesia como classe dominante, expulsando as

massas populares dos centros urbanos e confinando-as na periferia da cidade. A reforma de Pereira Passos atendeu justamente esse objetivo, ao conceber os territórios habitados pelas classes populares como inimigos: os cortiços e todo um conjunto de ruas e vielas estreitas foram pulverizados, por configurarem o espaço perfeito para rebelião popular que caracterizava o ambiente urbano das famosas guerras de barricadas.

Hoje, mais de um século depois, notamos que espaços segregados são os novos ambientes classificados como inimigos, não só por conta da criminalidade ou pobreza, mas porque neles reside o grosso da população que se supõe em condições de se rebelar contra a burguesia, como fizeram no passado aqueles que viviam nos cortiços no centro do Rio de Janeiro. Contudo, esses territórios, que carregam toda uma gama de diversidades e potencialidades, são os mesmos em que grupos armados com domínio de território, como o tráfico de drogas, exercem o controle territorial, impondo um regime de violência.

Foi por conta de disputas por controle territorial da venda da droga no varejo que a militarização do tráfico de drogas nos morros cariocas deflagrou uma acirrada disputa entre grupos rivais pelo monopólio da venda das drogas nos idos dos anos 1980–90, quando a violência urbana no Rio de Janeiro atingiu índices preocupantes, sendo comparável, em algumas situações, pela mídia hegemônica, à de países em guerra. É nesse período que a favela será envolvida numa espiral de violência, marcada por disputas entre facções e intervenções violentas da polícia, para atender, quase sempre, os anseios das classes mais privilegiadas, sensíveis ao uso de violência como modelo de segurança pública. Do discurso que veicula ou associa moradores de favelas ou bairros populares à criminalidade resulta que os espaços segregados foram ordenados como ambientes hostis e caóticos, sendo seus moradores taxados, no inconsciente coletivo da população como bandidos ou prováveis delinquentes.

Com a territorialização de grupos criminosos armados nas favelas e bairros populares e em virtude de conflitos intestinais, ora entre as facções do tráfico, ora entre o tráfico e a milícia/agentes do Estado, não basta, hoje falar apenas em segregação espacial, já que se verifica, segundo Souza (2008b, 2014), uma verdadeira fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, em que as partes, embora estejam ligadas pela divisão espacial do trabalho, não se conectam mais como entidade municipal de um único corpo territorial, pelo menos não no sentido de uso e gestão do espaço. Tanto traficantes de drogas como grupos milicianos estendem seus tentáculos sobre várias atividades de oferta de serviços e eventos

culturais, exercendo, em muitos casos, a verdadeira gestão do terreno urbano, determinando, assim, o que se pode e o que não se pode fazer, em função do uso da terra urbana nas favelas e nos bairros populares.

O crescimento da violência urbana por conta do uso de armas de fogo, embora tenha sido associado unicamente à atividade do tráfico, já era notado, nos anos 1970, como consequência do aumento de assaltos e de arrombamento de bancos, carros, residências e apartamentos, além do significativo aumento de roubos e furtos. A espiral crescente dos eventos de violência não está somente ligada à atividade do tráfico de entorpecentes, como se coloca: catalisadores originais estão sujeitos a forte atuação de agentes imobiliários, uma dinâmica que levou a uma incipiente lógica urbana de auto-segregação da classe média em prédios e condomínios fechados, que trouxe aos espaços públicos abandono e decadência, e com eles a violência, antes mesmo que o tráfico se instalasse.

A militarização nos morros e espaços segregados no Rio de Janeiro impulsionados por grupos de traficantes de drogas ilícitas deve ser vista de forma relacional, primeiro associada ao abandono dos espaços públicos, já que uma parte da cidade, não por acaso a periferia urbana, quase sempre deixada de lado pelo Estado (no que se refere ao serviço de segurança cidadã e provisão de recursos socioeconômicos), foi entregue ao tráfico, dando, assim, grande margem de manobra para a consolidação das facções, dentro de um cenário geral de precarização das condições de trabalho, que coincide, no fim, com a consolidação do mercado de armas no Brasil.

É importante destacar, segundo Misse (2011, p. 184-185), que

[...] somente a partir do final dos anos 1970 é que o tráfico de cocaína começa a ser detectado no Rio, e sua importância só se consolidará na “primeira fase do tráfico”, período em que o mesmo foi efetivamente controlado pelo “Comando Vermelho” (fase que entrou em declínio no final dos anos oitenta). A “segunda fase do tráfico”, caracterizada pela decadência do “controle externo” do “Comando Vermelho” sobre as áreas do tráfico e a segmentação dos territórios, com constante guerra entre diferentes grupos do “movimento”, continua até hoje, mas atingiu o seu ápice, até o momento, entre 1985 e 1992. É a fase mais violenta, marcada pelo extraordinário aumento da desconfiança no interior de um mesmo território ou entre territórios diferentes e pelo aumento da repressão policial violenta (principalmente a partir de 1994).

Ainda segundo Misse (2011), o tráfico teria, possivelmente, crescido nas favelas e periferias urbanas do Rio na esteira da rede do jogo do bicho, presente nas décadas de 1950 a 70, com uma peculiar divisão de áreas e uma hierarquia entre gerentes e vendedores, à

semelhança da organização do tráfico de drogas ilícitas, com seu poder local e influência sobre os moradores. Os laços de corrupção entre o tráfico de drogas e a polícia seriam, nesse sentido, uma extensão de vínculos já estreitos de um padrão de corrupção desenvolvido a partir da criminalização do jogo de bicho e da prostituição. Isso pode ter causado banalização dessa rede de troca de favores, favorecendo, então, a instalação do tráfico de drogas ilícitas nas áreas de pobreza urbana como uma mercadoria ilegal debaixo dos olhos dos próprios policiais.

Em uma sociedade em que jovens das classes populares são obrigados a viver com um salário miserável ou estão completamente desconectados do mercado do trabalho, a sedução pelo tráfico de drogas e por assaltos permite, ainda que momentaneamente, a entrada desses rapazes no mercado consumidor. Durante o período de aumento do consumo de drogas nos anos 1980, o tráfico de entorpecentes passou a se constituir numa importante renda para inúmeras famílias nos bairros pobres do Rio de Janeiro. Para a empreitada são recrutados principalmente jovens, uma mão de obra vulnerável e barata. A inserção de jovens vindos da periferia urbana num ciclo de descarte se deu em função dos próprios riscos que a atividade expõe esses jovens – prisão ou morte por operação policial –, num sistema de substituição contínua dessa mão de obra, permitindo a entrada de novos indivíduos (que estão sempre à espera de uma chance) quando um membro é morto ou preso. Um exército de reserva às avessas, recrutado e treinado nas favelas, o qual, talvez, Marx e Engels não sonhavam que seria reproduzido pelo capitalismo.

Igualmente vulneráveis aos apelos do consumo que o capitalismo constrói, esses jovens “invisíveis” à sociedade encontram no tráfico de drogas meios materiais para sua sobrevivência física e recursos simbólicos para a sua autoafirmação dentro do grupo e na comunidade, passando a ser respeitados e conhecidos por sua imposição a essa comunidade e sobre a sociedade mediante a força das armas. Como lembra Soares (2000), a exclusão social ou a fome física pode levar um indivíduo a cometer crimes em situação de desespero, mas dificilmente seria o único responsável por levar uma pessoa à imersão no mundo do crime. Além da pobreza propriamente dita, agem sobre o jovem forças e mediações culturais, de fundo racista e preconceituoso, que remontam à origem de muitos desses meninos, negros. Tais forças são arejadas pelas qualidades próprias do capitalismo, que produz invisibilidade desses jovens perante a sociedade, levando-os à revolta. Esta associada à ausência de reconhecimento de direitos básicos de cidadania a essa parcela da população e à falta de

perspectivas positivas, transforma-se em ódio contra o mundo e em vazão de valor, ocupado pela luta da sobrevivência e pela violência cotidiana, da qual, antes de tudo, esses jovens são vítimas⁶².

Há em nossa sociedade um déficit estrutural de cidadania e uma repressão preferencial por parte dos agentes do Estado aos criminosos socialmente excluídos. Nenhum policial dispara a sua arma contra um criminoso de colarinho branco, como o faz na favela. Se for político ou homem de negócios, mais difícil ainda. Por tudo isso, é imprescindível não só atentar para a emergência de práticas criminais, mas, sobretudo, compreender que o crescimento dessas práticas nas áreas de pobreza urbana no Rio de Janeiro, e no Brasil como um todo, faz parte de uma política perversa de criminalização em curso que age sobre os mais pobres há séculos no Brasil.

Vera Batista (2003) demonstra claramente, em um estudo metuculoso da produção e difusão dos discursos da insegurança no Rio de Janeiro, como a produção do medo coletivo atuou ao longo da história. Ao catalisar um sentimento de medo (de fundo racista), o sistema ofereceu suporte à criação de projetos de lei discriminatórios e à instrumentalização de políticas sanitaristas contra os espaços de moradia de negros e pobres. Sua análise elucida como veículos de comunicação assumem um importante papel na formação do inconsciente coletivo ao invocar medidas de caráter higienista. Segundo ela, com a criação de representações que se enraizaram sobre os padrões de desigualdade social e estereótipos da ordem escravista, perpetuou-se o sistema social discriminatório bem como as lógicas de exploração fundadas nessa ordem. Observa a autora que desde o período do Império havia no Brasil um policiamento seletivo, de viés judicial manifesto em classes e cor, que tratava de forma distinta infratores pobres e negros e os demais, penalizando os despossuídos. Isso, ainda segundo ela, fazia parte de um programa de domesticação brutal das classes pobres.

A essa gestão dos despossuídos o emprego inflacionário do sistema penal foi adotado para atender interesses de classe. Esse teve um capítulo à parte, no violento processo de despejo e demolição de cortiços, entre eles o celebre Cabeça de Porco, conduzido como uma “operação de guerra”. Diferenças sociais e culturais, outra marca desse processo, também foram manipuladas a partir de uma política de segurança pública de propagação de discursos

⁶² Sobre a imersão de jovens no Brasil no submundo do tráfico de drogas, consultar, além de Soares, o livro e documentário de MV Bill e Celso Athayde, *Falcão – meninos do tráfico*, ambos lançados em 2006. Vale a pena conferir também o filme de Fernando Meirelles, *Cidade de Deus* (2002); e, não menos revelador, o documentário *Notícias de uma guerra particular* (1999), de João Moreira Sales e Katia Lund.

do medo, que levou à criminalização de atividades afro-culturais, como a capoeira, classificada como prática de vadiagem e desordem, segundo o Código Penal de 1890. Sua criminalização não atendia pura e simplesmente a um desagrado de ordem racista da burguesia; ela fazia parte de uma estratégia, ou seja, era uma forma de inviabilizar a apropriação do espaço urbano como lugar de socialização e interação da população negra na cidade. Por isso o instrumento jurídico e policial foi usado contra os símbolos da cultura negra e suas formas de apropriação coletiva do espaço como uma forma de suprimir e inviabilizar o uso do espaço urbano pelos negros. Todas essas medidas no plano da vida cotidiana e do trabalho serviam, no fundo, como uma emenda político-econômica que a classe burguesa expressava, como política pública de gestão de caráter higienista e de controle das massas. Na virada do século XIX, período de surgimento das lutas sindicais, a estratégia da classe dominante consistia em usar o equipamento do sistema penal como medida punitiva além do crime (BATISTA, 2003).

Como vimos essa etiqueta associando pobreza e crime marcou a ferro e fogo moradores de bairros segregados, em geral os trabalhadores de baixa renda, que residem em espaços segregados empobrecidos e precários. Nascia aí o conceito de classe perigosa, conforme o qual os pobres eram inimigos da ordem pública. Com base nisso eles eram submetidos a regimes penais distintos aos quais se impunham aos indivíduos pertencentes a outras classes sociais. Nos anos 1980, período que nos interessa de imediato, podemos notar o que foi o último efeito, digno de nota, de criminalização dos mais pobres. Foi justamente no período de abertura política, com o fim da ditadura, já na vigência do estado democrático de direito, que se deu a infiltração de um caráter “genocida” nas políticas de controle social: se no regime militar o *inimigo interno*⁶³ da Nação era o indivíduo subversivo, agora essa pecha é lançada sobre o criminoso comum, que passa a ser o novo alvo das práticas seletivas de punição.

Consequentemente, no período da abertura política ano Brasil, passam a ser os pobres – enquanto grupos vulnerável e ausente de direitos plenos, portanto, rarefeito quanto a suas condições de cidadania – os alvos da ação discriminatória ainda que, no papel, a constituição

⁶³ A expressão “inimigo interno” faz menção ao emprego figurado de um suposto inimigo comum aos membros da Nação, de um país, para justificar políticas autoritárias com base na desqualificação do referido inimigo e de suas pautas, sejam elas quais forem. No Brasil a política do inimigo interno foi usada pelos militares contra movimentos emancipatórios e trabalhistas, mas também contra os que lutavam pela redemocratização. Ou seja, o termo foi empregado como uma forma de repressão aos trabalhadores, perseguição política e controle das massas. Para mais detalhes, ver os trabalhos de Soares (2000), Caldeira (2000), Batista (2003), Misse (2011), e Alves & Evanson (2013).

de 1988 lhes garanta plenos direitos. Em consequência da herança autoritária perpetuada no aparelho de Estado e no subconsciente da população, o processo de abertura política, pautado na luta por direitos sociais, não conseguiu conceber plenos direitos aos grupos mais pauperizados nem mesmo desvincular o modelo de repressão do sistema político contra os mais vulneráveis. Isso se deu por conta da transição política turbulenta do autoritarismo para o regime democrático, que não foi capaz de estabelecer uma verdadeira concessão de direitos. O regime de transição, em vez de estabelecer políticas redistributivas, aumentou drasticamente a pobreza, mantendo as estruturas sociais de repressão sobre a figura do inimigo, que passa do subversivo ao bandido, extensivamente ao pobre. Portanto, este passa a ser o alvo preferencial da repressão.

Esse período, com a vitória de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, um líder popular entre as massas operárias, que, ao chegar ao Palácio Guanabara em 1982, tentou, de alguma forma, subverter o sistema, corresponde a uma fase um tanto confusa, com o movimento de abertura política intercalado a um movimento subterrâneo de reorganização da repressão. De todo modo, um exemplo, ainda que tímido, de medida destinada a exorcizar o demônio do autoritarismo dos órgãos de repressão, levada a cabo por Brizola para pôr fim no comportamento policial ostensivo, foi a suspensão da política de “pé na porta” na residência dos moradores, uma prática até então comum da polícia em busca de suspeitos nas áreas urbanas habitadas por pobres. Tal mudança de conduta demandava não só uma nova postura do governo no tocante à preservação dos direitos humanos, mas uma política que fazia valer o direito de defesa do acusado e a inviolabilidade do domicílio, algo destoante do comportamento da polícia carioca.

Com Brizola as forças da lei seriam obrigadas a cumprir os mandatos de busca na cidade com o mínimo de civilidade e conceder a todos os detidos o direito de entrar em contato com um advogado e com a família. Uma simples ligação para informar os familiares era suficiente para evitar torturas e desaparecimentos. Infelizmente, o crime organizado explorou com perspicácia, como se verá em mais detalhes, cada uma das demonstrações de civilidade do governo Brizola (ver AMORIM, 2011). Se a política de aproximação entre presos políticos e presos comuns promovida pelo Governo Militar contribuiu para que estes assimilassem conhecimento de guerrilha, depois repassado ao tráfico de drogas, a imposição de limites à ação policial nos morros cariocas sem reverter o quadro social de profunda

desigualdade auxiliou o tráfico de drogas a se enraizar, munindo-se de todo tipo de armamento que podia comprar.

Na campanha eleitoral de 1982, Brizola pretendia consolidar a base política em setores pauperizados; sem dúvida pesou o apoio da Federação das Favelas (Fajerj) e da Federação das Associações de Moradores (Famerj) (ver AMORIM, 2011). Chegando ao posto de governador, retribuiu esse apoio, decretando, em visita à Favela Santa Marta, o fim da política de remoção das favelas e o início de um programa de fixação dos barracos, “[...] segundo um projeto que previa a legalização de um lote para cada família de favelados, com a posterior urbanização das antigas áreas ilegais” (BARCELLOS, 2003, p. 72).

Essas singelas iniciativas de Brizola deram vazão a um intenso processo de urbanização nas favelas. Em Santa Marta, por exemplo, depois da visita do governador, “choveu” material de construção de alvenaria, destacou Barcellos (2003). Por si só, o fim da política de remoção de favelas já era suficiente para estimular um processo de urbanização autônomo por parte dos próprios moradores, que, em mutirões, rapidamente passaram a transformar a paisagem da cidade. Casas de madeira passaram a ser substituídas por casas de alvenaria com dois, três, às vezes mais andares, acelerando o processo de verticalização que já se podia notar em algumas favelas do Rio de Janeiro. Este cenário mais verticalizado e cada vez mais urbanizado, mesmo que precário quanto à oferta de serviços básicos e infraestrutura urbana, consiste hoje no espaço volumétrico em que se travam os conflitos nas favelas e bairros populares do Rio de Janeiro, ao se conceber, na prática, espaços segregados como espaços de batalha.

Brizola, como seria acusado, não tinha um pacto com o crime, mas o desenvolvimento do Comando Vermelho nas áreas urbanas pobres, em especial nos morros cariocas, foi o subproduto de uma administração que respeitou o cidadão, independente da cor da pele ou renda, como nenhum outro governo tinha feito até então. Brizola planejava gradativamente amortecer as estruturas que provocam, direta ou indiretamente, os crimes, como observa Soares (2000), por meio da execução de um projeto de Darcy Ribeiro, os CIEPS (Centros Integrados de Educação Popular), que se concentravam na educação e em políticas de cunho social para retirar os jovens do mundo do crime.

Em 1986 Brizola assistiu de mãos atadas à vitória eleitoral de seu concorrente Moreira Franco. Este, para conquistar eleitores, construiu seu discurso em cima do clima de medo,

prometendo acabar com a violência num passe de mágica, em 100 dias, endurecendo o combate ao crime nas áreas urbanas pobres. Brizola responsabilizou a mídia hegemônica pela derrota, em especial a *Globo*⁶⁴, por catalisar o discurso do medo a favor de seu rival, impondo a pauta da segurança em detrimento de outras, também urgentes. Em 1990, quando Moreira Franco devolveu o governo a Brizola, a criminalidade na verdade havia crescido, atingindo números ainda mais alarmantes. Brizola, de volta ao Palácio de Guanabara, foi, dessa vez, incapaz de introduzir seu programa de governo como havia feito na primeira gestão, muito em virtude da resistência da opinião pública e por conta da ação de diversos segmentos sociais mais elitizados contrários às suas políticas públicas voltadas às classes menos favorecidas (ver SOARES, 2000).

Brizola fica em situação ainda mais delicada quando tem início a guerra entre as facções do Comando Vermelho e do Terceiro Comando. Elas vinham tentando resolver suas diferenças na mesa de negociações até então, mas uma ruptura não esperada leva a uma conflagração do conflito, alterando o equilíbrio de forças das duas mais importantes facções do Rio de Janeiro. O Terceiro Comando de Uê, de forma ardilosa, surpreendeu a facção do Comando Vermelho de Orlando Jogador, na época, “o cabeça” do grupo, conseguindo em um só golpe tomar à força 50 bocas de fumo da facção inimiga e, de quebra, eliminar Orlando e altos escalões do Comando Vermelho (ver AMORIM, 2011; BARCELLOS, 2003).

A feroz reação do Comando Vermelho para recuperar seus territórios e punir os rivais contribuiu para o aumento do clima de insegurança e para a conseqüente conclamação de uma intervenção federal armada (Operação Rio I) nas favelas. Manchetes negativas nos principais jornais serviram de fonte inesgotável de críticas da política de segurança do governador Leonel Brizola, que então disputava eleições presidenciais. Com a eleição de Marcello Alencar para o cargo de governador do Rio, em 1995, houve o retorno da política de linha dura e o restabelecimento da política de pé na porta nas casas dos moradores, personificada pela figura do general Nilton Cerqueira à frente da Secretaria de Segurança. Ao adotar uma política de repressão, Marcello Alencar levou o Rio de Janeiro a uma escalada da violência

⁶⁴ Importante emissora de televisão brasileira alinhada aos interesses das classes dirigentes e da elite brasileira que controla boa parte do monopólio de informação no país.

policial, notabilizando o governo pelo escândalo da premiação faroeste⁶⁵ e por um número até então incomparável de baixas de civis e de policiais (SOARES, 2000).

Nos morros a atividade do tráfico de drogas, apesar da repressão, continuou a prosperar, acompanhada de uma intensificação da militarização jamais vista, a despeito do número de jovens assassinados. A opção do governo pela violência, embora tenha reduzido o número de sequestros e homicídios diretos, provocados, por exemplo, em decorrência de assaltos, apenas acelerou o ritmo de rotatividade da mão de obra que serve ao tráfico de entorpecentes, sem, contudo, apresentar uma solução razoável para o problema, que retornou logo após a retirada das Forças Armadas das áreas ocupadas (SOARES, 2000).

Este foi um período caracterizado pela consolidação da democracia, em que o avanço da insegurança corrobora a criminalização dos pobres para atender estereótipos e interesses de classes, mesmo com a conquista de uma série de direitos. Se, por um viés, tínhamos na figura do guerrilheiro o esquecimento do militante revolucionário como inimigo, por outro, assistimos na inculcação caricatural do pobre uma espécie de assimilação do morador de bairros segregados ao conceito de bandido, expresso no aparelho policial e na sociedade em geral. Na Constituição Federal de 1988 foram

[...] feitos alguns esforços pontuais na reforma da polícia e a substituição da ideologia estatal de segurança nacional da ditadura pelos princípios do Estado de direito e da proteção dos direitos dos cidadãos. As antigas práticas e a antiga mentalidade, no entanto, continuaram a existir na medida em que os policiais foram incentivados a combater os traficantes como uma nova encarnação do chamado “inimigo interno” (ALVES & EVANSON, 2013, p. 190).

Mergulhado entre adversários e administrando um barril de pólvora, os dois governos de Brizola no Rio de Janeiro se resumiram, nesse período, numa sincera tentativa de estender direitos básicos aos moradores favelados. Em algum aspecto, consistiu num ponto fora da curva na tendência de criminalizar as camadas populares. Contudo, Brizola perdeu o braço de ferro com as classes dominantes e mais conservadoras da sociedade carioca, que inflaram o sentimento de violência urbana justamente para atender interesses de classe arraigados ao contexto de desigualdade social ligados à marginalização e criminalização dos mais pobres, ainda que, em tese, o estado de direito tenha sido (re)estabelecido. Para isso, sustaram-se na prática direitos sociais recém-agregados à Constituição de 1988. Com o apoio da mídia

⁶⁵ A premiação faroeste, criada em novembro de 1995 pelo general Nilton Cerqueira, era uma gratificação especial por “mérito” que previa promover os policiais que combatessem de forma efetiva o crime. Duramente criticada por ser considerada um incentivo ao extermínio nas favelas e áreas pobres, foi anos depois abolida.

hegemônica e de quadros conservadores da polícia, criou-se um ambiente social propício à difusão de violência simbólica e física contra as classes sociais dominadas que almejavam conquistar terreno político.

A polícia, que assumira o papel de soldados de infantaria contra os inimigos do regime militar, capazes de cometer todo o tipo de atrocidades para sustentar os militares no poder, assume agora o papel de capataz de um modelo político de perpetuação da repressão aos mais pobres. A ditadura havia, para seus próprios fins, sequestrado a polícia, acabando com qualquer noção de policiamento de bairro e modelo policial de proximidade com os moradores. Em sentido prático, a polícia havia se transformado, pelas mãos do regime autoritário, numa força militar utilizada para a repressão não só dos militantes de esquerda e dos famigerados criminosos, mas da população civil, particularmente pobre. Ela perpetua as práticas antigas de violência contra negros e pobres, ou seja, apresenta-se como um instrumento de repressão contra trabalhadores e movimentos sociais, mesmo após a redemocratização (ALVES & EVANSON, 2013).

Com a instrumentalização da polícia como dispositivo repressor promove-se a translação da figura do inimigo interno no inconsciente da população, associando espaços segregados a ambientes caóticos e violentos e concebendo seus moradores como uma classe perigosa. Como a maioria das pessoas que moram em áreas urbanas pobres e nas favelas não tem nenhum vínculo com o tráfico ou não exerce qualquer outra atividade ilegal, este foi um instrumento político eficiente para desqualificar pautas sociais e inviabilizar a participação política dessa classe no cenário nacional.

Assim, vendo na história política do Rio de Janeiro, pós-ditadura, um exemplo de como a política nacional oscilou como um pêndulo entre o respeito aos direitos humanos e a repressão violenta aos criminosos e à população mais pobre em geral, é importante analisar o relevante papel que a mídia hegemônica desempenhou. A ela coube formular no inconsciente da população uma opinião teleguiada a favor do embrutecimento das políticas de repressão aos criminosos, ao invés de ampliação de políticas sociais e garantia de direitos plenos a qualquer cidadão, além de democráticas, necessárias como medidas plausíveis de combate ao crime. Nesse limiar houve, ao contrário, a naturalização da repressão policial como medida cabível de combate ao crime, sustentada por um estereótipo de enraizamento escravista e retroalimentado no plano geral da sociedade desigual, que passou a subentender o pobre como ameaça à ordem vigente e ao bem privado.

O receio de aparentar fraqueza ou hesitação diante da pressão de setores mais abastados da sociedade, que reivindicavam medidas extremas no combate ao crime, pode ter influenciado muitos governadores. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Anthony Garotinho. Embora tenha levantado a bandeira da civilidade e do respeito aos direitos humanos na campanha eleitoral, ao se eleger dobrou-se facilmente à opinião pública de setores da classe média e às críticas de grupos conservadores dominantes, que viam na repressão policial a única saída para o combate ao tráfico de drogas ilícitas e para a solução dos crimes. A pressão das classes dominantes e o medo real de manchar a reputação, como ocorrera com Brizola, deu origem a uma espiral de embrutecimento do combate ao crime e de desrespeito aos moradores das áreas controladas pelo tráfico de drogas. Entre o fogo cruzado de traficantes e policiais ficaram os moradores de bairros segregados de baixa renda (ver, em especial, ALVES & EVANSON, 2013).

As metáforas bélicas já empregadas desde os anos 1980 e que hoje são uma expressão consolidada há anos nos jornais cariocas, *O Globo* e *O Dia*, mas na *Folha de São Paulo* e no *Estadão* também, já emitiam, desde aquela época, jargões de guerra, como várias vezes se ouviu dizer: “A Guerra do Rio” – como identificou Souza (2008b, 2014, 2015). Da militarização da fala pode-se verificar, ainda, uma pulverização de termos como “Batalha do Rio”, “Guerra ao Tráfico”, “Guerra às Drogas” ou “Guerra ao Crime”, entre outras, como “Dia D”, fazendo alusão, neste caso, à batalha que marcou o desembarque das tropas Aliadas na Normandia durante a II Guerra Mundial. O uso dessas expressões, que vão muito além de alguns poucos e restritos termos, demonstra um trabalho metódico com o emprego do vocabulário por parte de certos veículos de comunicação interessados em enfatizar o aspecto belicoso do conflito.

Trata-se, em última instância, de um instrumento de reorientação da política de segurança pública capaz de legitimar a adoção de um comportamento mais bélico, para justificar, como tem sido feito, o uso de força excessiva no combate ao crime, que descamba, como se verifica no Rio, no extermínio seletivo dos grupos mais vulneráveis à ação violenta das forças policiais⁶⁶. Analogias militares e comparações entre o arsenal dos traficantes e o

⁶⁶ Os relatos de crimes cometidos por policiais ou mesmo de excesso de força em abordagens são um capítulo à parte do grave problema da segurança pública no Brasil. Sobre esse aspecto Lemgruber, Musemeci e Cano, no livro *Quem vigia os vigias?* (2003), fazem um estudo detalhado sobre as ferramentas de controle (interno) da polícia no Brasil, identificando as dificuldades para investigar e punir policiais e os avanços, razoavelmente consolidados no Rio de Janeiro, em matéria de transparência e seriedade nas investigações e punições contra

dos policiais numa descrita guerra urbana foram explicitadas muitas vezes, para chamar a atenção e até mesmo enaltecer o estado de guerra. Nos últimos anos, para ser mais preciso, desde o governo de Sérgio Cabral, o foco tem sido, tanto por parte da mídia quanto do Estado, não só o uso de um discurso que desqualifica os direitos humanos de “bandidos” já identificados, isto é, dos traficantes conhecidos e suas facções, mas a fala compulsória que retrata a favela e bairros urbanos pobres como ambientes hostis e perigosos, lugares infestados de criminosos fortemente armados, em contraste com o restante da sociedade (ver ALVES & EVANSON, 2013; SOUZA, 2008b, 2014, 2015).

Um exemplo, talvez dos mais emblemáticos, se deu na ocupação militar nas favelas da Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, em novembro de 2010, quando a *Rede Globo de Televisão*, em particular, fez longos *flashes* ao vivo da operação, optando por ampliar o escopo de metáforas bélicas ao nomear a operação como “O Rio Contra o Crime”, no qual fez uso do artifício de empregar no seu discurso os termos “população de bem” ou “moradores de bem”, para firmar que esses setores apoiavam a operação. “[...] O ‘papel patriótico’ desempenhado pela emissora nas ‘ações de ocupação’ e a forma como este lugar discursivo se baseou na construção de uma proposta particular de interação discursiva com seu público (e suas fontes) [...]” demonstra como o mecanismo jornalístico da emissora está associado a uma “[...] instância jornalística e as formas de controle social (e territorial) praticadas na sociedade brasileira nos dias de hoje” (K. MENDONÇA, 2012, p. 132).

Esse tipo de manipulação da opinião pública feita pela *Rede Globo* foi mais longe, contudo, através do *Jornal Extra*, uma filial da rede de notícias do grupo Globo. Esse jornal, em particular, criou um editorial de guerra que na prática endossa as políticas de segurança fracassadas do Estado pautadas em violência direcionada contra as favelas. Na matéria de lançamento do editorial, intitulada “Isso não é normal”, o editor do jornal, Octávio Guedes, aparece em um vídeo para justificar a criação de uma editoria de guerra como forma de encontrar uma solução para os altos índices de violência na cidade. Para ele, repetir expressões e metáforas bélicas incansavelmente, como o jornal faz, significaria tratar o

problema como deve ser tratado, como caso de guerra, em vez de, segundo diz no vídeo, um caso de polícia⁶⁷.

Em resposta ao lançamento do editorial de guerra, o jornal *The Intercept* fez críticas, a nosso ver, contundentes ao editorial do *Jornal Extra*, qualificando o editorial de guerra como ferramenta de manipulação política. Na matéria de Cecília Olliveira, os pontos de vistas oferecidos por Pedro Barreto Pereira (Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Maria Isabel Couto (Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas), pesquisadores na área da violência no Rio de Janeiro, entrevistados por Cecília, convergem em afirmar que a mídia hegemônica e a segurança pública do Rio de Janeiro agem como aliados, traçando as políticas de segurança. Segundo a reportagem, eles usam para isso o artifício midiático de criar um ambiente de medo e insegurança que possa ser usado para justificar intervenções violentas das forças de segurança do Estado em favelas, deixando de lado o conteúdo que permita à população compreender que o aumento da violência está associado à negação de direitos básicos e à desigualdade social abissal que impera na sociedade⁶⁸. Esse, aliás, é o ponto de vista de pesquisadores do campo da violência urbana, como Misse e Zanutelli, entre outros, que discutem há décadas o papel da mídia na propagação da violência.

Nesse papel, a imprensa hegemônica transformou a figura do policial Leonardo da Silva Torres, conhecido pelo codinome “Trovão”, em uma estrela midiática de combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Trovão havia sido fotografado na operação no conjunto de favelas do Complexo do Alemão em 2007 usando farda camuflada e acessórios idênticos aos usados por soldados estadunidenses enviados ao Iraque. Nas imagens veiculadas na mídia aparecia segurando o fuzil com uma das mãos e na outra um charuto. Imagens como essa foram exploradas por recursos gráficos com Trovão circulando por becos da favela entre corpos dilacerados como parte da propaganda de guerra nos espaços segregados. Trovão foi rapidamente apelidado de “O Rambo Brasileiro” pela mídia e classificado como herói da sociedade civil, a ponto de o governador Sérgio Cabral ter estimulado a fabricação de uma série de bonecos tipo Comandos em Ação com os traços de Trovão. A iniciativa foi abortada na última hora e posta de lado antes de Trovão ganhar as manchetes novamente por crimes de corrupção, tráfico de armas, tráfico de informações, estelionato, sequestro e roubo. O então

⁶⁷ A reportagem foi publicada no dia 16 de agosto de 2017 e se encontra disponível no site da rede de notícia do *Jornal Extra* (<https://extra.globo.com/>).

⁶⁸ A matéria de Cecília Olliveira intitulada *Ao criar editorial de guerra, Jornal Extra endossa política de segurança fracassada do Estado*, foi publicado no dia 16 de agosto de 2017 e encontra-se disponível no site do *The Intercept Brasil* (<https://theintercept.com/brasil/>).

governador Sérgio Cabral, da mesma forma, entrou no rol dos acusados e presos por crimes de corrupção.

Veiculação de matérias na imprensa em que policiais combatentes são descritos como heróis e espaços segregados são apresentados como ambientes “perigosos” e “caóticos”, espaços de batalha, concebidos como campo de batalha moderno, está produzindo uma forma de ideologia geográfica no sentido em que Moraes (2002) emprega o conceito ao trabalhar com formas espaciais como produtos históricos de profunda veiculação ideológica. No caso das favelas, além do aspecto material do substrato espacial, historicamente reportado à favela em sua forma espacial por dinâmicas de segregação socioespacial, há produção de um discurso transladado ao espaço para produzir a naturalização da favela como lugar violento e caótico, sem expressar, por seu modo, as relações sociais de ação humana sobre a superfície terrestre produtoras de uma dada realidade social, de conteúdo histórico, que está sendo encoberta para dar lugar ao discurso onipresente da mídia e do Estado belicoso. Estes têm agido em conformidade com organizações sociopolíticas específicas, articulando sua funcionalidade aos interesses das classes dominantes, como demonstramos até aqui.

O uso da ideologia geográfica do lugar para focalizar que o arranjo espacial das favelas estaria a serviço de bandidos, que se apoiam no terreno urbano denso e labiríntico da topografia irregular e de difícil acesso para dificultar a ação das forças policiais e o combate a grupos de traficantes de drogas ilícitas, cumpre o objetivo de identificar as favelas e seus moradores como inimigos do Estado e da sociedade. Tal discurso se apoia na produção de um estereótipo que criminaliza o lugar e seus moradores, com tudo dentro, para desencadear operações militares aceitas pelas demais classes sociais como operações justas e essenciais para manter a ordem na cidade. Esse discurso, ademais, tem operado no sentido de descontextualizar a realidade dos bairros populares controlados por traficantes, ao retratar os moradores como passíveis diante da ação de grupos criminosos ou como colaboradores do tráfico. Assim, a maioria dos moradores de favelas ou de bairros populares participa, segunda essa narrativa, das ações das facções criminosas, desconhecendo-se a forma quase sempre tirânica com que estas exercem o poder.

Nessa interpretação as favelas são realçadas como um ambiente caótico, onde vigora a desordem espacial, diferentemente da concepção que é veiculada sobre a chamada cidade legal propriamente dita. Como decorrência, espaços segregados são retratados como substrato que oferece suporte físico e social ao tráfico de drogas, diferentemente da ideia que se

propaga a respeito da cidade legal, mais caracterizada urbanisticamente pela lógica do planejamento urbano, na qual impera a fisionomia de suas ruas e avenidas largas, de aspecto mais retilíneo e menos embaraçado. Tudo isso serve como pretexto para o uso extensivo da força como a única solução para o problema da violência urbana. Os veículos de comunicação de massa deixam transparecer nas entrelinhas dos telejornais e dos jornais impressos que a favela constitui o problema da cidade, em outras palavras, enfocam-na no patamar de inimigo da cidade e dos moradores da zona sul. Um corpo que precisaria ser expelido ou domado para a manutenção do bom funcionamento do organismo.

É dessa forma midiaticizada que o terreno urbano de espaços segregados é retratado. Ele é descrito como espaços de fortalezas guetificadas e se torna objeto de analogias com os cenários de guerra urbana no Iraque ou na Palestina. Essa analogia simplista já foi usada por Sergio Cabral e seu secretário de Segurança José Mariano Beltrame como argumento enviesado para implantar, em 2008, as Unidades da Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas da capital fluminense. As UPPs, tidas pelo então governo como um instrumento de combate eficaz ao crime, como fez questão de enfatizar inúmeras vezes, foram estabelecidas com o objetivo de ocupar terreno e promover a desmilitarização do tráfico de drogas.

Se acabar com o tráfico de drogas ilícitas por completo era algo não muito realista para o próprio governo, ocupar o território para impedir o uso da urbanização desordenada como um suporte físico aos traficantes seria um objetivo mais plausível de alcançar. Após a ocupação da favela, a meta seria, então, estabelecer uma política de aproximação com os moradores, para recuperar a sua confiança e, assim, finalmente, proporcionar a “verdadeira” pacificação do território, que se encontrava em posse dos traficantes, com o mínimo de perda de vidas para ambos os lados.

As operações militares, supostamente planejadas a partir desse raciocínio, foram previamente anunciadas, dando tempo suficiente para que os traficantes fugissem, como se viu em várias ocasiões que antecederam as operações de intervenção. Por outro lado, para um número cada vez maior de movimentos sociais, associações de bairros e inúmeros cientistas sociais, estaríamos, na verdade, assistindo ao nascimento de um dispositivo de controle social que a qualquer momento pode, pelas características autoritárias que são endógenas ao Estado

brasileiro, dentro de um quadro de avanço do estado de exceção⁶⁹, se transformar-se em instrumentos mais eficazes de controle das massas e até mesmo de um extermínio seletivo.

Certo é que “corações e mentes (os corações muito mais que as mentes) vêm sendo inusitadamente mobilizados para dar suporte de massas às ‘operações de guerra’ empreendidas pelo Estado [...]” (SOUZA, 2015, p. 46). Sobre essa ideia da criação de um estado genocida, cuja situação é comparada à dos palestinos ou de negros na África do Sul no período do *Apartheid*, com a acentuação de um estado de exceção – que muitos afirmam, já existe – para aqueles que moram nas favelas e são pobres, voltarei a discorrer, mais especificamente, nos dois últimos itens do capítulo sob a ótica do urbicídio.

Antes, no entanto, é preciso discorrer sobre o processo de criminalização dos pobres à luz das práticas de punição e domesticação dos corpos a partir do desenvolvimento de dispositivos de controle social. Para tanto, precisamos recorrer a Foucault, primeiro, para ressaltar como a justiça penal, por meio da prisão, transformou o processo punitivo em técnica penitenciária, para, em seguida, avaliarmos, de acordo com os caminhos trilhados pelo autor, a tese de que o dispositivo político-policial se constitui num elemento fundamental de implantação de mecanismos de segurança, determinantes para o aparecimento de uma técnica política que se dirige ao meio, e não somente ao corpo (ver FOUCAULT, 2008; 2013).

Em Foucault (2013) podemos observar um processo histórico de transformação dos métodos punitivos a partir da tecnologia política que age sobre o corpo. Não discorrendo muito sobre o construto histórico de Foucault, detemo-nos no seguinte aspecto de sua teoria: o corpo está mergulhado num campo político, e as relações de poder têm alcance imediato sobre ele: como força produtiva, sua utilização econômica é investida por relações de poder e de dominação; mas, em compensação, sua constituição como força de trabalho (domesticada) só se dá quando enquadrado por um sistema de sujeição, tornando-se força útil ao mesmo tempo que se apresenta como corpo produtivo e corpo submisso.

Sobre o corpo, nesse viés, há um saber e um controle que agem sobre o corpo e que constituem o que Foucault chama de tecnologia política do corpo. Esse saber e poder são

⁶⁹ Estado de exceção é empregado aqui para denotar a suspensão da norma diante de uma situação de emergência, no caso, a questão da segurança pública. Em específico, trata-se da suspensão das leis constitucionais e da noção da presunção de inocência, que, uma vez suspensas, dão lugar a medidas de exceção, quase sempre autoritárias.

investidos no corpo para torná-lo dócil e, é claro, extrair, a partir de suas forças musculares e cognitivas, o máximo de força produtiva a partir de corpos domesticados. Seguindo essas premissas, o que Foucault realiza, em grande parte, em *Vigiar e punir* (2013) é a genealogia do emprego dessas técnicas punitivas, que irão moldar um aparelho disciplinar na sociedade contemporânea. Concomitante a esse processo temos a passagem de uma criminalidade de sangue contra o corpo de rei (ou do soberano) para uma criminalidade da fraude, do crime contra a propriedade: doravante, esse é o período de surgimento da burguesia como classe que detém os meios de produção e controla os ritmos do trabalho. É a partir desse momento que o criminoso aparece como inimigo da sociedade, tornando-se o inimigo comum a todos, uma vez que seus crimes atacam toda a sociedade; não mais somente o “direito” soberano, mas o “direito” à propriedade privada. O criminoso surge, assim, como inimigo da sociedade e não mais do rei.

O Panóptico de Bentham (criado em 1785) aparece precocemente como uma figura arquitetural no momento em que instituições disciplinares (escolas, hospitais, asilos, manicômios) produzem uma arquitetura de controle ainda mais eficiente que as prisões tradicionais, ao induzir no detento um estado consciente de que ele está sendo vigiado permanentemente, assegurando, assim, o funcionamento automático do poder. A partir de uma torre central disposta no centro de um anel, a visibilidade interna das celas – atravessadas pela luz – estaria garantida pelo efeito de um jogo de luzes que, ao refletirem nos corpos dos detentos, exaltam a claridade das silhuetas na parte interna da cela. Ver o outro sem ser visto constitui a armadilha panóptica que a sociedade capitalista nascente irá incorporar à esteira do processo de produção e, logo, aos quadros formais da sociedade (ver FOUCAULT, 2013; 2015).

Para Foucault (2013, 2015), a descoberta do corpo como objeto que pode ser manipulado e que pode ser aperfeiçoado implicaria, desse modo, a aplicação de uma noção de cálculo para exercer controle sobre o corpo e, assim, extrair de suas forças produtivas o melhor rendimento a partir de certo quadro de trabalho imposto. Em tal plano, faz-se, ainda, necessário que a disciplina seja capaz de organizar um espaço disciplinar que não seja só prisional, mas um espaço útil de trabalho, portanto. A fábrica, por excelência, transforma-se nesse espaço, que, através da “arrumação” espacial da linha de montagem, logo, do aparelho de produção e das diversas formas de distribuição dos postos de trabalho, permite intencionalmente não só a extração da mais valia, mas a submissão do indivíduo a uma ordem

de exploração disciplinar. À difusão do princípio de controle sobre o tempo e ritmos (do trabalho) bem como dos afazeres das pessoas a essa generalização hierárquica de conformação de uma sociedade disciplinar que alcança “todos” os corpos e esferas da vida devemos a redução do ser humano como força política e sua maximização como força útil, como notou Foucault.

Daí advém, também, a criminalização daqueles que estão fora da disciplina do trabalho ou inseridos apenas de forma parcial nessa disciplina. Numa sociedade em que predomina a ideia da propriedade privada, ter tal posse torna-se fundamental para assegurar os meios de produção como um privilégio dentro de um quadro geral de relações sociais hierarquizadas. Para os trabalhadores, regidos pela “ditadura” da disciplina do trabalho, restaria a venda de sua mão de obra ao capitalista, a não ser que os “indisciplinados” revertam essa estrutura de poder baseada na propriedade privada. Contra eles, no entanto, são previstos meios de punição que transformam sua rebeldia em infrações à ordem de ganho pelo trabalho, transformando tais indivíduos indisciplinados em infratores/criminosos que infringem as leis de convivência da sociedade capitalista. Retomamos, aqui, a ideia do inimigo da sociedade que atenta contra a ordem e o bem privado, que sobre ele agem os dispositivos de segurança identificados por Foucault (2008) com o intuito de manter a governabilidade pelas mãos do Estado e garantir, assim, que as leis do mercado (capitalista) vigorem.

Qual dispositivo de segurança seria capaz de garantir as trocas comerciais e o estado “sagrado” da propriedade privada, permitindo ao Estado crescer a galope, ao tempo que são capazes de manter a ordem e o bom funcionamento das leis de convivência da sociedade? Esse dispositivo, Foucault (2008) enuncia, seria o dispositivo político de polícia, em outras palavras, para ficar mais simples, a própria polícia, que hoje, mais do que nunca, não se presta a garantir a segurança da população, mas, antes, manter a ordem vigente de dominação e exploração, retirando de circulação aqueles que se rebelam ou são descartados do trabalho formal, que muitas vezes, sem outra saída, se veem forçados a optar pelo mercado capitalista ilegal, no caso em questão, criminoso, do tráfico de drogas ilícitas, como define Souza (2008b).

No Brasil a violência urbana, que resulta da marginalização das classes pauperizadas e da criminalização de certas atividades, classificadas como ilegais, compreende, nesse sentido, práticas e conflitos que foram criminalizados na sociedade contemporânea. Daí também decorre uma curiosa associação entre o tráfico de drogas ilícitas e o Estado, por causa da

corrupção e suborno a que estão sujeitos agentes policiais e do judiciário, que, na prática, ocorre de mão dupla, entre clientelismo e repressão. Do conflito que essa relação de clientelismo resulta, vigora o emprego de técnicas de intervenção militar e de militarização do espaço urbano como um todo. Assiste-se, então, ao emprego de dispositivos de controle social que não agem de forma isolada sobre o indivíduo, mas sobre o coletivo da população, exercendo, com efeito, um verdadeiro poder controlador do meio, antes centrado nos indivíduos. Esses dispositivos, ao agirem (como faziam e fazem, ainda hoje), no interior das fábricas, organizando o espaço disciplinar, estendem-se atualmente, também ao espaço urbano. O espaço público seria, assim, esse meio *a priori* sobre o qual agem essas forças da política. Por conseguinte, este vem produzindo um ambiente de controle exterior, a partir da manutenção do volume do espaço, a que se deve assegurar o controle, não sem conflitos. Sobre esse aspecto nos deteremos no próximo item e no restante do trabalho a partir de agora.

7.2 Modelos de Guerra nos Morros e Militarização das Favelas no Rio de Janeiro e em Vitória

Em resumo, o que Foucault já havia antevisto era a passagem de um Estado regulado pelo “poder soberano” (fundado no controle estratégico do território e seus recursos) e da “sociedade disciplinar” (pautado em organizar grandes meios de confinamento) para uma “sociedade de controle social” (centrada no aperfeiçoamento das táticas de controle da população). Neste último estágio se daria o surgimento da noção de governamentalidade (que propõe a gestão governamental) então articulada com as formas mais antigas de poder (soberania e disciplina) incorporadas a uma só estrutura, já que as precedentes não desaparecem, mas se dão, a partir de então, como forças implicadas, ou mesmo amalgamadas.

Atravessando a lógica do crescimento do aparelho de controle social, cabe-nos analisar os processos de militarização do terreno urbano e de configuração de uma matriz urbano-volumétrica, que se presta a assegurar o controle do volume, ou seja, estabelecer a vigilância do ambiente urbano como conteúdo tridimensional do substrato espacial e do habitar que propicia a vida na cidade a partir da perspectiva da in-segurança e do estabelecimento de dispositivos de controle, que marcam o retorno da cidade ao palco central das lutas, ao se conceber o teatro urbano como um espaço de batalha. Por efeito dessa lógica, analisada como objeto experimental de reflexão em primeiro plano no Rio de Janeiro e na cidade de Vitória, e

em consequência desse processo na metropolização brasileira emergem dinâmicas de des-territorialização específicas, que se dão de forma justaposta em virtude de tensões e alterações em matéria de relações de poder e do emprego de geoestratégias destinadas ao exercício do controle.

Partindo dos processos dinâmicos que se dão pela disputa de territórios entre facções do narcotráfico, milícias e o Estado, é preciso primeiro visualizar na organização espacial do tráfico de drogas não só a territorialização de grupos criminosos armados, mas o surgimento de um dispositivo de controle volumétrico aparelhado em um espaço físico que se tornou possível graças à militarização de atores não estatais (distribuídos geograficamente sobre áreas segregadas), que passam a exercer um relativo monopólio da violência. Indo ainda além, preciso depois focar o processo de militarização dos bairros populares e espaços segregados conduzidos pelas milícias e pelo Estado, que operam precarizando as condições de existência urbana dos mais pobres em territórios que configuram o que Haesbaert (2007, 2009) chama de aglomerados humanos de exclusão: territórios precários onde vigora a exclusão socioespacial e instabilidade territorial.

Na análise desse problema, é importante salientar, inicialmente, que os traficantes não querem destruir o sistema, pois eles próprios são na verdade produtos dele, acomodando-se no interior da lógica sistêmica, como lembra Souza (2008b). Eles possuem uma

[...] relação objetiva e subjetivamente ambígua com o Estado (e com os capitalistas): são reprimidos por ele em sua face “oficial” e, ao mesmo tempo, mantidos por agentes estatais corruptos (policiais e outros). No tabuleiro de xadrez do comércio de drogas ilícitas, os “donos” são “pequenos capitalistas informais/criminosos”, cuja existência é impensável sem o “subsistema I-E-A” [Importação-Exportação-Atacado], perante o qual eles são pouco mais que simples peões e os seus “soldados” e “gerentes” (mão-de-obra barata, que pode ser reposta a custo quase zero) menos até que isso, para não falar nos ainda mais descartáveis “olheiros”, “aviões” e “vapores”. Esse “hiperpreariado armado” não constitui, a rigor, um “exército industrial de reserva”. A distância entre esses jovens (não raro crianças) semi-alfabetizados, em geral pouco ou nada qualificados mesmo para trabalhos manuais, filhos e netos de trabalhadores muitas vezes informais, e as exigências do setor formal (não só na indústria, mas também no terciário) é muito grande (SOUZA, 2008b, p. 133-134).

Os traficantes se beneficiam do processo de precarização das condições de trabalho e de vida na cidade, territorializando suas forças em espaços frágeis, sobre os quais podem impor suas leis e estender seus tentáculos à população pelo emprego de mecanismos assistencialistas. Ao operar por lógicas territoriais multiescalares, a atividade do tráfico de drogas ilícitas faz uso de espaços zonais e descontínuos, seja a partir dos enclaves territoriais

que as favelas ajudam a configurar, seja pelo aproveitamento de ruas e vielas estreitas, que dificultam o acesso ao local e a ação da polícia nessa área, ou pela utilização de redes materiais (estradas, por exemplo, que garantem acesso ao mercado consumidor, portos ou pistas de voo por onde a droga entra) e virtuais (celulares, de onde, por exemplo, os chefes das facções criminosas controlam o tráfico de dentro dos presídios), que conectam os espaços, dando-lhes um sentido funcional. Por essas sobreposições e articulações, a depender da escala, os traficantes de varejo configuram um poder local e um território-rede que movimentam diferentes fluxos (ver SOUZA, 2005, 2008b; e MACHADO, 2005).

Pelo subsistema I-E-A – “importação-exportação-atacado” – do comércio de drogas ilícitas configura-se a escala de importação e abastecimento dos traficantes de drogas que vão atuar a partir do “subsistema varejo”, em que as quadrilhas operam com o apoio logístico de favelas e outros espaços segregados. O caráter territorial do domínio nas favelas e bairros populares se manifesta pela subordinação, direta ou indireta, das organizações cívicas aos traficantes e da população como um todo às regras ditadas pelos criminosos. Os traficantes exercem forte influência sobre as associações de moradores e estão presentes em várias atividades socioculturais dentro das comunidades. Hoje atuam na política, utilizando as favelas como curral eleitoral para escolher seus candidatos, e além do mais, em vários segmentos de oferta de serviços, como gás, internet e transporte (ver, em especial, SOARES, 2000; e SOUZA, 2008b).

Estão diretamente associados ao mercado empregador nas favelas, como se viu, por exemplo, nas iniciativas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula, quando os traficantes impediram a atuação de engenheiros e operários, exigindo a contratação de trabalhadores locais, indicados por eles, sob pena de paralisação das obras caso não fossem atendidos (AMORIM, 2010). Não por acaso, já é um registro, a territorialização dos traficantes de drogas nas favelas dificulta a intervenção por parte do Estado na gestão do espaço urbano público, quando não, na mesma medida, inibe a atividade das associações de moradores, reduzindo, assim, drasticamente os canais de diálogo da população mais pobre com o Estado. Nessa condição, os traficantes de drogas passam a representar um entrave à possibilidade de desenvolvimento de um processo de urbanização inclusivo, como descreve Souza (2008b, p. 107):

Crescentemente os traficantes de varejo determinam, em espaços por eles territorializados, o que se pode e o que não se pode fazer em matéria de uso do solo e organização espacial. [E, ao aceitar] negociar com eles, a face oficial do Estado

involuntariamente os legitima e fortalece, ao mesmo tempo que se desmoraliza, por passar a impressão de se ter curvado diante deles. Concomitantemente a essa escabrosa modalidade de “co-gestão” Estado/sociedade civil, o restante da população, sentindo-se acuado pelos traficantes, vê sua autonomia, que nunca foi mesmo grande por estas plagas, encolher ainda mais...

Toques de recolher que determinam os horários de abertura e fechamento do comércio e de saída e entrada das pessoas em suas casas e na própria comunidade regulam a vida das pessoas. Conflitos domésticos ou entre vizinhos são mediados, julgados e administrados pelas chefes locais do tráfico. Crimes são punidos de forma exemplar com castigos que variam de ameaças a execução sumária.

Moradores também são obrigados a franquear suas casas para o uso do recinto como esconderijo dos traficantes ou depósito de armas e drogas. Quando uma quadrilha de fora (que não possui laços locais com a comunidade) conquista o território de um grupo local, a tirania imposta pode ser ainda mais brutal. Não é incomum, nesses casos, familiares e moradores vistos como aliados da quadrilha local serem expulsos da comunidade, em uma clara alusão ao desenraizamento das bases locais de poder. Tal providência tem sua razão de ser, já que traficantes locais procuram manter uma boa relação com os moradores, com o objetivo de ampliar os laços sociais por meio de relações de assistência (podem comprar remédio para os moradores ou mesmo distribuir alimento para os mais necessitados).

Dados os processos dinâmicos que se dão pela disputa de territórios entre facções do tráfico e o Estado, é preciso salientar que os dispositivos de controle de outrora, executados durante os anos 1980-1990, não são mais exatamente os mesmos. O surgimento de dispositivos de controle volumétrico, aparelhado em um espaço físico e na apropriação da infraestrutura e na oferta de serviços urbanos, caracteriza-se hoje não somente pela militarização de atores não estatais (distribuídos geograficamente sobre as áreas segregadas), que passam a exercer um relativo “monopólio da violência”: hoje, as favelas estão imersas em diferentes modalidades de controle territorial conduzidas pelo Estado ou por grupos milicianos, que atritam com o tráfico e operaram pela acomodação e pela sobreposição de diferentes territorialidades do tráfico, em vez de pura e simplesmente substituí-las. Essas formas territoriais de controle agem no sentido de se apropriar da infraestrutura física e da oferta de serviços urbanos para extrair dividendos que estão relacionados à precarização das condições de existência urbana dos mais pobres.

Os traficantes de drogas formaram o primeiro grupo criminoso armado com domínio de território a operar sobre uma base espacial e exercer controle territorial volumétrico. Durante os anos 1980-90 expandiram-se territorialmente por centenas de favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Para analisarmos a forma como se dava esse domínio territorial, podemos nos apoiar em alguns relatos que narram a trajetória de traficantes como Marcinho VP e Nem da Rocinha, entre outros, para que possamos também compreender algumas alterações na dinâmica territorial mais recente nas favelas com a instalação das UPPs e a chegada das milícias. A favela de Santa Marta sob o controle de Marcinho VP, chefe do tráfico local nos anos 1990, seria, talvez, o exemplo mais eloquente dessa realidade, e dele se tem fartos registros. Nascido no morro, Marcinho VP contava com o trânsito livre pela casa de vários moradores, incluindo as namoradas utilizadas para se esconder dos policiais e evitar possíveis emboscadas de traidores.

A favela verticalizada e de fisionomia apertada entre as encostas do morro Dona Marta, repleta de becos e vielas, embora não seja das maiores, fornece ainda hoje um cenário labiríntico com várias estruturas que servem de esconderijos para os traficantes, usados ainda hoje. Nos idos dos anos 1990, em Santa Marta, Marcinho VP possuía um esconderijo secreto que não era de conhecimento nem mesmo de seus homens. A toca, como chamava, tinha sido construída especialmente para protegê-lo do cerco policial e dos ataques inimigos. Ficava embaixo de um barraco antigo, erguido sobre colunas de madeira e paredes de estuque, mistura de barro e fragmentos de tijolos. Os donos, um casal de idosos, tinham o perfil das famílias do morro de Santa Marta, casal insuspeito, que jamais teve vínculo com a atividade do tráfico de drogas. Cederam o espaço em nome da amizade com a mãe de Marcinho VP, que em tempos de dificuldade não deixou de vender mantimentos fiado ao casal (BARCELLOS, 2003).

Para entrar no esconderijo, que ficava ao lado de uma vala de esgoto, uma artesanal estrutura subterrânea, era preciso engatinhar pelo canal, andar três metros com os pés afundados na lama, rastejar mais um pouco até a porta de um porão que não tinha altura superior à de uma velha geladeira depositada ali havia anos. Dentro não dava para ficar em pé. A toca consistia num retângulo: três paredes eram barrancos de terra, e a outra, uma chapa de ferro, que isolava o esconderijo da rua. Por uma portinhola escondida embaixo da pia da cozinha da casa, Marcinho VP recebia água e comida. Dentro do esconderijo havia ainda uma televisão de 14 polegadas com videocassete e alguns livros de sociologia e de guerrilha, que

Marcinho VP usava para passar o tempo e aprimorar seus conhecimentos na arte de combate urbano (BARCELLOS, 2003).

Em matéria de fugas, também são mestres os traficantes dos morros Pavão e Pavãozinho, localizados entre Copacabana e Ipanema. Nos anos 1990, conseguiram montar um esquema incrível, utilizando uma gruta com 300 metros de comprimento e 1,40 metro de largura, que liga as duas favelas. Essa gruta servia, na ocasião, para a fuga dos “bandidos” durante as operações policiais e para a entrada de drogas na favela. Na passagem secreta duas mulas, segundo a polícia, serviam para transportar drogas, armas e munição de um lado para o outro. Os militares queriam dinamitar o túnel, mas não foram autorizados porque a explosão poderia provocar deslocamento de pedras, ocasionando uma tragédia (AMORIM, 2011).

Na Rocinha o traficante Dudu, como era conhecido, um dos ex-chefes do tráfico local, “[...] mandou um mestre de obras abrir uma passagem secreta numa das paredes de sua casa, por onde poderia desaparecer caso a polícia surgisse. Por essa passagem, chegava a outra casa, um pouco mais adiante. Assim, Dudu podia escapar durante uma batida, deixando os policiais perplexos e de mãos vazias” (GLENNY, 2016, p. 139).

Redes subterrâneas que configuram um dos aspectos volumétricos do substrato espacial usado a favor de traficantes e que conformam dispositivos de segurança adaptados à morfologia urbana de favelas do Rio de Janeiro são hoje ainda mais comuns. Traficantes podem construir muros e colocar portas em vielas e becos que dão acesso a áreas restritas das favelas. Podem, ainda, criar armadilhas para surpreender os policiais. No documentário *Dançando com o diabo* (2009), dirigido por Tom Philips, podemos ver que traficantes de uma favela do Rio de Janeiro faziam perfurações nas paredes, desenvolvendo um dispositivo de segurança para surpreender os policiais. Em uma dessas perfurações, feita em um muro que fica de frente para a entrada da casa de um dos chefes da facção, uma metralhadora era apoiada no buraco de modo que, quando o policial chegasse a casa, seria atingido por trás, nas costas, sem se dar conta de onde veio o tiro.

Na favela da Rocinha, passagens subterrâneas (ver Figura 23, p. 185) dão acesso a seções internas que configuram os estratos inferiores de uma peculiar rede de urbanização, sempre à procura por espaços que possam ser úteis na falta de áreas livres. Estruturas semelhantes existem em Gaza e são usadas pela resistência palestina contra a ocupação de Israel. No Rio de Janeiro, tendo em vista a topografia irregular do sítio urbano, as favelas

configuram um importante suporte físico ao tráfico: dos morros os traficantes possuem visão privilegiada sobre uma ínfima porção de terra entre as colinas íngremes e o oceano. Favelas apinhadas por inúmeros becos e vielas, de feição labiríntica e íngreme (ver Figura 24, p. 186), quase sempre de difícil acesso, conformam um ambiente urbano complexo de aspecto volumétrico, que favorece os traficantes ao incorporar a ideia de controle vertical, de cima para baixo, exercido por homens armados que, distribuídos na vertical, dificultam a invasão do morro, dada a posição topográfica privilegiada que ocupam.

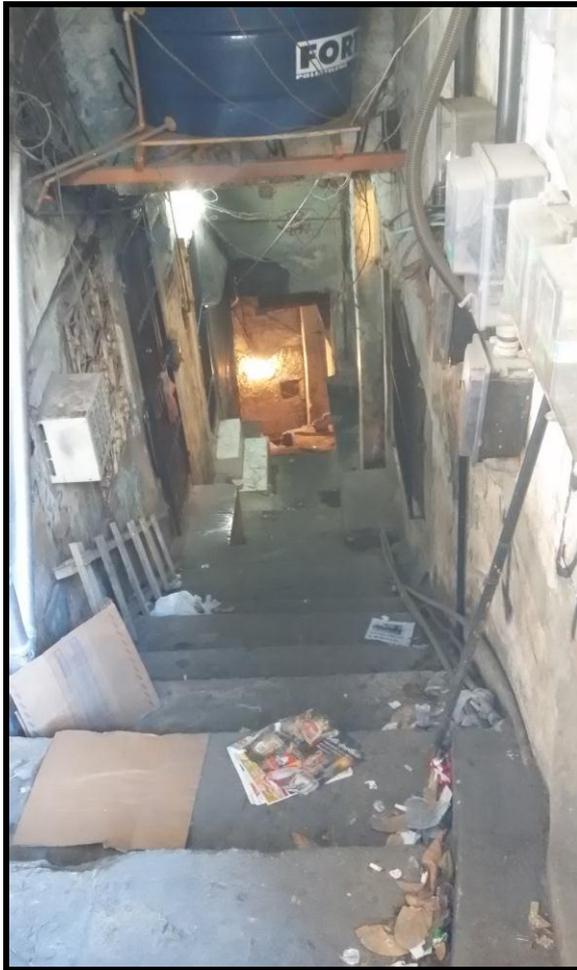


Figura 23

Escadaria subterrânea que dá acesso à via Ápia na favela da Rocinha. Passagens como esta iluminadas por energia elétrica, dão acesso a seções internas e levam a bifurcações que se conectam a outros caminhos.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 11 de agosto de 2016.

Figura 24

Exemplo de escadaria íngreme que interliga inúmeros becos e vielas na favela da Rocinha, criando um ambiente labiríntico difícil de percorrer.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 11 de agosto de 2016.

Essa complexa rede de becos, vielas e escadarias interligadas conformam um complexo volumétrico difícil de cartografar. Por constituírem uma complexa rede de ruelas e becos estreitos, com inúmeros atalhos, os espaços segregados do Rio de Janeiro são parte de uma infraestrutura física que pode ser empregada a favor dos traficantes como obstáculo à penetração dos policiais que se infiltram na favela. Em visita à favela da Rocinha, em agosto de 2016, verificamos como essa rede labiríntica é de suma importância para os grupos de traficantes. Mesmo numa favela que já conta com a UPP, o tráfico de drogas continua monitorando os acessos e até mesmo exercendo certo controle sobre algumas rotas a partir dos becos e vielas que configuram a rede urbana da favela.

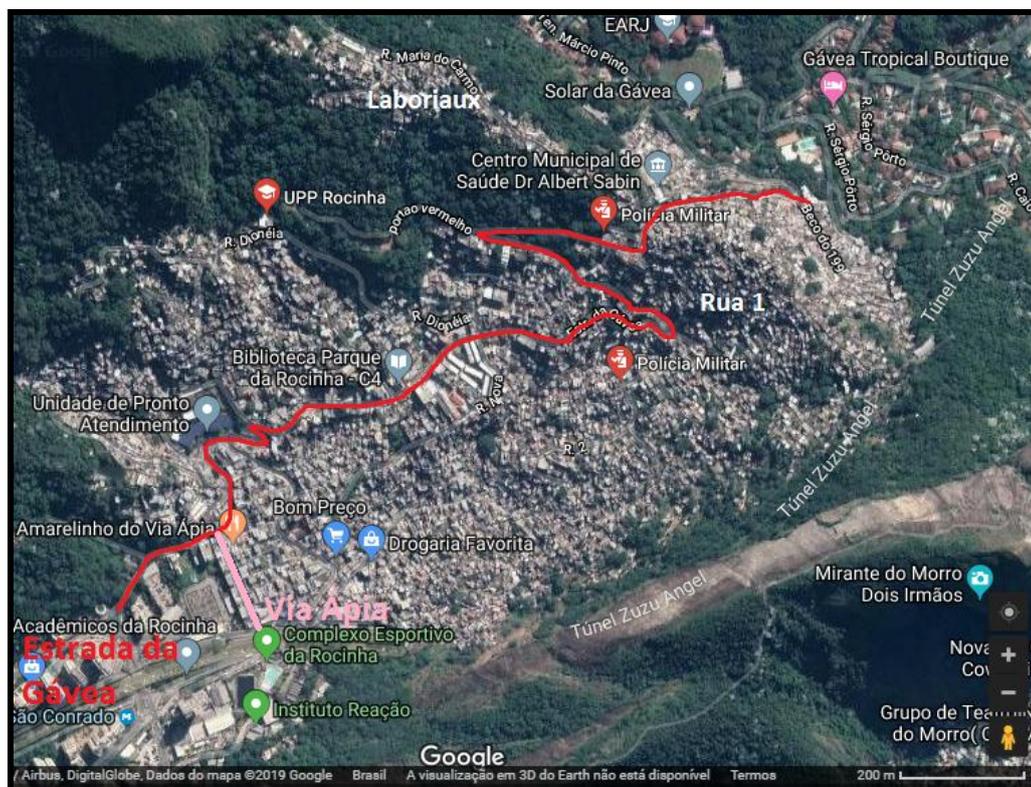
Com a instalação das UPPs e a chegada das milícias, que em algumas situações estão associadas à presença das UPPs, grupos de traficantes têm sido forçados a dividir o controle dos territórios sobre os quais antes reinavam absolutos.

Em algumas áreas é possível notar uma aparente divisão do território da favela entre a atividade do tráfico e a polícia. Na Rocinha, em particular, cabe à polícia o controle da via principal – a estrada da Gávea – e as duas entradas, uma na parte baixa da grande área comercial da Rocinha, que conecta a favela ao bairro de São Conrado, e a outra no alto, pelo

Laboriaux, além do controle de algumas áreas da favela, onde estão localizadas a UPP e duas bases militares. A Rua 1 bem como becos e vielas, suas adjacências e as franjas urbanas que delimitam o território da Rocinha permanecem sob controle do tráfico, sendo para a polícia quase um suicídio se afastar do traçado principal (estrada da Gávea) e entrar em becos no interior da favela (ver Figura 25).

Figura 25

Favela da Rocinha, Rio de Janeiro



Fonte: Imagem espacial adaptada do *Google Maps*.

A favela foi nitidamente subdivida em territórios fragmentados que coexistem em função de estarem em níveis topográficos e volumétricos distintos. O narcotráfico assegura, por exemplo, o controle da Rua 1, o mais importante bastião do tráfico local, mantendo, com apoio dos olheiros, uma complexa logística de controle de vielas e becos, para, assim, assegurar o controle do volume político vital ao tráfico de drogas. Deve-se levar em consideração, ainda, que numa favela de grande extensão territorial como a da Rocinha pode haver mais de uma facção operante, cada uma apoiando-se em suporte volumétrico distinto para garantir o acesso a certos recursos. A territorialidade do tráfico pode alterar-se, mas seu “centro nervoso” irriga inúmeras vielas e becos, assegurando, pela lógica volumétrica, o

controle territorial de fluxos constantes em detrimento da presença da polícia, que se fixa em outro estrato espacial.

Enquanto os policiais são vistos circulando pelas principais vias da favela, os grupos de traficantes permanecem operantes nas franjas territoriais ou na profundidade territorial constituída, em aspecto físico, por vielas e becos estreitos, que conformam, pelo controle volumétrico flexível, um importante dispositivo de defesa. Ao se referir à ação da polícia na favela da Rocinha e no morro Santa Marta, o carioca chama de *ratos* os grupos de traficantes em constante fuga e de *gato* a polícia em sua ação de perseguição, em referência a uma espécie de dinâmica territorial de perseguição entre gato e rato, pode-se dizer. Isso reflete a aparente ideia de que esses grupos não exercem controle territorial, o que não é verdade. Os grupos de traficantes continuam atuando com o suporte da favela, mas a partir de uma lógica territorial flexível, que requer, ao invés do controle zonal e/ou reticular fixo e estático dos limites e de suas redes, isto é, de postos-chave, o controle de volumes flexíveis. Os grupos podem exercer, assim, em determinados pontos da favela, certo controle territorial efetivo, mas sua territorialidade se expressa, de fato, pelo aspecto flexível e elástico, mudando de lugar a todo instante, a depender das circunstâncias.

Tal controle é efetivo por se apoiar em dispositivos de segurança ópticos de vigilância que contam com o apoio de (alguns) moradores. Esses moradores são em certas situações os olhos de traficantes. Podem monitorar atividades suspeitas e até mesmo assumir um papel mais ativo na segurança e na rede de informação do grupo, realizando diferentes tarefas. Um eficiente mecanismo de controle espacial baseado no monitoramento disperso e “invisível” quando não se tem conhecimento de quais pessoas ou grupos de fato são os vigias ou não se sabe quais deles estão cumprindo a função de monitorar.

Talvez o exemplo mais impressionante da forma como a militarização das favelas pelos grupos de tráfico de drogas nos anos 1980-90 apropriou-se da urbanização como uma condição física previa para a instalação de dispositivos de segurança seja o caso da verticalização de favelas como a da Rocinha, onde é comum pequenos prédios de quatro ou cinco andares definirem a paisagem.

[...] Apesar de as condições de vida variarem na maioria das novecentas favelas do Rio de Janeiro, sabe-se que os frágeis barracos têm sido continuamente substituídos por casas de alvenaria. As favelas estão subindo os morros ou se espalhando pela região metropolitana do Rio, deixando para trás a condição característica propriamente dita, ou seja, de um bairro formado apenas por barracos de papelão ou

madeira. Essas casas são fortes para suportar uma laje, sobre a qual outras casas podem ser construídas. [...] (ALVES & EVANSON, 2014, p. 3).

Como os autores citados acima assinalam, a laje teria se tornado um símbolo da estabilidade das favelas: além de propiciar renda extra ao proprietário do imóvel, por meio do aluguel, constitui um espaço de socialização das comunidades, mitigando de certa forma a carência de equipamentos sociais de recreação e lazer. É na laje que o favelado toma banho de sol e faz seu churrasco e a criançada solta pipa. Mas a laje também é ponto de observação dos olheiros do tráfico, normalmente crianças, que têm a incumbência de avisar os demais traficantes da facção da chegada de policiais ou rivais, utilizando, para esse fim, a tática de recolher as pipas ou soltar foguetes para alertar a facção sobre a presença de intrusos em seu território.

Com a construção de casas com vários pavimentos e de pequenos edifícios em favelas, o espaço de batalha ganharia em complexidade volumétrica, num terreno já caracterizado pela fisionomia labiríntica de becos e vielas. Nesse ambiente, o suporte físico associa-se a laços de proximidade e a canais de informação locais, sem os quais o controle territorial dos grupos de traficantes não teria a mesma efetividade. Embora a maior parte dos moradores não possua relação direta com os traficantes, ou tal relação seja forçada, implícita ou explicitamente, a rede de informação perpassa, contudo, por certos moradores que, mesmo não estando diretamente associados à quadrilha, colaboram com o canal de informação do grupo.

Ilustrativo de tais formas de associação de moradores aos grupos ilegais era o esquema montado por Marcinho VP. No morro Santa Marta, por exemplo, nos anos 1990 o grupo de Marcinho VP ficava muito próximo da “cidade do asfalto”, como os cariocas chamam a cidade legal. Em outras palavras, eles não permaneciam entocados no interior da favela, como normalmente se imagina. No largo do Cantão o grupo de Marcinho VP circulava armado com relativa tranquilidade, embora estivessem próximos de uma via movimentada do bairro de Botafogo e, ainda, próximos de uma base da polícia militar. Foi precisamente nesse lugar que Marcinho VP instalou um *bunker* de espionagem camuflado em birosca, com dupla função, vigilância e venda de salgadinhos e bebidas, localizado estrategicamente num ponto onde se podiam monitorar todos os fluxos vindos da rua Jupira, de baixo de vigilância atenta da

própria mãe “adotiva”⁷⁰ de Marcinho VP: de fato, uma extensão de seus olhos na favela (ver BARCELLOS, 2003).

Pelo Cantão o acesso à parte alta da favela é somente possível percorrendo escadarias e vielas estreitas que irrigam o interior da favela, com um incontável número de caminhos em ziguezague, formando uma emaranhada rede de trajetos. Era exatamente a partir da parte baixa que a mãe adotiva de Marcinho VP “[...] exercia a função de peneira dos clientes da boca, sempre de forma discreta. Deixava passar livremente os mais assíduos. Quando desconfiava de alguém, cochichava com o homem que estivesse mais perto” (BARCELLOS, 2003, p. 330) e enviava alguém atrás do suspeito. Com sua “mãe” na birosca, era impossível algum infiltrado subir a favela sem despertar suspeita, por uma lógica muito simples: a outra passagem era pela escadaria, onde, ainda hoje, fica o posto do II Batalha de Polícia. E, caso a polícia, que fica a menos de 100 metros de distância do Cantão, resolvesse se infiltrar, bons olheiros deveriam avisar de sua aproximação, dando tempo para que os homens de Marcinho VP sumissem num piscar de olhos (ver Figuras 26, 27, 28, 29, 30 e 31, p. 190-192).

A **Figura 26** (à direita) mostra uma imagem da favela Santa Marta (retirada do Google Maps), em que se pode localizar o largo do Cantão e o II Batalhão de Polícia do Rio de Janeiro. Da imagem pode-se ter uma ideia da proximidade entre a posição dos traficantes, situados no largo do Cantão, e da base da Polícia Militar, a menos de 100 metros de distância.



⁷⁰ Essa mulher não era propriamente a mãe adotiva de Marcinho VP, mas uma “segunda” mãe, por afeto, que havia acolhido Marcinho VP. O marido havia sido assaltante de bancos, e ela, uma figura associada ao mundo do crime, conhecida em Santa Marta por ser a rainha da desconfiança, os olhos de Marcinho VP na favela e sua conselheira, a quem Marcinho VP tinha muito apreço.



As **Figuras 27** e **28** (à esquerda) mostram a antiga birosca da mãe adotiva de Marcinho VP, utilizada pelo tráfico como um posto de monitoramento. Na imagem de baixo (**Figura 28**), feita de dentro da birosca, temos a visão que a mãe adotiva de Marcinho VP tinha do largo do Cantão. Na pedra à frente pode-se notar, ainda, a inscrição CV (Comando Vermelho) em cor amarela.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 04 de abril de 2017.

Na **Figura 29** (à esquerda abaixo) tem-se a imagem de uma escadaria que dá acesso ao morro Santa Marta, localizada exatamente em cima da “ex-birosca do tráfico”. Para ter acesso a ela é preciso, ainda hoje, passar pelo Cantão e contornar a birosca. Ao fazer essa rota, dava-se de cara com homens armados na seção superior que ficavam sentados no murinho, justamente na posição em que encontro na **Figura 30** (à direita abaixo), com o fuzil encostado no muro ou jogado entres as pernas, de olhos atentos para o Cantão e para a rua Jupira. Da seção superior da escada os homens de Marcinho VP tinham uma posição de tiro privilegiada, com vista panorâmica capaz de abranger todo o largo do Cantão. Posicionados ali, podiam atingir facilmente grupos rivais ou policiais que se aproximassem pela rua Jupira.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 04 de abril de 2017.



Na **Figura 31** (à esquerda), poucos metros à frente ficavam os homens de Marcinho VP reunidos. Hoje o lugar é uma área onde se realiza um forró. Como se pode notar, era comum, em tempos de calma, que os homens de Marcinho VP ficassem situados próximo à base do morro, tendo um dispositivo de segurança que fazia uso da birosca e das vias de acesso, com homens distribuídos em locais estratégicos, para assegurar o controle sobre o morro e garantir a segurança do grupo.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 04 de abril de 2017.

Controlando os acessos esquina por esquina, beco por beco, exerce-se um controle volumétrico do terreno, de cima para baixo, em cenários que para o campo de visão são, quase sempre, estreitos e curtos. Um cenário tridimensional que se desdobra mediante perspectivas visuais de controle em espaços labirínticos. Por isso, torna-se importante aos traficantes de drogas ilícitas disporem de homens em lugares estratégicos para cobrir todas as rotas o quanto for possível, assegurando, assim, o controle volumétrico do terreno.

A isso se prestam os “soldados” do tráfico bem armados com metralhadoras e fuzis automáticos, granadas e explosivos, que ficam na contenção caso algum inimigo entre no território. Outro grupo compõe-se de meninos mais jovens, que ficam como olheiros. Esse grupo de jovens rapazes também pode ser conhecido como “falcões do tráfico”, que têm a incumbência de alertar os companheiros da entrada de inimigos. Para isso, ainda hoje, de forma inofensiva, eles utilizam foguetes e rojões ou mesmo pipas, que ficam sobrevoando o céu e, uma vez recolhidos, indicam a entrada de intrusos.

Mas policiais corruptos, facilmente propensos ao suborno pago pelos traficantes, também oferecem uma primeira linha de defesa. Na Rocinha, no período em que Nem “governou” (até novembro de 2011, quando foi preso), seu grupo havia montado um aperfeiçoado esquema de defesa, que consistia em obter informação privilegiada da polícia, que lhes apontava o local da ação de grupos rivais ou incursões da própria polícia. O esquema de contrainformação de Nem também funcionava como um cordão de isolamento em volta da favela. Isso, obviamente, não significa que os mencionados policiais se engajariam em luta armada para defender os traficantes da Rocinha contra invasão de outra facção: sua função era tão somente de informar aos homens comandados por Nem se havia sinal de algum grupo de fora se aproximando da favela. Para isso, cerca de oito ou mais viaturas da polícia, duas ou três entre a estrada da Gávea e o alto da Rocinha e cinco ou seis próximo à entrada da favela, estavam ali para outros fins que não o de coibir o tráfico (ver GLENNY, 2016).

Na matriz territorial produzida pelo tráfico no controle de uma favela, a quadrilha apropria-se de uma complexa rede de becos, vielas e escadarias interligadas, que conforma, nesse aspecto, uma cartografia de volumes empregada a favor dos traficantes. A tipologia labiríntica e a topografia acentuada de muitas favelas do Rio de Janeiro são aproveitadas para impedir ou dificultar a penetração de policiais ou grupos rivais que se infiltram na favela. Como território estratégico para as ações do tráfico de drogas ilícitas, os morros cariocas são mais do que o resultado residual do processo de segregação espacial. Os morros constituem

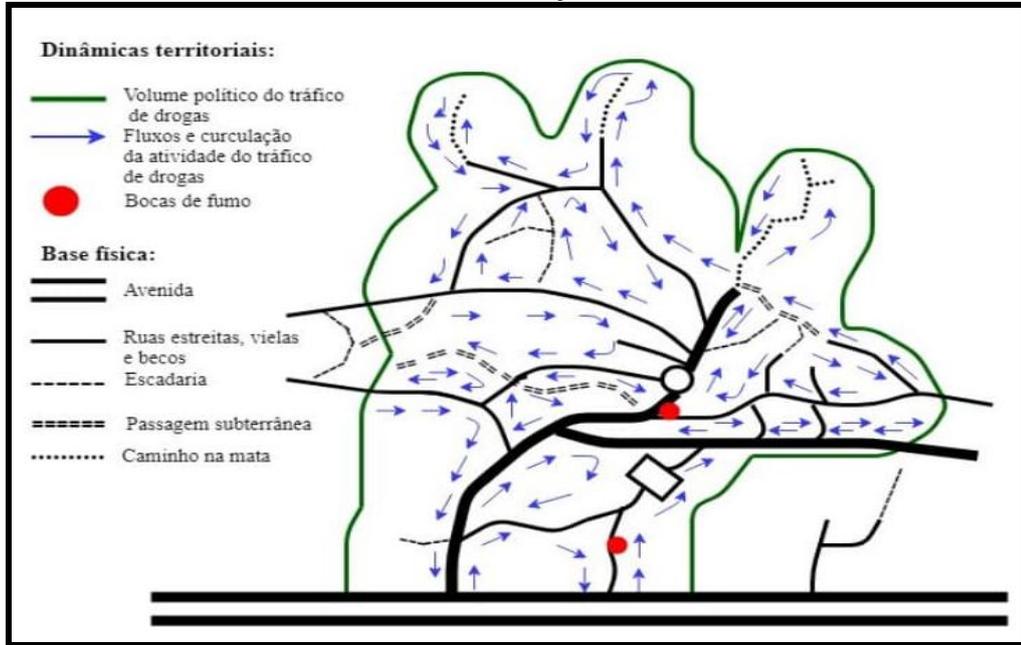
um espaço que foi militarizado pela presença dos traficantes e, posteriormente, pela polícia, com a instalação das UPPs. São espaços segregados que oferecem condições físicas e sociais – isto é, um meio social, mas também topográfico – para a ação de traficantes. O aspecto “novo” da geopolítica da favela é que as formas de controle territorial do tráfico e as da polícia convivem, hoje, num mesmo território, por sobreposições de ordem de escala e rearranjos, ocasionando um controle territorial mais flexível.

Mudanças territoriais nos espaços segregados com a chegada das UPPs podem ser mais bem ilustradas espacialmente no esquema abaixo, cuja territorialidade do tráfico de drogas ilícitas é apresentada dinamicamente, adaptando-se à nova configuração territorial com a entrada das UPPs. As quatro situações descritas sobre uma base física de suposta favela de dimensões pequenas correspondem a esquemas “fotográficos” que mostram nas três primeiras situações encolhimento e anulação temporária do território do tráfico de drogas por conta de incursões armadas que podem ser de policiais, de grupos formados por milicianos ou de grupos de traficantes rivais. A última situação, por sua vez, reflete um quadro em que o território do tráfico de drogas se acomoda à nova realidade de presença das UPPs, e a atividade destas últimas pode estar associada à ação de grupos milicianos, como já ocorreu na Rocinha, tendo a territorialidade dos traficantes de coexistir e dividir espacialmente o território num espaço sobre o qual antes tinham o controle exclusivo (ver Figuras 32, 33, 34 e 35, p. 195-196).

Figura 32

Mudanças Territoriais nos Espaços Segregados Controlados pelo Tráfico de Drogas Ilícitas com a Chegada das UPPs

Situação 1

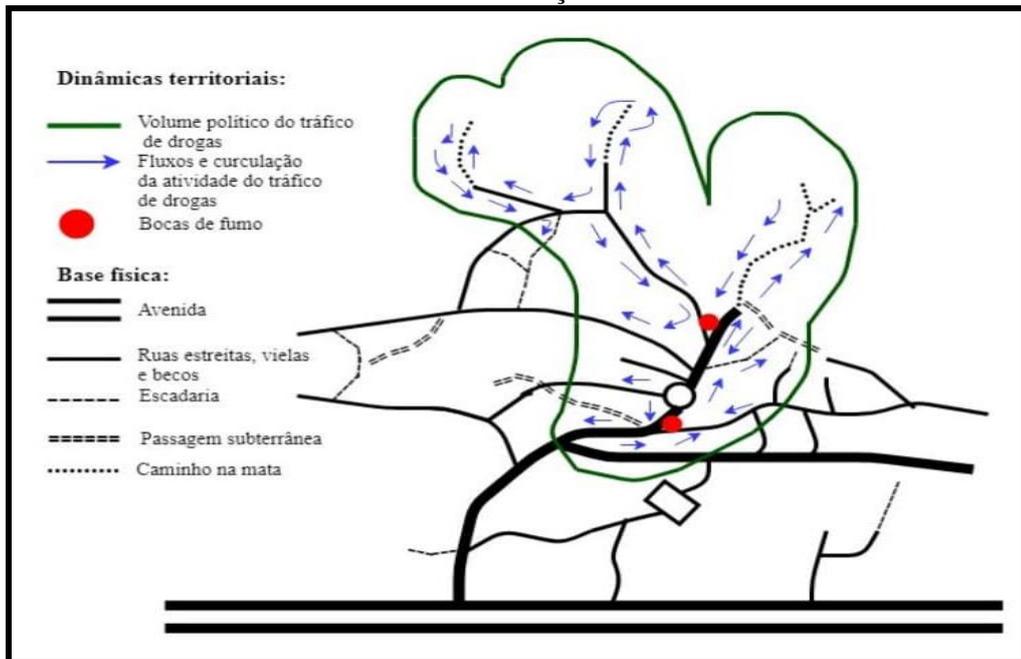


Márcio José Mendonça / Arte digital: Marcelo Henrique de Souza

Figura 33

Mudanças Territoriais nos Espaços Segregados Controlados pelo Tráfico de Drogas Ilícitas com a Chegada das UPPs

Situação 2

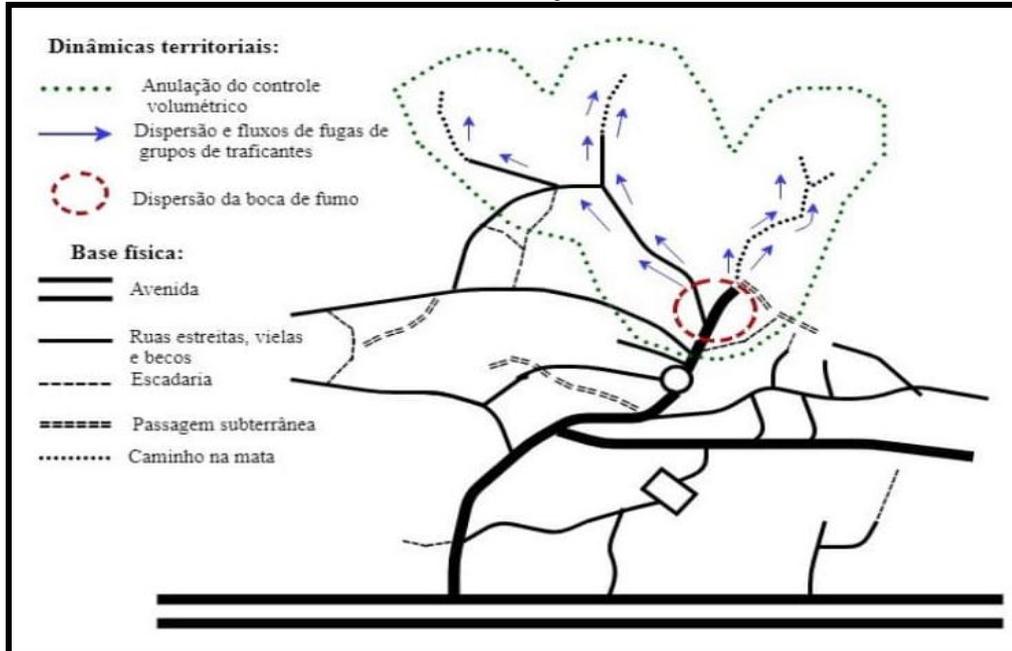


Márcio José Mendonça / Arte digital: Marcelo Henrique de Souza

Figura 34

Mudanças Territoriais nos Espaços Segregados Controlados pelo Tráfico de Drogas Ilícitas com a Chegada das UPPs

Situação 3

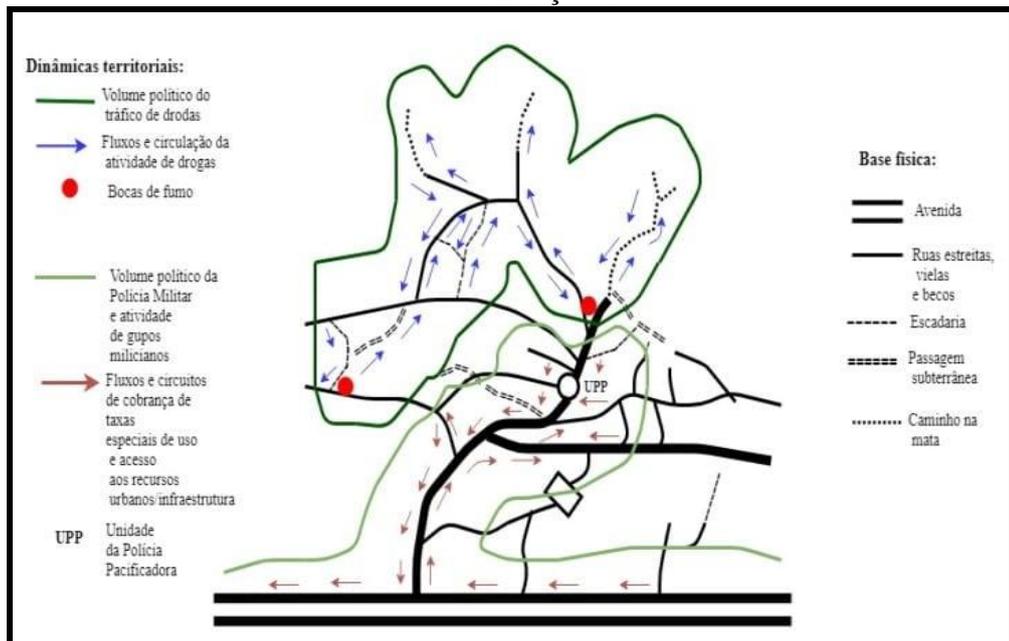


Márcio José Mendonça / Arte digital: Marcelo Henrique de Souza

Figura 35

Mudanças Territoriais nos Espaços Segregados Controlados pelo Tráfico de Drogas Ilícitas com a Chegada das UPPs

Situação 4



Márcio José Mendonça / Arte digital: Marcelo Henrique de Souza

A dimensão territorial da atividade do tráfico de drogas, dos anos 1980-90, que conformava, assim, uma espécie de “arranjo espacial”, formado por anéis cilíndricos, justapostos e expressos pela “divisão do trabalho” entre membros da quadrilha, que refletem a ordem espacial volumétrica de controle (constituída espacialmente ao longo do gradiente topográfico pela composição de uma estrutura funcional do tráfico de varejo, pelos “olheiros”, “soldados”, “gerentes”, “dono do morro” etc., cada qual desempenhando um papel mais específico no plano volumétrico), associada à geografia de uma dada favela não faz mais sentido em muitas favelas “pacificadas”, onde se instalou a Unidade da Polícia Pacificadora (UPP).

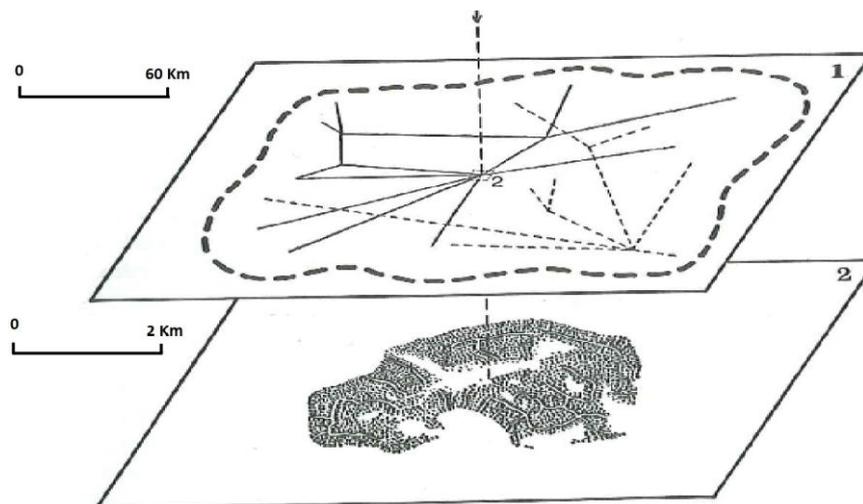
O modelo territorial do tráfico de drogas, que consiste no controle de uma área vital, de feição espacial/areolar, amparado no controle das áreas, tem-se esmiuçado numa fragmentada e flexível ordem territorial volumétrica de territórios sobrepostos e complexos, em que a lógica zonal (controle da área) ou reticular (controle da rede) não dá conta de sua compreensão⁷¹. Suas fronteiras, marcadas por lugares mais ou menos estáticos, definidos por um equilíbrio através de fronteiras lineares e fixas, têm-se tornado mais instáveis e elásticas. Verdadeiras linhas temporárias móveis, que tanto podem ser ativadas como desativadas e se expandem e se encolhem de acordo com a sinergia do modelo e das forças em interação.

O território da atividade do tráfico de drogas ilícitas pode perfeitamente ser esboçado em rede no que se refere à organização espacial de seu mercado e como uma base territorial contínua quando se trata de uma favela territorializada por uma organização do tráfico de drogas. Contudo, a sobreposição de territórios volumétricos de grupos de traficantes e grupos milicianos e por conta da territorialização da polícia via a instalação das UPPs nos espaços segregados criou diferentes circuitos que coexistem e agregam mais complexidade volumétrica, já que não se trata só do controle de áreas ou redes, mas de assegurar o controle do volume do espaço. O modelo espacial idealizado por Souza (2009) mostra justamente essas duas formas de organização territorial: uma em rede, cujo território é descontínuo, e uma em área, cujo território é contínuo (ver Figura 36, p. 198). A esse modelo podemos acrescentar novas complexidades para melhor entender sua dimensão espacial.

⁷¹ Para mais detalhes sobre as concepções de território-zonal e de território-rede, ver Souza (2009) e Haesbaert (2007).

Figura 36

Duas Escalas do Tráfico de Drogas em uma Metr6pole
segundo Marcelo Lopes de Souza



- 1** Territ6rios descont6nuos (organiza76o do tr6fico de drogas disputando o mesmo mercado)
 -- 6rea de influ6ncia (mercado consumidor) em disputa
2 Territ6rio cont6nuo (favela territorializada por uma organiza76o do tr6fico de drogas)

Fonte: Souza, *O territ6rio: sobre espa76o e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: C6rrea; Gomes; Castro (Orgs.). **Geografia – conceitos e temas**. 2009, p. 95.

No modelo que desenvolvemos, em vez de enfocarmos a dimens6o territorial descont6nuo (em forma de rede) ou, de forma mais restrita, a dimens6o cont6nuo do territ6rio (em forma de 6rea), destacamos a sobreposi76o dos diferentes territ6rios, dando 6nfase ao seu componente volum6trico. O modelo evidencia, assim, o cont6uido volum6trico do controle territorial com base no componente tridimensional do volume pol6tico, que se baseia nas perspectivas da horizontalidade e da verticalidade. Estas se inter cruzam, criando um holograma territorial que pode ser subdivido em estratos ou camadas espaciais, tal como o modelo expressa a sobreposi76o de territ6rios de grupos de traficantes, de milicianos e da pol6cia com a territorializa76o via instala76o das UPPs. Dessa forma, o volume pol6tico leva em considera76o a no76o de vigil6ncia e o componente militar no controle do espa76o, entre outros fatores, que configuram diferentes n6veis ou camadas de acordo com o equipamento, ve6culo ou armamento usado para assegurar o controle do territ6rio.

Sendo assim, o territ6rio volum6trico de grupos de traficantes se apoia preferencialmente em no76es horizontais (isto 6, na superf6cie territorial) e em profundidas territoriais (isto 6, esconderijos e passagens subterr6neas que existem em favelas e bairros

segregados). Mas é um equívoco achar que o território do tráfico de drogas ilícitas não possui uma dimensão vertical, alegando que traficantes, diferentes da polícia, não dispõem de helicópteros. A topografia inclinada de muitas favelas onde traficantes estão territorializados fornece um componente vertical quando o morro apresenta um elemento panóptico “praticamente” natural, que ajuda a vigiar o território de cima para baixo. Nesse sentido, vielas e becos estreitos, mas também passagens subterrâneas, associadas ao perfil vertical de favelas como Santa Marta e Rocinha, oferecem condições físicas e urbanas, por conta das inúmeras vielas e becos, para um efetivo controle volumétrico do espaço.

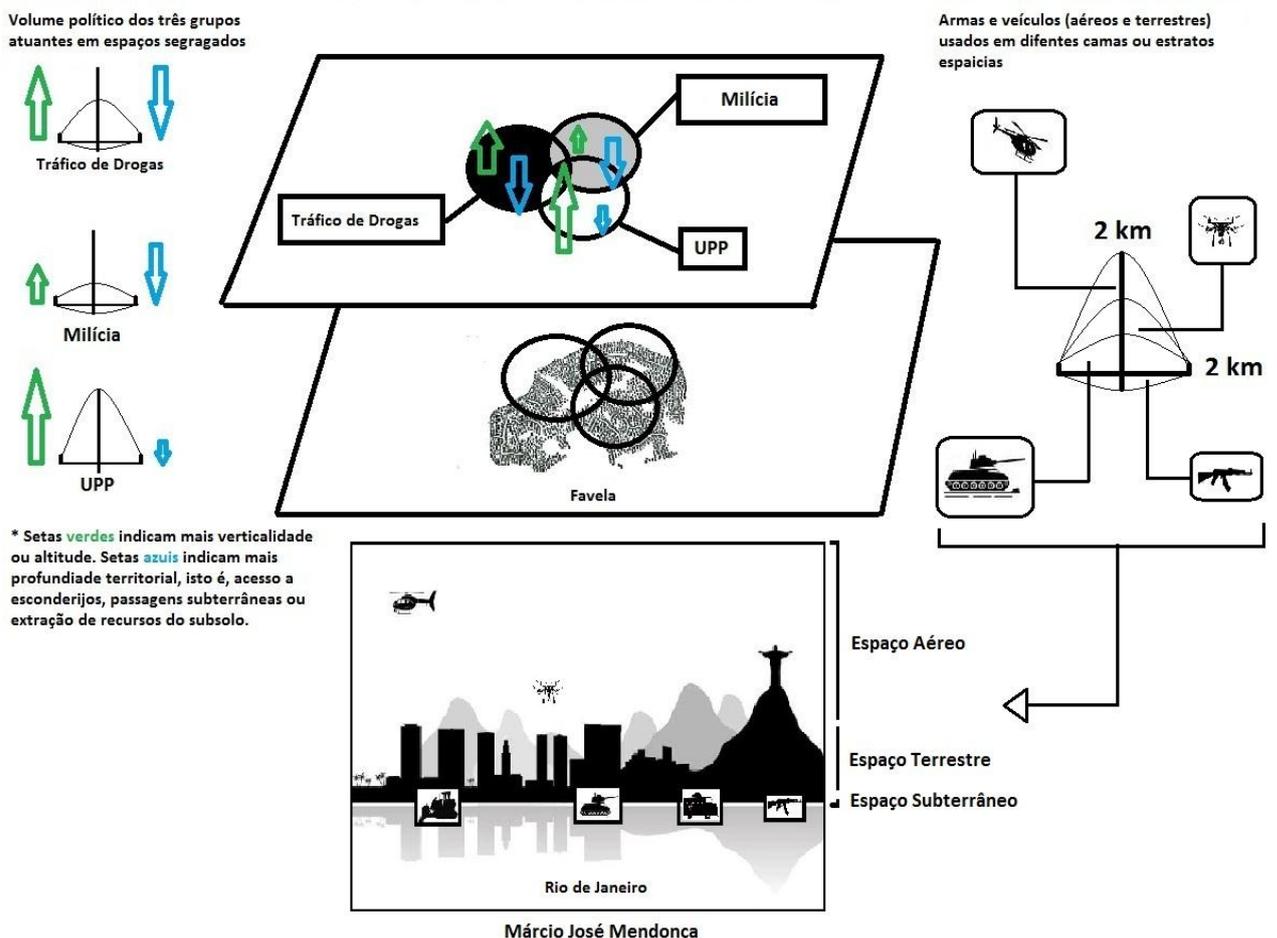
As milícias, por sua vez, também se baseiam preferencialmente na perspectiva horizontal, já que estão territorializadas especialmente na Baixada Fluminense e em áreas que não são verticalizadas, diferentemente do que ocorre com as favelas verticalizadas do Rio de Janeiro. Embora atuem algumas vezes diretamente associadas a policiais ligados às UPPs, as milícias não contam com helicópteros, por isso sua capacidade de controle vertical é pequena, sendo nula no espaço aéreo. Porém, ao confiscar o lençol freático e dele se apropriar para extrair água, o mesmo procedendo com relação ao próprio solo, do qual se serve para extrair barro e areia no uso da atividade de construção civil, o grupo apresenta uma verticalidade que atinge não propriamente o espaço aéreo, mas o subsolo, constituindo uma dimensão espacial subterrânea de controle de um território a que nenhum dos outros grupos tem acesso.

No que diz respeito à presença dos policiais em territórios antes dominados por traficantes, as UPPs criaram uma complexidade territorial panóptica, na medida em que estão situadas em territórios-chave da favela, normalmente em áreas verticalizadas ou nos topos de morros quando se trata de favelas verticalizadas e próximas das principais vias de acesso. Além do controle físico do espaço urbano e dos fluxos das principais vias, obtido, de certa forma, graças à instalação da base militar e de pontos de checagem, o apoio de helicópteros e drones permite um efetivo controle do espaço aéreo. Entretanto, esse controle não necessariamente anula a dimensão territorial da atividade de grupos de traficantes, que atuam de forma mais dinâmica e elástica, expandindo e encolhendo seu território de acordo com as sinergias e relações de força. Os policiais exercem de forma mais efetiva o controle sobre áreas e vias mais largas, onde a circulação é mais fácil: mesmo quando penetraram em vias mais estreitas, não permanecem aí por muito tempo, tampouco marcam presença nessas vias à noite, dado o risco de uma emboscada.

Essa dinâmica territorial, que reúne pelo menos três componentes ou atores volumétricos, revela a complexidade territorial e evidencia que a existência do volume político nos permite questionar concepções e formas territoriais mais tradicionais, que concebem o espaço como território em disputa dos diferentes grupos que coexistem operando ora mais territorializados com apoio de um suporte fixo, ora de forma mais elástica modelando o território a partir de suas sinergias. Ao conceber o território como um volume em vez de uma superfície, cujas dinâmicas territoriais não são apenas fluxos ou fronteiras bem definidas, mas se dão por camadas ou estratos espaciais diferentes conjugados a um comportamento espacial no substrato urbano cujo emprego de armas e de veículos terrestres e/ou aéreos é fundamental para sua compreensão, o volume político permite um entendimento mais amplo e relevante, que não fica restrito a dimensão horizontal da cartografia ou dos modelos mais tradicionais (ver Figura 37).

Figura 37

Sobreposição e Perfil Volumétrico dos Três Principais Grupos Operantes em Espaços Segregados no Rio de Janeiro



Do modelo de análise proposto com estratos espaciais que dividem zonas de ação e usos de armamento na organização do espaço volumétrico é relevante ainda destacar algumas particularidades territoriais. Em primeiro lugar no que cabe à funcionalidade espacial, é importante levar em conta que o território do tráfico de drogas ilícitas pode se desfazer momentaneamente sem que isso implique perda de referenciais socioculturais e dos vínculos territoriais com o espaço. Trata-se, com efeito, de uma qualidade que denota uma estratégia de comportamento temporal e adota ao extremo uma concepção de “território flutuante”, de aspecto flexível e de essência sazonal, que pode aparecer e desaparecer ou mesmo se reinventar, a depender das circunstâncias e das dinâmicas em interação no espaço. Dessa forma, uma quadrilha que exerce o controle sobre uma favela pode, por pressão da polícia ou por investida de algum grupo rival, vir a ser forçada a recuar, a fim de reorganizar suas forças para defender o território. Contudo, isso não significa, em suma, que ela tenha sido desterritorializada em absoluto. Na verdade, essa manobra pode significar uma estratégia ou até mesmo um comportamento correspondente aos modos operantes da territorialidade do tráfico de agir de maneira mais flexível, apresentando, assim, maior mobilidade territorial.

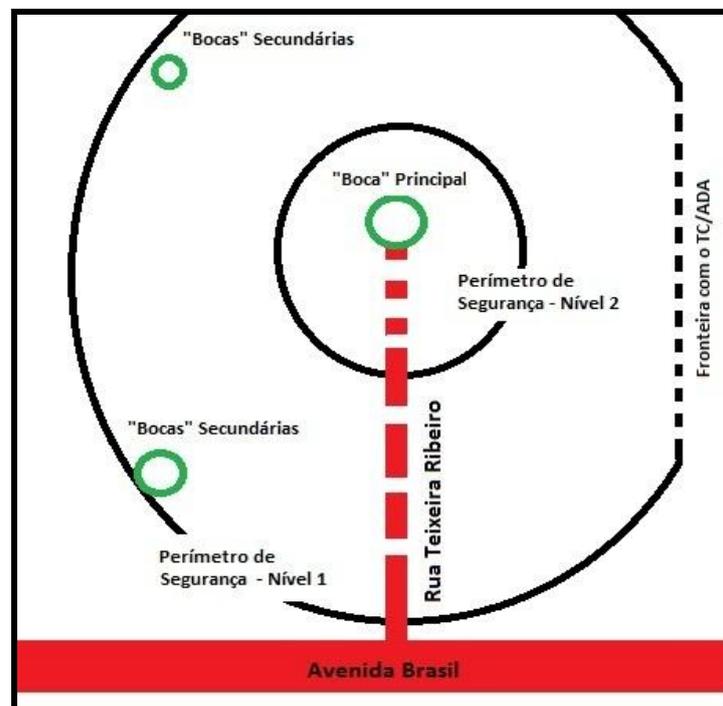
Uma quadrilha, diante de um ataque de um grupo invasor, prevendo muitas baixas ou uma derrota eminente, pode recuar para um determinado setor da favela que topograficamente lhe favorece, para que consiga reunir forças na tentativa de tirar vantagem do terreno, isto é, de um volume político, ainda que isso signifique ceder momentaneamente parte de seu território ao inimigo. Faz parte dessa estratégia deslocar as “bocas de fumo” para outras áreas, evitando que a droga seja capturada pelo inimigo, ao mesmo tempo em que mantém para a facção, apesar da situação de litígio, a rotatividade de lucro pela venda da droga. Deve-se considerar também que moradores que dão suporte ou são associados à quadrilha local ainda permanecem, caso não sejam expulsos, como os olhos da quadrilha local, podendo, inclusive, fornecer informações de dentro da favela ou até mesmo ajudar na retomada do território.

Se optar por defender suas posições para não perder o controle do território, a facção territorializada pode expandir o perímetro de segurança, ocupando pontos estratégicos que dão acesso ao interior da favela. Essa estratégia é adotada por traficantes (do Comando Vermelho) da favela da Maré, no Rio de Janeiro, onde podemos identificar pelo menos dois perímetros de segurança: um mais externo, que margeia a avenida Brasil e garante a segurança das bocas de fumo secundárias ou mais próximas da avenida feita de forma menos ostensiva e com homens usando armas de menor calibre, como pistolas: outro com nível de

segurança mais interno e ostensivo, com traficantes usando metralhadoras automáticas e com apoio de motocicletas para garantir a segurança da boca de fumo principal e dos altos escalões da facção, em que o controle dos fluxos e de quem circula pela favela é mais intenso nas seções internas da favela (ver Figura 38). Em situação de ameaça o Comando Vermelho, por exemplo, o faz contando com apoio de outros grupos (vindos do Complexo do Alemão, Jacaré, Manguinhos etc.), para impedir a entrada de uma facção rival. Esse inchaço territorial como efeito de dissuasão pode durar horas ou dias, o tempo que for necessário para repelir o inimigo.

Figura 38

Exemplo de Territorialidade do Comando Vermelho na Favela da Maré



TC (Terceiro Comando) / ADA (Amigos dos Amigos).

Diante de uma invasão policial a quadrilha local pode simplesmente fugir ou se esconder dentro da favela até que a retirada dos policiais possibilite o retorno às atividades e o restabelecimento do território de forma quase que imediata. Nesse caso, a dinâmica de organização territorial de grupos de traficantes se processa de forma sincronizada quando a polícia avança no território. Na favela da Maré, onde as incursões da polícia não têm por objetivo tomar o território do controle dos traficantes, muito por conta da dificuldade de manter um efetivo domínio da favela, o território, ao invés de sofrer um efeito de inchaço, se encolhe gradativamente, dando tempo para que os traficantes recolham as drogas e se

dispersem. A resistência imposta à invasão policial consiste numa manobra de retaguarda para retardar o avanço da polícia, garantindo, assim a fuga dos traficantes. Toda essa ação pode durar poucos minutos. Após a retirada dos policiais o território é restabelecido.

Esse tipo de comportamento comprova que a comunicação a serviço da atividade do tráfico de drogas não é menos imprescindível quando os inimigos são as forças policiais: para o exercício do poder, possuir uma boa rede de informação sempre foi, como destaca Raffestin (1993), fundamental para o controle do território. Como demonstra Glenny (2016), Nem, ex-dono da favela da Rocinha, tinha profunda consciência da importância do acesso a informação privilegiada. Ter acesso a determinada informação, em particular das centrais de investigação da polícia, era considerado de tamanha importância para a sobrevivência do grupo que Nem desenvolveu um complexo esquema de informação que operava por meio de uma extensa rede de suborno da polícia. Assim, ele ficava sabendo de investidas de quadrilhas rivais ou de operações da polícia na favela com antecedência. Nas áreas controladas pelo tráfico, essa afirmação é aplicada à risca, pois, além do suborno pago aos policiais e da colaboração de alguns moradores, os traficantes usam radiotransmissores e alto-falante de rádios comunitárias instalados em postes para se comunicarem de forma sincronizada com os comparsas em situações de emergência e assegurar, assim, o controle do volume político.

Tanto no esquema territorial tradicional quanto no novo arranjo volumétrico o “dono” do morro, como é conhecido o chefe da facção em favelas verticalizadas, muitas vezes assume a figura de um pequeno chefe de “Estado”, é o juiz e administrador de um “pequeno feudo”, que possui seus serviços e mantém sob seu controle todas as pessoas que moram na favela ou estão imersas no raio de influência mais direta da quadrilha. Ele também administra todas as finanças do tráfico, paga seus “funcionários” e os distribuidores que levam a droga até a favela. Parte do lucro é destinada a compra de armas para a manutenção do poder militar da quadrilha, assistência à população mais necessitada e às famílias de membros presos ou mortos em confronto com a polícia ou outros grupos rivais. Outra parte paga o suborno aos policiais.

Os gerentes permanecem como o braço direito do chefe e são responsáveis pela distribuição de droga nas bocas de fumo e de toda área onde a quadrilha atende seu público consumidor. Sua função principal é coadministrar as finanças do tráfico e prestar contas de venda da droga, garantindo, assim, que a droga seja entregue nos pontos certos. Aos subgerentes é cabível a responsabilidade de funcionamento rotineiro de uma pequena área,

que normalmente corresponde a um ponto de venda. A função de endolador fica a cargo de moças e rapazes que ficam com a tarefa de preparar a droga e “endolar” (enrolar) os papetes para a venda. Eles trabalham em casinhas e apartamentos conhecidos como centros de endolação e estão menos expostos à violência da polícia.

Mas a principal função, hoje, dos “soldados” encarregados da segurança do bando e defesa do território da quadrilha não é a defesa territorial, no sentido restrito de defesa de suas fronteiras, mas a garantia de controle de volumes elásticos e móveis. Os “soldados” não deixam de desempenhar, mesmo nos dias atuais, a função de segurança do chefe da facção – uma espécie de guarda pretoriana incumbida de protegê-lo – e de defender o grupo contra possíveis incursões da polícia, das milícias ou de quadrilhas rivais. Mas sua ação não consiste essencialmente na manutenção de um território fixo e estático, como era até há pouco tempo em muitas favelas do Rio de Janeiro.

O vapor, outra figura importante da estrutura do tráfico e que opera nas franjas da favela e em locais próximos das ruas do “asfalto”, que oferecem condições de automóveis circularem, facilitando a vida do consumidor, hoje é, em muitos casos, “irreconhecível” em meio à multidão. Os rapazes que se ocupam da tarefa assumem cada vez mais um comportamento difuso na distribuição da droga na cidade, por meio de um esquema de “pronta entrega”, em que o consumidor solicita a droga por telefone e o “funcionário” do tráfico leva a encomenda até a sua residência, normalmente usando uma moto para realizar várias entregas na cidade. Esses jovens são conhecidos, nesse caso, como “aviõezinhos”.

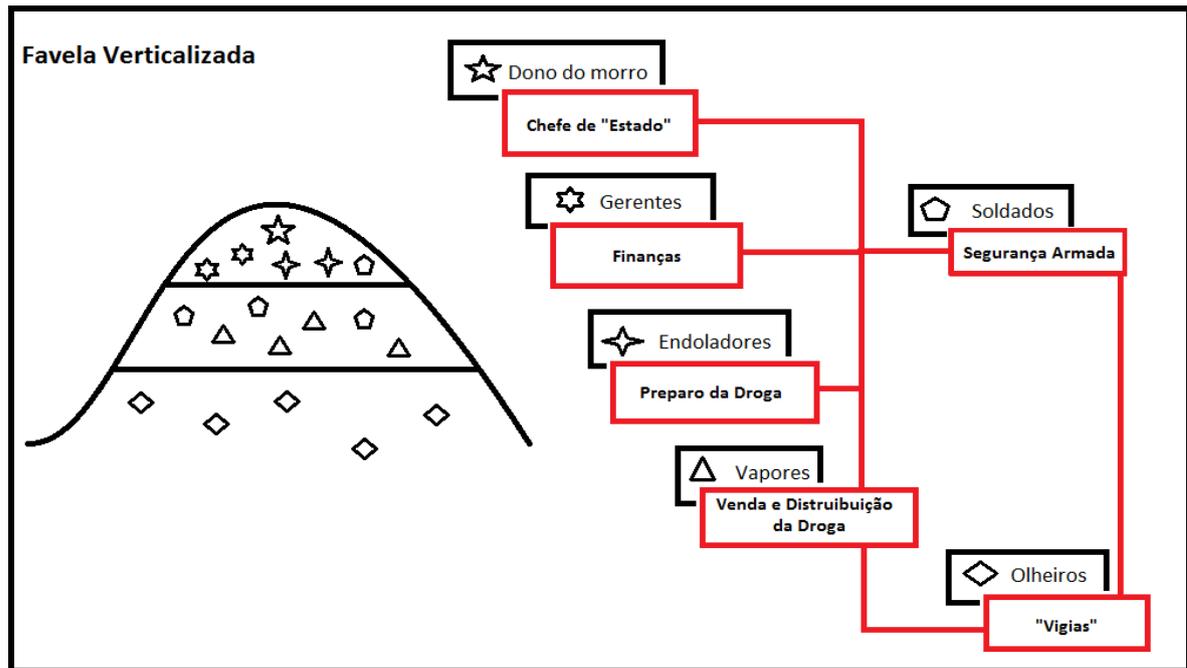
Os olheiros que se distribuem no interior da favela ou nas zonas de contato com a cidade legal são mais usados, em favelas como a Rocinha e Santa Marta, para monitorar e garantir a segurança do volume vital do tráfico, ao invés do controle dos limites da favela, função essa muito arriscada e desgastante. Seu papel é observar qualquer atividade estranha ou fora do normal que represente uma ameaça para o grupo, como a entrada de policiais ou de grupos rivais na favela. Todos, desde o chefe da facção ao olheiro, desempenham atividades conforme uma estrutura funcional do tráfico de drogas, cujo papel primordial é garantir a distribuição da droga no varejo⁷². O esquema abaixo mostra a distribuição de funções e a

⁷² As informações usadas para caracterizar a estrutura funcional do tráfico de drogas e os *modi operandi* de sua configuração territorial volumétrica, analisadas aqui, foram baseadas em trabalho de campo no Rio de Janeiro e Vitória, mas também em Soares (2000), Barcellos (2003), Amorim (2004, 2011), Machado (2005), Souza (2005, 2008b), Glenny (2016), no livro e documentário de MV Bill e Celso Athayde, *Falcão – meninos do tráfico*

hierarquia de membros do grupo conforme as camadas ou estratos espaciais a partir de um modelo ideal de favela verticalizada (ver Figura 39).

Figura 39

Funções e Hierarquia por Camadas Espaciais do Tráfico de Drogas em Tipo Ideal numa Favela Verticalizada



Márcio José Mendonça

Essa estrutura entra em total prontidão quando disputas por territórios entre as facções do tráfico ou milicianos estouram. A maioria dos combates ocorre durante a madrugada e sobre a cabeça dos moradores. “[...] No meio da fuzilaria, barracos se transformam em trincheiras, a luz é cortada ou os transformadores são detonados com explosivos [...]” (AMORIM, 2011, p. 220). Alguns moradores descem os morros e se acampam nas ruas de acesso à favela, esperando o fim do tiroteio. Passam a estocar água e alimentos, e os que moram nos pontos de litígio reforçam as paredes e janelas das casas, colocando portas de ferro ou uma dupla camada de cimento nas paredes. Esses sistemas defensivos podem, ainda, prover pontos de saída pelos fundos ou para outra casa, a serem utilizados em situações de emergência (AMORIM, 2011).

Durante os tiroteios o comércio é obrigado a baixar as portas e os moradores forçados a ficar em casa até que o tiroteio dê uma trégua. Segundo uma reportagem de Paula Bianchi, de 3 de julho de 2017, para o *UOL Notícias*, moradores de favelas como a Maré, uma das mais sujeitas a conflitos do Rio de Janeiro, por conta dos intensos tiroteios, estariam fortificando suas casas, construindo verdadeiros “*bunkers caseiros*” com paredes mais resistentes, feitas com paralelepípedos e portas de aço reforçadas (ver Figura 40). Segundo a reportagem, também há casos em que moradores estão vedando suas casas e, ao instalarem o aparelho de ar-condicionado, alojam-nos internamente para resistir à fuzilaria.

Figura 40

Comerciante da Maré, com medo de tiros, colocou em seu estabelecimento porta de metal e reforçou a parede com uma camada dupla de concreto.



Fonte: Foto de Carolina Farias para a reportagem de Paula Bianchi, ‘*Bunkers caseiros*’: moradores das favelas mais violentas do Rio fortificam casas contra tiroteios, no *UOL Notícias*, 3 de julho de 2017.

Contribuiu para o aumento da militarização dos espaços segregados de baixa renda a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criadas com o objetivo de ocupar as favelas e expulsar as facções do tráfico. Conseguiu, na verdade, a militarização extrema da vida urbana em bairros populares pelo uso da força. Legitimadas sob a fala do governo e da mídia hegemônica, as políticas de intervenção para recuperar territórios sob controle do tráfico de drogas, com a introdução das UPPs, não se dão dissociadas da difusão de metáforas de guerra (ou bélicas, como prefere Souza). Seu uso amplifica a sensação de insegurança ao engrossar um famigerado discurso que clama por intervenções violentas do Estado nas favelas (ver SOUZA, 2015).

Catalisado por esse discurso, o Estado tem se valido, para instalar as UPPs, da sensação de insegurança e medo expressa pelas classes privilegiadas. Tal sentimento serve para justificar grandes operações militares em áreas controladas pelos traficantes de drogas, invadidas por forças conjuntas da polícia (PM) e sua unidade especial, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Se necessário, contam também com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública, do Exército e da Marinha.

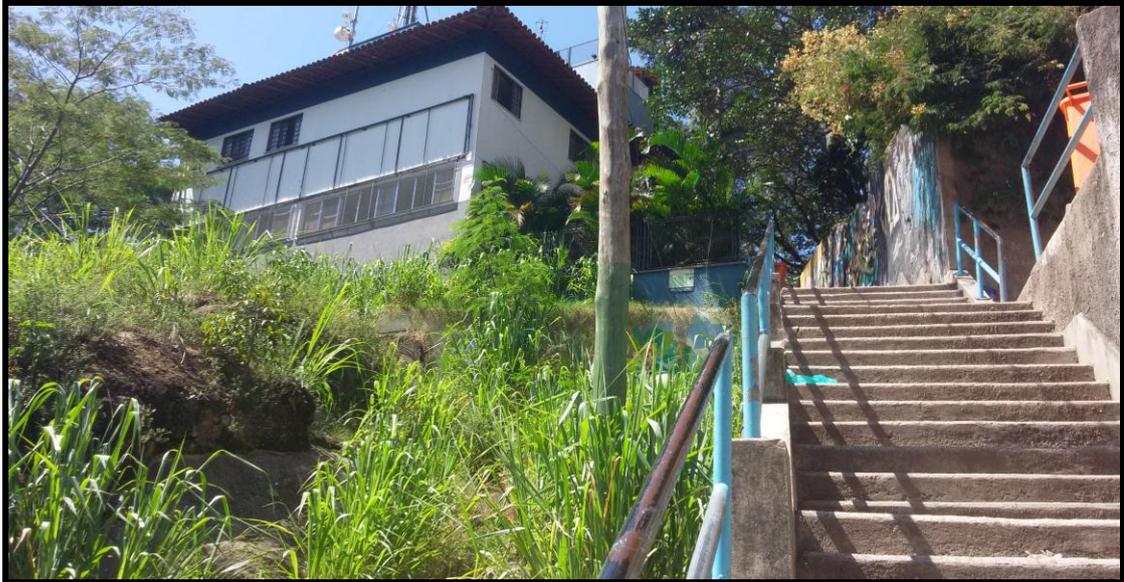
A primeira Unidade da Polícia Pacificadora instalada na favela de Santa Marta (ver Figuras 41 e 42, p. 207-208) inaugurou nesse ponto não só o início de uma nova política de combate ao tráfico de drogas, mas uma nova estratégia de guerra urbana com o objetivo não só de enfrentar os traficantes no próprio terreno, mas também criar uma ordem espacial configurando o espaço segregado como espaço de batalha, cujas ações policiais operam numa matriz volumétrica em ponto de tensão, mas também de relativo equilíbrio entre as forças policiais e os grupos de traficantes armados. É com esse objetivo que as UPPs podem ser vistas como objetos panópticos “estranhos” no meio em que foram implantadas, tentando reordenar o espaço para, assim, recriar um esquema de vigilância.

Na **Figura 41** (abaixo) vemos a UPP de Santa Marta instalada no pico do morro, o lugar mais alto da favela, justamente para exercer o controle de cima para baixo. Na **Figura 42** (à direita) vemos uma pequena guarita da polícia, atrás da base, justamente para proteger a retaguarda da UPP a partir de uma estrada que dá acesso hoje a veículos até o alto do morro. Destaca-se ainda nessa imagem uma pequena barricada de sacos de areia, que oferece proteção à guarita. No pico do morro nenhuma casa ou automóvel dos moradores fica nas imediações da UPP, já que desapropriações (ainda que efetuadas com o pagamento compensatório de indenizações) foram feitas para que os policiais “reinem” absolutos no alto do morro. O modelo de UPPs instaladas no alto de morros em espaços segregados garante aos policiais uma posição de monitoramento privilegiada que configura, a partir de uma rede de



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 4 de abril de 2017.

circulação (controlando algumas ruas, becos e escadarias) entre o topo do morro e o asfalto, o volume político da polícia.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 4 de abril de 2017.

Como não são apenas objetos inertes ao lugar, as UPPs devem ser vistas não como simples bases militares, mas como sistema que busca expandir sua capacidade de colher informações e controlar o espaço, assegurando o efetivo controle volumétrico ao ocupar o terreno e integrar uma série de pequenos domínios territoriais, como becos, vielas e outros tipos de passagens, que, uma vez conquistados do tráfico, permitem o verdadeiro controle do território como corpo volumétrico, ao invés de uma simples cabeça sem tentáculos. Para isso, além das bases militares das UPPs instaladas, é comum que as principais vias de acesso da favela sejam monitoradas por policiais guarnecidos em pequenas bases operacionais móveis ou em pontos de checagem, onde eles ficam de prontidão e bem armados de baixo de uma tenda que os protege do sol e/ou às vezes protegidos por uma barricada de areia ou muro de concreto (ver Figura 43, p. 209), procurando transmitir a sensação de constante vigilância.



Figura 43

Ponto de Checagem da Polícia Militar na escadaria do Cruzeiro, no morro da Providência, Rio de Janeiro. Uma tenda de plástico pré-montada protege do forte sol carioca dois policiais armados com fuzis. A escadaria dá acesso à praça do Cruzeiro e consiste na principal via de acesso dos moradores à parte alta da favela. Na praça do Cruzeiro, poucos metros adiante há um posto da polícia.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 24 de setembro de 2018.

Esse mesmo modelo de militarização do terreno tem-se expandido para outras cidades, como já ocorre em Vitória, no Espírito Santo (ver Figuras 44 e 45, p. 210). Em entrevista com moradores da região da Poligonal 1, do município de Vitória, onde se localiza um protótipo de UPP em terras capixabas, ouvimos muitas queixas a respeito da polícia, deixando claro, tal como ocorre no Rio de Janeiro, que a opção pelas ações ostensivas não levou a canalização por parte de atores sociais, de demandas suficientemente amplas para atender a população. A política de uso de violência do Estado através da ação policial persiste, e de forma corriqueira, como destaca um dos entrevistados. Eis a resposta, segundo este, que lhe deu o coronel responsável pela segurança da região quando indagado se não haveria outra forma de atuação da polícia, com menos truculência: “[...] é aço com aço, [...] infelizmente não vem aqui falar

isso comigo não, mas é aço com aço [...]”⁷³. Uma resposta enfática que reflete a belicosidade da corporação.

Na **Figura 44**, a foto abaixo mostra a base da polícia capixaba instalada no pico do morro São Benedito, no dia 15 de junho de 2014, na comunidade que faz parte da Poligonal 1, em Vitória. O modelo é inspirado nas UPPs; como no Rio, a estrutura fica na parte mais alta do morro, delimitada por um cordão de isolamento que mantém distância do prédio das casas mais próximas. Possui, também, uma sub-base (**Figura 45**, à direita) no nível intermediário do morro, que permite o contato rápido entre a base-mãe no alto e as guarnições dessa base com o “solo”.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 7 de maio de 2015.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 7 de maio de 2015.

Outro entrevistado que também reside na região da Poligonal 1, por sua vez, fez questão de destacar que, embora a polícia tenha se instalado na região, o tráfico de drogas ilícitas continua atuante e bem armado. A diminuição dos conflitos entre os traficantes se deu segundo ele, muito mais por conta de um acordo entre as quadrilhas para colocar fim à disputa pelas bocas de fumo do bairro do que necessariamente pela presença dos policiais. A instalação da base foi acompanhada de investimentos em infraestrutura de serviços básicos, como água e escola, mas não deixa de estar associada à supressão do espaço público promovida pelas forças policiais, que atuam, como no Rio de Janeiro, de forma ostensiva.

⁷³ Entrevista com moradores da Poligonal 1, que reúne as comunidades de São Benedito, Jaburu, Itararé, Floresta, Engenharia, Bonfim e bairro da Penha, realizada em 13 de setembro de 2017.

Hoje, contudo, mais de dez anos após a implantação da primeira Unidade da Polícia Pacificadora na favela Santa Marta no Rio de Janeiro, o entusiasmo com a queda vertiginosa nos índices de criminalidade nas comunidades e decréscimo no número de confrontos nas favelas com UPPs não é mais o mesmo. Se em 2011 foram registrados apenas 13 confrontos, em 2016 o número já havia saltado para 1.555. O modelo, diante dos dados, parece dar demonstração de falência, por alguns motivos que, embora desde o início já parecessem óbvios a alguns cientistas políticos e pesquisadores, só agora, infelizmente, vieram à tona⁷⁴. O primeiro motivo está relacionado ao fato de que nunca se conseguiu estabelecer uma política de aproximação entre os agentes públicos e a população, embora tal modelo tenha sido baseado em estratégias de policiamento comunitário. As UPPs funcionam como forças de patrulhamento ostensivo. Na prática, o padrão de confronto com os grupos de traficantes não foi abandonado. Incurções bélicas nas favelas, que matam inocentes e suspeitos, persistem como uma prática convencional de repressão da polícia nas áreas onde há UPP⁷⁵.

O segundo motivo é que a lógica estrutural que atrai os jovens para o tráfico de entorpecentes nunca foi revertida, embora com a chegada das UPPs, tenham sido introduzidas algumas políticas públicas de cunho compensatório. Atrativos, porém, que se mostram fugazes, sendo, na maioria das vezes, incapazes de satisfazer aos anseios dos jovens e de gerar oportunidades de inclusão social e de trabalho suficientemente amplas. Isso corrobora a tese de que a instalação das UPPs deveria ter sido acompanhada de mudanças estruturais profundas, para realmente reverter o padrão de desigualdade social e de exclusão racial de que são vítimas históricas os jovens das comunidades segregadas de baixa renda.

O terceiro motivo foi a expansão da criminalidade para as áreas mais periféricas da cidade, por conta da fuga de traficantes de áreas ocupadas pelas UPPs, o que ampliou o território de violência e de ação do tráfico de drogas para outras áreas até então fora de seu

⁷⁴ Em artigo publicado no site *O Defesanet* (que pertence ao Ministério da Segurança), intitulado *Cinco motivos que levaram o Rio à pior crise de segurança em mais de uma década*, o texto aponta cinco motivos como as principais causas do aumento da violência no Rio de Janeiro a partir do modelo de falência das UPPs, que vem à tona, de forma mais reluzente, desde 2016. O texto recolhe opiniões de vários pesquisadores da área (Luiz Eduardo Soares, Ignacio Cano, Julita Lemgruber e Maria Isabel Couto) e lista, a partir deles, cinco motivos que os autores atribuem como principal causa da falência do modelo. Preferi listar quatro motivos, que em si contemplam os apresentados por esses pesquisadores, acrescentando ao olhar deles a perspectiva da militarização do espaço urbano, exposta ao longo do trabalho. O texto em questão foi publicado em 9 de maio de 2017 e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico (<<http://www.defesanet.com.br/>>).

⁷⁵ Inúmeros casos de abuso, perseguição e execuções sumárias têm sido relatados após a implantação das UPPs dentro das favelas, colocando em dúvida o discurso de pacificação e ampliação dos direitos cívicos das pessoas que em tese deveriam ser beneficiadas. O caso mais notável talvez seja o do ajudante de pedreiro Amarildo, que ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento em 14 de julho de 2013, após ter sido detido por policiais militares e conduzido à UPP da Rocinha, bairro onde morava.

alcance. A retomada dos territórios que estavam sob controle dos grupos de tráfico de drogas não levou ao enfraquecimento definitivo das facções, mas à redistribuição geográfica do domínio do tráfico para outras áreas. E, uma vez consolidadas em outros territórios, as facções criminosas novamente se fortaleceram, investindo contra a polícia, como hoje se observa. As facções, que antes adotavam um comportamento territorial de aspecto mais zonal, passaram a adotar um comportamento territorial mais difuso, mostrando, mais uma vez, que são capazes de se adaptar às condições impostas pela repressão.

Por último, trata-se de uma situação endêmica de violência, que requer um trabalho de longo prazo, com investimento em políticas públicas, para ao menos minimizar o problema. Tal afirmação se apoia, entre outros aspectos, na constatação de que a crise financeira no Estado e em sua polícia gera toda uma escassez de recursos, deterioração da infraestrutura e precarização nas condições de trabalho dos policiais. Situação que leva, sem dúvida, ao aumento da violência, expresso de maneira mais clara na intensificação dos ataques de grupos de traficantes, que voltam a ganhar terreno. Fica evidente que a falta de investimentos em políticas públicas e em ação policial investigativa favorece a intensificação da crise social. Esta, por sua vez, resulta em maior violência, praticada por aqueles que são colocados na marginalidade, e o que leva ao aumento da repressão policial, com a adoção de uma postura ainda mais letal em suas incursões. Esse tipo de reação do tráfico de drogas tem levado o Rio a uma grande escalada de violência e à volta das guerras intestinais pela disputa de territórios, que hoje incluem grupos milicianos. Não é de admirar, portanto, que o quadro atual seja o da pior crise da segurança pública da última década.

Ainda por conta da investida do tráfico, a polícia tem assumido uma postura mais belicosa, que resulta na intensificação de práticas que estão em curso há muito tempo, levadas ao extremo da violência para apagar incêndios pontuais. Tais medidas, em última instância, não apresentam resultados duradores; ao contrário deterioram ainda mais o quadro da segurança pública no Rio de Janeiro, já que tais ações aumentam a violação dos direitos humanos e colocam em risco a população, que fica diante do fogo cruzado entre a polícia e os grupos de traficantes. A imposição de uma ordem coercitiva tem sido, desta forma, um obstáculo à construção de espaços democráticos capazes de ampliar os direitos civis dos moradores que vivem em áreas conflagradas.

O Perigo Vem do Céu

Um exemplo da configuração de espaços segregados como espaços de batalha é o das ações do policiamento aéreo na cidade do Rio de Janeiro. Nessas operações o Grupamento Aéreo da Polícia Militar do Rio de Janeiro (GAM) vem se tornando o centro das atenções no setor da segurança pública, por conta da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Para garantir o sucesso do evento, uma série de investimentos foram feitos, com notável destaque para aquisição do sistema de imagens aéreas e dos helicópteros EC145, que contam com console tático de missão e com câmeras que transmitem em tempo real as imagens feitas pela aeronave, além de blindagem reforçada, de alto falantes e capacetes com óculos de visão noturna para os tripulantes. Além de todas essas “vantagens”, o novo helicóptero permite voos em condições meteorológicas adversas e atuação mais sincronizada com as tropas posicionadas em solo, já que as imagens geradas por ele são enviadas para o Centro Integrado de Comando e Controle da Secretaria de Segurança e para as bases móveis do GAM, montadas em caminhões nas áreas onde o grupamento realiza operações⁷⁶. Dessa maneira, o helicóptero auxilia as tropas posicionadas em solo de forma mais eficiente, já que permite visão privilegiada.

O EC145 é tido, nesse ponto, como a máquina de combate ao “crime” mais eficiente da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PM-RJ). Ainda sobre a aquisição dos novos helicópteros, François Aranaund, vice-presidente comercial e de *marketing* da Helibras⁷⁷, enalteceu o uso do helicóptero EC145 no policiamento aéreo no Rio de Janeiro ao afirmar: “Essa é uma evolução em tecnologia para a Segurança Pública do Brasil, em especial do Rio de Janeiro, que com os novos EC145 se iguala à *Metropolitan Police* da Inglaterra, que utilizou o mesmo modelo de aeronave, com muito sucesso, durante os Jogos de 2012, em Londres.” Mauro Ayres, também membro da Helibras e gerente do mercado governamental da empresa, expressou opinião semelhante, dizendo: “Temos plena consciência de que o combate à criminalidade deve ser feito com o uso de inteligência e tecnologia. Essas aeronaves biturbina

⁷⁶ Para mais informações sobre a aquisição de helicópteros de combate pela PM-RJ, ver a matéria intitulada *Conheça o novo EC145 C2 da PM do Rio de Janeiro entregue durante a LAAD*, de 17 de abril de 2017, disponível no site *Piloto Policial* (<<http://www.pilotopolicial.com.br/>>), e a reportagem de Maria Magalhães intitulada *Novo helicóptero do GAM terá visão noturna, piloto automático e câmeras*, para o jornal *O Dia*, publicada em 23 de março de 2015, disponível na página do portal carioca (<<http://odia.ig.com.br/>>).

⁷⁷ Empresa brasileira fabricante de helicópteros subsidiária da divisão de helicópteros do *Airbus Group*.

[sic] de alta tecnologia, com seus modernos equipamentos, serão sem dúvida um grande trunfo para nosso trabalho antes, durante e depois do Rio 2016”⁷⁸.

Mesmo antes da aquisição dos helicópteros EC145 o emprego de aviação policial no patrulhamento aéreo já era destaque na mídia hegemônica, que enaltecia o emprego de equipamentos militares como instrumentos de combate à criminalidade na cidade, como o faz enfaticamente a matéria de Leslie Leitão para a revista *Veja* de 8 de junho de 2012. O próprio título da reportagem, *Cuidado, bandidos: lá de cima, mesmo à noite e de longe, a polícia vê – e grava – tudo*, é totalmente comprometido com o discurso de combate ao crime a qualquer custo social. Vincula ao emprego do helicóptero a ideia de onipresença para tentar “intimidar” criminosos e transmitir para a sociedade a pauta de repressão, estendendo-a de forma indistinta aos demais tipos de crimes, como o de “colarinho branco”, praticados por outros grupos sociais. Como se não fosse suficiente, no subtítulo da reportagem o autor reforça a narrativa de onipresença da polícia, ao escrever em caixa alta: “BANDIDOS: O BIG BROTHER ESTÁ NO AR”. No mesmo texto, por mais de uma vez, a câmera ultrapotente a bordo do helicóptero, que em tese seria capaz de flagrar a “bandidagem” em ação até mesmo no escuro, é mencionada como algo “super” moderno, reforçando, pela terceira vez, o comprometimento do jornalista com tal discurso.

Leslie Leitão destaca, no mesmo texto, que o helicóptero foi empregado como peça-chave no assassinato do traficante Márcio Sabino Pereira – conhecido como “Matemático” –, procurado pela polícia. Do alto, 3 mil pés de altitude (cerca de 1 quilometro), foi monitorado por um helicóptero da polícia até o desfecho da ação, que culminou no seu fuzilamento, no dia 11 de maio de 2012, num bairro popular da zona oeste do Rio de Janeiro. A despeito do fuzilamento do traficante, a reportagem enaltece a ação da polícia ao fazer referência, na maior parte do texto, à alta capacidade de visualização da câmera no escuro e ao observar que o equipamento é capaz de identificar corpos e objetos a 32 quilômetros de distância. Isso permitiu ao piloto, segundo a matéria, manter distância segura e monitorar os suspeitos sem que o ruído do helicóptero revelasse a posição dos policiais, assegurando, assim, que a aeronave se aproximasse do alvo para o desfecho da ação, incorrendo, então, na morte de Matemático.

⁷⁸ Ver a matéria *Conheça o novo EC145 C2 da PM do Rio de Janeiro entregue durante a LAAD*, de 17 de abril de 2017, assinada por *Piloto Policial* e disponível no site do mesmo autor (<<http://www.pilotopolicial.com.br/>>).

Na última seção do texto o autor lança mão das palavras do piloto policial Adonis de Oliveira, chefe do Serviço Aeropolicial (Saer), que coordena a equipe e reforça a necessidade de uso do helicóptero em operações aéreas de policiamento. Assim diz o piloto: “Em uma cidade onde helicóptero da polícia já foi até abatido pela bandidagem, voar alto é, antes de tudo, uma questão de sobrevivência.” Adonis faz menção ao abatimento de um helicóptero da polícia atingido por traficantes do morro dos Macacos, em Vila Isabel, norte da cidade do Rio de Janeiro, em 2009⁷⁹. Na sequência, ele completa: “Lá de cima, é como se a cidade fosse um grande tabuleiro de *videogame*, em que se pode visualizar e acertar o alvo com mais inteligência e menos risco de erro.”

Além de desumanizar as vítimas e tratá-las meramente como alvos em potencial do helicóptero, em sua fala o piloto policial reforça o uso do helicóptero como uma máquina de guerra que seria capaz de atuar de forma precisa e cirúrgica no combate ao crime a partir de um “tabuleiro” urbano concebido como campo de batalha. Essa analogia do piloto expressa precisamente a formulação da cidade como um teatro de operações militares. Tal eficiência no combate ao crime empregando o helicóptero como uma arma de guerra pode ser questionada, contudo, pela experiência dos moradores nas áreas populares em que os helicópteros realizam operações, como veremos a seguir. Em outra reportagem, que foi ao ar no programa *Fantástico*, da TV Globo, (programa esse de grande audiência nas noites de domingo), dia 5 de maio de 2013⁸⁰, quase um ano depois da morte de Matemático, imagens feitas pelo helicóptero da polícia (e divulgadas ao público somente agora) revelam que a perseguição ao traficante pelas ruas da zona oeste da cidade foi, de fato, uma caçada brutal, seguida de uma execução a sangue frio, que expôs moradores ao risco.

A perseguição, que durou menos de dois minutos e se estendeu por nove quarteirões num trecho de cerca de um quilometro, fez de algumas ruas da cidade uma praça de guerra. Embora o helicóptero possuísse câmeras com sensor que detecta o calor de corpos e objetos à noite, as imagens não permitem identificar os suspeitos de forma nítida o suficiente para distinguir a feição das pessoas. Em diálogo gravado entre os tripulantes da aeronave, os

⁷⁹ Segundo fontes da reportagem do *G1 Globo*, intitulada *Helicóptero da PM cai durante operação em favela do Rio*, de 17 de outubro de 2009, disponível no site da rede de notícias brasileira (<<http://g1.globo.com>>), o helicóptero da polícia avariado por tiros teve que fazer um pouso forçado em um campo de futebol, sendo logo em seguida tomado pelo fogo. Para um enfoque geográfico do emprego do helicóptero na segurança pública e no combate urbano na cidade do Rio de Janeiro, que menciona inclusive o abatimento do helicóptero por traficantes no morro dos Macacos, pode-se consultar o artigo de Peter Adey, *Vertical security in the megacity* (2010b).

⁸⁰ A reportagem intitulada *Imagens mostram perseguição e caçada ao traficante Matemático* está disponível para o acesso no site do *G1 Globo – Fantástico* (<<http://g1.globo.com>>).

próprios policiais deixam evidente a dificuldade de identificar com precisão os suspeitos, resumindo-se a dizer, como mostra o vídeo obtido pelo *Fantástico*, que o suspeito se parece com o traficante:

- Tá parecendo ele, hein?
- É isso aí. Parece mesmo.

Não obstante essa dificuldade de identificar o suspeito, os policiais do helicóptero se permitem trocar tiros com os traficantes em um bairro popular predominantemente residencial. Com isso expõem os moradores ao risco de uma “bala perdida”. Especialistas ouvidos pela reportagem do *Fantástico* afirmam ainda que não se pode atirar de um helicóptero durante a noite, mesmo sob fogo inimigo, e que os atiradores nem ao menos estavam usando equipamentos de visão noturna, orientando-se apenas através da luz residual da iluminação do bairro para efetuar os disparos. Criticam também as manobras do piloto do helicóptero, que teve que descer de uma altura entre 1.200 e 900 metros para uma altura entre 40 e 20 metros para que os atiradores pudessem efetuar os disparos, exigindo do piloto excessiva *performance* e demandando da máquina um desempenho acima do normal. Esses especialistas chamam a atenção para as condições de risco dessas operações, executadas em cima das casas dos moradores.

O diálogo dos tripulantes também revela um comportamento eufórico dos policiais da aeronave, que transformaram a ação numa caçada noturna. No áudio gravado pelo rádio comunicador da aeronave escutamos a fala de um policial que incita o atirador a disparar mais e mais:

- Pega, pega, pega.
- Pega.
- Pega, vai. Dá mais.
- Dá, dá, dá.

No vídeo podemos ver uma fuzilaria sobre a rua, casas e prédios do bairro (ver Figura 46, p. 217). Em uma imagem podemos ver um transeunte na rua, e em outra um clarão de dentro de uma casa, que, segundo um dos especialistas ouvidos pela reportagem do *Fantástico*, trata-se do impacto de um tiro que atingiu o interior dessa casa. Ainda de acordo com o especialista mencionado, as armas usadas pelos policiais possuem a capacidade de perfurar paredes de tijolos, colocando em risco todos os moradores, mesmo aqueles que se encontram dentro de suas casas. A caçada noturna só termina com o fuzilamento do traficante

Matemático, que se encontrava num carro, e a posterior identificação do corpo pela polícia. No entanto, as imagens revelam, por si só, que o policiamento aéreo dentro do contexto da política de segurança pública do Rio de Janeiro abre fogo de forma indiscriminada sobre as casas dos moradores que residem em favelas e em áreas segregadas, colocando em risco não só a vida de traficantes envolvidos em atividades ilegais, mas também de pessoas que não possuem nenhuma relação com o tráfico de entorpecentes.

Figura 46

Na imagem feita do helicóptero da polícia podemos ver o carro em que Matemático supostamente se encontrava quando foi metralhado pelos policiais. Como se pode ver na imagem, os pontos de luz indicam o disparo dos policiais de forma imprecisa, que atingem a rua e edificações próximas, colocando os moradores em risco.



Fonte: *G1 Globo*, programa *Fantástico*, 5 de maio de 2013.

Quando, porém, se trata da ação policial em bairros ditos “nobres”, com moradores das classes privilegiadas, o procedimento é outro. Um exemplo disso foi a operação da polícia, também com uso do helicóptero, no bairro de Copacabana. À procura de suspeitos ligados ao jogo do bicho, policiais saltam do helicóptero sobre a cobertura de um apartamento de luxo sem, em nenhum momento, disparar suas armas. A fuzilaria a que assistimos nos bairros pobres e segregados no Rio de Janeiro é, nos bairros das classes privilegiadas, substituída por uma operação altamente coordenada e executada com precisão, sem colocar em risco a população civil, e com a devida precaução para evitar vítimas fatais⁸¹.

Essa distinção socioespacial no combate ao crime, no qual a ação do helicóptero policial elucida o modo operante da política de segurança pública no Brasil, reforça, ademais, uma visão estereotipada da favela e de bairros segregados. Tais espaços são vistos como praças de guerra, um verdadeiro campo de batalha, em que os policiais vão para o trabalho

⁸¹ Sobre a ação da polícia em uma cobertura de luxo em Copacabana, ver a matéria intitulada *Veja o momento em que a polícia invade cobertura de luxo em Copacabana*, de 15 de novembro de 2011, no portal *R7 Rio de Janeiro*, disponível no endereço do canal de notícias (<<http://noticias.r7.com>>).

para guerrear em áreas civis habitadas por grupos populares, o mesmo não fazendo nas áreas habitadas pelas classes privilegiadas, onde os direitos civis em geral são respeitados. Consiste também numa elucidação de como o aparelho de segurança do Estado é usado como instrumento de repressão contra outra classe social, desfavorecida, cujos membros se tornam vítimas da violência letal.

Agir para matar criminosos socialmente excluídos é, aliás, uma prática comum da polícia em comunidades pobres. Uma prática que vem de longa data no Rio de Janeiro. No livro de Caco Barcellos, *Abusado* (2003), o autor nos oferece em detalhes um exemplo de tal prática, a partir da descrição do massacre do grupo de Marcinho VP por um helicóptero da PM-RJ que surpreendeu a facção. Ao abrir fogo de forma indiscriminada sobre os traficantes, a polícia provocou a morte de alguns deles. Marcinho VP, chefe da facção nos anos 1990 no morro Santa Marta, conhecia bem a atuação da Fênix⁸², como é chamado o helicóptero da polícia. Por isso orientou seus homens a ficarem atentos à movimentação de helicópteros a partir de alguns pontos de referência de onde se aproximavam os helicópteros da PM-RJ. Ocorre, porém, que os helicópteros vinham de direções diferentes (do Pão de Açúcar, do Corcovado, do Cristo Redentor e até mesmo da ponte Rio-Niterói, que igualmente ficava sob vigilância dos traficantes, sem esquecer, também, um cuidado especial com a baía de Guanabara). Assim, os traficantes não foram capazes de notar a aproximação de uma aeronave que, ao desacelerar o motor para diminuir o ruído produzido, ocultou a sua presença, aproximando-se do grupo por trás do morro, bem perto de uma pedra, de nome Xangô (ver Figura 47, p. 219). Marcinho VP e sua facção foram, então, surpreendidos pela ação da polícia.

⁸² No livro de Caco Barcellos o autor se refere ao helicóptero da Polícia Militar do Rio de Janeiro como Águia, mas o nome usual utilizado atualmente é Fênix.

Figura 47

Ilustra dois prováveis trajetos do helicóptero que atacou o grupo de Marcinho VP no campo do Tortinho, em Santa Marta, RJ*.



* A segunda opção é mais provável, tendo em vista que seria mais oportuno fazer um voo rasante, apenas contornando a pedra, em vez de ter que sobrevoá-la e descer logo em seguida para alcançar o campo do Tortinho.

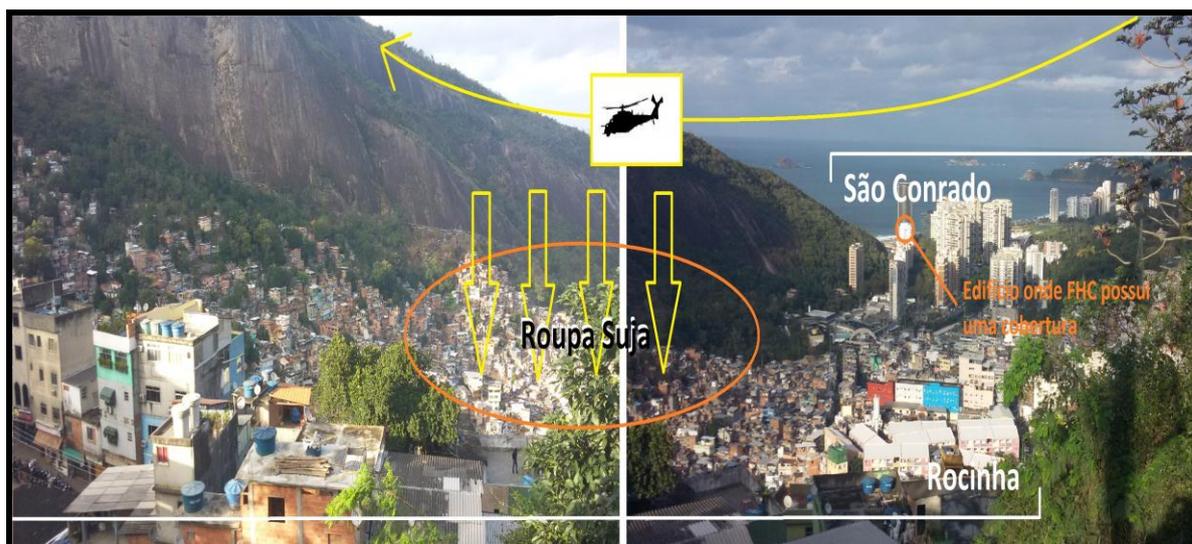
Marcinho VP, desde a morte de alguns de seus comparsas pela Fênix, só escalava homens experientes para monitorar o tráfego aéreo, uma função de suma importância para garantir a segurança do grupo. Por isso, ele repetia insistentemente as orientações básicas de segurança para evitar que fossem alvos do helicóptero, como ocorreu no campo do Tortinho. Nesse dia, porém, foi surpreendido. Com a aparição inesperada do helicóptero da PM-RJ sobre as cabeças dos traficantes, uma cena de filme de *Hollywood* se seguiu, com homens correndo em zigue-zague para escapar dos tiros, e finalmente um fim macabro: o helicóptero pousou momentaneamente sem desligar o motor e levantou voo erguendo com um cabo de aço um dos homens abatido, passando então a sobrevoar os céus da Cidade Maravilhosa com um corpo dependurado.

Na favela da Rocinha, ataques do helicóptero da Polícia Militar do Rio de Janeiro são frequentes ainda hoje. Esses ataques se concentram nas áreas dominadas por grupos de traficantes onde a penetração percorrendo vilas e becos é difícil e perigosa. A área onde mais se concentram as operações militares com uso de helicópteros é conhecida como Roupa Suja, e é surpreendente a sua proximidade com o bairro de São Conrado, de classe média, onde, segundo o meu guia, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) possui um apartamento, de onde faz filmagens das operações militares em que o helicóptero é

empregado. A imagem abaixo ilustra uma operação militar com uso do helicóptero na favela da Rocinha (ver Figura 48).

Figura 48

Ilustração da ação de helicópteros da Polícia Militar do Rio de Janeiro na favela da Rocinha.



Fonte: Imagem adaptada do arquivo pessoal do autor, 11 de agosto de 2016.

No Rio de Janeiro os pilotos policiais são treinados para agir em situações de alto risco: para matar, não poupam esforços em operações que exigem *performance* apurada para pilotar o helicóptero. Servem-se dos edifícios e do relevo acidentado para ocultar a presença dos helicópteros, que, assim, podem aproximar-se do alvo sem que sua posição seja conhecida pelos traficantes que atuam em favelas e áreas segregadas, como ocorreu no morro Santa Marta. Fazem voo de patrulha e monitoramento sobre as favelas em grandes altitudes, já que também ficam expostos a fogo inimigo. Essa forma de atuar não é, contudo, restrita ao GAM. Grupamentos aéreos de outras cidades também exigem o máximo de seus pilotos. Trata-se, assim, do uso do helicóptero como uma ferramenta de combate ao crime e de “manutenção” da ordem social, seguindo, para isso, princípios de guerra urbana⁸³.

⁸³ Em São Paulo não é diferente. O documentário *Águias da cidade* em suas duas primeiras temporadas, de 2012 e 2013, respectivamente, realizado pela *Mixer* em parceria com a *Discovery Channel*, com a direção de Rodrigo Astiz, retrata o dia a dia de policiais pilotos do Grupamento Aéreo de São Paulo, chamados *Águias*, que atendem chamadas de emergência médica e policiais. O helicóptero do policiamento aéreo, equipado com um sistema que capta e transmite imagens em tempo real para o Grupamento Aéreo e para o Centro de Operações da Polícia de São Paulo, monitora a área e ajuda a polícia em seu planejamento estratégico de segurança. Assim, operações policiais são planejadas com o objetivo de combater o tráfico de drogas e evitar furtos, como mostra, em especial, o episódio quatro da primeira temporada da série *Policiais sobre a cidade*, no qual vemos uma operação da polícia para interceptar suspeitos de tráfico de drogas e roubo. Nessa operação, numa região de subúrbio da cidade de São Paulo, o helicóptero da polícia, voando baixo, surge atrás de um morro e surpreende

O uso do helicóptero no policiamento aéreo também se verifica em Vitória, lugar onde o NOTAer tem sido gradativamente utilizado em operações militares. O emprego do helicóptero em operações as mais variadas, que fazem cerco a traficantes e perseguição a assaltantes e ladrões de veículos, são registrados, com alguma frequência, pela imprensa capixaba. Algumas dessas operações de policiamento aéreo em Vitória viraram manchete policial, com cenas do helicóptero voando baixo entre os prédios dos bairros de classe média, de Praia do Canto e Santa Lúcia⁸⁴. Registros impressionantes da ação do helicóptero para interceptar grupos de gangues rivais que causavam tumulto na orla também foram feitos na Praia da Costa, em Vila Velha, município que integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (ver Figura 49)⁸⁵.



Fonte: Capa do jornal *A Tribuna*, 5 de outubro de 2017.

Figura 49

Um importante jornal traz em sua capa a ação do helicóptero do NOTAer, na Praia da Costa, em Vila Velha, em uma operação policial em busca de suspeitos acusados de se envolver em brigas e causar tumulto. A mensagem veiculando a imagem de uma sombrinha sendo lançada ao céu por conta do vento gerado pelo helicóptero, num dia de praia, reforça a ideia de “caos urbano”, muito utilizada pela mídia para justificar operações militares violentas na periferia. Tratando-se de um bairro de classe média, pode-se interpretar a imagem como um aval ao uso do helicóptero em ações futuras, talvez, para reprimir manifestantes, ao dar muita ênfase a um “status de terror”, vivido a todo o momento e em qualquer

os criminosos, que tentam fugir de motocicleta ou mesmo a pé. O Águia persegue os fugitivos e usa a força do vento gerada pelas hélices do helicóptero para desequilibrar os motociclistas, até que as viaturas em solo que fecham as rotas de fuga alcancem os criminosos e os capturem.

⁸⁴ Sobre o emprego do helicóptero em operações militares de cerco aos traficantes em um morro da cidade de Vitória, pode-se consultar a reportagem do jornal *A Gazeta*, de 17 de agosto, de 2017, intitulada *Operação policial em Jesus de Nazareth fecha Beira-Mar*, disponível no site do portal capixaba (<<http://www.gazetaonline.com.br>>). Sobre o uso do helicóptero em perseguições a ladrões de carros, pode-se consultar a matéria *Harpia 05 em acompanhamento de veículo suspeito em Vila Velha – vídeo*, de 16 de janeiro de 2014, disponível no site *Piloto Policial* (<<http://www.pilotopolicial.com.br>>), e a reportagem do jornal *A Gazeta*, de 26 de janeiro de 2014, intitulada *Ladrões roubam carro e são perseguidos até por helicóptero na Praia do Canto*, também disponível no site do portal (<<http://www.gazetaonline.com.br>>), entre outras, que se tornaria exaustivo citar.

⁸⁵ Na página 11 do jornal *A Tribuna* impresso, de 5 de outubro de 2015, a matéria de Elis Carvalho e Simony Giubert é intitulada *Correria e pânico na Praia da Costa*.

lugar da cidade, que ameaça as famílias até mesmo nos lugares que não são tidos como violentos.

Nos bairros segregados de Vitória o helicóptero é usado não só como um veículo de patrulha aérea e perseguição policial, mas como instrumento de repressão ainda mais ameaçador. Em entrevista⁸⁶ com um grupo de moradores residentes na Poligonal 1, que reúne as comunidades de São Benedito, Jaburu, Itararé, Floresta, Engenharia, Bonfim, bairro da Penha e Consolação, os moradores dizem que o helicóptero realiza operações na calada da noite sobre os bairros, sobrevoando a baixa altitude a região e perturbando o sono dos moradores. Afirmam que a ação do helicóptero, de forma incompreensiva e injustificável, tendo em vista os horários, sua forma de atuar e a pouca objetividade da operação, causa grande incômodo, para não dizer terror, na comunidade. Para os moradores, o helicóptero seria usado como um instrumento para amedrontar a população, e não necessariamente para combater o crime.

Faz parte ainda da cultura de violência e da tolerância a repressão policial a ação midiática de programas de TV sensacionalistas. Estes usam imagens de helicópteros em operações policiais para suscitar, em seus telespectadores, medo e insegurança. Associam repressão policial a política de segurança e retratam bairros periféricos e segregados como locais perigosos, idealizando sempre a ação da polícia, reconhecendo nela a forma possível de manter a segurança. Um desses programas, *Brasil Urgente*, da Rede Band, comandado pelo apresentador José Luiz Datena é muito popular e alcança boa audiência no final da tarde em dias de semana. Para prender a atenção de seus telespectadores, Datena sempre explora, em chamadas ao vivo, imagens com helicópteros da Polícia Militar de São Paulo em operações de perseguição, associando-as à ideia de que a cidade é lugar caótico, sendo a polícia um agente mantenedor da ordem na cidade. Toda essa cultura da repressão com emprego de helicópteros militares, porém, não é exclusiva de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo ou Vitória. Podemos, aliás, estabelecer uma correlação com Los Angeles, nos Estados Unidos, por exemplo, para entender melhor o problema no Brasil.

Nos Estados Unidos, um dos precursores do uso do helicóptero no policiamento aéreo, após a prática no Vietnã, esse equipamento foi introduzido de forma incisiva pelo Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD – em inglês). Na época passou a ser

⁸⁶ A entrevista foi realizada em 13 de setembro de 2017.

empregado de maneira sistemática depois dos distúrbios civis no distrito de Watts, em 1965, quando o helicóptero tornou-se a pedra angular da estratégia de policiamento nos guetos de Los Angeles (DAVIS, 2009).

Segundo Davis (2009), foi nesse período que os helicópteros da polícia de Los Angeles ampliaram sua ação, mantendo-se operantes a uma média de 19 horas de vigilância diária (isso no fim dos anos 1980 e durante os anos 1990, hoje, talvez, seja maior o tempo de voo) sobre as áreas de “alta criminalidade” na cidade, excedendo até mesmo, como observara o geógrafo estadunidense, a vigilância aérea do Exército britânico sobre Belfast. Inovações em matéria de táticas de patrulhamento combinadas também foram empregadas em ação coordenada do patrulhamento aéreo, dispondo forças de patrulha em solo para facilitar a sincronização terra–ar entre as patrulhas. Para isso, números que identificam as ruas foram pintados em milhares de telhados de residências, transformando a vista aérea de Los Angeles num grande mapa policial.

O desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias são outros aspectos importantes no aparelhamento do policiamento aéreo de caráter ostensivo. Nos anos 1990, para se ter uma ideia, o policiamento aéreo de Los Angeles já contava com câmeras de infravermelho e holofotes de 30 milhões de velas para empregar caçadas noturnas aos suspeitos. Muitas dessas transformações se deram em função da parceria com a indústria militar aeroespacial estadunidense a tempo de operar os novos equipamentos na abertura dos Jogos Olímpicos de Los Angeles de 1984. Na oportunidade, foi colocado em prática o Sistema de Comunicações de Controle e Comando de Emergência (ECCCS – em inglês), concebido como o mais moderno sistema de comunicações de polícia do mundo na época, ao contar com o apoio da Nasa para incorporar elementos de tecnologia espacial e de comunicação avançada em missões conjuntas com o emprego de helicópteros (DAVIS, 2009). No Brasil, tal como ocorreu em Los Angeles, uma nova fase de emprego de helicópteros em operações militares está hoje diretamente associada à questão da segurança de grandes eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol, realizados recentemente.

Essa forma de uso de helicópteros em operações militares em terreno urbano não apenas amplifica a violência militar na cidade, mas reorganiza a política de segurança urbana, criando todo um extrato ou camadas espaciais a se explorar para melhor gerir e/ou controlar a cidade, sobretudo os espaços segregados, onde de fato se dão as incursões violentas. Para assegurar o controle dessa matriz volumétrica, integrando o espaço aéreo ao espaço da

superfície terrestre, o Estado, além das UPPs, tem lançado mão de “novas” táticas de combate urbano e instalado objetos ópticos de controle em bairros segregados. Esses métodos estão sendo incorporados gradativamente ao tecido urbano e à vida cotidiana de moradores dessas aéreas sem que se questione o impacto que podem ter na vida das pessoas.

Dispositivos “Arquiteturais” Como Modo de Controle

No complexo do Alemão, em Nova Brasília, zona norte do Rio, por exemplo, um antigo reduto do Comando Vermelho, uma das áreas mais conflagradas da cidade, os policiais foram acusados de ocupar residências de moradores para utilizá-las como proteção e posições de tiro. Numa “guerra” por posições, por volumes, em outras palavras, as casas estavam sendo usadas como trincheiras urbanas. Como parte da estratégia de avanço no território inimigo os policiais ficavam por vários dias dentro das casas dos moradores sem autorização dos donos.

Em reportagem para o *GI Globo* de 5 de maio de 2017, o repórter Marco Martins detalha que a Defensoria Pública e integrantes da Comissão de Direitos Humanos constataram, em visita ao local, que a polícia estava usando as casas como base militar. Lá encontraram ventiladores e colchonetes, além de restos de comida abandonados apressadamente pela polícia quando esta soube da presença dos defensores públicos. Os policiais permaneciam na frente das casas invadidas e sobre as lajes de alguns imóveis. Havia feito perfurações em algumas residências para alojar as metralhadoras e disparar as armas de dentro das casas. Essa tática é muito semelhante à que se usa em operações militares na Faixa de Gaza, com palestinos se escondendo dentro dos prédios e soldados israelenses atravessando paredes para se instalarem em posições estratégicas. As mesmas táticas também foram usadas no Iraque, tanto por grupos paramilitares iraquianos quanto por soldados americanos, durante a invasão estadunidense de 2003 e nos conflitos que se sucederam depois.

Segundo essas mesmas denúncias feitas à Defensoria Pública (entre abril e maio de 2017), os policiais cariocas não se limitavam a ocupar o recinto, mas, em flagrante violação, dormiam no lugar e também devoravam tudo o que havia na geladeira das casas invadidas. Um morador disse, ainda, em denúncia no dia 3 de maio, que ele e sua família foram expulsos de sua própria residência pela polícia, que passou a ocupá-la. Em outro depoimento perturbador “uma senhora, moradora de uma casa com dois pavimentos, passou a colocar móveis e objetos atrás da porta na tentativa de evitar que os policiais permanecessem invadindo a sua residência. Eles arrombaram a fechadura da porta inúmeras vezes”, contou a

defensora Livia Cásseres (ver MARTINS, para G1 Globo, 5 de maio de 2017). Esse comportamento da polícia se assemelha muito ao de traficantes, que não só ocupam casas de moradores, mas também expulsam pessoas da comunidade quando julgam oferecer alguma resistência ao seu domínio.

Nessa mesma área, em abril de 2017, a polícia já havia terminado de construir uma torre blindada (ver Figura 50) no largo do Samba, em Nova Brasília, que trouxe a intensificação dos confrontos na região durante o andamento das obras no local. A torre de dois pavimentos posicionada num ponto de venda de drogas de difícil acesso para a polícia até então consiste numa estrutura que se assemelha a uma torre medieval, só que de aço, situada no meio da rua (ver GOULART, FOLETTTO, COSTA; para O Globo Rio, 25 de abril de 2017). Trata-se de um dispositivo com fins militares que monitora os transeuntes. Assim como as UPPs, a torre blindada, sem ressalvas, faz parte de um dispositivo militar avançado e introduzido no território que ajuda a configurar o terreno urbano como um espaço de batalha volumétrico.



Figura 50

Mostra a finalização da torre blindada, no largo do Samba, em Nova Brasília, RJ, instalada pela polícia. Sua fisionomia lembra uma torre medieval ou mesmo os pontos de checagem introduzidos por Israel na Palestina para controlar os fluxos interfronteiriços nos territórios ocupados.

Fonte: Márcia Foletto para o *Globo Rio*, 25 de abril de 2017.

Sem nenhum tipo de reconhecimento por parte dos moradores como medidas legítimas, esses dispositivos, na prática, têm servido para acentuar os conflitos e gerar um ambiente altamente militarizado, que consiste na configuração das favelas e espaços segregados como áreas conflagradas. O Estado estaria agindo, nesse sentido (tal como os traficantes ou milicianos), como produtor e gestor do espaço de batalha, criando um arranjo espacial militarizado, ao inserir a vida urbana num cenário de permanente estado de conflito,

o que se manifesta em políticas públicas de segurança que metaforizam o discurso de guerra e introduzem estruturas militares no terreno urbano. Uma vez integrados ao tecido urbano, esses dispositivos passam a fazer parte da arquitetura urbana de controle e enfrentamento ao tráfico de drogas que extrapola o viés de respeito à vida e à dignidade, transformando o espaço urbano, como um todo, numa infraestrutura de repressão à população que mora nessas áreas, como inúmeros depoimentos dão conta. Tais ações são justificadas pelo discurso midiático, que faz referência à intervenção militar como a única alternativa de combate ao crime.

Na Rocinha ou em Santa Marta, bem como em muitas outras favelas, a chegada da UPP não livrou a comunidade do tráfico de entorpecentes nem ao menos das armas. As principais facções de tráfico do Rio de Janeiro continuam operantes nessas áreas e se envolvem em conflitos com alguma frequência pela disputa do território. No atual mote da política de segurança pública de ocupar os territórios sob domínio do tráfico para expulsar e desarmar os traficantes tem-se em curso o modelo de militarização. Este, por seu modo, é seguido da configuração de uma “cidade carcerária”, com a delimitação de zonas de contenção sobrepostas aos limites das favelas. O encarceramento em massa e a militarização da cidade estão associados à produção de espaços de batalha situados em áreas segregadas a partir da gerência de um Estado ainda mais autoritário, em gestação.

Vê-se, pois, que o Estado não consegue “pacificar” os territórios sob domínio do tráfico de drogas e não contribui para o reconhecimento dos direitos das classes populares. Ao agir por meio da força com emprego de mais violência, privilegiando o combate urbano e um modelo de encarceramento espacial, sob o qual as classes populares têm sido “trancafiadas” nos enclaves territoriais onde a violência é maior, o papel do Estado como agente regulador da sociedade é deslegitimado. Em paralelo a esse comportamento do Estado ocorre simultaneamente o aumento de grupos armados que agem prestando serviços de segurança de forma ilegal e extorquindo moradores vulneráveis à imposição de violência.

As Milícias

No Rio de Janeiro esses grupos são conhecidos como milicianos. No contexto carioca *milícia* é um termo utilizado para designar, sobretudo a partir da década de 2000, a atuação de organizações criminosas operantes em comunidades urbanas de baixa renda, como favelas, bairros populares e conjuntos habitacionais. Tais grupos são formados preferencialmente por policiais, bombeiros, vigilantes, agentes penitenciários e militares das Forças Armadas, fora do serviço ou na ativa, que contam com respaldo de políticos e de lideranças comunitárias.

Hoje esses grupos estão “terceirizando” algumas de suas atividades com a finalidade de dificultar investigações e evitar prisões, permitindo a entrada de civis que anteriormente não faziam parte da rede criminosa. Grupos milicianos muitas vezes agem a partir de centros comunitários, a maioria funcionando de forma ilegal, em busca de alguma representatividade e legitimidade diante da comunidade. Eles efetuam práticas ilegais sob a alegação de supostamente combater o narcotráfico e usam a apropriação do espaço urbano e o domínio do território como forma de garantir a reprodução de suas atividades e torná-las lucrativas.

Seus recursos financeiros são provenientes da extorsão da população e da exploração clandestina de serviços de internet e televisão a cabo, cobrança no ágio dos botijões de gás, ligação com a “máfia das vans”, venda de loteamentos ilegais e cobrança de “mensalidades” por domicílio pela oferta de segurança e de taxas especiais sobre a venda de imóveis. Atuam também na exploração e oferta de mercadorias da construção civil, como areia e barro, asseguram para si o monopólio de exploração de água do lençol freático e estão envolvidos na atividade de agiotagem. No Rio de Janeiro a milícia vem ocupando um papel cada vez maior em áreas pobres e bairros populares, vendendo um modelo de urbanização, ainda que ilegal, centrado na segurança privada e na suposta moralidade de combate ao tráfico de drogas, embora hoje muitos desempenhem atividades ligados ao tráfico de entorpecentes. Pelo discurso que faz apelo à moralidade e à garantia de suposta segurança, milicianos vêm seduzindo (mas também ameaçando) moradores de bairros populares do Rio de Janeiro.

A “Milícia”, conhecida em sua origem como “Mineira”, organiza-se territorialmente a partir de áreas de influência, não tendo limites espaciais bem definidos, atuando, sobretudo, a partir da ideia de fronteira, o que significa estar em franca expansão de seus domínios territoriais. Sua área de expansão privilegiada são os loteamentos ilegais e irregulares da periferia urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro. Atuam em um ramo que vem ganhando força desde os anos 70, em que as invasões de terrenos por grupos autônomos de sem-teto foram substituídas pela figura de uma espécie de “empreendedor imobiliário”. Ele agencia lotes em áreas públicas, muitas vezes sob respaldo de vereadores e deputados, ou outras figuras públicas que garantem o funcionamento de um esquema de venda ilegal de lotes na periferia urbana. Esse fenômeno, que vem se ampliando desde os anos 70, ganha força na medida em que estes grupos, por sua origem de “justiceiros”, vendem um modelo de urbanização baseado na “segurança”, a exemplo do que ocorre, de maneira sofisticada e regularizada, nos empreendimentos imobiliários para ricos que começam a se multiplicar nos anos 80 – os condomínios exclusivos (SOUZA e SILVA, FERNANDES, BRAGA; 2008).

Hoje a milícia amplia sua zona de ação, mas o seu surgimento, embora de origem controversa, está ligado à ação de justiceiros locais, como é o caso de Rio das Pedras, uma das maiores favelas da zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo Zaluar & Conceição (2007), o surgimento e a expansão das milícias se deram por um modelo “bem sucedido” nessa

comunidade, a partir da experiência da polícia “mineira”⁸⁷ na região. Eles reuniram um agrupamento de homens para coibir constantes assaltos e ação do tráfico, organizando um grupo para garantir a “segurança” da comunidade. Este grupo, que matava e espancava assaltantes e que serviu de modelo para outros, passou, com o tempo, a atuar de maneira “profissional”, expandindo suas atividades para o setor imobiliário. Hoje as milícias, em franca expansão na Baixada Fluminense, estão em busca da exploração de projetos de urbanização e saneamento iniciados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula. Seu objetivo é extrair lucro de forma ilegal através de oferta de serviços, confisco da infraestrutura urbana e venda de loteamento em áreas recém-ocupadas, promovendo uma espécie de “organização” das ocupações irregulares. A reconfiguração do controle militar do Estado, iniciada com os Jogos Pan-Americanos e associada à reconfiguração da infraestrutura urbana promovida pelo PAC, produziu, às avessas, uma reorganização política e econômica na Baixada com as milícias assumindo o controle do espaço urbano (SOUZA ALVES, 2008).

Grupos de milicianos que passaram a controlar transações imobiliárias têm o poder de impor taxas sobre as vendas ou de determinar valores sobre os aluguéis dentro da comunidade, em alguns casos, até mesmo de apropriação direta de imóveis, quando agem expulsando os moradores (CANO, 2008). Em busca de negócios relacionados à urbanização, a milícia passou a preparar e vender loteamentos na Baixada como uma forma de obter lucros extraordinários, controlando todo o processo de venda e construção, uma vez que os novos negócios da milícia envolvem hoje, também, a extração e venda de areia e barro para a construção de casas. Essa atividade milicianiana, totalmente articulada à lógica da construção civil, demonstra a penetração de grupos milicianos na atividade de preparo e venda do solo urbano – processo esse associado à especulação. Nesse esquema os milicianos vendem terrenos irregulares em áreas de transbordo de rios ou alagamento. Num segundo momento vendem barro para fazer o aterro e areia para a construção⁸⁸.

⁸⁷ A polícia mineira foi, em certo sentido, precursora das milícias do Rio de Janeiro. Esse grupo atuava principalmente nos anos 1970-80, eliminando supostos bandidos de uma região, também cobravam uma taxa pelo serviço de segurança oferecido a comerciantes e moradores. Hoje o nome está em desuso e vem sendo substituído pelo termo milícia, que caracteriza um maior controle territorial e apropriação dos recursos urbanos como forma de obter lucro.

⁸⁸ Sobre a ação das milícias pode-se consultar a reportagem especial do *SBT Rio, Milícias*, exibida em quatro episódios entre os dias 24 e 27 de abril de 2018. O documentário encontra-se disponível no *YouTube*. O filme de José Padilha, *Tropa de elite 2: o inimigo agora é outro* (2010), também retrata a ação da milícia no Rio de Janeiro, dando destaque para o consórcio estabelecido com políticos para satisfazer uma rede de interesses.

A ação da milícia ocorre muitas vezes sem nenhum tipo de fiscalização por parte do poder público. Os milicianos têm alto grau de penetração na vida política, que favorece o desenvolvimento de uma capacidade de autogestão criminosa permeada nas estruturas do aparelho governamental. Grupos milicianos direta ou indiretamente podem influenciar ou controlar, por exemplo, uma Secretaria do Meio Ambiente, de instância municipal ou estadual, que regula o uso do solo e facilita, nesse sentido, a ação do grupo com o propósito de obter lucro com extração de areia e barro em áreas previstas como irregulares ou de conservação ambiental⁸⁹.

Na Baixada Fluminense milicianos estão envolvidos na abertura de cavas, verdadeiras crateras, com vistas a extrair areia para a construção civil. Essa prática tem causado sérios impactos ambientais ao lençol freático, que vem sendo contaminado por produtos químicos destinados a clarear areia. Tais crateras, depois de exploradas, são abandonadas, dando origem a lagoas que passam a ter um atrativo turístico, embora não se saiba a real qualidade da água, que antes era potável podendo ser usada no abastecimento da população. Também faz parte da estratégia da milícia, com o propósito de conseguir lucro, a abertura de poços d'água e venda de carros-pipas destinados ao fornecimento de água, tarefa que deveria ser inteiramente da responsabilidade da administração pública⁹⁰.

Ao apropriar-se de recursos naturais e de serviços e avocar para si o uso do espaço urbano, a milícia apresenta como estratégia de domínio territorial um comportamento diferenciado em relação à lógica do tráfico de drogas de varejo. Convencionalmente não age de forma ostensiva, mas pela forma comercial, de expropriação do espaço e de seus recursos, em perspectiva urbano-volumétrica: usa o terreno urbanizado como fonte de recurso, também explora o subsolo, isto é, a profundidade territorial e as propriedades que alimentam toda uma cadeia de urbanização. Faz parte da cadeia de propagação de um modelo de urbanismo que se apoia no discurso da segurança a oferta e venda de serviços, tendo como estratégia, para convencimentos dos que se opõem ao controle do grupo, a intimidação.

Diferencia-se do tráfico de drogas de varejo pelo comportamento territorial mais flexível que adota: sua territorialidade não se expressa pelo domínio territorial de uma base espacial, essencial, por exemplo, ao tráfico de drogas. A milícia pode operar conquistando territórios e abandonando-os em seguida na medida em que exaurem suas possibilidades de

⁸⁹ Ver novamente a reportagem especial do *SBT Rio, Milícias*.

⁹⁰ Ver mais uma vez a reportagem especial do *SBT Rio, Milícias*.

ganho econômico, sem que a perda ou abandono do território signifique necessariamente a desarticulação da rede. A milícia possui como modo operante uma relação predatória com o espaço urbano: ela administra e explora uma série de recursos do território, mas o seu uso, diferentemente do que ocorre com o tráfico de drogas, centra-se muito mais na exploração do espaço como um fator econômico, sem o controle de fronteiras bem definidas. Milicianos circulam no território de forma muito mais ampla que traficantes de drogas ilícitas. Eles não atuam de forma engajada, como o tráfico, na defesa ostensiva para a manutenção do território: contudo, estão sempre em expansão, procurando novos territórios para explorar. Como observaram Cano & Duarte (2012, p. 133), milícias possuem um comportamento semelhante à de um vírus, “[...] que apresenta mutações constantes para se adaptar às novas condições e, dessa forma, evade as vacinas e os remédios desenhados para combatê-lo”.

São consumidores e produtores de espaço urbano: possuem o “interesse imediato em ter uma relação política forte na lógica de obter cada vez mais lucros e um mercado cada vez maior” (SOUZA ALVES, 2018)⁹¹. Eles também se diferenciam do tráfico de drogas de varejo por possuírem uma estratégia de política eleitoral mais associada aos seus interesses: cobram pedágio de candidatos que desejam fazer campanha em uma área controlada por milícia em troca de favores políticos ou de dinheiro. É nesse aspecto que a milícia usufrui do controle territorial para negociar com atores políticos a partir de seu domínio territorial. Em períodos eleitorais as milícias buscam penetração em áreas onde não têm atuação direta, com o objetivo de conseguir um maior número de votos para seus candidatos, que podem ser aliados políticos ou milicianos patrocinados pelo grupo, expandindo, mesmo que momentaneamente, o seu curral eleitoral (ver CANO, 2008)⁹².

A integração entre a polícia e a milícia, com inúmeras ligações de cooperação, é outro aspecto importante como expressão do modo operante da organização. Não são poucas às vezes em que ações da polícia destinadas a eliminar ou expulsar traficantes em áreas controladas pelo tráfico de drogas têm como principal o objetivo favorecer a entrada das milícias, que passam a exercer o controle do território com a aceitação de policiais e o reconhecimento de legitimidade que a corporação oferece. Em algumas situações os próprios policiais podem fazer parte da milícia e do agrupamento policial que patrulha a área,

⁹¹ Ver em particular o episódio três, intitulado *Expansão para a Baixada*, da série de reportagens especiais do *SBT Rio, Milícias*.

⁹² Faz parte da estratégia dos milicianos para controlar o voto dos moradores a prática de anotar a zona eleitoral dos respectivos eleitores. Ver reportagem especial do *SBT Rio*, intitulada *Milícias*.

demonstrando o nível de penetração das milícias na estrutura da corporação (ver, em particular, CANO, 2008; CANO & DUARTE, 2012).

É nessa conjuntura de grande instabilidade social e política que mecanismos territoriais de controle fundados no uso de violência estão configurando uma matriz de poder volumétrica, ora gerido pelo tráfico de drogas de varejo, ora por grupos milicianos. Nesse sentido, não é surpreendente que, de forma semelhante à do tráfico e da milícia, o Estado adote, também, uma postura violenta, que se desdobra em práticas de controle tridimensional do território, como vimos até aqui.

Com a introdução de dispositivos de controle territorial mais flexíveis e de múltiplos usos, manipulados pelo Estado, por grupos de traficantes e por milicianos, teríamos no espaço urbano a configuração de uma matriz de poder volumétrico que se funda no controle de volumes, em vez do controle de superfícies. Essa matriz territorial, que configura um espaço tridimensional como um “território volumétrico” – a expressão não seria exagero – acomoda-se e interage em perspectivas visuais, conforme as quais é preciso assegurar o controle de volume tanto das residências dos moradores (controle interno) quanto da vigilância dos transeuntes na rua (controle externo). Esse volume político daria origem, então, a um sistema de objetos ópticos militarizados, acoplados à cidade, que são responsáveis pelo aumento da violência urbana e pela configuração do terreno urbano em espaço de batalha complexo. De tal configuração decorre o encolhimento do espaço urbano, seja público ou privado, quando não mais se distinguem moradores e transeuntes de combatentes.

O aprofundamento dessa lógica de violência, muito em virtude da ação do Estado, que tem sido o maior promotor da configuração espacial do espaço urbano como espaço de batalha, dada a sua forma de agir e de conceber a política de segurança pública, seria em grande parte o responsável pelo encolhimento dos espaços públicos. O modo operante do Estado, associado à ação de grupos armados, tem, pela forma que vem adquirindo, transfigurado a vida urbana em lógicas urbicidas, como veremos no item da sequência.

7.3 Políticas de Segurança Urbicidas

A violência política constitui-se num artefato importante da segurança pública do governo brasileiro na repressão de grupos “indesejáveis”. Esse seria o mote da política

pública de segurança historicamente instituído no aparelho de Estado. Seu modo operante, porém, não pode ser reduzido a um simples mecanismo de repressão contra as pessoas que cometem atentados contra a vida ou crimes de forma geral. A modalidade de urbidicídio expressa aqui, oriunda do aparelho de repressão do Estado, possui longo histórico de violações de direitos sociais e de perseguição política, sintomáticos de um caldo social definido por lutas de classes e por processos de marginalização da população pobre. Seus mecanismos punitivos estão associados à forte herança escravocrata que a gestão da segurança pública e da segurança privada incorporou não só na repressão direta, mas também na criação de ambiente propício à emergência de grupos armados com domínio de território, que hoje adotam ações urbidicidas, da mesma forma que o Estado na gestão do espaço urbano.

Esse modelo, pelas lógicas de exploração instauradas, que se perpetuaram ao longo dos tempos na estrutura social brasileira, orientou um processo de acumulação e de reprodução social da sociedade baseado em estereótipos preconceituosos, de fundo racista, usando métodos na cidade capitalista responsáveis por produzir um espaço urbano segregado e estigmatizado pela violência. Um de seus efeitos foi a fabricação do estereótipo do negro como alguém inferior, associando sua imagem à de um “vagabundo” ou “preguiçoso” e, hoje, à do infrator nas favelas. Assim, deixa-se de lado, enquanto crítica social, o processo de acumulação desenvolvido no Brasil, extremamente violento, para usar a legitimidade do Estado como uma espécie de salvo-conduto das políticas discriminatórias e de exploração dos negros enquanto força de trabalho. Esse processo persiste ainda hoje, apesar da vigência da constituição cidadã de 1988. Esta, embora formalmente garanta direitos iguais e plenos a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de cor ou classe social, na prática não salvaguarda o princípio igualitário, pois mantém, na estrutura social, o mesmo histórico social, que é o de clara distinção entre os privilegiados e os despossuídos de direitos.

Esse formato instituiu dentro do aparelho de Estado tratamentos que evidenciam distinção entre grupos raciais e entre grupos sociais. A elite brasileira ainda é, de fato, dentro desse sistema, detentora do poder político que o Estado oferta aos seus manipuladores e usufruiu, a partir de seu papel econômico, de um importante capital político, mediante o do aparelho de Estado, para representar seus interesses. Em outros termos, o Estado brasileiro pode ser definido como a própria institucionalização de uma pseudossoberania nacional expressa pelo poder político das elites nacionais ao longo dos tempos, em que se podem

identificar períodos históricos específicos de acumulação: em dado momento a preponderância política é dada a um grupo social e em outro momento essa preponderância é proporcionada a outro grupo social. Através do poder econômico adquirido, a elite local foi capaz de infiltrar nas vísceras do aparelho de Estado uma política de defesa de seus interesses, expressa hoje, em formato militarizado, na política de segurança pública, que concebe os pobres e os negros como inimigos do Estado. Contudo, devemos entender que essa classe composta em sua maioria por trabalhadores negros, é, no entanto, inimiga da elite, e não do Estado propriamente dito, como nos fazem crer.

O urbicídio no contexto brasileiro, efetivado por uma política de violência urbana e de negação da vida na cidade, expede, nesse caso, mecanismos de violência política que agem de forma deliberada sobre o urbano e contra os espaços de grupos específicos. Nesse sentido, a tendência urbicida deve ser vista como parte da inserção de lógicas sociais de reprodução da sociedade que refletem na cidade o processo de urbanização desigual, caracterizado pela segregação da população urbana pobre. Nesse processo há, sob o prisma da repressão e da luta de classes, a instrumentalização de estratégias de guerra urbana contra as favelas, ao conceber esses lugares como territórios inimigos, que podem se rebelar contra a ordem hegemônica vigente. É de fundamental importância para compreensão de tal fenômeno salientar que o urbicídio brasileiro é o próprio modo operante de violência política no substrato urbano contra os pobres e negros enquanto classe social. Essa aparelhagem estatal engendra um padrão urbano de repressão a partir da negação das condições urbanas que possibilitam a vida na cidade a um determinado grupo a partir da destruição dessas condições.

Por isso, o urbicídio abrange, do ponto de vista focalizado aqui, o contexto de segregação espacial e de precarização da vida urbana, em sua análise, quando se nega o acesso à infraestrutura urbana: o que inclui a oferta de bens e serviços urbanos básicos. Nesse sentido, a baixa oferta de serviços de água potável e esgoto, a dificuldade, imposta pelo sistema, de acesso ao transporte público, à eletricidade, ou mesmo à moradia, com fins políticos, manifestados na gestão urbana que incorre no desfavorecimento político de certos grupos em detrimento de outros, podem significar o desenvolvimento de nuances urbicidas no aparelho de Estado e/ou na esfera social. Isto não significa restringir o conceito de urbicídio ao campo de questões econômicas que regem uma sociedade desigual como a nossa, mas reconhecer a necessidade de ressaltar que a guetificação da cidade é expressão espacial oriunda de formas sociais de violência política que operam no tecido urbano. Por este modo

de entendimento, o processo urbicida de negação da cidade a partir do uso de violência política em ambiente urbano manipula o espaço, sendo, por extensão, a destruição urbana o efeito mais visível e de ação local da política de violência urbicida.

Isso fica evidente, por exemplo, em operações de remoção e de reintegração de posse, em que há a manipulação da oferta de serviços urbanos e o emprego de força policial (desproporcional) por parte dos agentes do Estado. É ainda válido notar, nesses casos, que o uso de violência pode-se dar de muitas formas, como o corte de energia ou a interrupção do abastecimento de água para forçar a desocupação do imóvel ou do terreno. Menciono aqui a visão expressa por um dos líderes do movimento de luta por moradia da Ocupação Chico Prego, no centro de Vitória. Na apresentação genérica do meu objeto de pesquisa às lideranças dessa ocupação, mencionei o caso da Síria, ressaltando que as partes envolvidas no conflito se utilizam dos efeitos causados pela destruição da infraestrutura urbana como uma estratégia de guerra. Depois de ouvir minha exposição, um dos entrevistados esboçou uma comparação entre o caso da Síria e a situação por ele observada em Vitória. Disse:

Como você citou o exemplo da Síria, lá tem aquela “guerrilha”, cortam energia... a mesma coisa está acontecendo no Brasil. No Brasil eles aumentam a energia [...]. Antes de entrar no movimento [...], eu era [micro]empresário. Eu era dono de sorveteria. Eu para manter uma sorveteria, você paga energia. Olha bem você, eu pagava de energia [...] R\$ 700, 800 reais de energia, de energia, coisa absurda, [para] alimentar dois *freezers* [...] e acabei falindo depois dessa crise aí com o aumento [do custo] da energia. Como você falou, lá na Síria eles cortam a energia e aqui eles aumentam a energia e futuramente se você não paga eles cortam também⁹³.

Os efeitos do encarecimento da oferta de um serviço como eletricidade ou a baixa oferta do serviço em uma área estará certamente associado à segregação e fragmentação do tecido urbano e, de igual modo, à precarização da condição de vida urbana de um determinado grupo que aí reside. Em estudo sobre a oferta do serviço de energia elétrica nos bairros da Penha e Fonte Grande no município de Vitória, a pesquisa de Zanutelli *et al* (2008) permite evidenciar como a oferta de serviços de energia com baixa qualidade, com instalações ruins e preço alto, está associada à precarização das condições de vida urbana e criminalização daqueles que não conseguem pagar. Dessa forma, pessoas desprovidas de recursos para arcar com o custeio de uso da energia são forçadas a optar por meios condenados pelo sistema, as chamadas ligações clandestinas, por exemplo, mesmo que para isso seja necessário correr riscos.

⁹³ Entrevista com lideranças da Ocupação Chico Prego, que luta por acesso a moradia em Vitória-ES, em 25 de outubro de 2017. Preservamos os nomes dos entrevistados no anonimato.

A oferta de serviços urbanos básicos está desse modo, diretamente relacionada a uma condição de vida urbana em que a restrição ao acesso pode caracterizar uma política de manipulação do serviço urbano de natureza explicitamente urbicida. Trata-se, em outras palavras, de um “urbicídio silencioso”, que, embora não faça uso de bombas ou tanques de guerra, pode arrasar um quarteirão inteiro. A não oferta ou confisco da infraestrutura urbana por quadrilhas e milicianos no Rio de Janeiro, que cobram taxas especiais dos moradores pelo uso de alguns serviços, como água, gás, energia, transporte, internet, entre outros serviços, deve ser interpretada, em grande parte, na esteira de um processo urbicida, em que a infraestrutura urbana é apropriada como um recurso urbano estratégico que pode ser negado a qualquer um que se recuse a pagar a extorsão pelo uso do serviço ou da infraestrutura.

Não surpreende que o próprio Estado também adote uma política de negação ou confisco de infraestrutura física como forma de retaliação. É comum a situação em que o Estado suspende a oferta de serviços essenciais, como água e luz, aos devedores ou aos movimentos de ocupação, como do MTST⁹⁴. O Estado também criminaliza os demais meios que os moradores de favelas e bairros populares usam para ter acesso a energia elétrica ou outro serviço. Afeito a tal lógica de negação de acesso a determinados serviços, em virtude da política de governança discriminatória do Estado, temos a militarização perpetrada pelo Estado como uma estratégia de violência política com efeitos sensíveis no espaço urbano.

Faz parte dessa política a estratégia de “pacificação” das comunidades cariocas. Em tese, a estratégia de pacificação dos territórios controlados pelo tráfico de drogas envolve, dentro dessa lógica, primeiro a ocupação militar, seguida da instalação de uma unidade de polícia permanente, e uma terceira etapa trataria de estabelecer um diálogo entre os atores sociais e canalizar suas demandas. Contudo, a última etapa nunca é colocada em órbita, optando-se pelo patrulhamento ostensivo e pelo estabelecimento de uma nova ordem coercitiva como política de segurança. Esse modelo confronta-se, nesse aspecto, com a construção de uma esfera pública ampliada por meio da expansão da oferta de serviços aos moradores desses territórios e sua integração à cidade. O que se verifica é a negação do estatuto de direito pleno dos cidadãos das favelas e bairros populares.

Em estudo realizado na primeira favela ocupada pelas UPPs, Santa Marta, Sonia Fleury (2012) verificou enormes tensões e contradições da estratégia de ampliação dos

⁹⁴ Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

direitos de cidadania por meio da militarização da esfera social dos favelados. Segundo o seu estudo, a política de segurança de ocupação militar e policial se funda na imposição de uma ordem ostensivamente armada, tendo um comando coercitivo e disciplinador na definição do ordenamento social. Para ela, a construção desse novo ordenamento parte unicamente do estereótipo da favela como território onde predomina a informalidade e a desordem. A ideia de “caos” urbano seria em muitos aspectos associada à favela: eventos ou festas, como o baile *funk*, são percebidos pelos policiais como geradores de tumulto ou desordem, sendo, assim, proibidos ou coibidos pelos policiais.

Nesse contexto, medidas coercitivas de proibição de ligações clandestinas de energia elétrica e de TV a cabo, os chamados gatos, estão gerando tensões e conflitos. Para Fleury, a imposição de uma ordem coercitiva e mercantil em substituição ao domínio do tráfico mantém o sentimento de que não há reconhecimento dos moradores da comunidade por parte das autoridades, tampouco participação da população em processos decisórios que envolvam o plano urbanístico, as remoções e as novas construções. Moradores denunciam que perderam o direito de edificar e melhorar suas casas; ações proibidas por decreto municipal desde a instalação da UPP no local. “[...] O rigor desta medida, justificada para coibir abusos nas construções, é denunciado por ser usado apenas nas favelas, não havendo punição semelhante aplicável aos infratores do asfalto [...]” (FLEURY, 2012, p. 217).

A autoconstrução, que dava a tônica do processo de urbanização das favelas, vem sendo substituída paulatinamente pelo mercado legal, que gera dividendos a grupos de empresários e impostos ao governo. Tal política de restrição à autoconstrução também está relacionada, pode-se deduzir, a uma ação de controle do número de moradores que residem na favela, evitando, assim, que esta cresça espacialmente e em aspecto volumétrico com a verticalização. Do ponto de vista do governo, o aumento da densidade e da complexidade urbana da favela é tratado como uma ameaça. Para inviabilizar o crescimento urbano e “desordenado” da favela, faz parte da estratégia do Estado proibir não só a construção fora dos limites delimitados da favela, mas, também, a edificação de mais pavimentos nas residências que, na falta de espaço para o crescimento horizontal do imóvel, optam pela verticalização.

Isso atende uma estratégia de manipulação do terreno urbano a partir da lógica do controle territorial. Em visita à favela Santa Marta, foi possível verificar que a primeira base da polícia instalada no alto do morro, na antiga residência do ex-traficante Marcinho VP,

perdeu a função original de controle estratégico e social da favela, por ter sido “engolida” pelas construções ao redor, que obstruíram o campo de visão panorâmica que a base proporcionava. Hoje, por conta da redução dos recursos e da inviabilização da permanência da polícia no local, a base se encontra abandonada (ver Figura 51).

Figura 51

Visão panorâmica de cima da Base Militar de Santa Marta, antiga casa do ex-traficante Marcinho VP. Observa-se que construções ao redor e suficientemente próximas do prédio criaram um cerco urbano obstruindo a Base Militar.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 4 de abril de 2017.

A especulação imobiliária e o aumento repentino do custo de vida constituem outro aspecto associado ao processo de remoção branca, uma vez que o aparato estatal coercitivo permitiu o avanço do mercado, desregulando as relações de troca locais e ampliando a mercantilização. A invasão não só de empresas de TV a cabo e telefonia, mas de agentes imobiliários transformou favelas como Santa Marta e Rocinha num grande mercado, dinâmica que atinge o grupo mais vulnerável que paga aluguel e que possui menor renda. Nesse âmbito, há inclusive um debate dando conta que a instalação das UPPs na zona sul estaria atrelada à expansão da cidade legal sobre a favela, que tenderia a sumir gradativamente do mapa da cidade, dando lugar a novos empreendimentos imobiliários. O arranjo espacial seria, nesse caso, alterado, e os efeitos da pressão do setor imobiliário sobre as favelas da região já são verificáveis.

A mercantilização da infraestrutura urbana também se tem dado de forma ilegal por ações de policiais ou grupos milicianos, que substituíram os grupos de traficantes, passando eles mesmo a exercer o monopólio da violência com fins de extorquir os moradores. No Complexo do Alemão,

[...] os agentes da Polícia Civil apelidaram o Alemão e as favelas em torno de Serra Pelada, em referência ao garimpo que atraía tantos brasileiros nos anos 1980. Era

um território onde podiam simplesmente pegar à vontade armas, drogas e dinheiro, muitas vezes deixados pelos traficantes em fuga. Um dos principais criminosos era o inspetor Leonardo Torres, o Trovão, que recebera generosos elogios do governador Cabral como policial exemplar durante as incursões no Alemão em 2007 e 2008. O personagem no estilo Rambo, fumando seu charuto, andava molestando e ameaçando toda a área de Ramos, vizinha do Alemão (GLENNY, 2016, p. 319).

Na Rocinha os policiais haviam transformado a UPP numa milícia, que passou a cobrar taxas do transporte alternativo feito por vans e mototáxis, de distribuidores de gás e dos fornecedores de energia elétrica. O esquema era comandado pelo major Edson dos Santos, e os próprios traficantes estavam pagando aos policiais uma espécie de taxa para traficar. Esse tipo de esquema não é incomum e remonta ao período de atividade de bicheiros, como foi visto. O elemento inovador é justamente o controle dos serviços e da infraestrutura urbana, que, “apropriados” de forma ilegal – um verdadeiro sequestro –, passam a ser uma fonte de acumulação extraordinária. O esquema só veio à tona no caso Amarildo, quando Edson e seus comparsas foram expostos na mídia e condenados por meio do trabalho de investigação de Orlando Zaccone, na chamada Operação Paz Armada. Os policiais estavam se apropriando da infraestrutura urbana e dos serviços disponíveis para criar uma rede de espoliação baseada no controle dos recursos urbanos, a partir da ameaça (ver GLENNY, 2016).

Segundo Zaccone, em seu artigo para o *Jornal GGN*, de 9 de abril de 2017, responsável pela investigação na Rocinha, a política de segurança do Rio de Janeiro teria se transformado numa política de extermínio de inimigos. Dentro desse modelo de “insegurança”, os mesmos policiais que são associados ao tráfico de drogas ilícitas também atuam como exterminadores de bandidos e de suspeitos nas favelas, à revelia da lei. Para ele, o argumento de que vivemos uma guerra civil serve para justificar as altas taxas de letalidade a partir de ações policiais; tal argumento, além de falacioso, oculta a dinâmica do evento da ocorrência que produz as mortes justificadas como atos de resistência. Para a justiça e, em certa medida, para uma parcela significativa da sociedade, a definição do morto como inimigo opera uma inversão da linha de investigação, em que o falecido passa a ser suspeito. Essa inversão à definição do modo de vida atribuída como fora do padrão do dito “cidadão do bem” serve, a contragosto, para condenar sem provas o falecido.

A ideologia de guerra é usada aqui como um instrumento de dominação de classe, identificando supostos inimigos de toda a sociedade. Elege-se como inimigo “Número 1” do Estado e da sociedade o traficante de drogas, e o sistema de reprodução desigual, que gera de fato essa realidade social, não é nem ao menos mencionado e muito menos compreendido pela

maior parte das pessoas, que acabam incorporando, como vimos à construção da imagem do inimigo. Essa construção, por sua vez, constitui o caminho utilizado para aplicar a política de exceção e de extermínio de traficantes de drogas, com o discurso de proteção da sociedade. Com isso se justifica e se legitima qualquer ação repressora. A definição da favela como território inimigo e como um ambiente “caótico” e “desordenado”, lugar de “bandido”, como se diz nas entrelinhas, opera a redefinição da favela como um espaço de batalha, e do favelado, como inimigo interno do Estado. Com base nesse conceito operacional a segurança pública coloca em prática políticas de guerra em operações militares em áreas urbanas densamente povoadas.

A atuação da polícia nas favelas a partir dessa linha de raciocínio pode ser comparável à ação dos traficantes, como muitos relatos revelam. No estudo de Alves & Evanson (2013), os autores descrevem a atuação brutal da polícia, em especial do BOPE, em comunidades pobres e estigmatizadas pela mídia como redutos de marginais fortemente armados. Em entrevista aos autores, um grupo de professores de uma escola pública localizada dentro de uma favela do Rio de Janeiro relata a ação violenta da polícia na comunidade, em que os policiais, não distinguindo moradores de traficantes, tratam toda a população como criminosa, adotando uma visão estereotipada a respeito dos moradores.

Eles contam que os soldados do BOPE invadiram, numa ocasião, o pátio da escola com o carro blindado, chamado Caveirão, colocando as crianças no fogo cruzado entre traficantes e soldados. Há acusação de que, além de exporem a população ao tiroteio, os soldados do BOPE torturam e assassinam até mesmo pessoas que não têm nenhum envolvimento com o tráfico de drogas, ocultando depois os cadáveres; tais pessoas, muitas vezes inocentes, são previamente, sem nenhum tipo de julgamento, consideradas criminosas. Ainda segundo os relatos de uma professora, os policiais entram na comunidade cantando uma música que diz: “Vou te pegar, vou te matar, vou sugar a tua alma.” Tais ações têm gerado grande ressentimento na população em relação à polícia; em geral a avaliação que essas comunidades fazem dos policiais é que eles são piores do que os traficantes.

Cada vez mais, nesse modelo de policiamento, o Caveirão tem sido cada vez mais empregado como veículo de combate, e não como equipamento de apoio em operações ou para resgatar policiais e pessoas feridas em confrontos em áreas conflagradas pelo crime organizado. Esses veículos, que em sua primeira versão eram carros adaptados, são agora fabricados especialmente para essa função, por conta de operações mais ostensivas, como foi

a “pacificação” do Complexo do Alemão, quando o BOPE precisou apelar para veículos das Forças Armadas⁹⁵.

Com o propósito de atender esse tipo de demanda, o blindado sul-africano Maverick Paramount (ver Figura 52) foi uma das principais atrações da Feira Internacional de Segurança e Defesa (LAAD) de 2013, realizada no Rio de Janeiro, quando o governo do estado do Rio de Janeiro fez ao menos oito aquisições do veículo. Diferente dos veículos adaptados que o BOPE emprega, o Maverick foi criado para ser um veículo de caserna. Possui blindagem reforçada, que aguenta disparos de calibre 7.62 mm (armas como o FAL – Fuzil Automático Leve) e 12,7 mm ou .50 (metralhadoras estacionárias, como a Browning M2), que são armas potentes usadas em assaltos a carros-fortes. Além da capacidade de resistir a disparos de grosso calibre, o Maverick também é capaz de suportar explosões de granadas, como a M26, e continuar andando, graças à chamada proteção cinética de que dispõe o veículo. Os pneus podem rodar vazios ou mesmo ser inflados ao toque de um botão.

Figura 52

Veículo Maverick Paramount adquirido pelo governo do Rio de Janeiro apresentado na Feira Internacional de Segurança e Defesa (LAAD), com pintura e brasão do BOPE.



Fonte: Foto de Jorge Rodrigues para a *Revista Auto Esporte*, em 11 de abril de 2013.

⁹⁵ Sobre o novo veículo de incursão em favelas do governo do estado do Rio de Janeiro, ver a reportagem de Júlio Cabral, intitulada *Conheça o novo Caveirão da polícia do Rio de Janeiro*, publicada pela revista *Auto Esporte*, em 11 de abril de 2013. A matéria encontra-se disponível no endereço eletrônico da revista: (<<http://revistaautoesporte.globo.com>>).

O seu emprego é ideal, como destaca a reportagem de Júlio Cabral, em terrenos acidentados, já que o veículo conta com tração integral nas rodas e um sistema de energia independente, que pode alimentar a máquina, garantindo, inclusive, certo conforto aos policiais em operações militares, ao manter por longos períodos o funcionamento do aparelho de ar condicionado dentro do blindado. Possui ainda, por fim, um sistema de extração de ar para sugar a fumaça produzida pelos disparos feitos de dentro do veículo. O Caveirão, seja na versão mais moderna ou tradicional, é um veículo de combate urbano empregado em favelas contra a população, e não só contra o tráfico de drogas. Em vídeos que circulam pela internet, feitos por moradores, podemos ver que os condutores do Caveirão usam o veículo como uma arma de guerra para abrir caminho sobre veículos civis estacionados.

Em um desses vídeos, que teve repercussão na grande mídia, podemos ver um blindado da polícia forçando a passagem em um beco estreito, danificando os automóveis dos moradores da Vila Kennedy, em Bangu, zona oeste do Rio, que se encontravam estacionados. Nas imagens feitas por um morador é possível ver que um blindado da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC) atinge dois carros e uma moto que estão estacionados nas calçadas. O morador que gravou o vídeo reclamou da conduta dos policiais: “Passou aqui, ó, viu que não dava pra passar dois carros, eu no portão, não pedi pra eu tirar o carro. Eu no portão, não pedi pra eu poder tirar o carro. Fez essa merda aí. Só coisa de trabalhador, olha as placas aí.. vai bater de novo! Vai bater de novo!! Ó, meu carro, cara, não!”, grita o homem no vídeo, enquanto o blindado retorna e passa pela via uma segunda vez e amassa os carros estacionados. A equipe do DRFC notificou que “marginais” haviam colocado barricadas em diversas vias para dificultar a ação policial e que em algumas vias os moradores deixaram seus carros estacionados na rua sem se preocuparem com a necessidade de passagem dos veículos, como se os moradores, em operações militares, se sentissem seguros para sair de suas casas para manobrar os veículos. Se assim fizessem, poderiam levar um tiro em situação de confronto com traficantes⁹⁶. É válido frisar que na zona sul jamais uma Ferrari foi atingida por um veículo blindado da polícia.

A ação da polícia do Rio de Janeiro, ao conceber a favela como espaço de batalha, repleta de ruas estreitas e becos, faz das vias públicas uma praça de guerra. Nelas o emprego

⁹⁶ Sobre esse fato pode-se consultar a reportagem do *G1Globo*, intitulada *Veículo blindado da Polícia Civil danifica carros de moradores da Vila Kennedy, Zona Oeste do Rio de Janeiro*, publicada em 25 de maio de 2017 e disponível no endereço eletrônico da rede de notícias (<<http://g1.globo.com/>>). Outros vídeos similares circulam pela internet. Em um deles, na Rocinha, supostamente gravado no mês de setembro de 2017, um Caveirão passa por cima de algumas motocicletas sem que antes tenha solicitado que elas fossem retiradas para liberar a sua passagem. Incidentes desse tipo também foram registrados por câmeras de *smartphones* em 28 de outubro de 2018, dia da eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil.

de veículos blindados passou a ser uma constante no combate aos traficantes e uma forma de “esculacho” infligido aos moradores, vistos de forma negativa pela polícia. Uma das estratégias mais recentes usadas pelo BOPE é o emprego de uma unidade especial que se assemelha em muito aos tratores militares utilizados por Israel na destruição de casas e de infraestruturas urbanas. Como a própria *Fanpage* do grupo de operações se descreve,

a Unidade de Demolição, Engenharia e Transporte (UEDT), também conhecida como equipe DEMO, surgiu devido a necessidade de desobstrução dos acessos da comunidade para entrada das viaturas durante operações policiais. Ela é formada por policiais com conhecimento de mecânica de veículos pesados e explosivos. Eles são responsáveis por operar maquinários – pá mecânica, retroescavadeira, caminhão munk e caminhão reboque – na liberação dos acessos e por destruir as fortificações do tráfico. Quando se faz necessário utilizam também explosivos em suas operações (Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) via Facebook, 19 de novembro de 2015).

Cabe também à Unidade montar equipamentos em terreno de difícil acesso para servir de base avançada das tropas nos locais a serem “pacificados”. O BOPE utiliza técnicas aperfeiçoadas semelhantes às empregadas por Israel na Palestina, efetuando operações de destruição de obstáculos no terreno urbano do inimigo que dificultem o seu acesso aos morros e aos bairros populares da cidade controlados pelo tráfico (ver Figuras 53 e 54, p. 243). Agindo dessa forma, os tratores do Bope removem não só obstáculos instalados nas vias públicas por traficantes, mas também qualquer outro tipo de edificação supostamente irregular que atrapalhe sua circulação e assim dificulte a ação da equipe nas favelas. Diante dessa forma de emprego das forças policiais, que mescla violência política e estratégias militares de operação em terreno urbano, orientada contra grupos específicos e seus espaços, não é difícil imaginar que o BOPE e seu maquinário possam ser usados em remoções forçadas nas favelas, num futuro próximo, para atender interesses imobiliários.

Figura 53

Soldados do Bope posam portando armas (de forma ameaçadora), junto a um trator utilizado pela Unidade de Demolição, Engenharia e Transporte (UEDT), em operações de destruição de obstáculos que dificultam o acesso em áreas controladas pelo tráfico de drogas. A atuação da Unidade emprega técnicas urbanas em suas operações num contexto bem particular de combate aos grupos de traficantes.

Fonte: Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) via Facebook, 20 de fevereiro de 2017.

**Figura 54**

Unidade de Engenharia, Demolição e Transporte (UEDT), do BOPE, em ação para remover barricadas instaladas por traficantes e desobstruir vias no Complexo do Chapadão, no Rio de Janeiro.

Fonte: Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) via Facebook, 7 de julho de 2016.

No Rio de Janeiro narcotraficantes também se utilizam de estratégias de “guerra urbana” de natureza urbicida. Já há algum tempo, em ações de retaliação ao governo, usam o artifício de incendiar ônibus públicos do sistema de transporte, obstruir vias e ordenar o fechamento do comércio de bairros inteiros. Foi o que ocorreu, de forma coordenada, entre o Natal de 2006 e o ano-novo de 2007 no Rio de Janeiro, quando o Comando Vermelho (CV) fez uma série de ataques dessa natureza, sitiando a capital fluminense em resposta à invasão das milícias em alguns de seus bastiões no Complexo do Alemão. O Comando Vermelho considera as milícias como parte efetiva da polícia regular e por isso resolveu agir dessa forma, talvez inspirado numa sucessão de ataques semelhantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, que naquele mesmo ano, durante dois ou três dias, paralisou a capital paulista em uma série de ataques, deixando mais de 120 mortos⁹⁷. O número de mortos no Rio de Janeiro foi menor, mas os ataques, em termos geográficos, alcançaram áreas empresariais e administrativas, expondo a vulnerabilidade da cidade (sobre os ataques de 2006–2007, ver GLENNY, 2016; e AMORIM, 2010).

Durante a ocupação do Complexo do Alemão em novembro de 2010 pelas forças conjuntas do Estado, incluindo a PM do Rio, a Marinha e o Exército, desencadeou-se outra vez no Rio de Janeiro uma série de ataques contra ônibus. Não se sabe ao certo se a motivação principal foram as ocupações empreendidas pelo governo em favelas controladas por grupos de traficantes ou se foi a decisão de transferir um grupo de altos líderes da facção do CV, entre eles Fernandinho Beira-Mar, de suas prisões no Rio de Janeiro para presídios em outros estados. Podem ter sido as duas coisas juntas. O certo é que alguns grupos armados saíram das favelas e foram para as principais vias públicas do Rio, onde pararam o trânsito, abriram fogo, assaltaram taxistas e passageiros e, por fim, incendiaram ônibus nas áreas residenciais e comerciais de classe média para demonstrar para a sociedade e para o governo sua insatisfação, mas também sua capacidade de retaliação (ver GLENNY, 2016).

O impressionante é que as forças policiais e o Exército empregam estratégias semelhantes. Na operação de ocupação do Complexo do Alemão e das favelas adjacentes em 2010, realizou-se um forte cerco numa extensa área para impedir a fuga de traficantes, sitiando os moradores em suas próprias casas. Muitos moradores ficaram sem poder ir ao trabalho ou dele retornar, e estudantes não puderam frequentar aulas durante a operação.

⁹⁷ Deve-se mencionar que as ações de retaliação da polícia podem ser consideradas tão brutais quanto ou até mais que a dos grupos de traficantes.

Alguns ficaram, inclusive, sem mantimentos e medicação, sendo impossibilitados de irem ao mercado ou farmácia/pronto-socorro. Nas imagens transmitidas pela televisão pudemos ver os tanques da Marinha entrando na favela, passando por cima dos obstáculos colocados pelos traficantes, por vias estreitas e de difícil acesso, chocando-se com muros e danificando casas de moradores, que permaneciam acuados em suas residências.

A partir desta modalidade de controle territorial, o toque de recolher, usado pelos traficantes para fechar o comércio, como uma forma de retaliação e imposição de sua força, vem sendo, também, empregado pelas forças de repressão do Estado. Tal estratégia – manipulação e controle do terreno urbano a partir da proibição de circular em certos horários, em vez de alterar a morfologia do terreno – concorre para restringir a mobilidade das pessoas, “esvaziando” o território onde vigora essa medida de exceção. Nesse sentido:

O toque de recolher pode ser visto como técnica de exercício de poder em termos de uma contenção territorial “invisível”, cuja expressão espacial pode não ter referenciais materiais claros, mas onde quem vive nessas áreas reconhece exatamente até onde se estende a “lei” do narcotráfico” – até porque muitos traficantes delimitam claramente a área de sua “ronda” para constranger moradores. Trata-se, podemos dizer, de uma contenção temporária, focada mais no controle do tempo (o horário em que a mobilidade é restringida) do que do espaço (embora, obviamente, este também seja delimitado) (HAESBAERT, 2014, p. 259-260).

No caso do emprego do toque de recolher em operações militares ou em territórios “pacificados”, o foco está na estratégia de supressão do espaço público, como vias de circulação, trocas e relações sociais e lugares de lazer dos favelados. Assim, o espaço mais importante dos moradores, que, além de seu lugar de moradia, deveria ser reservado para usufruto do “modo” de vida urbano, permitindo a esse morador participar de festas ao ar livre e de bailes *funk*, por exemplo, tende a ser debilitado por tais medidas de exceção.

A polícia pode, dessa maneira, suprimir o espaço de convivência social, proibindo festas e atividades culturais ao ar livre ou até mesmo intimidar moradores. Na favela da Rocinha, por exemplo, soldados das Forças Armadas foram vistos com máscaras de caveira cujo uso não é restrito ao combate a grupos de traficantes, mas serve para esconder a identidade do soldado. Assim, este poderá até cometer assassinatos, atuando fora da lei, sem ser identificado. Soldados mascarados e armados circulando pelas vias e becos da favela transmitem a mensagem simbólica de que são uma força de extermínio e que estão ali para matar, esvaziando o espaço público de convivência dos moradores, que ficam naturalmente

com medo⁹⁸. Essa estratégia é empregada para anular o volume político do tráfico, já que, não havendo moradores nas ruas e praças, fica fácil para a polícia identificar os traficantes e patrulhar as ruas. Sem pessoas na rua o território volumétrico do tráfico se torna um terreno urbano estéril para suas atividades. Espaços de convivência esvaziados, dessa maneira, tipificam um aspecto do urbicídio.

Outra estratégia da polícia consiste em erguer muros dentro da favela em becos e vielas estreitas com o intuito de dificultar a fuga de traficantes. Essa estratégia de contenção já é usada pelo tráfico há algum tempo. É curioso que tem sido replicada agora pelos policiais. No caso do tráfico de drogas, os traficantes podem colocar, nas principais vias de acesso blocos de cimento e pedras, ou até vigas e trilhos de aço, instaladas nas ruas, constituindo uma espécie de guarita, para impedir a entrada de viaturas da polícia. Esses bloqueios são resistentes o suficiente para impedir a entrada dos blindados da polícia, chamados Caveirões. Seu emprego também serve para filtrar a entrada das pessoas que circulam pela favela. Consiste, em certo modo, numa adaptação do *checkpoint* (ponto de checagem) israelense, que controla os fluxos de palestinos. Os traficantes podem também construir muros ou colocar portas de aço em becos que dão acesso a outras favelas, impedindo a entrada de inimigos procedentes de outros territórios. Trata-se, portanto, de uma estratégia de contenção territorial, que podemos chamar de “bloqueio defensivo” do tráfico de drogas. Serve para inviabilizar a infiltração de inimigos e assegurar um melhor controle de volumes territoriais, garantindo o controle sobre certos espaços essenciais à ação e à segurança do grupo.

Já a polícia usa essa estratégia como forma de alterar a malha urbana da favela para impedir a fuga de criminosos e o efetivo exercício do controle territorial de grupos de traficantes, que se apoiam na tipologia labiríntica da favela. O emprego deste tipo de estratégia urbana de combate aos traficantes que envolve construção tem por finalidade “anular” a morfologia labiríntica da favela, que os traficantes usam ao seu favor para fugir e se defender da polícia. Essa estratégia – desarticular os volumes do tráfico modificando os circuitos internos de interação na favela – pode, nesse sentido, ser denominada, queremos propor, “contenção labiríntica”, já que seu foco de ação é evitar a evasão dos traficantes, criando uma espécie de cerco urbano que possa impedir sua fuga (ver Figura 55, p. 247). Faz-se necessário mencionar que, embora essas vias possam ser usadas pela atividade do tráfico de

⁹⁸ Sobre a ação de soldados mascarados na favela da Rocinha pode-se consultar a reportagem intitulada *Máscaras de caveira são a cara do desrespeito aos direitos constitucionais na Rocinha*, publicada em 27 de setembro de 2017 pela redação do *Esquerda Diário* e disponível no mesmo site: (<<http://www.esquerdadiario.com.br>>).

varejo, também são vias de uso de moradores. Seu bloqueio é uma violação do direito mais básico.



Figura 55

Em um post na rede social do *Facebook*, Raul Santiago, morador do Complexo do Alemão e membro do Coletivo Papo Reto, denunciou, através da rede de computadores, a construção de um muro na favela por policiais. Notícias de que policiaes estão fazendo bloqueios em becos e vielas na favela, usando para isso blocos de cimento e sacos de areia, circulam pela internet.

Fonte: Perfil de Raul Santiago, do Coletivo Papo Reto, no *Facebook*, 16 de março de 2017.

O comando local DEVE ser cobrado e retirado do COMPLEXO DO ALEMÃO, isso é URGENTE, pois a gravidade e variedade de violações de direitos que são cometidas nessa área são uma barbarie.

VIDAS NAS FAVELAS IMPORTAM!

#NósporNós
#FavelaSempre



Tais estratégias demonstram explicitamente, no cotidiano urbano dos moradores, uma tendência de intervenção que manipula o espaço urbano, tanto por parte dos grupos “ilegais” quanto das forças policiais. No caso da ação da polícia, faz-se aqui uma ressalva: a remoção de obstáculos da via pública para efetuar a detenção de traficantes e liberar o trânsito não se baseia somente na destruição do espaço urbano, mas também na construção e alteração do arranjo espacial, que se dá mediante instalação de bases da polícia ou construção de muros e estabelecimento de bloqueios. No fundo, a política volumétrica tem produzido ordenamento de controle e apropriação da infraestrutura urbana, que se manifesta aqui não só nas incursões militares de fora do território, mas também através da ocupação e presença permanente de forças policiais e de traficantes no terreno urbano, pelo controle do volume político como instrumento para assegurar o controle espacial em perspectiva tridimensional. Nesse aspecto, a instalação das Unidades da Polícia Pacificadora e a presença de traficantes no território criam um dispositivo de controle, que interage com os moradores, que pode assumir a função repressiva partindo de dentro do território.

O controle da infraestrutura física e da oferta urbana de serviços que tais grupos assumem pode configurar uma ação urbicida que consiste na precarização das condições urbanas de vida na cidade, inviabilizando, através do uso da violência política, o acesso da população a certos recursos. Nesse mesmo sentido, a ação de milicianos, de grupos de traficantes ou da polícia pode ainda expulsar moradores de suas residências, revelando, assim, a essência da atividade urbicida, que consiste em negar de forma deliberada a um determinado indivíduo ou grupo o acesso às condições urbanas de vida na cidade. O modo operante do urbicídio assume, dessa forma, o viés da violência política, no qual há manipulação do terreno urbano para reprimir ou expulsar contingentes populacionais, impedindo o uso do espaço urbano como lugar de variadas formas de interação social. Esse tipo de violência, ação repressiva empregada para suprimir o espaço público ou expulsar moradores, gera um processo de “esterilização” do espaço urbano do favelado, que não pode mais se expressar ou fazer reivindicações através do substrato urbano de sua existência mais imediata na cidade.

Urbicídio e Megaeventos

Fora do espaço urbano mais imediato das classes subalternas a instrumentalização da violência política de classe se aproveita ou se utiliza da realização de megaeventos esportivos como os Jogos Pan-americanos, Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, realizados no Rio de Janeiro na última década, para expulsar moradores de áreas populares que estão na mira de setores imobiliários, com a justificativa de que se visa à produção de uma “nova cidade”. No caso do Rio, a produção da “Cidade Olímpica” pode ser vista em contrapartida como um modelo espacial de mão dupla: expulsão e encarceramento dos pobres em enclaves espaciais precários quanto à infraestrutura urbana e à condição social. A militarização da cidade posta a reprimir aqueles que não seguem as “novas leis” de privatização da vida urbana atende esse “projeto”.

A realização dos eventos da Fifa e do COI está atrelada a fontes “milagrosas” de captação de capitais. Isso serve de justificativa para investir dinheiro público na propalada “modernização” da cidade, redundando, ao fim de tudo, em negócios milionários para o setor privado, mediante o custeio de dinheiro público em obras de infraestrutura. Impede-se, assim, que tais recursos sejam investidos em setores básicos, como saneamento e moradia. Ao drenar esses recursos via a realização dos megaeventos, o setor privado auferir lucros extraordinários com custeio mínimo, reservando o ônus para os contribuintes. Nessa contabilidade não se garante lucro para as sedes: o mesmo não se podendo dizer do retorno político-eleitoral para

dirigentes e governantes envolvidos, como demonstram Ferreira (2014) e Mascarenhas (2016). Atenas, um dos exemplos mais dramáticos, sede dos Jogos de 2004, criou um déficit nas contas públicas e dependência do setor financeiro que ajudou a afundar a Grécia numa crise estrutural que não parece ter fim, fato esse que se repete com o Rio.

As relações capitaneadas por interesses corporativos resultam na configuração de uma cidade mais cara para se viver, onde prospera o aprofundamento da dinâmica estrutural de desigualdade social e segregação espacial envolta em programas de militarização. Como fica evidente no caso carioca, a estratégia dos grupos que detêm o dinheiro é criar uma cidade voltada para o turismo e para o mercado, para aqueles que podem consumir o espaço urbano, enquanto os habitantes mais pobres, sem recursos, são excluídos da lógica de consumo e do próprio espaço. Para garantir a distinção, nas formas de apropriação, entre a população pobre e as classes privilegiadas, as Unidades da Polícia Pacificadora (UPP) foram, em sua grande maioria, instaladas nas favelas que sofrem hoje os efeitos da especulação imobiliária (MARICATO, 2014). Além de estádios e ginásios, foram implantadas estruturas viárias de tráfego rápido como forma de controle sobre os fluxos. Elas funcionam como infraestruturas de contenção territorial. Tudo para privilegiar a circulação daqueles que trafegam por tais vias sem depender do transporte público.

Favelas situadas em áreas desvalorizadas e suficientemente distantes dos olhos de especuladores e do interesse imediato do Estado são, por essa mesma ótica, entregues ao poder das milícias ou do tráfico de drogas (MARICATO, 2014). Milhares de pessoas são abandonadas à sorte de grupos paramilitares que estão presentes em quase todos os bairros populares da cidade. Esse modelo de *apartheid*, que se configura a passos largos no Rio de Janeiro, pode ser mais bem descrito pela produção de zonas específicas, de investimento e exclusão, que distinguem ao menos três tipos de “cidades em produção”. Podemos propor uma distinção espacial delas, da seguinte forma: *zonas de abandono* do Estado, em que moradores são deixados à mera sorte de traficantes de drogas e grupos de milicianos; *zonas militarizadas* pelo Estado, que disputam com o tráfico de drogas o controle do monopólio da violência nas favelas, enquanto os moradores ficam no meio do fogo cruzado entre policiais e traficantes; e, finalmente, *zonas turísticas*, onde estão localizados os bairros das classes privilegiadas, voltadas para o turismo, atividades empresariais e consumo seletivo do espaço como um todo para aqueles que podem pagar.

A Copa do Mundo e, sobretudo, o projeto Olímpico Rio 2016 mostrou ser uma replicação mais draconiana da perspectiva da cidade empreendedora por meio do uso de competições internacionais cujo foco é a espetacularização, que há muito são realizadas na Europa e nos Estados Unidos. Tais competições são agora sediadas em países ainda carentes em infraestrutura, como é o caso do Brasil; países que não sanaram os problemas mais básicos, como acesso a água tratada, saneamento ou moradia. Dadas essas condições, tais eventos tendem, via o modelo corporativista e a produção de uma cidade para o grande capital, acentuar a desigualdade social. Tanto a Copa do Mundo de 2014 quanto os Jogos Olímpicos de 2016 refletiram o método já conhecido de reproduzir o modo de produção capitalista por meio da instalação de uma lógica de estado de exceção, pautada por interesses empresariais (ver MAIOR, 2014; MARCARENHAS, 2016).

Para a realização da Copa no Brasil foi colocada em prática a Lei Geral da Copa (LGC), n. 12.663/2012, fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e a Fifa para atender os denominados padrões Fifa de organização do evento, que, em sua utilidade última, atendem interesses exclusivos dos parceiros econômicos da Fifa, sem considerar questões locais. No artigo 11 da referida lei determinou-se a criação de uma “rua exclusiva” para a Fifa e seus parceiros, em detrimento dos trabalhadores ambulantes e camelôs, que foram proibidos de atuar no entorno dos estádios via o estabelecimento de um perímetro de exclusão no raio de dois quilômetros (MAIOR, 2014; a esse respeito veja-se também o dossiê elaborado pelo Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa 2014⁹⁹) – um exemplo de uso seletivo do espaço urbano manifestado por esse modelo de gestão.

Durante os Jogos Olímpicos a exclusão da economia popular dos locais de evento foi cabalmente infligida pela atuação da Prefeitura do Rio, sob comando de Eduardo Paes, então prefeito na época, que fez uso da Guarda Municipal para reprimir trabalhadores informais, num claro desvio de função legal da corporação. Medidas como essa têm tido amparo legal, através de aberrações constitucionais introduzidas pela aprovação da Lei Geral das Olimpíadas, n. 13.284/2016, criando condições de exceção instituídas para criminalizar

⁹⁹ O que chamamos de dossiê do Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa 2014 consiste numa série de matérias elaboradas por essa organização que vão do mês de maio a agosto de 2014. Esse material encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico (<<https://atingidoscopa2014.wordpress.com/>>).

Autódromo. O interessante é que isso é apresentado como um “legado”.

Fonte: Imagens retiradas da internet.



Do outro lado da cidade, moradores do morro da Providência, residentes próximos à zona portuária, também foram vítimas das políticas de “modernização” urbana. Trata-se do projeto denominado Porto Maravilha. Concebido com o objetivo de revitalização portuária do Rio de Janeiro, desconsidera os moradores das áreas circunvizinhas e respectivas reivindicações. Tal como ocorreu com as outras obras de infraestrutura e revitalização, que foram orientadas para a reprodução do capital e para o consumo das classes mais abastadas, as obras do projeto do Porto Maravilha estabelecem uma intensa pressão imobiliária sobre a comunidade, que tende a desaparecer com o tempo. Como assinala Rolnik (2014), com a justificativa de que essas ocupações são irregulares, portanto, processadas na “ilegalidade”, as remoções na cidade têm-se dado, em geral, sem o pagamento de indenização, e quando este é efetuado, desconsidera-se completamente o valor da terra, descumprindo, assim, a Constituição e a legislação específica, que garantem esse reconhecimento.

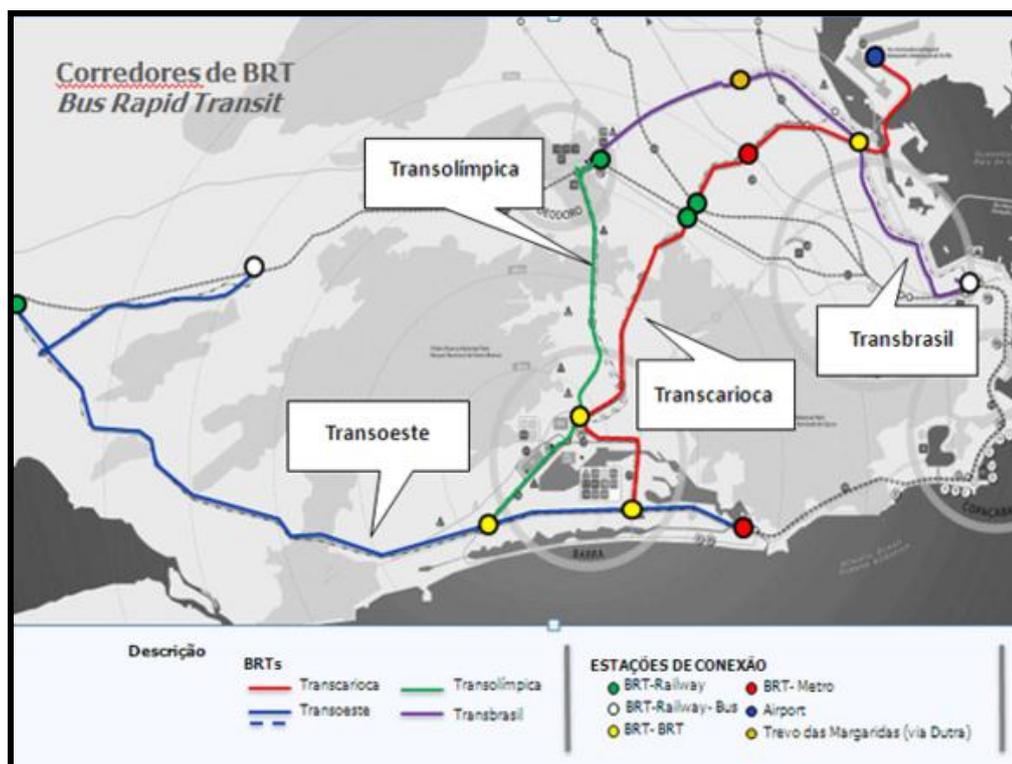
O setor imobiliário é a norma, em outras palavras, que rege a concepção urbanística das obras de infraestrutura voltadas para os Jogos Olímpicos. A opção pela Barra da Tijuca como o “coração dos jogos”, onde se ergueu o Parque Olímpico, explicita o avanço imobiliário sobre essa porção da cidade, mediante a abertura da TransOlímpica, uma via expressa que liga a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes à Magalhães Bastos e Deodoro e também a um corredor de BRT (*Bus Rapid Transit*), que liga o Recreio dos Bandeirantes à Vila Militar. Embora o modelo de transporte coletivo intrametropolitano via ônibus rápidos do sistema BRT tenha sido tratado como a menina dos olhos do legado à cidade do Rio, ele concentra todo o seu planejamento no entorno da Barra da Tijuca como suposta “nova centralidade”. Suas três linhas partem da Barra da Tijuca sem contemplar o

principal fluxo diário de deslocamento de trabalhadores, não atendendo, portanto, as maiores demandas de transporte público da cidade (MASCARENHAS, 2016).

A abertura da TransOlimpica e de outros corredores de BRT (ver Figura 58), além de ter-se baseado no uso do automóvel particular para atender os moradores da região, favoreceu a atuação de agentes imobiliários que promoveram intensa degradação ambiental. Ao longo da via expressa é possível notar a abertura de vários terrenos em áreas alagadas que estão aguardando algum empreendimento imobiliário ou que já foram concluídos, estando em pleno funcionamento, com destaque para grandes redes de *shopping centers* instaladas no entorno da via expressa. Não é de se admirar que a região tenha sido planejada para o consumo de alto padrão, com a intenção de inviabilizar as ocupações populares e a construção de imóveis que não se ajustam ao padrão de consumo da cidade capitalista elitizada.

Figura 58

Corredores de BRT, Rio de Janeiro



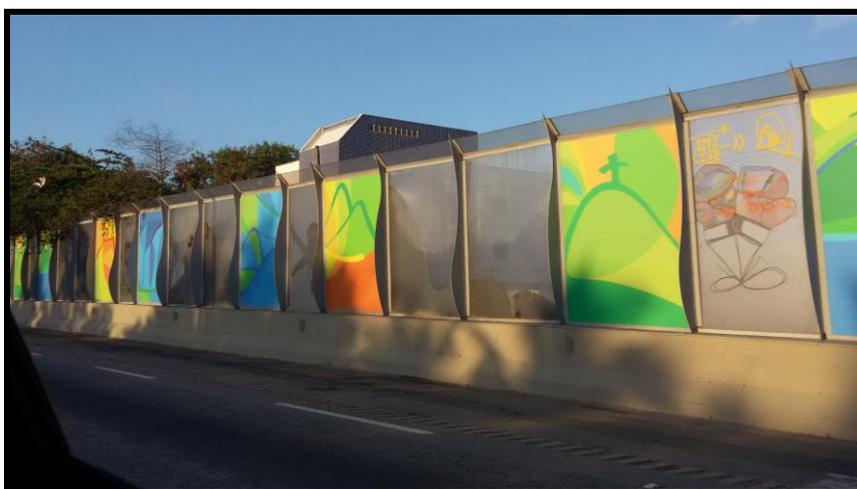
Fonte: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, CAU/RJ (<https://www.caurj.gov.br/>).

Durante os Jogos foi notável o uso do sistema BRT como instrumento viário de uma sofisticada política de contenção territorial, ao restringir o acesso de trabalhadores, permitindo somente aos que possuíam o bilhete de ingresso para assistir as competições o livre acesso à Barra da Tijuca. Essa mesma política de uso das vias públicas como ferramentas de contenção

é ainda mais draconiana e consolidada quando diz respeito ao uso das duas principais vias expressas da cidade. Tanto ao longo da Linha Vermelha quanto da Linha Amarela foram instalados tapumes tematizados durante os Jogos Olímpicos como uma espécie de “maquiagem urbana” para encobrir as favelas dos olhares de turistas que chegavam pelo aeroporto do Galeão. Em decorrência das críticas, a organização dos eventos fez questão de alegar que serviam para diminuir a poluição sonora do tráfego de veículos, que perturba os moradores que residem próximo das vias (ver Figura 59).

Figura 59

Na imagem abaixo podemos ver o muro de tapume colocado ao longo do trajeto da Linha Vermelha durante a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016¹⁰¹.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 11 de agosto de 2016.

Esse modelo urbano de contenção territorial é melhor descrito por Haesbaert (2014, 2017) sob a ótica dos processos de des-territorialização, a partir da perspectiva da insegurança e da biopolítica que caracterizam a sociedade contemporânea. Ao analisar a emergência de dinâmicas de territorialização específicas para além da simples precarização e reclusão territorial, Haesbaert observa a produção de uma cidade vigiada definida por funções de “i-mobilização”, em que determinados grupos são “confinados” e “contidos” em processos de contenção territorial. Muros e cercas, mas também vias expressas, assumem, a partir daí, a função dupla de confinar e/ou barrar os fluxos que não interessam ao modelo ou simplesmente interessam à produção desigual da cidade capitalista; por esse efeito, classes

¹⁰¹ O tapume ao longo da Linha Vermelha havia sido colocado pela primeira vez entre 2007-2008. Durante a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos a estrutura foi recolocada.

sociais distintas são direcionadas cada qual para um lado, acentuando o processo de segregação espacial.

Haesbaert (2014) destaca, ainda, que em nome da segurança uma gestão do espaço social tem sido produzida a partir da escolha do Rio para sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Essa lógica tem reforçado um processo de vigilância e de i-mobilização da vida urbana que concentra sua ação no controle dos fluxos. Trata-se, em outras palavras, de uma forma de regular o “meio” ou as redes em que circula a população, com emprego de duas modalidades principais de muros: os muros-dutos e os muros-barragem, como Haesbaert denomina.

[...] Os muros-dutos são construídos ao longo de grandes vias de circulação e implicam principalmente a contenção indireta da população subalterna, pela “canalização” ou direcionamento seguro dos fluxos, sobretudo em relação a grupos que “devem” – ou que querem – evitar o contato com certas áreas da cidade (como as favelas). Isso ocorre seja pelo alegado risco à sua segurança, seja pelo próprio impacto visual. Oficialmente, um dos principais argumentos gira em torno do discurso biopolítico-ecológico de barreira acústica manifestada por esses muros, o que de fato pode ser uma prioridade quando se trata de bairros de classe média e alta, que já têm garantida sua infraestrutura básica, o que está longe de ser o caso nessas áreas de favela (HAESBAERT, 2014, p. 244).

A Linha Vermelha e a Amarela são dois exemplos de vias expressas em que a maquiagem urbana foi aplicada na cidade pelo viés da política de contenção, ao se empregar a concepção de que as favelas localizadas no entorno das vias são “áreas de riscos” e que o muro de proteção seria um instrumento urbanístico de defesa de seus usuários. Este modelo de contenção territorial reforça, ademais, o discurso tão propalado de violência simbólica de separação entre os pobres e as demais classes, que ficam, assim, “enclausurados” em áreas específicas, com os favelados – é importante notar –, do lado de fora da cidade comercial, ao mesmo tempo que estão inseridos dentro de áreas de maior violência cotidiana.

Os muros-barragem, por outro lado, são construídos, sobretudo, como dupla contenção territorial vinculada à segurança: barrar a expansão das áreas faveladas, principalmente em nome da preservação ambiental – a “biossegurança” dos chamados ecolimites (através de uma legislação discriminatória que muitas vezes não se aplica a bairros de classes altas nas mesmas condições) e também, a exemplo dos muros-dutos, restringir a mobilidade para fora das favelas, principalmente (na leitura dominante) de grupos considerados perigosos, como os narcotraficantes (HAESBAERT, 2014, p. 247-249).

O emprego dessa técnica de barragem para impedir o crescimento das favelas tem-se dado, sobretudo, nas favelas da zona sul, com o objetivo de conter os moradores pobres em um espaço limitado para inviabilizar a urbanização espontânea proporcionada por moradores

dessas áreas. Em contrapartida, aos investidores imobiliários abre-se a possibilidade de valorização do solo urbano e a oferta de empreendimentos imobiliários que tendem a expulsar os moradores da favela. Em Santa Marta, primeira favela a receber uma UPP e também a primeira comunidade onde foi construído um muro, verifica-se que caminhos e vias de transporte, além de “calhas” de drenagem, também funcionam como formas sutis de delimitação do território da favela (ver Figura 60). Para isso, agentes da prefeitura utilizam o discurso ecológico ou de biossegurança para criar um processo de fechamento do espaço favelado (HAESBAERT, 2014, 2017; sobre o discurso ecológico, ver também C. MORAES, 2013).

Figura 60

Nesta imagem podemos ver que uma calha de drenagem limita a ocupação do terreno. O muro-barragem, que, por sua vez, cria um obstáculo intransponível, encontra-se hoje, em sua maior parte, encoberto pela vegetação. Em Haesbaert (2014, 2017), o autor disponibiliza fotografias do muro ainda visível em 2010.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 04 de abril de 2017.

Não é a toa, que as UPPs estão localizadas, em sua maioria, na zona sul e no centro da cidade, formando um “cinturão de segurança”, cujo interesse é atender os corredores de acesso ao aeroporto internacional do Galeão e aos bairros da cidade que receberam equipamentos olímpicos e que são pontos turísticos. A militarização da cidade está, assim, como é nítida a conformação de seu “novo” arranjo espacial, diretamente associada à cidade dos megaeventos, que favorece um intenso processo de gentrificação. A militarização desses territórios não teria, por essa lógica, como objetivo a segurança dos moradores locais ou mesmo a ampliação dos serviços públicos, como enaltece a mídia e o Estado, mas, ao invés disso, o controle da população pobre e negra, vista sempre com desconfiança.

Exemplo ainda mais explícito do preconceito contra os pobres no Rio de Janeiro é oferecido por Robaina (2011), em estudo que observa, na ação conjunta da arquitetura urbana hostil e de policiamento ostensivo, a conformação de uma política de contenção territorial nos espaços públicos, com o intuito de impedir que moradores de rua ocupem essas áreas. Segundo mostra, dispositivos físicos, como a substituição de bancos públicos por outros que impossibilitam a permanência por longo período e a colocação de pedras ou materiais metálicos pontiagudos, além de declives e grades fixados embaixo de viadutos, em praças ou marquises, são usados para expulsar moradores de rua. Tais dispositivos também estão sendo incorporados, na arquitetura urbana em Vitória, a residências, edifícios e condomínios fechados, para repelir pessoas indesejadas, em que formas e funções arquitetônicas estão sendo influenciadas pelo medo da criminalidade violenta na cidade, como mostra Lira (2014).

Contudo, detendo-se um pouco mais no Rio, a oficialização da escolha da cidade como sede da Olimpíada e principal palco da Copa do Mundo deu início a uma corrida militar para equipar as Forças Armadas. Iniciou-se também uma série de críticas seguidas de conflitos que se desencadearam durante a Copa das Confederações de 2013, evento-teste para o mundial. Os protestos começaram em São Paulo, tendo como bandeira a redução da tarifa de ônibus do transporte público, transformando-se, posteriormente, em atos contra os altos investimentos públicos na construção de estádios, tendo-se alastrado para outras cidades, entre elas o Rio de Janeiro. Mesmo que motivados por agentes externos¹⁰², deram-se em virtude, ao menos no discurso, do permanente descaso por parte do poder público com relação a setores essenciais, como saúde, moradia e educação¹⁰³. Vários choques entre manifestantes e a polícia ocorreram durante a realização dos jogos, muitas vezes, antes das partidas, nas imediações dos estádios que seriam palcos das competições.

Foi o que aconteceu, por exemplo, na circunvizinhança do Maracanã (RJ): a militarização das forças de repressão passou a se intensificar à medida que se aproximavam os maiores eventos a serem sediados pelo Brasil. O que se nota claramente é que o governo federal e os governos estaduais tinham receio de que as manifestações se repetissem durante a

¹⁰² Há fortes evidências de que os protestos de 2013 foram canalizados contra Dilma Rousseff por agentes ligados direta ou indiretamente ao governo norte-americano com o objetivo de desestabilizar o governo petista. Para mais detalhes consultar o livro de Jessé Souza, *Radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado* (2016) e as publicações de Andrew Korybko, em especial *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes* (2018) e a sua entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, intitulada *Agentes externos provocam uma “guerra híbrida” no Brasil, diz escritor*, publicada em 19 de outubro de 2018 e disponível no seguinte endereço eletrônico (<<https://www.brasildefato.com.br>>).

¹⁰³ Para mais detalhes a respeito das Manifestações de Junho, durante a Copa das Confederações, ver o livro *Cidades rebeldes* (2013) organizado por Maricato, que contém uma coletânea de vários artigos sobre o tema.

Copa do Mundo (2014) e nos Jogos Olímpicos (2016), o que “mancharia” a imagem do país ou dos próprios governantes no exterior. Ou seja, o que macularia a imagem do país e dos governantes não seriam as condições precárias de habitação de milhões de brasileiros, mas possíveis manifestações de rua durante os megaeventos no Rio de Janeiro e em outros estados cujas cidades foram definidas como sedes da Copa. Tal receio levou a esses governos a adquirir equipamentos de proteção para os policiais e de contenção das manifestações. Esses equipamentos foram rapidamente apelidados pela mídia de *Robocop*¹⁰⁴, em alusão ao filme de mesmo nome, dando a clara ideia de que a militarização não era para garantir a segurança da população ou dos turistas, mas, sim, para promover a ampliação e modernização do aparelho de repressão contra os trabalhadores (ver Figura 61, p. 260).

A realização dos megaeventos também pode estar associada ao maior número de assassinatos cometidos por policiais. Em 2014, ano da Copa, os números aumentaram em 40% em relação a 2013 (ver o dossiê elaborado pelo RIO 2016 Jogos as Exclusão). Durante os Jogos Olímpicos, o relatório da plataforma “Fogo Cruzado”¹⁰⁵ que corresponde ao período olímpico (de 5 de agosto a 21 de agosto de 2016) registrou, também, aumento das ocorrências em relação ao mês anterior. No total foram 92 tiroteios/disparos de arma de fogo, com 31 mortes confirmadas, (contabilizando, entre os mortos, 6 agentes públicos de segurança), com o total de 82 pessoas baleadas em apenas 16 dias, ou uma média de 5.1 feridos por dia durante os Jogos do Rio 2016 (ver o relatório mensal do mês de agosto de 2016 de “Fogo Cruzado”).

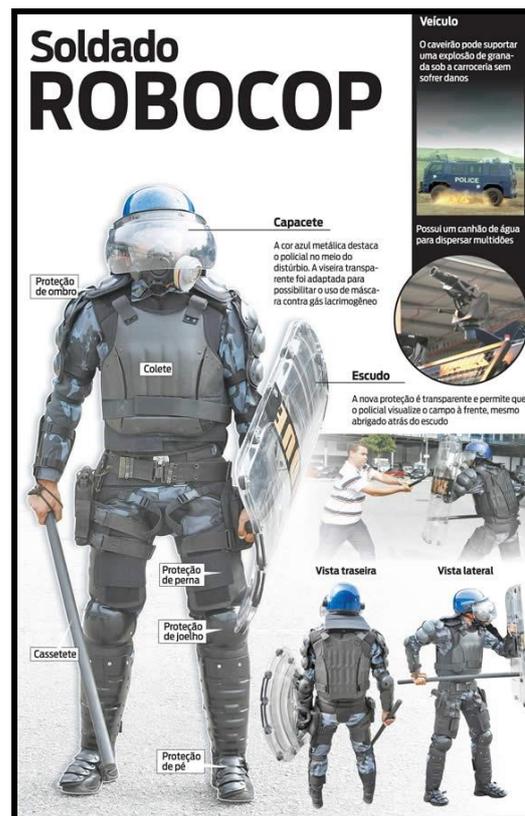
¹⁰⁴ Segundo fontes do noticiário do jornal *O Dia*, intitulada *Soldado robocop*, de 31 de março de 2012, disponível no site da rede de notícias brasileira (<<http://odia.ig.com.br/>>) e reportagem do jornal *O Globo Rio*, de Vera Araújo, intitulada *Agentes vão usar capacetes e coletes mais resistentes além de máscaras antigas em tumultos*, de 27 de fevereiro de 2014, disponível no site da rede de notícias do referido portal (<<http://oglobo.globo.com/rio/>>), fica claro que o governo do estado do Rio de Janeiro já vinha se preparando e equipando os agentes policiais antes das Manifestações de Junho de 2013 visando à Copa do Mundo de 2014. Por conseguinte, parece que os eventos que se sucederam deram visibilidade e importância ao processo de preparação da polícia para agir em situações de tumultos, tanto é que o fornecimento de novos equipamentos foi seguido em outros estados como política de segurança pública. Este foi o caso do estado do Espírito Santo, que, embora não tenha sido uma das sedes da Copa da Copa do Mundo, presenciou em sua capital, Vitória, grandes protestos contra o governo durante o período da Copa das Confederações. No Espírito Santo o governo estadual, a partir de então, investiu maciçamente em equipamentos e até mesmo em um carro blindado, como noticiou o jornal *A Gazeta*, em duas reportagens intituladas *Policiais capixabas vão ganhar armadura para lidar com conflitos* (publicada no dia 20 de setembro de 2013) e *“Robocops” da Polícia Militar vão às ruas conter protestos durante a Copa* (publicada no dia 09 de abril de 2014).

¹⁰⁵ Fogo Cruzado consiste numa plataforma colaborativa digital que tem o objetivo de registrar a incidência de tiroteios e a prevalência de violência armada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através de um aplicativo combinado a um banco de dados. A plataforma também está disponível no seguinte endereço eletrônico: (<<http://fogocruzado.org.br/>>).

Figura 61

Para conter tumultos, agentes policiais do Rio de Janeiro passam a usar escudos, capacetes e coletes mais resistentes, além de máscaras antigas.

Fonte: Jornal *O Dia*, 31 de março de 2012.



Durante os Jogos Rio 2016 a previsão oficial do planejamento de segurança foi de que disponibilizariam 12 navios, 1.169 viaturas, 70 blindados, 28 helicópteros, 48 embarcações e 174 motos das Forças Armadas para garantir a segurança (ver MENASCE para *O Globo Rio*, 06 de julho de 2016), e esse número pode ter sido ainda maior. Ao longo da Linha Vermelha na altura do Complexo da Maré, após o término dos Jogos e dispersão das tropas, o Exército voltou a posicionar tanques depois que os militares relataram disparos de bandidos contra a tropa responsável pela segurança da via. A presença das Forças Armadas nos chamados corredores olímpicos (Linha Amarela, Linha Vermelha e Avenida Brasil), na orla da zona sul, no Aterro do Flamengo e nos aeroportos (do Galeão e Santos Dumont), além do Cristo Redentor e do morro do Pão de Açúcar, foram igualmente solicitadas a pedido do ex-presidente Michel Temer, uma prática que se tem tornado comum não para garantir a segurança dos cidadãos, mas para coibir mobilizações sociais (sobre a convocação das Forças Armadas a pedido de Michel Temer, ver WERNECK, para *O Globo Rio*, 10 de setembro de 2016).

Até o mês de julho de 2017, nos últimos 12 meses os militares foram chamados quatro vezes para intervir na cidade. Foram acionados nas seguintes ocasiões: durante os Jogos Olímpicos (agosto de 2016), nas eleições municipais (outubro de 2016), na votação do pacote

de austeridade na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (fevereiro de 2017) e para “auxiliar” as ações de implementação do Plano Nacional de Segurança (julho de 2017). Tais intervenções foram motivadas pelo aumento da violência e pelos confrontos armados entre traficantes e policiais na cidade, contabilizando inúmeras mortes de ambos os lados (ver BIANCHI, para o *UOL Notícias*, 29 de julho de 2017).

Nas últimas vezes, as forças armadas retornaram ao Rio sem que seus integrantes ao menos tivessem deixado a cidade. Nas 13 vezes (ver Tabela 1) em que foram mobilizados em uma década atenderam chamados para atuar em encontros internacionais de política e economia, competições militares, megaeventos religiosos e esportivos, operações militares em favelas, situações de crise na segurança e durante as eleições municipais no Rio, que costumam ser muito conturbadas, tratadas, eventualmente, como situações de risco. Além disso, foram, de forma espantosa, convocados pela primeira vez para garantir a aprovação do pacote de austeridade e intervir contra manifestantes em caso de necessidade. As GLOs (Garantias de Lei e Ordem), que dão poder de polícia aos militares, têm sido aplicadas de forma descabida, ampliando o poder dos militares. Criou-se um estado de exceção, em vigência no Rio até hoje.

Tabela 1

<i>Confira as 13 vezes em que as Forças Armadas atuaram no Rio de Janeiro nos últimos 10 anos (2007 a 2017)</i>	
<i>Período</i>	<i>Motivo</i>
Outubro de 2008	Eleições municipais
Dezembro de 2010 a junho de 2012	Ocupação do Complexo do Alemão
Julho de 2011	V Jogos Mundiais Militares
Junho de 2012	Rio + 20
Outubro de 2012	Eleições municipais
Junho de 2013	Copa das Confederações
Julho de 2013	Jornada Mundial da Juventude
Julho de 2014	Copa do Mundo
Abril de 2014 a junho de 2015	Ocupação do Complexo da Maré
Agosto de 2016	Jogos Olímpicos
Outubro de 2016	Eleições municipais
Fevereiro de 2017	Votação do pacote de austeridade
Julho de 2017 a dezembro de 2017	Implantação do Plano Nacional de Segurança no Rio

Fonte: Informações atualizadas a partir da reportagem de Paula Bianchi, para o *Uol Notícias*, de 29 de julho de 2017, intitulada *Rio chama Exército contra violência pela 12ª vez em 10 anos. Adianta?*

A utilização desse dispositivo, contudo, não é nova no Brasil. Lembra Bianchi (*UOL Notícias*, 29 de julho de 2017) que “[...] apenas em 2017, decretos semelhantes foram utilizados cinco vezes e, entre 2010 e 2017, foram 29 vezes”. É verdade que a Constituição federal, em seu artigo 142, regulado pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, dispõe sobre o uso legal das Forças Armadas, em que é prevista intervenção nos Estados da Federação. Mas há alguns limites. Primeiramente, tal medida tem caráter provisório: cabe às Forças Armadas atuar como poder de polícia até o estabelecimento da normalidade em situações muito específicas e de grande urgência, quando houver uma “crise” instalada. Não é, todavia, o que se verifica no caso aqui analisado, já que as intervenções das Força Armadas têm sido usadas em toda e qualquer situação, a depender do julgamento do governo, mesmo que inconsistente. Por crise, agora, podemos entender greves trabalhistas ou mesmo protestos contra corrupção. Ou seja, o uso recorrente das Forças Armadas como ferramenta de segurança pública, a depender dos critérios, pode disponibilizar a presença dos militares na cidade para enfrentar qualquer mobilização civil contrária ao governo. Convocados para atuar em situados das mais variadas a partir do pressuposto da segurança, os militares são hoje uma força militar permanente na cidade do Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 2018 o governo federal decretou nova intervenção no Rio de Janeiro, por conta da “crise” na segurança pública, induzida por um modelo de gestão neoliberal e de corte nos investimentos em vários setores, que quase levaram a cidade do Rio ao colapso. Em duas décadas os militares passaram de forças de segurança e de defesa das fronteiras nacionais a “simples” forças convencionais de patrulhamento da cidade. Sua presença na cidade do Rio de Janeiro não está, entretanto, associada apenas a uma política de segurança que enaltece o discurso de “guerra às drogas”, tampouco restrita à garantia de realização de grandes eventos. Mais do que isso, seu uso recorrente dimensiona o recurso de aproximações sucessivas, expresso nas intervenções, instaurando uma espécie de supressão dos espaços públicos mediante a repressão institucionalizada às greves e às manifestações populares. Hoje, a permanência do Exército nas ruas está posta como uma força de reserva para desmobilizar qualquer articulação social contra o governo Jair Bolsonaro, atual presidente, e seus aliados no governo do Rio, para que ambos, a toque de caixa, efetivem a sua política de austeridade, marcada pela retirada de direitos, somente possível a partir do uso do aparelho de repressão do Estado.

Nesse sentido, a presença dos militares nas ruas cumpre um importante papel na estratégia do atual governo com o propósito de precarizar as condições de trabalho e realizar reformas, como a da previdência, que são suas metas. Ao aumentar o tempo de contribuição e alterar o INSS para o regime de capitalização, leia-se privatização, o governo praticamente inviabiliza a aposentadoria da maioria da população. É importante lembrar que durante o Ocupa Brasília, de 24 de maio de 2017, manifestantes que pediam o fim das reformas do governo e a saída de Michel Temer do cargo da presidência e convocação de eleições diretas foram reprimidos pelas Forças Armadas convocadas pelo então presidente. Na ocasião as Garantias de Lei e Ordem também foram aplicadas. Uma mobilização popular contra o governo ultraneoliberal de Bolsonaro, um militar reformado, não seria diferente, pode-se prever.

Essa transformação da exceção em regra como característica do estado de exceção, observada em primeiro lugar por Walter Benjamin, mas melhor desenvolvida pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2014), demonstra a transformação do estado de exceção em regra do Estado contemporâneo. Nele o totalitarismo moderno instauraria o estado de emergência permanente, normalizando o estado de exceção e autorizando, por esse viés, a permanência de medidas excepcionais. Tal como ocorreu desde suas origens, desde o direito romano, o estado de exceção seria declarado formalmente, na contemporaneidade, em situações de crise, que podem ser crises econômicas e políticas, ou, no nosso caso em particular, de segurança, ao alinhar crise e guerra num mesmo pacote. Por isso se recorre ainda hoje à metáfora militar para estabelecer analogias de guerra com a economia ou de suposta insegurança, como é comum no Brasil, para naturalizar e transformar execuções sumárias em políticas de segurança.

A partir dessa perspectiva, Carlos Vainer (2011) talvez seja quem discuta, de forma mais apropriada a produção da exceção na cidade do Rio de Janeiro. Ele o faz à luz de teorias sobre o estado de exceção e o neoliberalismo. Segundo o autor, a exceção é agora transplantada para a cidade como uma técnica de governo que visa a uma nova forma de regime urbano. Neste, a lei torna-se um instrumento manipulável para satisfazer os interesses dos capitalistas corporativos, em que as funções públicas do Estado estão sendo transferidas a agências privadas e livres do controle político imposto pela burocracia de Estado. Tal comportamento, segundo ele, está se multiplicando em virtude dos megaeventos sediados pelo Rio, como foi o caso da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. No Rio de

Janeiro, a elaboração de um formatado pacote de legislação de isenções e favores fiscais e urbanísticos para atender grupos corporativos vinculados à realização dos megaeventos está transformando a exceção urbanística em regra.

É fato que, com os Jogos Olímpicos, a nova concepção de cidade e de planejamento estratégico urbano tem-se imposto e conduzido à instauração de um regime de cidade de exceção, no qual as formas de poder estão sendo redefinidas para atender interesses de grupos ligados ao grande capital em detrimento do interesse comum da população. Uma cidade da exceção tem conquistado, a partir disso, “legitimidade” e expressão privada no espaço e na vida pública (ver VAINER, 2014).

De reflexões que relacionam o estado de exceção ao processo de militarização da cidade, expostas até aqui, pode-se, ademais, identificar um fio condutor que transborda no urbicídio e transforma políticas de violência seletiva no modo operante da política contemporânea da cidade, que exalta a guerra e a militarização da cidade como um mecanismo de gestão da vida urbana. Sua eficiência consiste em veicular, de uma só forma, reformas urbanas a práticas de destruição e reconstrução corporativa da cidade para atender o grande capital, o verdadeiro “senhor da guerra”, que, mediante tal estratégia, instaura a negação da cidade às classes sociais mais pobres. Verifica-se aí que a administração público-privada do Rio de Janeiro seria o produtor de uma espécie de guerra interna, com um modelo de guerra civil que se manifesta em meandros de violência e militarização da cidade associadas às políticas urbanas excludentes e de precarização das massas populares. Do caldo de instabilidade política e econômica instaurado tem-se a penetração e o alastramento do aparato legal da exceção como regra, refletido no tecido urbano, através do uso de violência política destrutiva e seletiva – através, portanto, de um urbicídio – contra os mais pobres.

Em virtude desse modelo, a cidade deixa de ser um lugar de compartilhamento de experiências múltiplas para se tornar “cidade empresa-militarizada” voltada para o capital. Para isso, expulsa os grupos indesejáveis, demonstrando, por extensão, que a cidade da exceção e do neoliberalismo também é uma cidade militarizada para favorecer a reprodução do capital. O urbicídio como prática de destruição e reconstrução da cidade para o capital atendendo interesses imobiliários e financeiros, que vem operando a partir da realização, mais recente, dos megaeventos esportivos, é nada mais do que uma replicação e amplificação da escala de ação do modelo de violência urbana neoliberal. Esse modelo se instala impondo às frações mais abrangentes da classe trabalhadora um processo de transfiguração, através do

aprofundamento das políticas neoliberais, para, assim, criar uma política de exceção, vigente agora não só nos bairros populares, mas em outros espaços da cidade também.

Hoje, além de criar mecanismos de intervenção que manipulam a legislação para promover a atuação militar, como é o caso das UPPs, esse modelo configura espaços de exceção para a orientação política de cunho neoliberal como instrumento de criminalização das pautas sociais e trabalhistas. A tendência atual de repressão e criminalização demonstra o embrutecimento da luta do capitalismo contra os trabalhadores. Esse modelo virulento de gestão da cidade e da vida urbana, expresso no urbicídio, adquire maior capacidade destrutiva incorporada ao aparelho de segurança do Estado.

Levando em conta tanto políticas de intervenção militar cuja violência é o mote de ação quanto medidas de contenção urbana por meio de ações de remoção e obras de infraestrutura, podemos concluir que o urbicídio assume um perfil híbrido, já que associa destruição urbana e produção do espaço geográfico; situação que pode ainda evoluir para políticas destrutivas de um arranjo espacial urbano de maior letalidade. Sua evolução, nesse caso, está diretamente relacionada com o aprofundamento do estado de exceção, que incorre na produção de cidades sitiadas. A “crise” econômica e o “caos” urbano induzidos como situação política manipulada podem ser o estopim e o salvo-conduto para a violência urbicida extrema. Veremos no próximo item como um quadro de crise social proporcionado pela adoção do neoliberalismo e da desregulação das políticas públicas, combinado a uma política de militarização, pode acentuar o urbicídio mesmo em cidades aparentemente mais “tranquilas”, como ocorreu em Vitória-ES recentemente, operando em várias escalas, desde a instância de gestão municipal até a financeira, atrelada a interesses de agentes do capital financeiro.

7. 4 Urbicídio na Região Metropolitana de Vitória

Este item reflete sobre o fenômeno do urbicídio que emergiu durante a crise da segurança pública no estado do Espírito Santo, em fevereiro de 2017, quando a Polícia Militar entrou em greve. Ao longo do texto demonstra-se que a análise da violência política desencadeada durante a paralisação da polícia não deve ficar restrita a um enfoque episódico, centrado no estereótipo do “banditismo”, como é convencional na mídia hegemônica, mas,

sim, evidenciar a operacionalização da violência orientada por interesses políticos que foram induzidos contra o espaço urbano e grupos específicos, vistos a partir do cenário de militarização da cidade, do desmonte do Estado conduzido pelo governo local e por uma política de segurança pública fracassada e que se pauta, em muitas de suas intervenções, pela violência. Isso porque os atos de contenção violenta da polícia são “legitimados” muitas vezes pelas leis. O caso do Espírito Santo ainda demonstra que o conceito de urbidício pode ser empregado em análises em que não se verifica destruição sistemática do ambiente construído da cidade, desde que o modo operante da violência seja, em essência, uma atividade militar que inviabiliza a apropriação do espaço urbano, reforçando a negação da cidade a certos grupos.

O exemplo do Espírito Santo, um pequeno estado da Federação, com apenas quatro milhões de habitantes, ganhou destaque no início do mês de fevereiro de 2017 em todos os noticiários nacionais por ocasião da paralisação de sua polícia militar¹⁰⁶. A greve, que se iniciou em 4 de fevereiro e teve fim apenas no dia 25, mergulhou o estado, em especial a cidade de Vitória e sua região metropolitana, numa onda de “caos” e violência¹⁰⁷. Os militares reivindicavam a correção de seus salários pela inflação do período e pediam os valores retroativos ao ano de 2010 – período a partir do qual o governo passou a não mais conceder essa correção. Além dessa e de outras reivindicações, pediam auxílio-alimentação e adicionais de periculosidade e insalubridade. Alegavam, ainda, o sucateamento da frota de automóveis, além de compromissos (ou promessas) que lhes foram feitos e não honrados pelo governo do Estado.

A estratégia adotada pelos policiais militares para reivindicar as perdas salariais, já que não podem fazer greve, conforme prevê o artigo 142, inciso IV, da Constituição federal de 1988, foi usar os familiares, em particular as esposas deles, para bloquear a saída das viaturas da polícia que se encontravam estacionadas nos quartéis. Desse modo, a paralisação ganhou força na madrugada de sábado, 4 de fevereiro, com protestos dos familiares nas portas dos quartéis, bloqueando a saída das viaturas e dos militares para as cidades da Região Metropolitana de Vitória e para as cidades de Linhares, Aracruz, Colatina e Piúma. O

¹⁰⁶ Os policiais militares no Brasil não têm direito, segundo a legislação, de realizar greve e de se sindicalizar. Desse modo, eles são obrigados a usar artifícios para fazer greve e tomam muitas vezes decisões extremas, indo para o tudo ou nada, para impor um direito não reconhecido em lei.

¹⁰⁷ É importante mencionar que havia, ao invés de pura e simples desordem, uma ordem adjacente às disputas políticas e ações de limpeza efetuadas por grupos de extermínio, ou por grupos de traficantes, marcada por disputas de territórios e interesses encobertos pela aparente desordem e situação caótica.

movimento se expandiu rapidamente para outras cidades, colocando a maior parte do efetivo da polícia fora das ruas.

Com o prolongamento da greve e com a adoção de medidas administrativas que determinavam abertura de inquérito judicial contra os policiais grevistas, os manifestantes passaram a solicitar também a anistia geral dos militares contra todas e quaisquer sanções administrativas e judiciais que pudessem ser impostas aos policiais e, no último caso, aos familiares. Estes permaneciam nas portas dos quartéis, “impedindo” aparentemente a saída das patrulhas dos policiais. A negociação entre o governo e os familiares representantes dos militares em greve transformou-se num verdadeiro braço de ferro, marcado por reviravoltas e intimidações, tendo fim somente em 25 de fevereiro. O governo não concedeu reajuste salarial para a categoria, mas firmou com ela um acordo conforme o qual se comprometia a desistir das ações judiciais contra as associações dos policiais e contra a maior parte dos grevistas (embora punições administrativas e prisões preventivas seguidas de processos judiciais tenham sido efetuadas)¹⁰⁸ e a formar uma comissão para regulamentar a carga horária dos policiais.

Durante a paralisação dos policiais militares o Espírito Santo registrou 219 homicídios dolosos confirmados, e o número pode ser ainda maior, conforme especulam entidades dos direitos humanos e movimentos sociais. Segundo dados do Sindipol/ES, apurados pelo jornal *ES Hoje*, o mês de fevereiro de 2017 registrou 229 homicídios, contra 122 do mês de fevereiro de 2016¹⁰⁹. Entre os mortos estariam, supostamente, segundo as fontes de jornais,

¹⁰⁸ Os tribunais decretaram, logo após o fim da paralisação dos policiais, a prisão do tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, do ex-deputado federal Capitão Assunção, do soldado Maxson Luiz da Conceição e do sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, todos eles acusados de incitar e liderar o movimento grevista, além de outros envolvidos, presos preventivamente. Para consultar a lista completa, e com mais detalhes, dos policiais e familiares acusados de incitar a greve e que foram acusados de integrar organização criminosa, ver a reportagem de Vilmara Fernandes, *Greve da PM: 10 militares sentam no banco dos réus*, de 16 de maio de 2018, para *A Gazeta* (<<https://www.gazetaonline.com.br/>>). Sobre a ligação do movimento grevista com interesses políticos, um relatório parcial da Polícia Federal diria que aliados no Estado do então presidente Jair Bolsonaro, na época deputado federal, entre eles o Capitão Assunção e o deputado federal Carlos Manato, além de assessores de Bolsonaro, citados no documento, teriam impulsionado a paralisação dos policiais. Para mais detalhes, ver reportagem da *Folha Vitória*, *Aliados de Bolsonaro teriam impulsionado o motim de PMs no Espírito Santo*, publicada em 25 de fevereiro de 2017 no referido portal (<<http://m.folhavoria.com.br/>>). Sobre a anistia concedida pelo governador Renato Casagrande (PSB – pleito 2019-2022) aos mais de 2.600 policiais envolvidos com a greve, beneficiando inclusive 23 policiais expulsos, ver a matéria de Caique Verli, *Deputados Estaduais aprovam a anistia a PMs grevistas*, de 16 de janeiro de 2019, no jornal *A Gazeta* (<<http://www.gazetaonline.com.br/>>). Sobre as críticas do ex-governador Paulo Hartung à anistia concedida por seu sucessor, ver *Hartung sobre a anistia a PMs: “Decisão política grave e irresponsável”*, de 16 de janeiro de 2019 no jornal *A Gazeta* (<<http://www.gazetaonline.com.br/>>).

¹⁰⁹ Ver a reportagem de Danieleh Coutinho: *Sindipol: em 2017 o Espírito Santo registrou 222 mortes a mais do que no ano anterior*, publicada em 2 de janeiro de 2018 no jornal *ES Hoje* (<<http://eshoje.com.br/>>).

“usuários de drogas”, “pessoas com antecedentes criminais” e “vítimas de balas perdidas”, em sua maior parte pessoas negras e moradores de bairros populares. Por conta do aumento vertiginoso do número de homicídios, o Departamento Médico Legal (DML) de Vitória ficou com suas geladeiras cheias e com inúmeros corpos espalhados por seus corredores.

Cenas de corpos abandonados no asfalto ou amontoados dentro de ambulâncias também foram registradas, por meio de câmeras de *smartphones*, cujos vídeos foram compartilhados na internet. Além das mortes, houve aumento escalonar de veículos roubados e lojas saqueadas nesse período, impondo ao comércio prejuízo de milhões de reais. Cenas de saques e execuções sumárias também foram registradas por celulares e divulgadas na rede. Em razão da insegurança, escolas e postos de saúde deixaram de funcionar, e inúmeras lojas baixaram as portas: um cenário de ruas abandonadas, medo e pânico produzido na região metropolitana durante os dias de maior violência (ver Figura 62)¹¹⁰.

Figura 62

Onda de violência deixa a avenida Rio Branco, uma das principais vias da cidade, completamente deserta às 21 horas, 6 de fevereiro.



Fonte: Fotografia de Pablo Jacob para a agência *O Globo*, 7 de fevereiro de 2017.

A pergunta que se faz é a seguinte: tudo isso deveria ser explicado como um simples episódio a que estão sujeitas as cidades e regiões metropolitanas do país, ou deve ser analisado de forma mais estrutural, como parte da lógica de militarização das cidades e de aumento da violência urbana? É de se ressaltar que o fato pode se repetir-se em outras regiões, como se verificou logo depois (fim do mês de dezembro de 2017) no Rio Grande do

¹¹⁰ Sobre a onda de violência e a paralisação da vida cotidiana na RMGV pode-se consultar uma série de reportagens, entre elas, a de Miguel Caballero, intitulada *Vitória tem noite de 'cidade fantasma' e amanhece sem ônibus*, para *O Globo* (<<http://oglobo.globo.com/brasil>>), publicada em 7 de fevereiro de 2017. Para uma leitura dos últimos dados atualizados do número de mortes oficiais contabilizados e o andamento das investigações, consultados pelo autor, pode-se verificar a reportagem de Sullivan Silva e Raquel Lopes, *Greve da PM: seis meses depois*, publicada em 3 de agosto de 2017, disponível no site do jornal *A Gazeta* (<<http://www.gazetaonline.com.br>>) e a matéria de *Folha Vitória*, intitulada *Mortes durante greve da PM ainda continuam sem esclarecimento*, publicada em 1º de fevereiro de 2018, disponível no endereço eletrônico do portal capixaba (<<https://novo.folhavitoria.com.br>>).

Norte. A partir da perspectiva traçada aqui, o episódio é mais bem ilustrado pelas lógicas de militarização em transcurso na cidade, pela generalização do medo e da violência, mas também pela operacionalização dos discursos que organizam e massificam a violência cotidiana na cidade.

Desse ponto de vista questiona-se, em primeiro plano, se a proliferação da violência seria apenas consequência da paralisação da polícia ou se por trás da onda de violência não estaria em ação a operacionalização da violência política como modelo de emergência do discurso e das práticas de policiais militares. Neste último caso, deve-se considerar a violência da polícia militar como interface de uma complexa construção social. Ela tem a ver, em parte, com as relações de dominação social, sendo muito impulsionada pelo Estado, pelas leis discricionárias e pela própria concepção que se tem de “crime”, cujas definições variam em função do período e das leis votadas nos parlamentos (conforme os diferentes códigos penais). Neste aspecto de evolução conceitual do termo ao longo do tempo, observa-se, por exemplo, que as leis são cada vez mais punitivas em relação aos crimes contra o patrimônio e ao consumo de drogas ilegais, particularmente no Brasil. Por outro lado, é verdade, há uma violência cotidiana, familiar, que tem a ver com o ambiente social, mas também com a regulação das “coisas” pela força sem a mediação social necessária, papel que deveria caber ao Estado. Portanto, a questão é complexa, e a polícia militar opera sob os auspícios de uma organização hierárquica herdada do Exército. Ela não é uma “polícia de paz”, mas uma polícia que usa a força de contenção e repressão, mesmo se em vários casos exerce um papel de presença do Estado junto às populações dos bairros populares, realizando assistência de diversas ordens.

Em função da complexidade do tema, a análise do aumento da violência durante a greve da Polícia Militar não deve ficar restrita ao discurso sobre o “bandido”, noção ambígua, recorrente e que tem a pretensão de tudo explicar e justificar. O enfoque deve-se dar na análise dos agentes, dos atores e dos sujeitos que compõem as classes sociais, por isso o debate melhor qualificado deve optar por desnudar as relações sociais, ao invés de se apegar a elementos isolados e episódicos. Por essa nuance, melhor será tratar o problema da “crise” de fevereiro de 2017 como uma revelação exponencial da violência estrutural e buscar desvelar as incógnitas e múltiplas variáveis do fenômeno como parte do processo de uma cadeia estrutural que tenciona a sociedade. Essa violência estrutural é recoberta no Brasil hoje pelos inúmeros clichês de senso comum, como “bandido bom é bandido morto”, entre tantos outros

de origem neofacista. Nós nos limitaremos a analisar os aspectos dos efeitos políticos ou de uma geopolítica urbana das determinações, ações e inações do Estado e sua força armada sobre a sociedade, tendo como consequência o urbicídio.

Assim, mais substancial para entender a violência urbana do nosso cotidiano do que pautar a ação da violência em certos episódios (como assaltos, roubos ou homicídios) é analisar as determinações e o conjunto do fenômeno da militarização e da violência política na cidade. No caso particular da greve dos policiais, foi um episódio que catalisou momentaneamente o colapso de um modelo de segurança fundado no combate “à sociedade” e na manutenção de um corpo de policiais mal remunerados, cuja formação e preparação tem-se mostrado equivocada. Isso levou ao agenciamento de uma aparente desordem urbana, induzindo ao urbicídio tal como evocamos. Diante de tais aspectos, a violência do período da greve verificada no cenário urbano do estado, em especial na RMGV, não se deu somente em virtude da retirada das patrulhas policiais da rua, mas, sobretudo, por conta do consequente desequilíbrio de “forças militares”. Compostas por grupos armados legais (como a polícia) e ilegais (como o tráfico de drogas e outros grupos indeterminados), essas forças passaram a atuar com mais “liberdade” e com maior margem de impunidade durante o período da greve.

Foi nesse cenário que a paralisação da Polícia Militar demonstrou o desenvolvimento ou aprofundamento de práticas de uma tendência urbicida, mais consolidada no Brasil em cidades como o Rio de Janeiro, mas que, na RMGV, talvez, pela primeira vez, mostrou-se como modo operante de violência urbana de intrínseca característica política. Nesse sentido, não é nosso objetivo analisar o período da greve dos policiais militares episódio por episódio. Não nos fixaremos, por exemplo, nas negociações entre o Governo do Estado do Espírito Santo e os policiais e seus familiares, que se desdobram em uma longa novela. Nossa tarefa se fixa em enumerar e compreender, a partir dos antecedentes mais recentes, possíveis de vasculhar neste momento, os fatores que desencadearam a greve a partir do cenário da política de gestão do ex-governador Paulo Hartung, com cortes em serviços básicos e, principalmente, com uma profunda política de arrocho salarial. Partindo de tal apontamento, é nosso interesse analisar, na sequência, os efeitos da paralisação e da violência no cotidiano da população e as implicações da generalização da sensação de medo na cidade. Um conjunto de práticas urbicidas promovidas durante aqueles dias pode ser visto como uma forma de negação da vida urbana. E é seguro dizer que tais práticas se inscrevem numa lógica de violência institucional

e estrutural e são consequência de um economicismo sacrificial que submete a sociedade aos ditames neoliberais.

Considerando o elemento preliminar, é possível enxergar na greve dos policiais um dos efeitos da política de “austeridade” do Governo do Espírito Santo na precarização dos serviços. Esta medida tem promovido uma crise social e está diretamente relacionada a uma política de *estado de exceção*, justificada, por exemplo, por meio do emprego do discurso de que sacrifícios são necessários diante da “crise econômica” e do aumento de desemprego. Suas implicações na política de segurança pública tornam o aparelho estatal mais opressivo e operante sob padrões excepcionais de violência política contra as classes mais vulneráveis ao monopólio da violência exercida pelo Estado.

A transformação da exceção em regra como característica do estado de exceção está associada à implementação das políticas regressivas de cunho neoliberal do governo de Michel Temer e sua continuidade no governo Bolsonaro. Como destaca Rafael Valim (2017, p. 34, itálicos do original), “[...] *o estado de exceção é uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal. É o meio pelo qual se neutraliza a prática democrática e se reconfiguram, de modo silencioso, os regimes políticos em escala universal*”. No Brasil a estratégia inclui a adoção de uma série de medidas: um programa de austeridade seletivo, com duração de vinte anos, aprovado por meio de uma emenda constitucional (Emenda Constitucional n. 95/2016) que sacrifica as despesas sociais para pagar as despesas com a dívida pública, e outras leis que resultaram em instabilidade na ordem econômica; a alteração da Lei n. 13.365/2016, que acaba com a exclusividade da Petrobras como operadora do Pré-sal; a aprovação da Reforma Trabalhista (n. 13.467/2017); e a proposta de Reforma da Previdência Social. Todas essas operações resultam em escandalosos retrocessos sociais. Medidas excepcionais semelhantes, marcadas por cortes e redução de investimentos em serviços essenciais, encontraram um terreno fértil no governo Paulo Hartung para desenvolver-se em silêncio, como se o Espírito Santo fosse uma espécie de laboratório para o restante do país, quando os olhares críticos concentravam-se em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Partindo dos vínculos entre o estado de exceção e o neoliberalismo, aplicados no Brasil e no Espírito Santo, podemos, agora, em primeiro plano, desnudar a política neoliberal

implementada pela gestão Paulo Hartung (2015–2018)¹¹¹, apelidado pelos capixabas de “Imperador”, por suas posturas irredutíveis e autoritárias. É de conhecimento geral que o governador investiu pesado na assessoria de comunicação para apresentar como palatável à população o seu pacote de “ajuste fiscal”, posto em prática desde a sua volta ao Palácio Anchieta, em 2015. O *marketing* de Paulo Hartung foi eficiente, durante algum tempo, em apresentar o corte de investimentos essenciais nas áreas de saúde, educação e segurança como uma política de controle dos gastos para honrar os compromissos do governo durante a crise econômica que atravessa o país.

Enquanto governadores de outros estados tinham dificuldade em pagar os salários do funcionalismo público em dia, Paulo Hartung aparecia na TV e comparecia a eventos empresariais para apresentar, em gráficos bem ilustrados, sua política supostamente inquestionável de responsabilidade administrativa, que expressava, ao seu modo de pensar, que o governo não pode gastar mais do que arrecada. Com tal discurso, o governador ainda pôde explorar os dados positivos da maior redução da taxa de homicídios dos últimos 28 anos¹¹², durante o segundo ano de seu governo, num estado que figurava havia muito tempo entre os primeiros colocados no *ranking* nacional das taxas de homicídios.

O governo Hartung maquiou a precarização dos serviços públicos, entre eles a segurança: a prova é que ele permitiu a redução, o que foi uma das primeiras polêmicas do seu governo, do consumo de combustível das viaturas das polícias civil e militar, o que ocasionou menor patrulhamento das ruas, aspecto esse que não foi abordado pelos veículos de comunicação. Essa evidência bem como uma série de outras polêmicas que envolviam a

¹¹¹ Nosso enfoque na política administrativa de Paulo Hartung na gestão 2015-2018 é fundado (além da percepção particular do autor) nas reportagens do *Século Diário*, em particular na matéria intitulada *Do céu ao inferno*, publicada em 8 de fevereiro de 2017 pelo portal capixaba (<<http://seculodiario.com.br>>); na reportagem do portal *Brasil 247*, intitulada *Nassif: trava-se no ES a primeira grande batalha de desmonte do Estado brasileiro*, publicada no dia 13 de fevereiro e disponível no endereço eletrônico do portal (<<http://www.brasil247.com>>); na matéria de Luis Nassif, *Xadrez de Paulo Hartung, fiscalista que a Globo inventou, por Luis Nassif*, que foi publicada no dia 23 de novembro de 2017 e que se encontra disponível no portal do *Jornal GGN* (<<https://jornalggm.com.br>>); no texto de Tyago Hoffmann, ex-secretário da Casa Civil durante o governo de Renato Casagrande (2011-2014), intitulado *O desmonte do Espírito Santo*, publicado em *O Globo* no dia 23 de fevereiro e disponível no site do portal (<<http://www.oglobo.globo.com>>); além do texto de Vitor Vogas, que de forma surpreendente conseguiu sair do casulo e abriu espaço para o debate na grande mídia capixaba, que frequentemente tem blindado Paulo Hartung, ao publicar *Problemas no Paraíso*, no dia 11 de fevereiro de 2017, no portal de notícias de *A Gazeta*, no seguinte endereço eletrônico: (<<http://novo.gazetaonline.com.br>>).

¹¹² O Espírito Santo encerrou o ano de 2016 com a menor taxa de homicídios dos últimos 28 anos. Entre 2009 e 2016 a taxa de homicídios caiu pela metade, contabilizando números comemorados pelo governo de 29,7 mortes por cem mil habitantes. No entanto, esses números devem ser relativizados, tendo em vista que a redução das taxas de homicídios foi acompanhada de uma política de aprisionamento em massa no país inteiro. Para uma análise do decênio 2001-2010 para o caso do Espírito Santo pode-se consultar Zanotelli *et al.* (2011).

redução ou precarização dos serviços públicos ofertados em outras áreas também não foi debatida pela mídia dominante local. Assim, Paulo Hartung seguiu como o “representante do mercado”, e o Espírito Santo, como um laboratório – caracterizado pela política de “austeridade” implantada em terras capixabas – das políticas neoliberais em implementação no Brasil.

Foi diante dessas circunstâncias que Paulo Hartung se manteve irredutível e não aceitou negociar nenhum tipo de reajuste salarial com os policiais. Quem cedeu à pressão, ao final, foi de fato a polícia, que, após várias ameaças do governo foi derrotada. Paulo Hartung, embora tenha saído com a imagem desgastada, manteve-se inflexível, em parte, aparentemente, para sustentar sua imagem; ceder à reivindicação de reajuste salarial dos policiais significaria ter que negociar com outras categorias e abrir mão do discurso midiático institucionalizado de que o governo não tinha recursos e que cortes eram necessários para manter o funcionamento da máquina pública. O governo Paulo Hartung para tal tratou a reivindicação dos policiais pelo viés da criminalização do movimento.

Segundo o jornalista Luis Nassif, o Espírito Santo foi o palco da primeira grande batalha de desmonte do Estado brasileiro. Em outros termos, funcionou como um laboratório para o resto do país. Ou seja, a política econômica de Paulo Hartung (MDB) seguia apenas o *mainstream* ditado pelo Congresso, pela mídia e pelo governo Michel Temer (também do MDB), que relacionavam a imagem do governante responsável à ideia de desestruturação do aparelho estatal. Nesse linha de pensamento, invocam a crise econômica para justificar o desmonte do Estado. Velhos chavões bem aceitos no meio empresarial, tais como gestão, qualidade, eficiência, inovação e responsabilidade fiscal, são empregados pelo governo, que usa o mesmo *marketing* da gestão privada na administração pública, uma fórmula questionável, mas convincente para o grande público.

Na verdade, o que fez Hartung foi uma política gestora bem organizada de precarização dos serviços públicos e dos direitos sociais; uma política de incentivos fiscais para a atração de empresas sem avaliação custo-benefício e transparência no processo de licitação e contratação; além da ausência de diálogo com os setores sociais e servidores públicos, tratados como inimigos do Estado, mediante a adoção de políticas governamentais draconianas na administração pública. Em linhas gerais, a política no “Hartunguistão”, outro apelido apregoado ao Estado do Espírito Santo sob a tutela de Hartung, não passa de um esquema bem costurado de arrocho salarial dos servidores acoplado a uma política de

subsídios visando atrair empresas para o estado. Tal política se baseia em análises frágeis da relação custo-benefício, acobertadas por um poderoso trabalho midiático sobre a imagem de Paulo Hartung como gestor público.

Foi, em parte, esse modelo de gestão que abriu precedente para a crise da segurança pública no estado, em que de um lado tínhamos uma categoria insatisfeita e afeita ao enfrentamento, e de outro lado, o governador Paulo Hartung, ambos colocando em risco a sociedade capixaba, não importando o custo para atingir seus objetivos. Mas, no que tange à violência urbana daqueles dias, é de se perguntar: além dos números, o que ocorreu de substancial para caracterizarmos, ou melhor, identificarmos uma modalidade de urbidício? Enquanto a polícia permanecia oficialmente paralisada e parte significativa de seu efetivo havia se aquartelado nos quartéis, uma onda de saques e arrastões acontecia na RMGV e também no interior do estado. Além disso, grupos ilegais (traficantes ou não) disputavam territórios entre si, e toques de recolher eram impostos em algumas regiões da RMGV por esses grupos, colocando a região metropolitana em paralisia, sem transporte público e com a maior parte dos serviços indisponíveis à população. Muitos moradores tiveram inclusive dificuldade durante a greve para repor os mantimentos, uma vez que um número significativo de supermercados e armazéns também fechou.

No domingo, 5 de fevereiro de 2017, dia em que de fato os capixabas se deram conta que haviam sido abandonados, não demorou muito, mensagens com relatos e vídeos filmados por celulares começaram a circular mostrando arrastões em *shopping centers* e cenas de arrombamento em todo o estado. Diga-se de passagem, muitos saques foram efetivados por setores variados da população, que se aproveitaram da ocasião. Em pouco tempo, vídeos de corpos abandonados pelas ruas, em especial da RMGV, ocuparam os compartilhamentos dos usuários de redes sociais, com destaque especial para as imagens de corpos empilhados no DML¹¹³, que teve a sua capacidade excedida. O que foi anunciado como uma “guerra de todos contra todos”, com a ausência de autoridade, logo se tornou uma caçada de homens armados, alguns fardados, contra supostos infratores e a quem se aventurou a sair às ruas, ousando não respeitar o toque de recolher imposto, não se sabia, às vezes, por quem exatamente¹¹⁴.

¹¹³ Departamento Médico Legal.

¹¹⁴ Inúmeros vídeos de pessoas assassinadas e reféns da violência em suas casas, com medo de sair para ir ao trabalho ou à escola, circularam e foram compartilhados na internet em aplicativos de redes sociais como o *Whatsapp*. Ao analisar esse material, chegamos à conclusão que nem sempre os moradores tinham consciência de qual era a norma vigente dentro daquela situação de aparente desordem. Os vídeos a que tivemos acesso,

Com o decorrer dos dias, vídeos de execuções sumárias e de pessoas amarradas em postes ocuparam mais espaço na caixa de armazenamento dos celulares. Um desses vídeos traz cena inusitada ocorrida no bairro Planalto Serrano, em Serra, o município mais populoso da região metropolitana. Uma mulher, de dentro de seu apartamento, filma e compartilha a execução de um homem, retratado no vídeo como suposto malfeitor. Ela não só filma toda a ação, como vibra com os disparos, sem deixar de comentar: “Acabou, ah que legal. Caraca, meu, esse aí foi pro saco, gente. Matar mesmo, massa...”. Esse e tantos outros vídeos circularam pelas redes sociais, em particular na página de *Facebook* do *Serra Noticiário*, uma página independente de entretenimento e de conteúdo variado sobre o dia a dia dos capixabas. Ela se baseia em contribuições dos usuários, que enviam suas gravações para o canal. Este passou a transmitir a melhor cobertura em “tempo real” do que ocorria na rua, como é o caso da cena narrada acima, cena que muito tem a revelar, não só pelo objeto das filmagens, mas principalmente pela concepção a respeito dos acontecimentos manifestada pela mulher que filmou a cena. Claramente corrobora a tese do psiquiatra e filósofo, militante anticolonialista, Francis Fanon (1952), de que em países então chamados de Terceiro Mundo não se identificam as estruturas de classe e de opressão como inimigas, mas o outro, o vizinho, o igual, uma espécie de darwinismo social. Por outro lado, parece que, quando não há mais uma possível punição, certos indivíduos e setores se “liberam” para fazer tudo e qualquer coisa, não havendo, nesses casos, limite e autocensura para impedir a violência contra o outro. E isso se conecta com a situação de desmoralização das instituições do Estado, que é governado contra a sociedade, e do ancestral *apartheid* social e de banalização do “mal” no Brasil. As pessoas muitas vezes se colocam contra seus próprios interesses, uma espécie de “coerção consentida” ou de “escravidão voluntária”, contribuindo para que se dominem ainda mais as classes subalternas. Nesse sentido, é bom lembrar que os próprios policiais, usados como agentes repressores das classes populares, são, em sua imensa maioria, originários dessas classes.

Em tais vídeos é possível constatar ação de grupos de extermínio, alguns deles com aparente envolvimento de policiais. Grupos armados circulando pelas ruas e fazendo a segurança dos bairros foram filmados, em várias localidades da RMGV, com armas

ainda que às vezes de forma um pouco apelativa, em que predomina o discurso do medo, mostram o receio de sair de casa e estar desrespeitando alguma regra imposta, direta ou indiretamente, por grupos atuantes naquele momento e numa dada região.

expostas¹¹⁵. Um vídeo que circulou pela internet foi produzido por um morador de um bairro do município de Serra que filmou da greta da janela de sua casa a ação de pessoas com uniforme da Polícia Militar. Tais pessoas, segundo ele, fariam parte de um grupo de extermínio da polícia. Segundo diz a pessoa no vídeo, o grupo chegou ao bairro onde reside mandando os moradores entrar em suas casas dizendo que iria matar todo mundo. No vídeo os supostos policiais estão em três veículos sem identificação e com armas em punho. É possível visualizar três homens, dois deles fardados e um terceiro com camisa laranja.

O Governo do Estado chegou a admitir o possível envolvimento de grupos de extermínio e a participação de policiais em assassinatos com o objetivo de agravar ainda mais a crise no estado¹¹⁶. Em entrevista ao jornal *A Gazeta*, de 3 de agosto de 2017, a advogada criminalista Danielly Penedo Wandekoken disse que os policiais aproveitaram a greve e a ausência de ordem por conta de sua própria paralisação para fazer uma espécie de “limpeza” social dos indivíduos com suposta “passagem pela polícia”, revelando o absurdo de se justificar a morte de outrem por um fichamento na polícia. Do total de adolescentes que morreram durante a greve a mídia hegemônica capixaba especula, embora com informações contraditórias e às vezes duvidosas, que a maioria teria algum envolvimento anterior por atos de infração relacionados a drogas, mas de concreto nada se sabe¹¹⁷. A única coisa que se pode afirmar a esse respeito é que os homicídios concentraram-se em bairros populares (como indicam alguns dados levantados a partir das ocorrências registradas na DHPP¹¹⁸, que foram

¹¹⁵ Embora a maior parte da polícia do estado tenha aderido à greve, muitos grevistas não deixaram, contudo, de trabalhar na segurança privada de lojas e empresas durante o período. Na verdade, houve aumento da demanda por segurança privada e aumento significativo dos preços pelos serviços de segurança durante a greve. Ao que tudo indica, as empresas privadas de segurança e pessoas que prestam serviços nessa área foram os únicos que lucraram durante a greve da Polícia Militar no estado.

¹¹⁶ Ver a matéria de Vitor Vogas, *Governo investiga possível atuação de grupos de extermínio*, para o jornal *A Gazeta*, publicada em 11 de fevereiro de 2017 e disponível no site do portal (<<http://novo.gazetaonline.com.br>>).

¹¹⁷ Ver a matéria de Natalia Bourguignon, *Greve da PM: advogada diz que adolescentes foram vítimas de extermínio*, para o jornal *A Gazeta*, publicada em 3 de agosto de 2017 e disponível no site do portal (<<http://novo.gazetaonline.com.br>>). Sobre o andamento das investigações, a reportagem de Viviane Machado, *Crise da segurança faz 1 ano e onda de homicídios volta a crescer no ES*, 5 de fevereiro de 2018, para o *GI Globo* (<<https://g1.globo.com>>), fornece um panorama geral e contraditório da situação de andamento das investigações: segundo ela, em julho de 2017 o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) divulgou que fez mais de 700 denúncias de crimes ocorridos durante a greve. Entre os crimes estavam homicídios, latrocínios, incêndios a ônibus, furtos, roubos, ameaças etc. Só de homicídios o MP-ES identificou 210 (o número de homicídios mencionados nas reportagens, mesmo quando citadas “fontes oficiais”, varia, conforme observamos normalmente entre 209 e 219 homicídios – uma verdadeira incógnita, para não dizer confusão). Destes, segundo a consulta feita pela reportagem, 153 ainda estavam em fase de investigação. Contudo, o MP-ES não informou a situação das investigações dos homicídios. Já o ex-secretário de Segurança Pública André Garcia, por sua vez, afirmou que pelo menos 60% dos inquéritos já foram solucionados. Porém, do nosso ponto de vista, parece haver uma grande dificuldade no andamento das investigações e um receio ainda maior por parte das instituições responsáveis de elucidar o andamento das investigações e de divulgar números mais concretos.

¹¹⁸ Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa.

disponibilizados pela AOB-ES¹¹⁹) e que os alvos preferenciais foram jovens negros (como se pode verificar nos vídeos que circularam pela internet, em especial de corpos no DML, quase todos negros).

A ação de extermínio deu-se em bairros populares e, em muitos casos, com forte presença de grupos de traficantes, fora dos holofotes da mídia. O modo operante da ação de tais grupos pode ser um pouco elucidado a partir do depoimento de um líder católico, militante há mais de 20 anos em bairros da periferia onde há forte presença de grupos que operam no mercado ilegal de drogas. No início dos distúrbios o pároco escutou um barulho. Ao sair de casa para constatar o que estava ocorrendo, verificou pouco adiante de sua residência dois corpos fuzilados. Segundo seu relato, durante a paralisação da polícia havia grupos distintos atuando no bairro onde mora: um deles, o do tráfico, atuava de forma mais contida, já que, há dois anos, segundo suas próprias palavras, as quadrilhas tinham-se apaziguado, evitando, portanto, o confronto entre elas para resolver suas diferenças e disputas internas. Para ele,

Quem executou no domingo [dia 05 de fevereiro, dois rapazes] à noite, que começou a chacina não foi de lá, porque o *modus operandi* não era do tráfico. As pessoas que foram para lá [estavam] uniformizadas. Calça preta, blusa preta e toca. Armas de calibre grosso, não foram os meninos de chinelo, de bermuda, não foi, não foi [o tráfico]. Foi com o intuito de criar o caos na região mesmo¹²⁰.

É curioso notar que em outros bairros de Vitória onde há forte presença do tráfico de drogas ilícitas, como São Benedito e adjacências, lugares esses que por inúmeras vezes tiveram confrontos violentos entre as quadrilhas, houve poucos registros de saques e homicídios durante a greve. Segundo depoimento de entrevistados que residem na região, embora houvesse receio da população de grande mortalidade no território durante a greve, isto não se confirmou porque grupos de traficantes locais haviam feito um acordo bem antes da paralisação para evitar conflitos e resolver suas diferenças na mesa de negociação. De outro modo, também segundo os entrevistados, grupos de tráfico de drogas ilícitas que atuam no município de Serra, por estarem em conflito entre si, não se deslocaram para ameaçar os traficantes do bairro São Benedito, de Vitória¹²¹. Contudo, é importante dizer que nessa região de Vitória aparentemente não houve atuação de grupos de extermínio, muito provavelmente

¹¹⁹ Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional ES.

¹²⁰ Entrevista informal com líder católico em 26 de setembro de 2017. Não se menciona o nome do entrevistado em virtude do respeito ao anonimato.

¹²¹ Entrevista informal, em 13 de setembro de 2017, com um grupo de moradores residentes na Poligonal 1, que reúne as comunidades de São Benedito, Jaburu, Itararé, Floresta, Engenharia, Bonfim, bairro da Penha e Consolação. Não se mencionam os nomes dos entrevistados em virtude do respeito ao anonimato.

por causa da proximidade com o 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado, situado a poucos metros, lugar onde as esposas dos policiais permaneciam em protesto (elas estavam na frente do quartel).

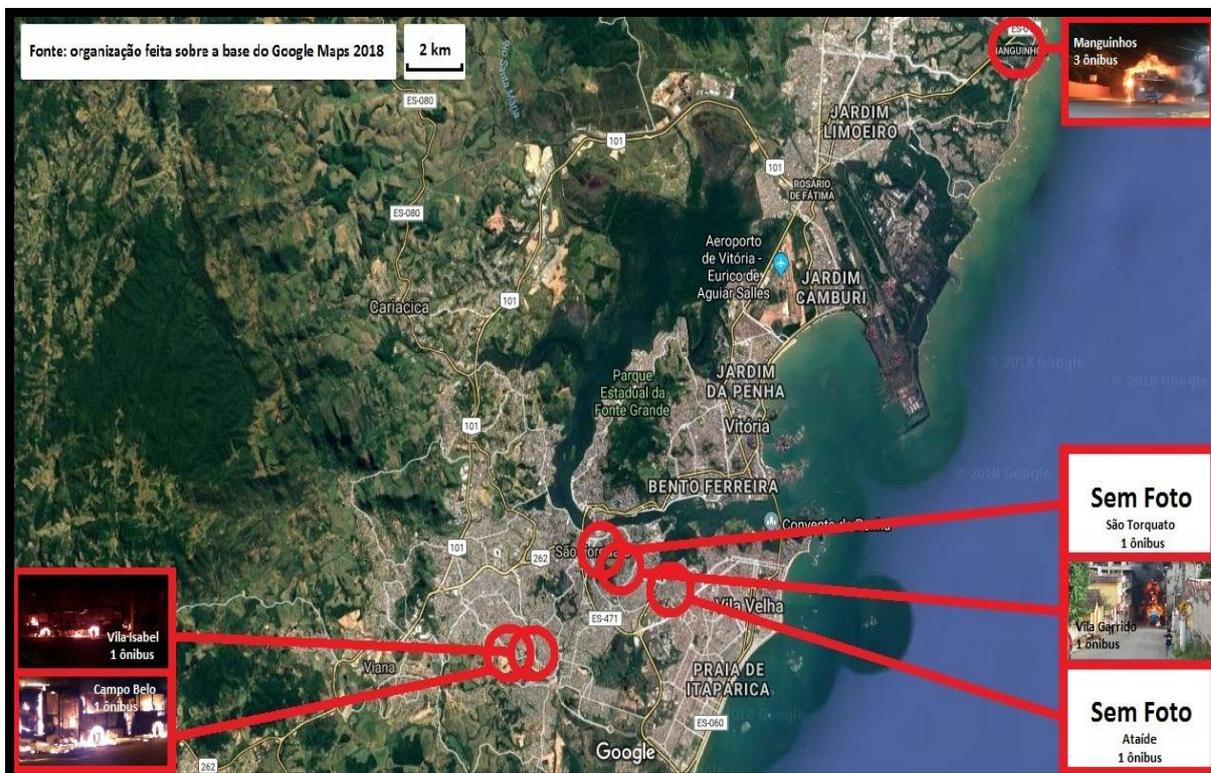
Se, por um lado, durante os primeiros dias da greve, o alto índice de mortalidade aliado à ausência de patrulhamento da polícia serviu para espalhar insegurança e violência de todo tipo, nos últimos dias da greve da Polícia Militar o modo operante daqueles que agiam para espalhar o terror se concentrou no ataque aos ônibus do sistema de transporte público intermunicipal (Transcol). Os três primeiros incêndios ocorreram no segundo dia de paralisação, 5 de fevereiro, um domingo, todos em Mangueiros, bairro litorâneo do município de Serra, muito provavelmente para chamar atenção da opinião pública. De fato. Por se tratar de um bairro sem registro de atuação territorial do tráfico e com pouca concentração de residências, é plausível endossar a tese de que tais atos não passavam de uma ação midiática para ser consumida pelas lentes das câmeras e causar impacto, para amplificar a sensação de medo na população.

Sem dúvida, um bom lugar para incendiar ônibus sem ser notado, agilizar a fuga e ainda assim impressionar a opinião pública da região metropolitana. Contudo, os incêndios foram deixados de lado, temporariamente, retornando a cena apenas na segunda semana de paralisação, com novas notícias de incêndios, ocorrendo agora de forma sistemática e mais difusa pela região metropolitana, com ocorrências em Cariacica (Campo Belo e Vila Isabel) e Vila Velha (São Torquato, Ataíde e Vila Garrido) (ver Figura 63, p. 279). Segundo as reportagens verificadas e de acordo com o relato de moradores, tratava-se de um quarteto de homens encapuzados e armados que agiam em duas motocicletas, sempre da mesma forma: paravam o ônibus, mandavam os passageiros descer e ateavam fogo nos ônibus usando galões de gasolina¹²².

¹²² Sobre os ataques aos ônibus, pode-se consultar a reportagem de Breno Ribeiro, *Homens armados ateiam fogo em ônibus em Vila Velha*, publicada em 14 de fevereiro no jornal *Folha Vitória* (<<http://m.folhavitória.com.br>>); além das duas reportagens assinadas pela redação do jornal *A Gazeta*, intituladas *Grande Vitória tem 7 ônibus atacados desde a paralisação de PMs* (publicada no dia 15 de fevereiro) e *Mais um ônibus em chamas é registrado na Grande Vitória* (publicada no dia 13 de fevereiro e atualizada no dia 17), ambas disponíveis no site do portal (<<http://novo.gazetaonline.com.br>>).

Figura 63

Ônibus Incendiados na Região Metropolitana da Grande Vitória, Durante a Paralisação da Polícia Militar, em Fevereiro de 2017



No total, oito ônibus foram incendiados na região metropolitana, e um último, no dia 18 em Aracruz. Não é plausível supor que grupos de traficantes ou que outros grupos que atuam no mercado de drogas ilícitas fossem os responsáveis por tais atos de vandalismo, tendo em vista que naquele momento de forma alguma interessava chamar a atenção do Exército¹²³, que já patrulhava as ruas desde o dia 6 de fevereiro. Por outro lado, o contingente era limitado, não sendo possível identificar os interessados na deflagração dos incêndios. Assim, fica a dúvida a respeito dos verdadeiros responsáveis por tais atos, ainda que eles favorecessem, na conjuntura daquele momento, a desestabilização no espaço urbano.

O retorno do sistema de transporte coletivo à normalidade, embora se desse de forma lenta e com rotas e itinerários alterados, permitia, ainda que parcialmente, a volta dos capixabas a algumas de suas atividades, como ir ao trabalho e dele voltar. Mesmo que não

¹²³ Em 6 de fevereiro de 2017, a pedido do governador, foram enviados para o estado 1.200 soldados (das Forças Armadas e da Força Nacional). Esse efetivo foi reforçado posteriormente com mais homens, que permaneceram em ação até o dia 29 de abril, quando a Força Nacional, última tropa a deixar o estado, encerrou suas atividades. Ao todo, mais de 3 mil homens do Exército, da Marinha, da Força Aérea, além da Força Nacional de Segurança estiveram envolvidos na missão capixaba.

seja possível acusar o movimento grevista de alguma ligação com os incêndios, a normalização da situação, isso é certo, não interessaria ao grupo, que, nessa altura, com a presença do Exército, não tinha grande margem de manobra e nem mesmo algum trunfo político para pressionar o governo. Todavia, também é certo que o grupo responsável pelos incêndios tinha como objetivo ocupar as manchetes dos jornais e colocar em circulação nas redes sociais, através dos vídeos amadores feitos por espectadores, imagens de ônibus em chamas; vídeos que passaram a circular pela internet, mantendo a sensação de insegurança na população até os últimos dias da paralisação da polícia.

Tudo isso ampliava o sentimento de “caos” e “desordem” urbana, que poderia ser usado – de maneira voluntária ou involuntária – a favor do movimento grevista para pressionar por uma volta rápida dos policiais ao trabalho na condição de “heróis” que assim procedem para salvar a cidade afundada no “crime”, sob os termos de suas respectivas reivindicações. Com efeito, os familiares dos policiais, em seus pronunciamentos na TV e rádio, em mais de uma oportunidade se manifestaram fazendo alusão à figura do “herói” que combate o crime, para conferir legitimidade ao movimento grevista e defendê-lo. Em nenhum momento o movimento foi definido como uma mobilização por direitos trabalhistas, embora, de fato, tratava-se, em sentido imediato, de um movimento de reivindicação por direitos trabalhistas. Daí já se percebe a falta de conscientização de classe, postura apartada da sociedade, e um viés de fundo conservador da mobilização. Ainda sobre a associação da figura do policial a uma ideia de heroísmo, é importante dizer que muitas charges que circularam, em particular no *Facebook*, conhecidas como *memes*, faziam comparação entre o policial e o personagem do Batman e entre Vitória e a cidade caótica de Gotham City. Em uma mensagem lia-se: “Chama o Batman!”

Como resultado, a greve dos policiais, além de ter provocado, voluntária ou involuntariamente, um rastro de saques e mortes, levou a um processo sociopolítico de fragmentação do território da RMGV, com policiamento e patrulhas autônomas que agiam conforme seus critérios, que também se desdobrou em um incipiente processo, embora pontual, de cercadura de ruas. Foi o que se verificou, por exemplo, na rua Primavera, região

de São Pedro, lugar onde moradores colocaram uma cerca informando que o local estava sendo monitorado 24 horas por câmeras e policiais do bairro (ver Figura 64)¹²⁴.

Figura 64

Moradores da rua Primavera, uma área onde há predominância de policiais, na Grande São Pedro, colocaram uma cerca informando que o local estava sendo monitorado 24 horas por câmeras e policiais do bairro.



Fonte: Fotografia de Vitor Jubini, para o jornal *A Gazeta*, 12 de fevereiro de 2017.

Nos bairros populares, além dos roubos e assaltos, as disputas de territórios por parte de grupos autônomos, da polícia ou de grupos associados ao comércio ilegal de drogas colaboraram decisivamente para o alto número de homicídios. Foi nos bairros populares que se registraram os mais altos índices de letalidade durante a greve, caracterizando o que queremos denominar “zonas de morte”, onde não havia uma lei vigente, sequer do tráfico, capaz de coibir a violência. Essa conjuntura contribuiu, em alguma medida, para a intensificação da violência, já que, além da violência mais residual, estava em ação uma política interna de disputas territoriais entre grupos armados. Embora nos bairros das classes dominantes de Vitória também tenham ocorrido assaltos e arrombamentos sistemáticos, foi nos bairros populares da região metropolitana que se concentraram os homicídios (ver Figura 65, p. 282), reiterando-se assim as partilhas já antigas do espaço urbano na região metropolitana entre os mais pobres e os mais ricos (ver a esse respeito ZANOTELLI *et al.*, 2011).

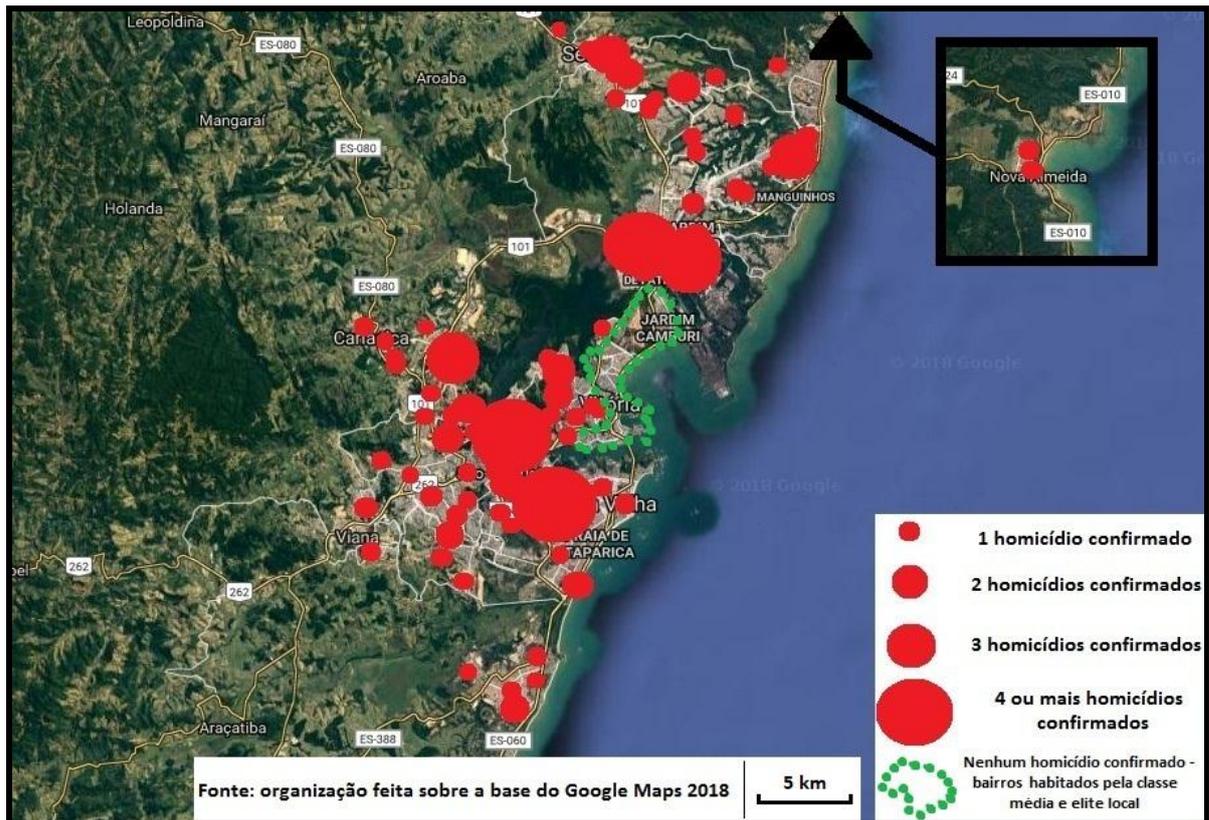
Em alguns bairros populares, sair de casa significava, em tais condições, aventurar-se na mira de homens armados, seja de grupos de extermínio seja de traficantes ilegais de drogas, ou, de forma surpreendente, do próprio Exército: qualquer um deles poderia matar (como fizeram) sem dar satisfação de seus atos, agindo sob a batuta dos que definem o estereótipo do jovem pobre e negro residente em bairros populares não apenas como

¹²⁴ Sobre a cercadura realizada por policiais e moradores do referido bairro, pode-se consultar a reportagem *População reclama que forças policiais ainda não estão na periferia*, do jornal *A Gazeta*, publicada em 12 de fevereiro de 2017 e disponível no site do jornal (<<http://novo.gazetaonline.com.br>>).

“bandido”, mas como alvo em potencial de uma “guerra” na qual qualquer um poderia ser o “inimigo”.

Figura 65

“Zonas de Morte” e Áreas de Relativa Segurança no que se Refere à Confirmação de Homicídios Durante a Greve da Polícia Militar do Espírito Santo em Fevereiro de 2017.



Fonte: DHPP/AOB-ES. Dados da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) organizados pela AOB-ES¹²⁵.

¹²⁵ Cabe registrar que o Governo do Estado não disponibilizou dados detalhados de homicídios durante a greve da polícia. A análise espacial é gerada pelos dados levantados por grupos independentes e de direitos humanos, auxiliados por advogados, que conseguiram reunir e organizar dados sistematizados, com nomes, locais de homicídios, origem das vítimas e natureza das ocorrências, entre outras informações. Embora esses dados estejam incompletos, pudemos espacializar, usando a plataforma do *Google Maps*, a ocorrência de 124 homicídios por localidade ou bairro (que incluem descoberta de cadáveres, ação policial seguida de morte, latrocínio e demais mortes por armas de fogo) na região que abrange Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica e Serra, durante a greve da Polícia Militar. O resultado é um contraste espacial no qual bairros populares concentram a maior parte dos homicídios (círculos vermelhos), enquanto nos bairros centrais de Vitória (Praia do Canto, Enseada do Suá, Barro Vermelho, Bento Ferreira, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Jardim da Penha, Mata da Praia, bairro República e Jardim Camburi), onde moram pessoas das classes mais abastadas e que concentram os principais equipamentos administrativos, urbanos e econômicos (círculo verde), não foi registrada ocorrência de homicídios.

A maior parte dos homicídios, como destacado, deu-se em bairros populares onde há concentração das categorias sociais mais pobres. Embora nos bairros de moradia das classes médias e dominantes circular pelas ruas, na maioria das vezes, não fosse seguro, os crimes nessas áreas quase sempre se restringiram a assaltos, invasões de propriedade, roubos de veículos e arrastões.

A violência urbicida, que foi empregada como violência política – com responsabilidade direta do Estado e de seus agentes e dos confrontos suscitados por um darwinismo social –, de fundamento “genocida”, de indivíduos pertencentes às classes sociais dominadas, em sua maioria jovens e negros, deu-se, de fato, longe das áreas centrais e dos bairros das classes mais abastadas. Entretanto, a inviabilização de uso dos recursos urbanos e a própria negação da cidade, por meio de atos violentos, com o intuito de provocar o medo generalizado, atingiu de forma predominantemente toda a região da capital do estado, afetando, inclusive, os moradores dos bairros de classe média e classe dominante, que tiveram que permanecer reclusos em suas residências durante vários dias.

Mas foi nos bairros populares que predominaram os assassinatos, e foi neles, também, que ocorreram de maneira predominante os incêndios de ônibus do transporte público, outra característica urbicida que alvejou a infraestrutura urbana, posta em prática em ações pontuais, mas capazes de criar pânico e fragmentar a cidade. Essas ações se concentraram na segunda fase da greve, quando o Exército já estava operando nas ruas e nos bairros centrais da região metropolitana. Por conta da violência, da falta de segurança e da ausência de transporte público, o uso de equipamentos e a prestação de serviços foram suspensos para todos, mas de maneira desigual e com efeitos desiguais, provocando o terror, atingindo majoritariamente os mais pobres e os moradores de bairros populares. Filas em frente de supermercados que permaneceriam com portas fechadas foram registradas em vários bairros. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que atende a população da região metropolitana, também deixou de operar. Passou a não atender às chamadas nos dias de maior insegurança, afetando principalmente populares dependentes do serviço e impossibilitados de usar o transporte público para se deslocar até os centros de saúde.

É importante ressaltar que os saques coletivos e quebra-quebras efetivados em vários pontos da região metropolitana são também uma expressão da modalidade de urbicídio de cunho neoliberal às avessas. Foi nesse aspecto que assaltos, roubos e saques sistemáticos, acompanhados de depredação dos estabelecimentos, se deram como reflexo da política de

austeridade implantada no Espírito Santo. Tal política é responsável, ainda, pelo aumento do desemprego, pela desigualdade avultante e pela quebra das regras sociais (que se sustentam pela via de um relativo consenso de convivência social ou pelo uso da força “legítima” do Estado), já muito afetadas por uma cultura da propriedade privada, que enaltece a ideia de consumismo e elege o patrimônio como bem supremo. Nesse sentido, ao contrário da situação de lugares como a Bósnia do início dos anos 1990 ou a Síria atualmente, no Espírito Santo não se identificou um embrião urbicida propriamente em virtude de uma guerra convencional. O que ocorreu foi um processo de pilhagem, efetuado não só por oportunistas, mas, também, por pessoas das mais variadas classes sociais, que se supõe sem nenhum vínculo com atividade ilegal, estimuladas por uma profunda crise econômica em âmbito nacional e acentuada no estado desde que Paulo Hartung assumiu o governo¹²⁶.

A violência, em cores e ao vivo, mexeu de alguma forma com o aspecto imaginário do capixaba, já tão alterado, como de qualquer brasileiro, pelo discurso de violência que organiza falas e orienta a violência seletiva contra os mais pobres e contra os negros, apresentados como elementos suspeitos¹²⁷. Nesse sentido, foi impressionante o que ocorreu na tarde do dia 7 de fevereiro, segunda-feira: à medida que os veículos e caminhões, posteriormente os tanques do Exército, iam chegando e se adentrando em ruas desertas dos bairros das classes médias e dominantes, as pessoas iam saindo nas sacadas dos prédios para saudá-los aos gritos. Não se sabe ao certo se assim agiam por se considerarem a salvo da barbárie ou por quererem dizer que ali estavam para assistir ao banho de sangue que continuaria na periferia. Ainda é comum ouvir dos capixabas a fala de que durante a greve da polícia “só morreu bandido”; uma evidente reprodução do discurso de extermínio de pobres e negros dos bairros populares.

Dessa forma, nos bairros populares da RMGV, os pobres continuaram vivenciando outro tipo de violência, que vai além da privação do espaço público sentida pelas classes privilegiadas¹²⁸. Muitos habitantes dos bairros populares, trabalhadores que não podem dar-se

¹²⁶ Inúmeras reportagens e vídeos que circularam pela internet deram destaque aos saques coletivos que ocorreram na RMGV e em outras cidades durante o período de greve. Um vídeo, em particular, chamou a atenção. Nele uma candidata ao posto de vereadora nas eleições de 2016, no município de Cachoeiro de Itapemirim, foi flagrada saindo de uma loja com várias sacolas.

¹²⁷ Para um debate amplo de como a violência age nesse sentido, ver Caldeira (2000). Para um enfoque regional de como a mídia capixaba age discursivamente banalizando a violência e em alguma medida abrindo espaço para o extermínio seletivo dos sujeitos que viveriam à “margem” da sociedade, ver Zanotelli & Medina (2009).

¹²⁸ A presença do Exército nos bairros populares não necessariamente acabou com as mortes: houve casos em que pessoas foram alvejadas por militares, sem que estes apresentassem – mesmo que isso não possa ser visto como algum tipo de justificativa – alguma evidência de que se tratava de alguém cometendo algum tipo de crime, para justificar sua ação. Se nos bairros centrais a presença dos militares visou restabelecer níveis mínimos de ordem no espaço público, na periferia operou, muitas vezes, por toques de recolher e por condutas enviesadas

ao luxo de ficar em casa, foram alvejados durante a greve, ou porque foram confundidos com supostos delinquentes, ou porque ficaram no meio do fogo cruzado entre grupos de traficantes, ou porque foram alvo de prováveis grupos de extermínio.

A região metropolitana do estado viveu durante alguns dias uma paralisia de natureza urbicida se pensarmos que o uso e a apropriação do espaço urbano, a partir das vivências que derivam de suas práticas, foram anulados por atos de violência relacionados com os motivos mais diversos, quando se produziu um clima de insegurança e medo. A cidade como lugar de diferentes interações e lócus da vida urbana, que possibilita a vida no urbano como algo comum, foi, naqueles dias, sistematicamente atacada por atos de violência política orientados contra a vida e contra o espaço urbano, para negar a cidade, sobretudo aos mais pobres.

Tudo isso se iniciou por indução de uma política de orientação neoliberal, que efetuou o desmonte e a precarização dos serviços e equipamentos urbanos, demonstrando que, no que se refere à redução das taxas de homicídios, os números não refletiam, de fato, uma situação duradoura e concreta de aumento da sensação de segurança. Sensação essa que deveria ser seguida pelo aumento do bem-estar da população, algo fora da meta do governo Paulo Hartung. Quando a força que detém o poder “legítimo” de usar a violência, a Polícia Militar, insatisfeita com o governo, saiu de cena como força legal, todos os atores causadores de instabilidade, que vêm atuando por interesses os mais diversos na região metropolitana e em outros lugares do estado, passaram a se digladiar, agindo, agora, em franca desobediência das leis.

Uma parcela da população parecia estar sedenta de vingança e comemorava execuções sumárias, reagindo a um reflexo simples e sem distância racional em relação aos fatos, obedecendo à emoção cega, que foi e é muito difundida pela mídia. Foram camufladas, dessa forma, as reais motivações sociais e econômicas da desestabilização social: as políticas neoliberais e a estrutura social profundamente desigual.

Foi essa política de “guerra”, voltada, em particular, mas não somente, contra os redutos urbanos dos mais pobres a partir da ideia de negação da cidade, que caracterizou o

que ceifaram de forma indiscriminada a vida de algumas pessoas. Matheus Martins Silva, de 17 anos, foi uma das vítimas dos soldados do Exército. Ele saiu de casa de um familiar por achar que a rua estaria segura, dada a presença do Exército, e foi atingido por um tiro de fuzil de um soldado. Matheus em nenhum momento foi acusado de ato criminoso. Para mais detalhes sobre esse caso e sobre as vítimas da crise da segurança pode-se consultar a reportagem de Sullivan Silva e Raquel Lopes, *Greve da PM: seis meses depois*, publicada em 3 de agosto de 2017 e disponível no portal do jornal *A Gazeta* (<<http://www.gazetaonline.com.br>>).

urbicídio durante a greve dos policiais no estado. Os cidadãos ficaram reféns dos diferentes grupos em disputa, que agiam na calada da noite, à mercê dos combates entre o tráfico e as forças militares, sem nenhum tipo de mediação legal reconhecida a que pudessem recorrer.

É justamente nessa interface do urbicídio, trabalhada com uma concepção híbrida, como dito antes, e que focaliza, nesse aspecto, a violência política em terreno urbano para reprimir grupos indesejáveis, que a crise econômica e a suposta legitimidade governamental, no caso em particular, a experiência capixaba, contribui para gerar uma situação de descontrole, que resultou na reativação de perspectivas atávicas na sociedade de opressão.

Esse processo foi promovido, de forma simultânea, tanto por grupos armados independentes quanto pelo Estado. No caso do Estado, em particular, ações de seus agentes são ainda mais preocupantes, pois têm oferecido uma orientação com tendência urbicida projetada numa política de segurança pública que atua cada vez mais por vias de exceção na aplicação do monopólio “legítimo” da violência. Mas nos interrogamos: quem detém a legitimidade de indicar o que é legítimo? Não são os cidadãos? Como o Estado se arroga esse direito absoluto, deveria ser algo melhor debatido nas instituições estatais e com a sociedade.

A metaforização do discurso de “caos urbano” – de fim do mundo – no Espírito Santo sem apontar sua operacionalidade e seus responsáveis acabou resultando, voluntária e involuntariamente, durante a greve, em assassinatos indiscriminados, retratados na esfera social como “danos colaterais” e excepcionais. Tais danos, para os defensores do estado de exceção, constituem algo sem muita importância. Partem esses defensores de um pano de fundo racista, capaz de encobrir o assassinato de jovens negros e pobres da periferia bem como a supressão do espaço comum por atos de violência política orientados prioritariamente contra o espaço urbano e vidas dos moradores de tais bairros. O urbicídio que operou, portanto, no substrato urbano não se pautou na destruição da condição urbana física, como em outros lugares (embora tenham ocorrido ataques pontuais ao transporte público e inúmeros saques seguidos de atos de vandalismo), mas em atos que causaram a paralisação e uma espécie de letargia urbana, através da generalização do medo e anulação da função social da cidade.

O urbicídio que se instaurou na RMGV não se deu propriamente em virtude de uma guerra, mas como consequência de uma política neoliberal, que amputa os recursos do Estado e diminui os serviços destinados à segurança social e econômica. Tal política, que leva à

insegurança urbana, é ativadora e reveladora tanto das contradições fundamentais da sociedade quanto da paradoxal despolitização dos dominados no tocante às relações sociais e de trabalho.

A greve da Polícia Militar poderia ter servido como forma de mobilização política progressista e questionadora do Estado neoliberal. Acontece, porém, que ela se deu num serviço central do Estado, o setor que cuida (ou deveria cuidar) da segurança da população; o que leva a sociedade a supervalorizar o papel dos atores nele envolvido. Estabelece-se, pois, a visão de que qualquer paralisação das atividades desses agentes traz prejuízos incomensuráveis para toda a sociedade. Assim, o governo não teve dificuldade de articular o discurso de responsabilização dos grevistas pelas consequências de seus atos, atribuindo-lhes a pecha de “criminosos”, que logo foi aceita como verdadeira por parte de amplos setores da sociedade. É importante notar, ainda, que os policiais, ao mesmo tempo que são os agentes diretamente envolvidos na repressão às classes populares, são, na sua imensa maioria, originários dessa classe. Ou seja, pertencem a uma categoria que encerra inegável contradição. Assim, suas reivindicações, de maneira voluntária e involuntária, desencadearam processos ambíguos. Estes, instrumentalizados, resultaram numa cidade sob “sequestro” por vários dias, desnudando, dessa fora, assim, as contradições sociais não resolvidas e os contraditórios processos de dominação que politizam no sentido de revelar uma sociedade que age por grupos e corporações, ao invés de se pensar em relações de classes sociais. O “Outro” foi considerado previamente culpado, e nele foram projetadas todas as insatisfações, transformado que foi em bode expiatório para ser lançado no real do deserto da cidade, onde tudo pode acontecer, sobretudo durante os eventos, chegando-se ao irreparável, à morte dos cidadãos de “segunda classe” e, em última instância, à “morte da cidade”: morte e vida das cidades, dialética política urbana, dessa vez, não somente pela intervenção nos aspectos urbanos, mas por um “fechamento social” por meio do qual instaurou-se um urbicídio.

Como visto antes, a perspectiva e lente de análise assumida por nós é a do urbicídio concebido como política de violência urbana de natureza destrutiva, cuja motriz, isto é, sua modalidade de negação da cidade se dá por meio da violência direta ou indiretamente vinculada ao aspecto militar e que age sobre o substrato urbano. No caso capixaba esse fenômeno se desenvolveu sobre o forte alicerce de uma política econômica de cunho neoliberal, marcada pelo desmonte do Estado, induzindo, assim, a um quadro de violência, em que grupos diferentes agiam armados no substrato social da cidade em defesa de seus

interesses. Embora o enfoque do urbicídio esboce esse ponto de vista, é pertinente dizer que sua concepção dialoga com a ideia de “fobópole” de Souza (2008), segundo a qual o medo se propaga na cidade, ou de “ecologia urbana do medo” de Davis (2001), segundo a qual se fabrica um desastre, como aconteceu no Espírito Santo.

Encobre-se, assim, e se reforça o individualismo expresso na máxima “cada um por si”, justificando o darwinismo social do início do liberalismo econômico, que na contemporaneidade é ressuscitado sob a forma de guerra de todos contra todos. Invoca-se o indivíduo “neoliberal”, o puro interesse, a mera troca, reduzindo a imagem dos homens em sociedade à busca de interesses individuais. Aos que são considerados marginais resta, então, escolher o tipo de prisão a que deverão permanecer encarcerados: uma jaula de aço ou uma prisão urbana. Resta-lhes, enfim, conformar-se a um estado social de insegurança, sem saída aparente.

Ora, a sociedade é diversa, complexa, os espaços de criação coletiva são concretos, e as relações sociais não se restringem ao Estado. Não obstante, é grande o peso nessas relações, o que confere relevância às ações governamentais. No caso aqui analisado, constata-se que uma gestão catastrófica dos governos levou a uma desestabilização social e urbana que deixará por muito tempo suas marcas, apesar do “esquecimento” coletivo, que enterrou no fundo de seu inconsciente o trauma urbano relatado. Demonstrou-se, então, que os efeitos do neoliberalismo são deletérios para a vida em comum e para o urbano e que a barbárie do urbicídio nos espreita diante do modo capitalista de governar e de socializar a existência urbana que vigora na cidade.

Nesta análise, a partir de alguns elementos conceituais e suas nuances com o neoliberalismo e concepções de fundo racista, evidenciaram-se, ao longo do capítulo, aspectos mais gerais do urbicídio relacionados à política de segurança pública no Brasil e algumas de suas lógicas marcadas por um processo de militarização e intensificação de conflitos envolvendo diferentes grupos (sociais) na cidade. Estes, assim analisados pelo olhar do urbicídio, por suas tipologias próprias, tangenciam o enfoque do problema para a questão das formas de opressão e violência política no espaço urbano que interfere na maneira como diferentes grupos se apropriam do espaço urbano como lócus de reprodução e vida cotidiana na cidade. Nesse sentido, o conceito de urbicídio foi desconstruído para revelar sua ideologia destrutiva e desnudar práticas e discursos de militarização da questão urbana que tomam a população brasileira como o alvo de tais políticas. Isso se dá num cenário de repressão interna

contra os mais pobres e de criação de formas de controle social costuradas cuidadosamente por décadas e que agora estão implícitas na paisagem por conta da forma espacial que adquirem.

A aplicação do conceito de urbicídio, de acordo com algumas especificidades e necessidades metodológicas apontadas no texto, ajuda, assim, a responder ou ao menos compreender de forma relacional, o problema da violência urbana. Tanto a cidade de Vitória quanto a do Rio de Janeiro objetos de análise preferenciais ao longo do capítulo e do texto, permitem problematizar uma infinidade de questões sobre o processo de militarização das cidades brasileiras a partir de suas múltiplas facetas. Retorno a elas na conclusão.

CAPÍTULO VIII

CONCLUSÃO

Como discorreremos ao longo da Tese a militarização da questão urbana no Brasil, em especial no Rio de Janeiro e em Vitória, ocorre dentro de um cenário de injustiça social e segregação sócio-espacial, reverberado por mediações culturais e imerso no contexto da luta de classes vividas no cotidiano da vida urbana. Nesse contexto a classe subalterna formada por descendentes de escravos e trabalhadores de modo geral, foi historicamente combatida pelas classes hegemônicas ao tempo que foi revestida com a figura do inimigo interno e, portanto, alvo das políticas de repressão do Estado. Reflexo no espaço urbano desse conflito se deu pela instrumentalização de políticas de militarização e violência dirigida contra a população pobre e negra que reside em bairros segregados.

Nessa ótica o problema central de análise da Tese foi a questão da militarização do espaço urbano como política de controle dos grupos subalternos, tendo como pano de fundo a produção de uma cidade injusta e desigual, pelo desenvolvimento de formas de produção capitalistas. Foi nosso objeto de reflexão a maneira como sistemas e objetos militares estão sendo incorporados no substrato urbano com o intuito de controlar, expropriar e punir as massas populares, uma vez que tais mecanismos também atendem uma série de interesses políticos e econômicos. No caso do Brasil, isso ocorre dentro de um cenário confuso, no qual se verifica tanto a pulverização de grupos armados agindo na ilegalidade e muitas vezes associados com o poder do Estado quanto a brutalidade do aparelho estatal repressor.

Muito além de uma simples questão de conflito entre o Estado e grupos armados com domínio de território, destacamos a imbricação e associação entre o legal e o ilegal na política de repressão, em que ambas as forças, tanto do Estado quanto dos grupos armados ilegais, se aglutinam, adotando modos operantes semelhantes, em um contexto que perpetua a impunidade. Com o enfoque em questões sociais e mais particularmente relacionadas ao problema da violência urbana, o propósito da pesquisa foi o de justamente demonstrar como o espaço urbano brasileiro tem sido transfigurado num espaço de batalha complexo, com fortes tendências de desenvolvimento de tipologias urbanizadas, já verificadas, de certa forma, no espaço urbano brasileiro a partir de particularidades locais.

A partir do problema da militarização da questão urbana, partimos, assim, da hipótese de que espaços ditos segregados ou de exclusão, de cidades do Brasil, como o Rio de Janeiro e Vitória, vem sendo configurados como espaços de batalha pela ação do Estado e grupos armados independentes. A configuração dos espaços segregados e reorganização do território têm agregado um componente volumétrico ao espaço urbano, pelo incremento de táticas de combate que operam no substrato urbano adotando mecanismos territoriais elásticos e flexíveis. Essa mesma perspectiva de combate e controle territorial com uso de novas tecnologias e formas de apropriação do terreno, que incluem confisco de infraestrutura e recursos urbanos disponíveis na cidade, expõe o uso e apropriação do espaço urbano na perspectiva da geopolítica vertical.

Essa linha de investigação da Tese atendeu o objetivo de elaborar uma série de esquemas e modelos de interpretação socioespacial/sócio-espacial (e territorial) das trajetórias dos grupos em disputa na cidade, em particular, nos espaços segregados, demonstrando, assim, suas táticas e formas de organização do território e uma compreensão ampliada de entendimento do território a partir dos grupos estudados. Com isso fomos capazes de identificar a especificidade do processo de imersão das cidades brasileiras ao cenário mais geral de militarização e configuração do espaço de batalha, a partir da verificação de práticas urbicidas, baseadas em mecanismos de acumulação por espoliação. Tais ações, além da destruição e pilhagem, características do urbicídio, têm desenvolvido formas de expropriação de populações de baixa renda que se dão pela apropriação ilegal da infraestrutura urbana e de uma série de usos e recursos disponíveis na cidade.

É nesse sentido que o conceito de urbicídio assume na Tese o papel de instrumento de análise, para identificar formas de negação de acesso à cidade a partir da violência política instrumentalizada no espaço urbano, cujo uso militar é uma característica essencial. No Brasil, em particular no Rio de Janeiro e em Vitória, vimos que o urbicídio assume um comportamento híbrido associando destruição urbana e produção do espaço geográfico, efetuadas pelo próprio Estado e por grupos armados associados ou não ao poder público, que operam pela espoliação e configuração de uma economia-política do espaço urbano. Esse mecanismo denominarmos de “urbanização do urbicídio”, ou seja, uma forma de operacionalização da atividade urbicida de cunho exploratório e espoliativo que participa da produção do espaço urbano, gerando economias políticas predatórias que organizam um nicho de mercadorias e serviços urbanos ilegais.

Essa prática configura uma forma de conversão de espaços segregados e de exclusão, em espaços de despossessão, que não são guiados pela doutrina neoliberal (“clássica”) de privatização e liberalização do mercado, mas do contrário, um mecanismo de expropriação de terras e recursos urbanos sem nenhuma regra aparente. Assim, não verificamos a destruição completa da urbanidade que sustenta a vida em áreas de conflito nas cidades brasileiras, mas por outro modo, formas de violência policial e ação de grupos armados independentes, que atuam desenvolvendo práticas de controle e uso do território visando fins econômicos e políticos.

Metodologicamente todo o material de campo, as entrevistas e as informações de natureza empírica e/ou de fonte secundária, apoiaram o escopo teórico da pesquisa com objetivo de proporcionar um recentramento da teoria, recalibrando os aportes conceituais de urbidicídio ao componente espacial de militarização do espaço urbano, em perspectiva tridimensional, a partir da noção de espaço de batalha. Para tanto, na primeira parte da Tese oferecemos um “balanço” do aporte conceitual-metodológico que permitiu apresentar e mostrar as bases conceituais e metodológicas que posteriormente foram assimiladas com o caso brasileiro, mais particularmente do Rio de Janeiro e Vitória, dialogando com autores nacionais e latino-americanos, na segunda parte da Tese.

No recentramento da teoria com o caso brasileiro estabelecemos conexões no capítulo V entre as políticas internacionais contra as drogas e a intervenção do Exército brasileiro no Haiti. O capítulo revelou a interface da geopolítica urbana internacional com o Brasil, para que pudéssemos, como isso, colocar em relevo o problema da militarização no Brasil a partir de uma concepção urbana, passando a conceber a cidade como espaço de batalha e a tipificar seus moradores como inimigos. Originalmente vimos que a Reforma Urbana de Pereira Passos, no início do século XX, articulou o interesse de classe da elite carioca (e nacional), a um projeto de reformulação da cidade que se baseou numa política de violência contra os grupos populares, incorrendo em conflitos e num processo de segregação espacial da cidade, dentro de uma lógica incipiente de configuração da cidade como espaço de batalha. O capítulo VI ainda discorreu sobre a militarização proporcionada pelo surgimento de grupos armados independentes, ligados a atividade de assaltos a bancos e que irão se enveredar para o tráfico de drogas ilícitas, passando também a adotar táticas de guerrilha urbana e conceber, portanto, o espaço urbano como suporte para suas ações.

O capítulo VII discorre sobre uma série de aspectos verticais e volumétricos de militarização do espaço urbano, no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro e em Vitória, escalonados pelo discurso de guerra às drogas. O capítulo mostra como as cidades do Rio de Janeiro e Vitória, estão sendo transfiguradas em espaços de batalha complexos por conta da adoção de táticas e concepções militares no espaço urbano. Tais práticas contribuem com a intensificação dos conflitos, sobretudo, nas favelas e bairros populares, produzindo formas destrutivas de negação do espaço urbano tal como pudemos constatar em situações que verificamos o fenômeno do urbicídio.

A pesquisa dentre as contribuições que apresenta para o conhecimento, permitiu demonstrar o cenário complexo de sobreposição de escalas e reorganização dos territórios, associando representações e ações no espaço e territórios que questionam a abordagem da noção horizontal da cartografia clássica. O uso que grupos armados fazem do espaço urbano a partir de uma lógica territorial flexível que requer ao invés do controle zonal e/ou reticular fixo e estático dos limites e de suas redes, mas o controle de volumes flexíveis revela uma territorialidade expressa por uma concepção elástica, operando por camadas ou estratos espaciais que vão do subsolo ao espaço aéreo, dando um conteúdo volumétrico ao território. Sobre essa ótica vimos, ainda, a sobreposição de diferentes lógicas territoriais (das UPPS, dos grupos de milicianos e dos grupos de traficantes) nos espaços segregados que conflitam entre si, mas que também coexistem conforme criam e reorganizam seus territórios.

Para elucidar essas mudanças territoriais elaboramos uma série de esquemas e modelos construídos de maneira intuitiva, mas que se revelam originais e questionadores das formas tradicionais de conceber o espaço como território em disputa por diferentes grupos. Com alguma limitação, já que o modelo é sempre uma forma de representação imperfeita da realidade, os esquemas gerados permitem não só destacar o componente volumétrico do espaço, mas mostrar também que os usos de diferentes agentes estão sempre reconfigurando e moldando o espaço territorial. Perceber o espaço como substrato instável e em constante modificação, em vez de estático e fixo, possibilitou compreender as dinâmicas territoriais que hoje vigoram no espaço urbano em cidades como Rio de Janeiro e Vitória, cujo palco urbano não é mais uma superfície, mas um todo.

O emprego do conceito de urbicídio, por sua vez, permitiu ainda, não só identificar tipologias de destruição e negação deliberada da existência urbana, mas formas destrutivas

que também são produtoras de espaço urbano. Estas estão se reproduzindo em cidades como o Rio de Janeiro e em alguma medida em Vitória, também.

Assim, a Tese contribui criticamente como o repensar de “novas” formas de conceber o espaço e refletir sobre a ação de grupos armados na cidade e, em sentido mais amplo, sobre a militarização da questão urbana. Isto a Tese problematizou identificando aspectos comuns no contexto internacional com o caso brasileiro, revelando, por sua vez, as particularidades locais das áreas de estudo. Concluimos, então, a partir dos exemplos do Rio de Janeiro e Vitória, que há uma dinâmica própria de militarização do espaço urbano brasileiro, que intercala um profundo quadro de desigualdade social, associado à adoção de medidas neoliberais e políticas de repressão efetuadas pelo Estado e por grupos armados com domínio de território. Essa dinâmica que conjuga militarização e segregação sócio-espacial tem produzido um espaço de batalha urbano e configurado a cidade como um espaço urbicida para os grupos mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- _____. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)**. v. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ADEY, Peter. **Aerial life: spaces, mobilities, affects**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010a.
- ADEY, Peter; WHITEHEAD, Mark; WILLIAMS, Alison J. Introduction: visual culture and verticality. In: ____ (Orgs.). **From above: war, violence, and verticality**. Nova York: Oxford University Press, 2013, p. 1-16.
- ADEY, Peter. Vertical security in the megacity: legibility, mobility and aerial politics. **Theory, Culture and Society**, v. 27, n. 6, p. 51-67, 2010b.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALVES, Maria H. Moreira, EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ALVES, José C. Souza. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: Justiça Global. **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 33-47.
- AMORIM, Carlos. **Assalto ao poder**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- _____. **Comando Vermelho**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- _____. **CV-PCC: a irmandade do crime**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ATHAYDE, Celso; BILL, MV. **Falcão – meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BACKMANN, René. **Um muro na Palestina**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- BARCELLOS, Caco. **Abusado: o dono do Morro Dona Marta**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BARTHOLL, Timo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas**. 2015. 433 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BELCHER, Oliver Christian. The occupied Palestinian territories and late-modern wars. **Human Geography**: a new radical journal, v. 4, n. 1, p. 1-9. 2011.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

BISHARA, Marwan. **Palestina/Israel**: a paz ou o apartheid. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. “**No sapatinho**”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro. In: Justiça Global. **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 48-83.

CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do drone**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

COWARD, Martin. Networks, nodes and de-territorialised battlespace. In: ADEY, Peter; WHITEHEAD, Mark; WILLIAMS, Alison J. (Orgs.). **From above**: war, violence, and verticality. Nova York: Oxford University Press, 2013, 95-117.

_____. Urbicide in Bosnia. In: GRAHAM, Stephen (Org.). **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004, p. 154-171.

_____. **Urbicide**: the politics of urban destruction. Nova York: Routledge, 2009.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Ecologia do medo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DEMAREST, Geoffrey. Geopolitics and urban armed conflict in Latin America. **Small Wars and Insurgencies**, v. 6, n. 1, 44-67, mar-mai. 1995.

ELDEN, Stuart. Land, terrain, territory. **Progress in Human Geography**, v. 34, p.799-817, abril. 2010.

_____. Secure the volume: vertical geopolitics and the depth of power. **Political Geography**, v. 34, p. 35-51, maio. 2013.

_____. **Terror and territory**: the spatial extent of sovereignty. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

FANON, Francis. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Le Seuil, col. Points, 2001 (1952).

FERREIRA, José S. Whitaker. Apresentação: um teatro milionário. In: JENNINGS, Andrew et al. **O Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014, p. 7-16.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias**, a. 14, n. 30, p. 194-222, mai-ago 2012.

FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. **Valsa com Bashir**: uma história da guerra do Líbano. Porto Alegre: L&PM, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREGONESE, Sara. The urbicide of Beirute? Geopolitics and the built environment in the Lebanese civil war (1975–1976). **Political Geography**, v. 28, p. 309-318, 2009.

_____. Urban geopolitics 8 years on. Hybrid sovereignties, the everyday, and geographies of peace. **Geography Compass**, v. 6, p. 290-303, maio. 2012.

GLENNY, Misha. **O dono do morro**: um homem e a batalha pelo Rio. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GRAHAM, Stephen. Cities as strategic sites: places annihilation and urban geopolitics In: _____. (Org.). **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004a. p. 31-53.

_____. Constructing urbicide by bulldozer in the occupied territories. In: _____. **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004b. p. 192-213.

_____. Introduction: cities, warfare, and states of emergency. In: _____. **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004c. p. 1-25.

GRAHAM, Stephen. **Cities under siege**: the new military urbanism. Londres: Verso, 2011.

GRAHAM, Stephen; HEWITT, Lucy. Getting off the ground: on the politics of urban verticality. **Progress in Human Geography**, v. 37, p. 72-92, 2012.

GRAHAM, Stephen. Vertical geopolitics: Baghdad and after. **Antipode: a radical journal of geography**, v. 36, p. 12-23, 2004d.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa; CASTRO, Iná Elias de (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 165-205.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Questões conceituais para entender a des-territorialização no espaço urbano e o exemplo dos muros. In: FRIDMAN, Fania (Org.). **Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p. 107-130.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

_____. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

_____. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HILLS, Alice. Continuity and discontinuity: the grammar of urban military operations. In: GRAHAM, Stephen (Org.). **Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004, p. 231-250.

KHALILI, Laleh. A habit of destruction. **Society and Space**. 2014. Texto disponibilizado em 25 de ago. 2014. In: <<http://societyandspace.com>>. Acesso em: 28 de ago. 2014.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KYLE, Chris; DeFELICE, Jim; McEWEN, Scott. **Sniper americano: o atirador mais letal da história dos EUA**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

LAMBETH, Benjamin S.. Air power, space power and geography. **Journal of Strategic Studies**, v. 22, p. 63-82, 1999.

_____. Israel's war in Gaza: a paradigm of effective military learning and adaptation. **International Security**, v. 37, p. 81-118, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEMBRUGER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. **Quem vigia os vigias?** – um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. Vitória: Gráfica e Editora GSA, 2014.
- MACHADO, Lia Osório. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa; CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 15-64.
- MAIOR, Jorge L. Souto. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: JENNINGS, Andrew et al. **O Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014, p. 33-40.
- MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- MARICATO, Ermínia. A Copa do Mundo no Brasil: tsunamis de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew et al. **O Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014, p. 17-14.
- MARIGHELA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. [Produção independente, 2003].
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MENDONÇA, Kleber. O Rio contra o crime: relatos de uma “guerra” televisionada. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, v. 19, n. 1, p. 124-145, jan-abr. 2012.
- MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- MORAES, Camila. A invenção da favela ecológica: um olhar sobre turismo e ambiente no Morro Babilônia. **Estudos Sociológicos**, v. 18, n. 35, p. 459-474, jul-dez. 2013.
- MORAES, Antonio C. Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 4. ed. São Paulo: Annablume & Hucitec, 2002.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PAX, Salam. **O blog de Bagdá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A., 1993.

RECH, Matthew; BOS, Daniel; JENKINGS, K. Neil; WILLIAMS, Alison; Rachel; WOODWARD, Rachel. Geography, military geography, and critical military studies. **Critical Military Studies**. v. 1, p. 47-60, 2015.

ROLNIK, Raquel. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: JENNINGS, Andrew et al. **O Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014, p. 65-70.

ROBAINA, Igor M. Medeiros. Populações “daninhas”? Contenção territorial e estratégias de sobrevivência das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. **Entre-lugar**, v. 2, n. 3, p. 137-163, 2011.

RODRIGUES, Thiago. Rio de Janeiro sitiada? **Le monde diplomatique**, a. 11, n. 122, p. 10-11, 2017.

RODRIGUES, Thiago; KALIL, Mariana; ZEPEDA, Roberto; ROSEN, Jonatha. War zone Acapulco: urban drug trafficking in the Americas. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 3, p. 609-631, 2017.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SHARP, Deen. Urbicide and the arrangement of violence in Syria. In: SHARP, Deen; PANETTA, Claire (Orgs.). **Beyond the square: urbanism and the Arab Uprisings**. New York: Urban Research, 2016, p. 118-140.

SHAW, Martin. New wars of the city: relationship of “urbicide” and “genocide”. In: GRAHAM, Stephen (Org.). **Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004, p. 141-153.

SILVA, Eliana Sousa. **A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

SOJA, Edward W. **Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Queimada Gráficas, 2008.

SLOTERDIJK, Peter. **Terror from the air**. New York: Semiotext, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de General: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA ALVES, José Cláudio. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: Justiça Global. **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 33-36.

SOUZA E SILVA, Jailson de; FERNANDES, Fernando; BRAGA, Raquel. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Justiça Global. **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 16-24.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008a.

_____. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa; CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 419-468.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Cidade e militarização, de “norte” a “sul”. In: GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 11-18.

_____. **Fobópolis**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa; CASTRO, Iná Elias de (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 77-116.

_____. Phobopolis: violence, fear and sociopolitical fragmentation. In: KRAAS, Frauke; AGGARWAL, Surinder; COY, Martin; MERTINS, Günter (Orgs.). **Megacities: our global urban future**. New York e Londres: Springer, 2014, p. 151-164.

STOCHERO, Tahiane. **DOPaz**: como a tropa de elite do Exército brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SUN-TZU. **A arte da guerra**. São Paulo: DPL, 2007.

TAW, Jennifer Morrison; HOFFMAN, Bruce. The urbanization of insurgency: the potential challenge to U.S. army operations. **Small Wars and Insurgencies**, v. 6, n. 1, p. 68-87, mar-mai. 1995.

THOMAS, Troy S. Slumbords: aerospace power in urban fights. **Aerospace Power Journal**, p. 1-15, mar-mai. 2002.

VAINER, Carlos. Cidades de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DO ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. p. 1-15.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIRILIO, Paul. **Guerra e cinema**: logística da percepção. São Paulo: Boitempo, 2005.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvere. **Guerra pura**: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense S.A., 1984.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEIZMAN, Eyal. **Hollow land**: Israel's architecture of occupation. Nova York: Verso, 2012.

_____. Strategic points, flexible lines, tense surfaces, and political volumes: Ariel Sharon and the geometry of occupation. In: GRAHAM, Stephen (Org.). **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004. p. 172-191.

WOODWARD, Rachel. **Military geographies**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004.

ZANOTELLI, Cláudio et al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, 2011.

ZANOTELLI, Cláudio; LACERDA, Lucas; GALVÃO, Victor. Cidade fragmentada: os usos das redes elétricas em favelas do município de Vitória – ES. **Geografares**, n. 8, p. 115-129, 2008.

ZANOTELLI, Cláudio; MEDINA, Jorge. **Conselho Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça**. Análise dos discursos sobre a criminalidade a delinquência na mídia capixaba e seus efeitos sobre a política de segurança e a percepção de (in)segurança. Brasília, Brasil, 2009.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel S. Favelas sob controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.

ZIBECHI, Raul. **Brasil potência**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2012.

_____. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americana. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ARTIGOS DE JORNAIS E RELATÓRIOS

Al-HAMZAH, Humam; MUHAMMAD, Zaid. Edição especial de Gaza. **Oriente Médio Vivo**, Damasco, Síria, 19 de jan. 2009. p. 1-4.

Aliados de Bolsonaro teriam impulsionado o motim de PMs no Espírito Santo. **Folha Vitória**. Vitória, Brasil, 25 de fev. 2017. Disponível em: <<http://m.folhavoria.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

ARAÚJO, Vera. Agentes vão usar capacetes e coletes mais resistentes além de máscaras antigás em tumultos. **O Globo Rio**. Rio de Janeiro, Brasil, 27 de fev. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/>>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

BIANCHI, Paula. “Bunkers caseiros”: moradores das favelas mais violentas do Rio fortificam casas contra tiroteios. **UOL Notícias**. Rio de Janeiro, Brasil, 03 de jul. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 29 de jul. 2017.

_____. Rio chama Exército contra violência pela 12ª vez em 10 anos. Adianta? **UOL Notícias**. Rio de Janeiro, Brasil, 29 de jul. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

BOURGUIGNON, Natalia. Greve da PM: advogada diz que adolescentes foram vítimas de extermínio. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 03 de ago. 2017. Disponível em: <<http://novo.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

CABALLERO, Miguel. Vitória tem noite de ‘cidade fantasma’ e amanhece sem ônibus. **O Globo**. Rio de Janeiro, Brasil, 07 de fev. 2017. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

CABRAL, Júlio. Conheça o novo caveirão da polícia do Rio de Janeiro. **Revista Auto Esporte**. Rio de Janeiro, Brasil, 11 de abr. 2013. Disponível em: <<http://revistaautoesporte.globo.com>>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

CARVALHO, Elis; GIUBERT, Simony. Correria e pânico na Praia da Costa. **A Tribuna**. Vitória, Brasil, 5 de out. 2015, p. 11.

Cinco motivos que levaram o Rio à pior crise de segurança em mais de uma década. **O Defesanet**. Brasília, Brasil, 09 de mai. 2017. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/>>. Acesso em: 29 de jul. 2017.

Conheça o novo EC145 C2 da PM do Rio de Janeiro entregue durante a LAAD. **Piloto Policial**. São Paulo, Brasil, 17 de abr. 2017. Disponível em: <<http://www.pilotopolicial.com.br/>>. Acesso em: 07 de set. 2017.

COUTINHO, Danieleh. Sindipol: em 2017 o Espírito Santo registrou 222 mortes a mais do que no ano anterior. **ES Hoje**. Vitória, Brasil, 2 de jan. 2018. Disponível em: <<http://eshoje.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

Dossiê do Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa 214. **Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa 2014**. Belo Horizonte, Brasil, maio-ago. 2014. Disponível em: <<https://atingidoscopa2014.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 de jul. 2016.

Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. **Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Brasil, jun-jul. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@jogosdaexclusao>>. Acesso em: 26 de ago. 2016.

Do céu ao inferno. **Século Diário**. Vitória, Brasil, 8 de fev. 2017. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

FERNANDES, Vilmar. Greve da PM: 10 militares sentam no banco dos réus. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 16 de mai. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/>>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

GOULART, Gustavo; FOLETTTO, Márcia; COSTA, Célia. Após cinco dias de tiroteios e quatro mortes, torre blindada é instalada no Alemão. **O Globo Rio**. Rio de Janeiro, Brasil, 25 de abr. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/>>. Acesso em: 29 de jul. 2017.

Grande Vitória tem 7 ônibus atacados desde a paralisação de PMs. **A Gazeta**. Vitória, 14 de fev. 2017. Disponível em: <<http://novo.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

Harpia 05 em acompanhamento de veículo suspeito em Vila Velha – vídeo. **Piloto Policial**. São Paulo, Brasil, 16 de jan. 2014. Disponível em: <<http://www.pilotopolicial.com.br>>. Acesso em: 07 de set. 2017.

HARTUNG, Paulo. Hartung sobre a anistia a PMs: “Decisão política grave e irresponsável”. **A Gazeta**. Vitória, 16 de jan. 2019. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 16 de jan. 2019.

Helicóptero da PM cai durante operação em favela do Rio. **G1 Globo**. Rio de Janeiro, Brasil, 17 de out. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/index.html>>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

HOFFMANN, Tyago. O desmonte do Espírito Santo. **O Globo**. Rio de Janeiro, Brasil, 23 de fev. 2017. Disponível em: <<http://www.oglobo.globo.com>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

Imagens mostram perseguição e caçada ao traficante Matemático. **G1 Globo – Fantástico**. Rio de Janeiro, Brasil, 5 de mai. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 07 de set. 2017.

Isso não é normal. **Extra**. Rio de Janeiro, Brasil, 16 de ago. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/>>. Acesso em: 24 de jan. 2018.

KORYBKO, Andrew. Agentes externos provocam uma “guerra híbrida” no Brasil, diz escritor. **Brasil de Fato**. São Paulo, Brasil, 19 de ago. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 20 de ago. 2018. Entrevista concedida a Eleonora de Lucena e Rodolfo Lucena ao Brasil de Fato.

Ladrões roubam carro e são perseguidos até por helicóptero na Praia do Canto. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 26 de jan. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 07 de set. 2017.

LEITÃO, Leslie. Cuidado, bandidos: lá de cima, mesmo à noite e de longe, a polícia vê – e grava – tudo. **Veja**, São Paulo, Brasil, 8 de jun. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/>>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

MACHADO, Viviane. Crise da segurança faz 1 ano e onda de homicídios volta a crescer no ES. **G1 Globo**. Rio de Janeiro, Brasil, 5 de fev. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

MAGALHÃES, Maria Inez. Novo helicóptero do GAM terá visão noturna, piloto automático e câmeras. **O Dia**. Rio de Janeiro, Brasil, 23 de mar. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/>>. Acesso em: 07 de set. 2017.

Mais um ônibus em chamas é registrado na Grande Vitória. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 13 de fev. 2017. Disponível em: <<http://novo.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

MARCARINI, Beatriz. “Robocops” da Polícia Militar vão às ruas conter protestos durante a Copa. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 9 de abr. 2014. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/>>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

MARTINS, Marco Antônio. Moradores do Alemão dizem que policiais continuam ocupando residências, mas PM nega invasões. **G1 Globo**. Rio de Janeiro, Brasil, 5 de mai. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/>>. Acesso em: 29 de jul. 2017.

Máscaras de caveira são a cara do desrespeito aos direitos constitucionais na Rocinha. **Esquerda Diário**. Brasil, 27 de set. 2017. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br>>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

MENASCE, Marcio. Aviões que invadirem espaço aéreo de arenas olímpicas podem ser abatidos. **O Globo Rio**. Rio de Janeiro, Brasil, 6 de jul. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/>>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

Mortes durante greve da PM ainda continuam sem esclarecimento. **Folha Vitória**. Vitória, Brasil, 1º de fev. 2018. Disponível em: <<https://novo.folhavitoria.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

Nassif: trava-se no ES a primeira grande batalha de desmonte do Estado brasileiro. **Brasil 247**. São Paulo, Brasil, 13 de fev. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil247.com>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

NASSIF, Luis. Xadrez de Paulo Hartung, fiscalista que a Globo inventou, por Luis Nassif. **Jornal GGN**. Brasil, 23 de nov. 2017. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

OLLIVEIRA, Cecília. Ao criar editorial de guerra, Jornal Extra endossa política de segurança fracassada do Estado. **The Intercept Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil, 16 de ago. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/brasil/>>. Acesso em: 24 de jan. 2018.

Operação policial em Jesus de Nazareth fecha Beira-Mar. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 17 de ago. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 07 de set. 2017.

PARDAL, Fernando. DOPAZ: o “BOPE” que o Brasil criou para matar negros no Haiti. **Esquerda Diário**. Brasil, 20 de set. 2017. Disponível em: <<http://esquerdadiario.com.br>>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

Policiais capixabas vão ganhar armadura para lidar com conflitos. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 20 de set. 2013. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/>>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

População reclama que forças policiais ainda não estão na periferia. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 12 de fev. 2017. Disponível em: <<http://novo.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

Relatório técnico. Relatório do Fogo Cruzado Para o Mês de Agosto de 2017. **Relatório Mensal Agosto de 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://fogocruzado.org.br/>>. Acesso em: 05 de set. 2017.

RIBEIRO, Breno. Homens armados ateam fogo em ônibus em Vila Velha. **Folha Vitória**. Vitória, Brasil, 14 de fev. 2017. Disponível em: <<http://m.folhavoria.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

SILVA, Sullivan; LOPES, Raquel. Greve da PM: seis meses depois. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 03 de ago. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

Syria's chemical weapons stockpile. **BBC**. Londres, Inglaterra, 20 de set. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/>>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

Syria chemical weapons: UN adopts binding resolution. **BBC**. Londres, Inglaterra, 28 de set. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/>>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

Soldado robocop. **O Dia**. Rio de Janeiro, Brasil, 31 de mar. 2012. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/>>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

Veículo blindado da Polícia Civil danifica carros de moradores da Vila Kennedy, Zona Oeste do Rio de Janeiro. **G1 Globo**. Rio de Janeiro, Brasil, 25 de mai. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/>>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

Veja o momento em que a polícia invade cobertura de luxo em Copacabana. **R7 Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Brasil, 15 de nov. 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com>>. Acesso em: 07 de set. 2017.

VERLI, Caíque. Deputados Estaduais aprovam a anistia a PMs grevistas. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 16 de jan. 2019. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 16 de jan. 2019.

VOGAS, Vitor. Governo investiga possível atuação de grupos de extermínio. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 11 de fev. 2017. Disponível em: <<http://novo.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

_____. Problemas no Paraíso. **A Gazeta**. Vitória, Brasil, 11 de fev. 2017. Disponível em: <<http://novo.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

WEIZMAN, Eyal. The politics of verticality. **Open Democracy**. Londres, Inglaterra, texto de 11 partes disponibilizado entre 23 de abril e 1º de maio de 2002. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/>>. Acesso em: 26 de mar. 2014.

WERNECK, Antônio. Exército decide ocupar com tanques a Linha Vermelha. **O Globo Rio**. Rio de Janeiro, Brasil, 10 de set. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/>>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

ZACCONE, Orlando. A política de segurança do extermínio de inimigos, por Olando Zaccone. **Jornal GGN**. Brasil, 9 de abr. 2017. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br>>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS CINEMATOGRAFICOS

ÁGUIAS DA CIDADE. Episódio 1 – Voar Para Servir. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2012. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. Episódio 2 – Não Basta Ser Piloto. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2012. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. Episódio 3 – Resgates Aeromédicos. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2012. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. Episódio 4 – Policiais Sobre a Cidade. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2012. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. Episódio 5 – Planejamento e Imprevistos. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2012. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. Episódio 6 – O Tempo Está Contra Nós. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2012. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. Episódio 7 – Operação Verão. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2012. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. Episódio 8 – Voar Para Salvar. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2012. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. 2ª Temporada. Episódio 1. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2013. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. 2ª Temporada. Episódio 2. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2013. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. 2ª Temporada. Episódio 3. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2013. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. 2ª Temporada. Episódio 4. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2013. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. 2ª Temporada. Episódio 5. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2013. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. 2ª Temporada. Episódio 6. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2013. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. 2ª Temporada. Episódio 7. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2013. (43min).

ÁGUIAS DA CIDADE. 2ª Temporada. Episódio 8. Direção: Rodrigo Astiz. Produção: Mixer & Discovery Channel. Incentivo: Ancine. 2013. (43min).

CIDADE DE DEUS. Direção: Fernando Meirelles. Produção: O2 Filmes. 2002. (130min).

CORAÇÕES DE FERRO. Direção: David Ayer. Produção: Columbia Pictures. 2015. (134 min).

DANÇANDO COM O DIABO. Direção: Tom Philips. Produção: Jon Blair Film Company. 2009. (105min).

FALCÃO – MENINOS DO TRÁFICO. Direção: MV Bill & Celso Athayde. Produção: Central Única das Favelas. 2006. (58 min).

FALCÃO NEGRO EM PERIGO. Direção: Ridley Scott. Produção: Columbia Pictures. 2002. (144 min).

MAD MAX: AS MOTOS DA MORTE. Direção: George Miller. Produção: Byron Kennedy. 1980. (88min).

MAD MAX: ESTRADA DA FÚRIA. Direção: George Miller. Produção: Kennedy Miller & Village Roadshow Pictures. 2015. (120min).

MAD MAX 2: A CAÇADA CONTÍNUA. Direção: George Miller. Produção: Byron Kennedy. 1981 (95min).

MAD MAX 3: ALÉM DA CÚPULA DO TROVÃO. Direção: George Miller. Produção: George Miller. 1985 (107min).

NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR. Direção: João Moreira Sales & Katia Lund. Produção: Coleção Videofilmes. 1999. (57 min).

MILÍCIAS. Primeira Parte – O Estado Paralelo. Editor Chefe: Umberto Nascimento. SBT Rio. 2018. (12min).

MILÍCIAS. Segunda Parte – A Máquina de Faturamento. Editor Chefe: Umberto Nascimento. SBT Rio. 2018. (11min).

MILÍCIAS. Terceira Parte – Expansão Para a Baixada. Editor Chefe: Umberto Nascimento. SBT Rio. 2018. (11min).

MILÍCIAS. Quarta Parte – A Ameaça Eleitoral. Editor Chefe: Umberto Nascimento. SBT Rio. 2018. (9min).

TROPA DE ELITE 2: o inimigo agora é outro. Direção: José Padilha. Produção: Universal Pictures. 2010. (115 min).

VALSA COM BASHIR. Direção: Ari Folman. Produção: Les Films D'ici & Razor Film Produktion. 2008. (86 min).